

Balanço Geral 2022

Livro V – Empresas Públicas
e Sociedades de Economia Mista



CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO DO RS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA

Ranolfo Vieira Júnior

Governador do Estado

Leonardo Maranhão Busatto

Secretário da Fazenda

Rogério da Silva Meira

Contador e Auditor-Geral do Estado

SUMÁRIO

Banco do Estado do RS S.A. – Banrisul	05
Banrisul S.A. – Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	15
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	47
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	83
Banrisul Armazéns Gerais S.A. – Bagergs	137
Banrisul Seguridade Participações S.A.	143
Banrisul Corretora de Seguros S.A.	175
Centrais de Abastecimento do RS S/A – Ceasa/RS	207
Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do RS S.A. – Procergs	241
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – Cadip	265
Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS	269
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	279

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

Sustentabilidade

O Banrisul tornou mais robusta a estrutura de governança de sustentabilidade ao criar, em 2021, o Comitê de Sustentabilidade, executivo e de assessoramento à Diretoria, e, em 2022, o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – CRSAC, estatutário e de assessoramento ao Conselho de Administração do Banco. Nesse ano também foi revisada a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática –PRSAC, que consolida as diretrizes que norteiam as práticas, processos e negócios do Banco a serem implementados no âmbito da Agenda Estratégica de Sustentabilidade, aonde são definidas as ações efetivas no avanço da pauta e da governança para a sustentabilidade.

Com uma trajetória histórica de atenção aos impactos ambientais e sociais, o Banrisul desde 2001 atua com pioneirismo no gerenciamento adequado dos resíduos das atividades operacionais do Banco aliado a ações de educação ambiental e, mais recentemente, vem intensificando iniciativas que trazem importantes avanços na pauta climática, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2022 foi elaborado o segundo Inventário de Gases de Efeito Estufa, que foi certificado com o Selo Ouro pelo Programa Brasileiro GHG Protocol, sendo esta a mais alta certificação. No mesmo período o Banco desenvolveu seu Plano de Mitigação e Compensação de emissões de gases de efeito estufa, definindo projetos para reduzir suas emissões e foi carbono neutro pela primeira vez em relação às emissões diretas e ao consumo de energia. Com o avanço nas práticas e projetos da pauta climática, o Banrisul realizou o segundo reporte ao GDF, importante instrumento global de avaliação climática das organizações.

Em julho o Banrisul realizou o AgroShow 2022 – Lançamento do Plano Safra 2022/2023, em Porto Alegre e recebeu pela primeira vez o selo Evento Neutro, concedido aos eventos que além de evitar, quantificam e compensam as emissões de carbono, ação que reforça o compromisso com o meio ambiente. O detalhamento e os resultados ambientais podem ser consultados no site <https://www.carbonfair.com.br/cliente/banrisul/Banrisul-evento-neutro>.

O ano também marcou o início da implementação do projeto de migração do consumo de energia para uma fonte 100% renovável e teve início com 100 agências aderindo ao Mercado Livre de Energia, com a finalização prevista para o próximo ano. Este projeto começou no 3T2022, quando foi lançado um edital para a compra de energia de fonte 100% renovável no Ambiente de Contratação Livre - ACL, iniciativa que, além do reflexo ambiental e climático positivo, prevê proporcionar uma economia aproximada de R\$47 milhões, em energia, até 2031.

A conexão transforma o Banrisul, os negócios, as comunidades nas quais está inserido e o meio ambiente, mais equilibrado e preservado para o bem de todos.

O Banrisul recebeu o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, referente ao ano de 2021, por seu inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) completo e auditado por terceira parte. Pela primeira vez o Banco tornou-se carbono neutro pela primeira vez em relação às emissões diretas e ao consumo de energia. Com o avanço nas práticas e projetos da pauta climática, o Banrisul realizou o segundo reporte ao GDF, importante instrumento global de avaliação climática das organizações.

O Banrisul promoveu em 2022 o evento “Dia da Sustentabilidade”, em parceria com 13 entidades públicas e privadas do município de Camamu e região, tendo resultados significativos em negócios e ações socioambientais. Foram direcionados R\$589 mil em contratações de crédito voltadas a negócios sustentáveis tais como o financiamento de sistemas fotovoltaicos, linhas CDC Sustentáveis e Pronaf, além da coleta expressiva de arrecadações e doações de lacres de alumínio, lâmpadas plásticas, lixo eletrônico e óleo de cozinha e do plantio e doação de mudas de árvores nativas.

O Banrisul promoveu em 2022 o evento “Dia da Sustentabilidade”, em parceria com 13 entidades públicas e privadas do município de Camamu e região, tendo resultados significativos em negócios e ações socioambientais. Foram direcionados R\$589 mil em contratações de crédito voltadas a negócios sustentáveis tais como o financiamento de sistemas fotovoltaicos, linhas CDC Sustentáveis e Pronaf, além da coleta expressiva de arrecadações e doações de lacres de alumínio, lâmpadas plásticas, lixo eletrônico e óleo de cozinha e do plantio e doação de mudas de árvores nativas.

O Banrisul promoveu em 2022 o evento “Dia da Sustentabilidade”, em parceria com 13 entidades públicas e privadas do município de Camamu e região, tendo resultados significativos em negócios e ações socioambientais. Foram direcionados R\$589 mil em contratações de crédito voltadas a negócios sustentáveis tais como o financiamento de sistemas fotovoltaicos, linhas CDC Sustentáveis e Pronaf, além da coleta expressiva de arrecadações e doações de lacres de alumínio, lâmpadas plásticas, lixo eletrônico e óleo de cozinha e do plantio e doação de mudas de árvores nativas.

Atento aos impactos socioambientais em sua cadeia de valor, o Banrisul iniciou, em 2022 a inclusão de critérios de sustentabilidade em processos de contratações, demonstrando seu compromisso em ir além de suas operações diretas, sentindo de seus impactos junto aos fornecedores.

Na gestão ambiental, em 2022, por meio das diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que visa normalizar ações, priorizar a reutilização de materiais e destinar de forma adequada os resíduos sólidos gerados nas atividades realizando a reciclagem e o aproveitamento como fonte de energia, foram encaminhados para descarte, de forma ambientalmente correta, 163,2 toneladas de resíduos entre papéis, sucata metálica e eletroeletrônico.

O Banco atua, também na seara dos resíduos, no Comitê Deliberativo do **Programa Sustentare** do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que estabelece diretrizes para o encaminhamento adequado dos resíduos de eletroeletrônicos da administração pública direta e indireta, com inclusão social, englobando o trabalho prisional e curso de informática a jovens de baixa renda. O Banrisul participou, no dia 08 de dezembro, do evento que celebrou a marca de mil toneladas de material eletrônico reciclado desde o início do Programa Sustentare, de forma ambientalmente correta e socialmente responsável. A celebração ocorreu na Penitenciária Estadual de Canoas e do total das arrecadações, o Banco forneceu mais de 40% do montante acumulado de doações.

No âmbito de parcerias institucionais, cabe destacar a participação no Comitê de Sustentabilidade da AMCHAM, no CIEA – Comissão de Educação Ambiental do Governo do RS e no Comitê ESG da Febraban, possibilitando a colaboração e acompanhamento constante dos avanços da pauta ESG.

Pessoas

Avançar em melhores práticas de Gestão de Pessoas é foco estratégico no Banco, que direciona os esforços para o desenvolvimento e engajamento dos colaboradores.

Em 2022, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados – PPR. Em complemento ao modelo de PLR praticado nos acordos coletivos Fenaban, foi acordado com a representação Sindical o modelo Banrisul de PPR, no qual são avaliados indicadores para mensuração de desempenho alinhados à estratégia do Banco e baseados em resultado, produtividade e competências, descontinuando o processo de pagamento de remuneração variável, que ocorreu até 2021.

O Banrisul iniciou um projeto para Aperfeiçoamento da Cultura Organizacional, a partir de uma pesquisa junto aos colaboradores, que está contribuindo para o aprimoramento da comunicação de seus valores ideais. Adicionalmente foram intensificadas as ações relativas à Gestão por Competências no âmbito do modelo de Avaliação de Competências, que visa conhecer e medir o desempenho dos colaboradores, para planejar

e executar as estratégias em linha com os comportamentos esperados de cada um - o BanriPerforma, composto pelos Indicador de Performance (metas) e Indicador de Competências (Avaliação de Competências).

Em 2022 foi institucionalizado o Novo Plano de Cargos, Funções e Salários - PCFS, para novos empregados que forem admitidos pelos concursos públicos ingressarão já nesse Novo Plano, que detalha a estruturação de cargos e funções existentes no Banco e demonstra, além das verbas remuneratórias, o posicionamento e a relação entre as funções. Os empregados que fazem parte do quadro atual de colaboradores terão a oportunidade de migrar para o Novo PCFS. Para identificar e desenvolver possíveis sucessores para as funções estratégicas foi criado o projeto Gestão da Sucessão, que no primeiro ciclo mapeou 50 posições críticas e chaves da organização e identificou 100 colaboradores com potencial, abrindo caminho para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual para os talentos identificados.

No 3T2022, o Banrisul instituiu o Programa de Desligamento Voluntário - PDV 2022, que teve a adesão de 511 empregados. O incentivo financeiro total somou R\$119,8 milhões no terceiro trimestre de 2022, e os desligamentos serão efetivados entre 01 de abril de 2023 e 31 de agosto de 2023, com exceção dos empregados lotados nas unidades da Diretoria de Tecnologia da Informação, que poderão ter suas saídas escalonadas até 31 de agosto de 2024. Para repor essas vagas e trazer novos talentos para o Banco, foi realizado concurso público com 274 vagas para atuação nas áreas de TI e teve início o concurso para o quadro geral do Banco, com a previsão de ingresso de até 1.335 novos colaboradores. Em 2022, para garantir o desenvolvimento e a qualificação dos colaboradores do Banrisul, foram investidos R\$2,7 milhões na capacitação dos colaboradores, com a disponibilização de 3.246 cursos de aperfeiçoamento e capacitação. A educação corporativa no Banrisul é conduzida para que todas as ações de treinamento, de capacitação e de desenvolvimento estejam alinhadas com os objetivos de sustentabilidade estratégicos do Banco.

Nesse ano foram estruturadas 21 turmas em Programas de Formação, totalizando 386 treinandos, e 413 empregados iniciaram a etapa de avaliação de performance. Estes programas compreenderam cinco etapas distintas: Gestão do Conhecimento; Conhecimentos Específicos; Atividades Vivenciais; Avaliação de Performance e Educação Continuada. Durante essas etapas, os treinandos foram acompanhados e orientados por gestores, mentores e coordenadores. Adicionalmente o Banrisul também investiu na qualificação dos empregados por meio de subsídio parcial a cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e idiomas. Em 2022 foram investidos R\$97,2 mil no Programa de Incentivo ao Aprendizado de Idiomas e R\$1,7 milhão no Programa de Qualificação Superior.

Em 2022 foram desenvolvidos também ações focadas nos cursos obrigatórios, atualmente 26 cursos, com o objetivo de aumentar o número de colaboradores capacitados em temas importantes, monitorados por legislações específicas. O EAD Banrisul, em 2022, disponibilizou cursos atrelados às ações estratégicas propostas pelo Banco, relacionados às metas nas áreas de captação (Previdência e Investimentos), Cartões, e os cursos obrigatórios previstos legalmente com a sequência de conteúdos focados em LGPD. Foram produzidos, no total, 45 cursos em 2022, entre eles conteúdos relacionados ao Plano de Cargos, Funções e Salários, e curso prévio sobre as características e usabilidade do BanriShopping. O Banrisul também realizou, em parceria com a Anímbia, o Anímbia Day, para debater temas de relevância para o ambiente negocial de investimentos, relacionamentos institucional e melhores práticas para o mercado atual.

Quanto à Educação Financeira, Programa #Banrieduca, foram desenvolvidas diversas estratégias para alcance de público jovem, entre elas: Webinars, aplicação de pesquisa de interesse com público interno, enquete e dicas de educação financeira junto ao público externo, via Facebook e Instagram. Também foram lançados cinco cursos de Educação Financeira que compõem a trilha de capacitação com materiais e conteúdos desenvolvidos internamente por um grupo de trabalho multissetorial, formado por colaboradores de diversas áreas do Banco.

Para aprimorar o desenvolvimento de pessoas, o Banrisul adquiriu conteúdos de mercado para complementar os cursos desenvolvidos com conteúdo interno para abranger temáticas legais importantes além do desenvolvimento profissional e comportamental. No âmbito das ações de Diversidade, Equidade & Inclusão foi criada uma Comissão Interna, que juntamente com os Grupos de Afinidade de Equidade de Gênero, PcD e Raça/Etnia, atuará no desenvolvimento das lideranças para que incentivem um ambiente diverso e inclusivo, na capacitação dos colaboradores sobre o tema, e, junto às áreas de Comunicação, para que a instituição tenha uma linguagem mais diversa e incluíva, fazendo com que todos se sintam representados.

Ações e programas ambientais, culturais e de apoio à comunidade

Programa Sementes, voltado à subsistência das famílias e ao desenvolvimento da região sul do país beneficiou 4.264 famílias de agricultores, escolas, indígenas e quilombolas em 2022. Por meio de 59 projetos foram distribuídas mais de 65,1 milhões de sementes para hortas ecológicas e projetos desenvolvidos por escolas, dentre outros.

Projeto Pescar Banrisul na 19ª turma do curso de Iniciação Profissional em Serviços Administrativos, em 2022, concluiu o curso com 20 alunos de 16 e 17 anos.

Programa Jovens Aprendiz Legal voltado à inserção no mercado de trabalho de **jovens entre 14 e 24 anos**, é viabilizado através de parcerias com instituições formadoras e conta com mais de 300 jovens.

O Banrisul também atua como **agente do desenvolvimento social** nas comunidades onde está presente promovendo, por meio de apoio e patrocínios, eventos culturais, esportivos, educacionais, de **cunho socioambiental e de benefício à saúde** na capital e no interior do Estado do Rio Grande do Sul como patrocinador. Em 2022 foram destinados R\$5,3 milhões, por meio de incentivos com Lei Rouanet, de Incentivo ao Esporte, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso a patrocínios.

Em 2022, o **Museu Banrisul** manteve o acesso regular do público à exposição permanente, somando em 2022 mais de 4.000 visitantes no Espaço Memória Banrisul. Em janeiro, iniciou um estudo junto à Unidade de Gestão Patrimonial para a qualificação das instalações da Reserva Técnica com o objetivo de melhorar as condições de salvaguarda dos acervos, atendimento a pesquisadores e demais procedimentos. Ao longo do ano, foram atendidas demandas internas e externas de pesquisa acadêmica e desenvolvimento de conteúdos de suporte para os setores de comunicação do Banco.

Programa **#Banrieduca**, onde foram desenvolvidas diversas estratégias de educação financeira para o público jovem, entre elas: encontros com o Projeto Pescar Banrisul e Programa Jovens Aprendiz, abrangendo 90 jovens; **Webinars envolvendo 128 estagiários**; aplicação de pesquisa de interesse com público interno e enquete e dicas de educação financeira junto ao público externo, com 14.802 alcances via Facebook e Instagram.

Libras – Acessibilidade – Em 2022, foram realizadas 03 turmas de Atualização em Libras, envolvendo aproximadamente 170 empregados, e 01 turma, com 62 empregados, de Estudo e Prática em Libras. No total o Banco conta com 1.289 profissionais com capacitação básica em libras para atendimento ao público.

Reconhecimentos

Março/2022	Vero é destaque em qualidade e eficiência.
Abril/2022	Banrisul está entre as melhores empresas para desenvolver a carreira no Brasil (ranking LinkedIn Top Companies 2022). Banrisul é destaque no ranking Top 5 do Bacen (Relatório Focus). Banrisul é líder como Empresa Pública Gaúcha na pesquisa Marcas de Quem Decide .
Maiio/2022	Banrisul é uma das empresas mais inovadoras na categoria especial Estatais e Filantrópicas do ranking Campêis da Inovação (Grupo Amanhã).
Junho/2022	Agência Fitch Ratings eleva rating nacional do Banrisul. Aplicativo Banrisul é destaque em pesquisa nacional de cartões de crédito (Instituto de Pesquisa Medida Certa).
Julho/2022	Banrisul é o banco mais lembrado pelos gaúchos (pesquisa Top Of Mind RS).
Agosto/2022	Podcast Vivendo e Empreendendo , da Vero, figura na lista Top 10. Banrisul Armazéns Gerais é destaque no Prêmio Exportação RS (ADVB/RS) .
Setembro/2022	Banrisul é destaque no ranking Top 5 do Bacen (Relatório Focus). Banrisul está entre os maiores bancos do País (Anuário Valor 10000). Empresa Multos International entrega reconhecimento ao Banrisul. Banrisul é destaque no ranking Os Maiores Bancos (anário MELHORES & MAIORES 2022). Banrisul Armazéns Gerais conquista certificação de Operador Econômico Autorizado da Receita Federal . Banrisul vence Top de Marketing 4.0 da ADVB/RS .
Outbro/2022	Rio Grande Seguros e Previdência é premiada como a maior seguradora com matriz no Sul do País (Troféu JRS). Banrisul está entre as melhores empresas do Brasil (anuário Época Negócios 360º). Banrisul conquista Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol . Banrisul vence prêmio de Empresas que Mais Respeitam o Consumidor (Prêmio Respeito 2022). App Banrisul segue no topo entre os melhores em serviços de cartão de crédito (CardMonitor)
Novembro/2022	Banrisul recebe prêmio Top de Marketing 2022 da ADVB/RS . Banrisul é reconhecido no Open Summit Awards 2022 . Banrisul conquista o Top Ser Humano 2022 (ABRH-RS). Banrisul está entre as maiores empresas do Sul do Brasil (ranking 500 Maiores do Sul – Grandes & Líderes).
Dezembro/2022	Programa de aceleração de startups do Banrisul conquista o Prêmio Banking Transformation 2022 .

Agradecimentos

Em 2022, consolidamos transformações importantes para fomentar o ambiente de retomada, com olhar na economia, mas especialmente na sociedade, atuando de forma estratégica nos campos da sustentabilidade e da inovação. Mas, acima de tudo, estivemos conectados com as pessoas, com a nossa essência de ser um banco de desenvolvimento e varejo, com raízes no Rio Grande do Sul.

Avançamos em governança, na valorização do nosso capital humano, em tecnologia, no melhor acesso aos nossos serviços e na pauta ESG. Os resultados alcançados só foram possíveis porque construímos juntos, com responsabilidade, união e persistência. Por isso, agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, acionistas e investidores, que compreendem a essência dos nossos valores e mantêm viva essa conexão, que transforma.

A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Balanço Patrimonial (Valores em Milhares de Reais)

		Banrisul				Banrisul Consolidado			
		Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
ATIVO									
Disponibilidades		4	1.004.350	1.464.621	1.004.366	1.464.768			
Ativos Financeiros			106.221.325	98.964.659	108.983.674	101.399.821			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		5	3.521.401	5.843.792	3.521.401	5.845.434			
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		6	10.798.526	9.738.751	10.798.526	9.738.751			
Títulos e Valores Mobiliários		7	39.226.483	38.101.151	39.454.807	38.389.069			
Instrumentos Financeiros Derivativos		8	-	841.900	-	841.900			
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		9	49.121.869	41.041.975	49.121.869	41.041.975			
Outros Ativos Financeiros		10	3.553.046	3.397.090	6.087.071	5.542.692			
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (Operações de Crédito)		9e	(2.488.235)	(2.678.378)	(2.490.226)	(2.681.589)			
(Outros Ativos Financeiros)			(48.413)	(48.565)	(50.404)	(51.776)			
Ativos Fiscais			3.603.443	3.115.599	3.633.690	3.125.439			
Correntes			115.891	106.662	129.128	109.439			
Diferidos		11	3.487.552	3.008.937	3.504.562	3.016.000			
Outros Ativos		12	684.344	691.768	686.845	686.050			
Investimentos			2.983.388	2.256.357	163.149	154.439			
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		13	2.983.388	2.248.573	163.149	146.655			
Outros Investimentos			-	7.784	-	7.784			
Imobilizado de Uso		14	365.679	371.632	520.578	476.867			
Imobilizações de Uso (Depreciação Acumulada)			990.026	972.362	1.218.353	1.130.556			
			(624.347)	(600.730)	(697.775)	(653.689)			
Intangível		15	664.072	741.214	664.112	741.303			
Ativos Intangíveis (Amortização Acumulada)			1.884.170	1.759.627	1.885.657	1.762.053			
			(1.220.098)	(1.018.413)	(1.221.545)	(1.020.750)			
TOTAL DO ATIVO			113.038.366	104.927.472	113.166.188	105.367.098			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

		Banrisul				Banrisul Consolidado			
		Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
PASSIVO									
Passivos Financeiros			98.737.481	91.255.147	98.474.996	91.435.906			
Depósitos		16	68.688.782	65.045.847	67.615.882	64.277.380			
Captação no Mercado Aberto		16	12.501.695	10.774.902	12.421.035	10.721.736			
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		16	3.469.595	2.036.940	2.957.083	1.738.001			
Dívidas Subordinadas		16	1.484.828	4.689.788	1.484.828	4.689.788			
Obrigações por Empréstimos		17	1.012.985	1.021.299	1.012.985	1.021.299			
Obrigações por Repasses		17	2.501.887	1.394.823	2.501.887	1.394.823			
Instrumentos Financeiros Derivativos		8	670.298	136.170	670.298	136.170			
Outros Passivos Financeiros		18	8.407.411	6.155.378	9.810.998	7.456.709			
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas		19	2.626.012	2.308.528	2.631.798	2.315.530			
Obrigações Fiscais			677.595	494.639	807.899	808.811			
Correntes			111.149	94.734	240.235	207.516			
Diferidas		11b	566.446	399.905	567.664	401.295			
Outros Passivos		20	1.583.385	1.822.941	1.831.368	1.958.268			
TOTAL DO PASSIVO			103.624.473	95.881.255	103.746.061	96.318.515			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21	9.413.893	9.046.217	9.420.127	9.048.583			
Capital Social			5.200.000	5.200.000	5.200.000	5.200.000			
Reservas de Capital			4.511	4.511	4.511	4.511			
Reservas de Lucros			4.320.559	3.960.169	4.320.559	3.960.169			
Outros Resultados Abrangentes			(111.177)	(118.463)	(111.177)	(118.463)			
Participação de Não Controladores			-	-	6.234	2.366			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			113.038.366	104.927.472	113.166.188	105.367.098			

Demonstração do Resultado (Valores em Milhares de Reais - exceto Lucro Líquido por Ação)

		Banrisul				Banrisul Consolidado			
	Nota	2º Semestre 2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	2º Semestre 2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	
Receitas de Intermediação Financeira		7.263.434	12.963.826	8.200.054	7.278.782	12.992.510	8.212.176		
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		3.887.029	7.224.164	5.702.888	3.887.155	7.224.370	5.703.434		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		2.837.787	5.154.137	1.929.424	2.853.009	5.182.615	1.941.000		
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(146.934)	(725.229)	62.995	(146.934)	(725.229)	62.995		
Resultado de Operações de Câmbio		37.027	156.931	104.724	37.027	156.931	104.724		
Resultado das Aplicações Compulsórias		648.525	1.153.823	400.023	648.525	1.153.823	400.023		
Despesas de Intermediação Financeira		(4.929.967)	(8.465.466)	(3.408.072)	(4.846.870)	(8.323.715)	(3.366.573)		
Operações de Captação no Mercado		(4.473.722)	(7.622.613)	(3.116.701)	(4.390.625)	(7.480.861)	(3.075.199)		
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(456.245)	(842.853)	(291.371)	(456.245)	(842.854)	(291.374)		
Resultado de Intermediação Financeira		2.333.467	4.498.360	4.791.982	2.431.912	4.668.795	4.845.603		
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		(520.020)	(969.849)	(786.018)	(519.944)	(968.690)	(787.794)		
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(520.227)	(970.001)	(786.164)	(520.227)	(970.001)	(786.164)		
Outros Ativos financeiros		207	152	146	283	1.311	(1.630)		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.533.855)	(3.073.999)	(2.886.614)	(1.468.385)	(2.932.335)	(2.701.776)		
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias	22a	459.286	915.924	967.040	1.072.576	2.083.514	1.972.158		
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	13	369.101	679.735	506.119	46.356	81.068	42.830		
Despesas de Pessoal	23a	(1.189.142)	(2.132.215)	(1.881.441)	(1.198.033)	(2.155.779)	(1.906.581)		
Outras Despesas Administrativas	23b	(895.711)	(1.769.144)	(1.648.542)	(953.567)	(1.875.792)	(1.759.082)		
Despesas Tributárias		(161.758)	(316.482)	(329.134)	(245.910)	(474.659)	(464.418)		
Outras Receitas Operacionais	22b	336.705	703.025	500.500	305.406	645.184	481.276		
Outras Despesas Operacionais	23c	(267.866)	(492.323)	(436.691)	(311.218)	(574.402)	(501.353)		
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	19	(184.470)	(662.519)	(564.465)	(183.995)	(661.469)	(566.606)		
Resultado Operacional		279.592	454.512	1.119.350	443.583	767.770	1.356.033		
Resultado Antes da Tributação e Participação dos Empregados Sobre o Lucro		279.592	454.512	1.119.350	443.583	767.770	1.356.033		
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	123.656	443.742	(45.312)	(39.847)	131.094	(281.612)		
Corrente		-	-	(97.314)	(174.007)	(323.415)	(335.698)		
Diferido		123.656	443.742	52.002	134.160	454.509	54.086		
Participações dos Empregados no Resultado		(80.230)	(183.320)	(125.503)	(80.421)	(183.511)	(125.616)		
Participações de Não Controladores		-	-	-	(297)	(419)	(270)		
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		323.018	714.934	948.535	323.018	714.934	948.535		
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas									
Controladores		323.018	714.934	948.535	323.018	714.934	948.535		
Não Controladores		-	-	-	297	419	270		
Lucro por Ação	25								
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais - R\$)									
Ação Ordinária		0,79	1,75	2,32	0,79	1,75	2,32		
Ação Preferencial A		0,79	1,85	2,47	0,79	1,85	2,47		
Ação Preferencial B		0,79	1,75	2,32	0,79	1,75	2,32		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em Milhares de Reais)												
Atribuível aos Acionistas da Controladora												
Reservas de Lucros												
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Especial de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total Banrisul	Participação de Não Controladores	Total Banrisul Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2021		5.200.000	4.511	632.650	2.250.943	504.458	23.199	(271.699)	-	8.344.062	2.153	8.346.215
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação MTM - Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(6.097)	-	(6.097)	-	(6.097)
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	120.112	-	120.112	-	120.112
Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	39.221	-	39.221	-	39.221
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	213	213
Aprovação de Dividendos de Exercício Anterior		-	-	-	-	-	(23.199)	-	-	(23.199)	-	(23.199)
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	5.802	5.802	-	5.802
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	948.535	948.535	-	948.535
Destinação do Lucro Líquido	21c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	47.426	237.134	287.558	-	-	(572.118)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(367.244)	(367.244)	-	(367.244)
Dividendos Adicionais		-	-	-	-	-	-	-	(14.975)	(14.975)	-	(14.975)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.200.000	4.511	680.076	2.488.077	792.016	-	(118.463)	-	9.046.217	2.366	9.048.583
Saldo em 01 de janeiro de 2022		5.200.000	4.511	680.076	2.488.077	792.016	-	(118.463)	-	9.046.217	2.366	9.048.583
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação MTM - Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(1.027)	-	(1.027)	-	(1.027)
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	154.019	-	154.019	-	154.019
Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	(145.706)	-	(145.706)	-	(145.706)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.868	3.868
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	5.802	5.802	-	5.802
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	-	714.934	714.934	-	714.934
Destinação do Lucro Líquido	21c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	35.747	178.734	145.909	-	-	(360.390)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(345.520)	(345.520)	-	(345.520)
Dividendos Adicionais		-	-	-	-	-	-	-	(14.826)	(14.826)	-	(14.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		5.200.000	4.511	715.823	2.666.811	937.925	-	(111.177)	-	9.413.893	6.234	9.420.127
Saldo em 01 de julho de 2022		5.200.000	4.511	699.672	2.572.778	792.016	-	(303.154)	-	8.965.823	4.567	8.970.390
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação MTM - Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	3.823	-	3.823	-	3.823
Ajustes de Avaliação Atuarial		-	-	-	-	-	-	189.127	-	189.127	-	189.127
Variação Cambial de Investimento no Exterior		-	-	-	-	-	-	(973)	-	(973)	-	(973)
Variação na Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.667	1.667
Realização Diferimento Contrato de Exclusividade		-	-	-	-	-	-	-	2.901	2.901	-	2.901
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	-	-	323.018	323.018	-	323.018
Destinação do Lucro Líquido	21c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	16.151	94.033	145.909	-	-	(256.093)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(55.000)	(55.000)	-	(55.000)
Dividendos Adicionais		-	-	-	-	-	-	-	(14.826)	(14.826)	-	(14.826)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		5.200.000	4.511	715.823	2.666.811	937.925	-	(111.177)	-	9.413.893	6.234	9.420.127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul", "Instituição"), principal empresa do Grupo, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de Banco múltiplo, com sede no Brasil, domiciliado na Rua Capitão Montanha, 177 - 4º andar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e opera nas carteiras comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamento, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto contábilmente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banrisul, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das operações patrimoniais correspondentes e os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do Patrimônio Líquido, no montante de R\$(145.706) (31/12/2021 - R\$39.221).

Em 09 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou o encerramento voluntário das atividades da agência em Miami, tendo os trabalhos iniciados em 30/06/2021, cujo encerramento em definitivo das atividades ocorreu em 31/08/2022. No segundo trimestre de 2022, seguindo o processo de encerramento de atividades, foi baixado o capital da Agência Miami com devolução do montante de US\$56 milles para a sede no Brasil.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e das cotas de fundos de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. A participação de não controladores é inicialmente mensurada pela parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e as cotas de fundos de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Atividade	31/12/2022	Participação Total	31/12/2021
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%	
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%	
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%	
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.	Meios de Pagamentos	99,82%	99,78%	
Banrisul Seguridade Participações S.A. (1)	Seguridade	100,00%	100,00%	
Cotas de Fundos de Investimento	Fundo de Investimento	61,80% a 96,40%	86,88% a 98,95%	

(1) A Controlada Banrisul Seguridade Participações S.A controla integralmente a Banrisul Corretora de Seguros S.A.

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Operacional e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

(e) Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2022, houve a reclassificação entre grupos do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, e consequentemente nas demonstrações dos fluxos de caixa. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2021 também foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul 31/12/2021 (Reapresentação)
Outros Ativos Financeiros		5.595.509	(2.198.419)	3.397.090
Operações de Arrendamento Mercantil		14.552	(14.552)	-
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	2.212.971	2.212.971
	Instrumentos Financeiros Derivativos	-	131.309	131.309
Outros Ativos		819.132	(127.364)	691.768
	Outros Ativos Financeiros	-	127.364	127.364
Relações Interdependências	Outros Ativos Financeiros	125.338	(125.338)	125.338
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		(2.678.378)	-	(2.678.378)
(Operações de Crédito)	(Operações de Crédito)	(2.491.660)	(138.153)	(2.629.813)
(Operações de Arrendamento Mercantil)		(4.709)	4.709	-
(Outros Créditos)	(Outros Ativos Financeiros)	(182.009)	133.444	(48.565)
TOTAL		3.750.815	-	3.750.815

PASSIVO				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul 31/12/2021 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		10.053.832	(3.898.454)	6.155.378
	Dividas Subordinadas	-	4.689.788	4.689.788
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro (Ativo) (1)	-	-	-
TOTAL		10.053.832	(791.334)	(791.334)

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul Consolidado 31/12/2021 (Reapresentação)
Outros Ativos Financeiros		7.854.055	(2.311.363)	5.542.692
Operações de Arrendamento Mercantil		14.552	(14.552)	-
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	2.325.915	2.325.915
Outros Ativos		700.470	(14.420)	686.050
	Outros Ativos financeiros	-	14.420	14.420
Relações Interdependências	Outros Ativos Financeiros	125.338	(125.338)	125.338
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)		(2.681.589)	-	(2.681.589)
(Operações de Crédito)	(Operações de Crédito)	(2.491.660)	(138.153)	(2.629.813)
(Operações de Arrendamento Mercantil)		(4.709)	4.709	-
(Outros Créditos)	(Outros Ativos Financeiros)	(185.220)	133.444	(51.776)
TOTAL		5.887.488	-	5.887.488

PASSIVO				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul Consolidado 31/12/2021 (Reapresentação)
Outros Passivos Financeiros		11.355.163	(3.898.454)	7.456.709
	Dividas Subordinadas	-	4.689.788	4.689.788
	Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro (Ativo) (1)	-	-	-
TOTAL		11.355.163	(791.334)	(791.334)

(1) Valor referente Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Passivo) reclassificados para Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro (Ativo).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul 31/12/2021 (Reapresentação)
Outras Receitas Operacionais		549.315	(48.815)	500.500
Outras Despesas Operacionais		(1.049.971)	613.280	(436.691)
	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	-	(564.465)	(564.465)
TOTAL		(500.656)	-	(500.656)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul Consolidado 31/12/2021 (Reapresentação)
Outras Receitas Operacionais		530.664	(49.388)	481.276
Outras Despesas Operacionais		(1.117.347)	615.994	(501.353)
	Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	-	(566.606)	(566.606)
TOTAL		(586.683)	-	(586.683)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul 31/12/2021 (Reapresentação)
Operações de Arrendamento Mercantil		5.058	(5.058)	-
Outros Ativos Financeiros		(518.761)	168.332	(349.849)
Outros Ativos		123.346	(73.029)	50.317
Outros Passivos Financeiros		1.608.205	303.766	1.911.971
	Operações de Crédito	-	(394.611)	(394.611)
TOTAL		1.217.828	-	1.217.828

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
De	Para	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	Banrisul Consolidado 31/12/2021 (Reapresentação)
Operações de Arrendamento Mercantil		5.058	(5.058)	-
Outros Ativos Financeiros		(1.025.952)	95.903	(930.049)
Outros Passivos Financeiros		2.063.087	303.766	2.366.853
	Operações de Crédito	-	(394.611)	(394.611)
TOTAL		1.042.193	-	1.042.193

(f) As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banrisul em 08 de fevereiro de 2023.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, deduzido perda de caráter permanente, quando aplicável, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Outros Resultados Abrangentes" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. Os ganhos ou perdas são reconhecidos em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banrisul			
	Até 3 Meses De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações no Mercado Aberto	1.850.305	-	-	1.850.305
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	-	-	4.850.003
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.000.165	-	-	1.000.165
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	2.500.001
Notas do Tesouro Nacional - NTN	850.140	-	-	850.140
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	574.751	1.096.345	-	1.671.096
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	574.751	1.096.345	-	1.671.096
Total em 31/12/2022	2.425.056	1.096.345	-	3.521.401
Total em 31/12/2021	4.932.055	766.094	145.643	5.843.792

	Banrisul Consolidado			
	Até 3 Meses De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações no Mercado Aberto	1.850.305	-	-	1.850.305
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	-	-	2.350.001
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.000.165	-	-	1.000.165
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	850.140
Notas do Tesouro Nacional - NTN	850.140	-	-	1.642
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	574.751	1.096.345	-	1.671.096
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	574.751	1.096.345	-	1.671.096
Total em 31/12/2022	2.425.056	1.096.345	-	3.521.401
Total em 31/12/2021	4.933.697	766.094	145.643	5.845.434

NOTA 06 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Forma de Remuneração	31/12/2022	31/12/2021	
Depósitos Compulsórios - Bacen	Sem Remuneração	1.035.147	861.453	
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	1.035.147	861.453	
Depósitos de Poupança	Poupança	2.262.979	2.016.105	
Outros Depósitos	Sem Remuneração	312.208	210.762	
Recursos a Prazo	SELIC	7.188.192	6.650.431	
Total		10.798.526	9.738.751	

NOTA 07 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

	Banrisul			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos para Negociação	8.674.102	8.288.943	8.909.298	8.584.162
Títulos Disponíveis para Venda	71.614	34.035	52.979	16.268
Títulos Mantidos até o Vencimento	30.480.767	29.778.173	30.492.530	29.788.639
Total	39.226.483	38.101.151	39.454.807	38.389.069

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima. Ações de companhias abertas e utilizado o preço de fechamento do último dia. Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diretamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados o Banrisul adota metodologia de apuração de valor de mercado por modelo de precificação, que utiliza as Curvas Futuras divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(a) **Títulos para Negociação**
Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Banrisul			
	Sem Vencimento	Valor de Mercado	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	378.742	4.536.527	1.006.712
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.034.649	698.241
Ações de Companhias Abertas	19.231	-	-	19.231
Total em 31/12/2022	19.231	378.742	6.571.176	1.704.953
Total em 31/12/2021	19.231	1.909.373	1.117.280	8.288.943

	Banrisul Consolidado			
	Sem Vencimento	Valor de Mercado	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	378.742	4.536.527	1.006.712
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.034.649	698.241
Ações de Companhias Abertas	19.231	-	-	19.231
Cotas de Fundo de Investimento	234.196	380.558	6.580.992	1.704.953
Total em 31/12/2022	239.499	1.909.373	1.117.280	8.288.943

Em dezembro de 2021, foram reclassificadas cotas de Fundos de Investimentos da carteira de negociação para a carteira disponível para a venda, em atenção à Resolução CMN nº 4.926, de 24 de junho de 2021, e à Resolução BCB nº 111/2021, de 06 de julho de 2021, com objetivo equiparar a classificação contábil aquela utilizada na mensuração de risco. Esta reclassificação não estornou os valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizadas, conforme determina a Circular nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil. O valor contábil total dessas cotas é de R\$5.882 mil, em 31 de dezembro de 2021.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Banrisul			
	Sem Vencimento	Valor de Mercado	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	378.742	4.536.527	1.006.712
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.034.649	698.241
Ações de Companhias Abertas	19.231	-	-	19.231
Cotas de Fundo de Investimento	234.196	380.558	6.580.992	1.704.953
Total em 31/12/2022	239.499	1.909.373	1.117.280	8.288.943

c) Títulos Mantidos até o Vencimento

Composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Banrisul			
	Sem Vencimento	Valor de Mercado	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	378.742	4.536.527	1.006.712
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.034.649	698.241
Ações de Companhias Abertas	19.231	-	-	19.231
Cotas de Fundo de Investimento	234.196	380.558	6.580.992	1.704.953
Total em 31/12/2022	239.499	1.909.373	1.117.280	8.288.943

Composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento:

	Banrisul Consolidado			
	Sem Vencimento	Valor de Mercado	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	378.742	4.536.527	1.006.712
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.034.649	698.241
Ações de Companhias Abertas	19.231	-	-	19.231
Cotas de Fundo de Investimento	234.196	380.558	6.580.992	1.704.953
Total em 31/12/2022	239.499	1.909.373	1.117.280	8.288.943

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

NOTA 08 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em moeda estrangeira. O Banrisul utiliza dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 18, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI. Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade swap são de curto e de longo prazo, acompanhando o fluxo e o vencimento das emissões (objetos de hedge) a que protegem. As operações de derivativos baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. A tabela a seguir demonstra a efetividade da estrutura de hedge accounting (hedge contábil) desenvolvida pelo Banrisul, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado dos objetos (dividas subordinadas) e dos instrumentos de hedge (swaps). Nas informações do comparativo de 31/12/2021, consta o valor referente a Dívida Subordinada, contratada em 2012 e liquidada em fevereiro de 2022.

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste ao Valor de Mercado	31/12/2022
Derivativos Usados como Hedge de Valor Justo	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Contratos de Swap	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Moeda Estrangeira Dólar	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Objeto de Hedge	1.629.000	1.600.908	(431.915)	1.168.993
Dívida Subordinada (Nota 16)	1.629.000	1.600.908	(431.915)	1.168.993
Moeda Estrangeira Dólar	1.629.000	1.600.908	(431.915)	1.168.993

A tabela a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado.

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor Referencial	Valor de Curva	Ajuste ao Valor de Mercado	31/12/2022
Swaps	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Ativo	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Moeda Estrangeira (USD) + Taxa Pré-fixada	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Passivo	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
% do CDI + Taxa Pré-fixada	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Ajuste Líquido em 31/12/2022	(670.298)	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Ajuste Líquido em 31/12/2021	754.468	(48.738)	(705.730)	705.730

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor Referencial	Valor de Curva	Ajuste ao Valor de Mercado	31/12/2022
Swaps	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Ativo	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Moeda Estrangeira (USD) + Taxa Pré-fixada	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Passivo	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
% do CDI + Taxa Pré-fixada	1.711.260	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Ajuste Líquido em 31/12/2022	(670.298)	(238.381)	(431.917)	(670.298)
Ajuste Líquido em 31/12/2021	754.468	(48.738)	(705.730)	705.730

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul e as contrapartes estão sujeitas à prestação de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente. A margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$412.203.

O Banrisul utiliza-se da estrutura de hedge accounting (hedge contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

O Banrisul também realiza operações de Contrato Futuro de DI, derivativo que tem como ativo subjacente a taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), calculada e divulgada pela B3, compreendida entre a data de negociação, inclusive, e a data de vencimento, exclusive, e é utilizado para proteção e gerenciamento de risco de taxa de juros de ativos e/ou passivos.

O Banrisul opera com contratos de DI Futuro, de forma "casada" com aplicações efetuadas em LTN, que tem taxa pré-fixada, de forma a compensar o risco da oscilação da taxa DI, sendo que os ajustes dos preços destes derivativos são contabilizados diretamente, utilizando o método de competência com base na data de apuração do preço. Os contratos possuem os vencimentos demonstrados a seguir:

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor Referencial	Valor de Curva	Ajuste ao Valor de Mercado	31/12/2022
Conta de Compensação/Valor Referencial	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 7 anos	Total
Contratos Futuros DI	2.034.376	700.140	-	2.734.516
Total em 31/12/2022	2.034.376	700.140	-	2.734.516

NOTA 09 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	AA	B	C	D
Empréstimos e Títulos Descontados	919.165	26.827.985	1.226.728	466.402
Financiamentos	377.840	693.728	72.622	20.327
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	786.828	6.117.182	334.565	279.727
Financiamentos Imobiliários	3.881.717	914.390	251.942	70.756
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	9.588	3.507	157	47
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.030	88.312	-	-
Subtotal de Operações de Crédito	5.986.968	33.645.072	2.086.154	836.599
Operações de Arrendamento Mercantil	2.209	1.577	424	168
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾	227.687	430.345	195.602	105.671
Outros Créditos ⁽¹⁾	104.569	1.922.935	252.102	107.938
Adquiridos em Cessão (Nota 10)	6.053	-	-	-
Total de Operações com Características de Crédito	6.327.466	35.999.926	2.482.462	1.050.737
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽¹⁾	204.144	11.469	18.831	4.637
Total Geral	6.531.610	36.011.395	2.501.293	1.055.374
Total de Operações com Características de Crédito em 31/12/2021	4.886.878	28.081.331	3.205.160	1.402.037

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banrisul cedeu a Cibrapec operações de crédito imobiliário. (2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio reclassificados de Outros Passivos Financeiros e Rendidas de Adiantamentos em Contratos. (3) Outros Créditos - referem-se a cartões de débito e crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honrados, rendidas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação. (4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada na Nota 18.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco

	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	AA	B	C	D
Parcelas Vincendas	6.327.466	35.999.926	2.482.462	1.050.737
01 a 30 dias	191.439	1.129.682	285.554	136.124
01 a 60 dias	123.431	1.436.965	144.796	84.511
01 a 90 dias	170.380	1.316.351	130.955	75.406
01 a 180 dias	363.944	4.123.405	374.212	180.854
01 a 360 dias	681.549	5.693.287	419.030	179.930
Acima de 360 dias	4.796.087	21.280.904	859.912	220.909
Parcelas Vincendas	636	19.242	9.029	4.816
Até 14 dias	636	19.242	9.029	4.816
Subtotal	6.327.466	35.999.926	2.482.462	1.050.737

Operações em Curso Anon										
Parcelas Vincendas	-	236.244	137.517	103.652	68.709	63.824	68.102	331.206	1.008.134	932.535
01 a 30 dias	-	5.372	4.222	4.100	3.045	2.268	2.208	10.424	31.640	31.640
01 a 60 dias	-	4.759	3.538	3.179	2.221	2.011	2.025	10.140	27.783	26.750
01 a 90 dias	-	4.801	3.538	2.886	2.030	1.805	1.917	7.907	26.504	24.547
01 a 180 dias	-	13.901	9.308	8.113	5.666	5.136	5.376	26.685	74.538	71.101
01 a 360 dias	-	27.802	16.451	14.305	9.537	8.753	9.446	37.873	107.139	102.733
Acima de 360 dias	-	179.609	100.642	70.949	46.210	43.670	47.128	222.941	711.149	652.002
Parcelas Vincendas	-	22.730	30.670	38.179	39.552	37.773	36.890	325.635	581.029	435.454
Até 14 dias	-	583	518	434	315	317	292	1.709	4.168	5.500
15 a 30 dias	-	20.202	7.202	6.197	3.718	2.683	7.086	43.630	54.382	44.382
01 a 60 dias	-	1.945	21.308	9.877	6.435	5.486	11.912	28.757	86.347	52.825
01 a 90 dias	-		695	21.118	7.552	3.308	21.068	18.888	71.629	48.994
01 a 180 dias	-		319	553	21.238	21.841	47.754	116.432	205.137	139.888
01 a 360 dias	-				235	838	1.478	115.507	118.058	117.177
Acima de 360 dias	-					8.860		16.960		
Subtotal	-	258.974	168.187	141.771	106.261	95.597	154.692	656.741	1.590.163	1.367.994
Total em 31/12/2022	-	6.327.466	35.999.926	24.842.054	10.507.737	736.750	20.461	251.072	65.641.355	47.921.869
Total em 31/12/2021	-	4.886.878	28.881.331	3.205.160	1.462.037	70.714	22.664	219.187	479.913.183.061	41.041.971
(1) A carteira em Curso Anon é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vincendas há mais de 14 dias, as quais são classificadas como operações em Curso Anon.										

NOTA 16 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Banrisul 31/12/2022	Banrisul 31/12/2021
Depósitos						
A Vista	4.802.548	-	-	-	4.802.548	4.687.506
Poupança ⁽¹⁾	11.294.457	-	-	-	11.294.457	11.565.559
Interfinanceiras	-	2.563.711	-	-	2.563.711	1.392.662
A Prazo ⁽²⁾	-	4.765.652	4.469.429	40.778.300	50.013.381	47.385.962
Outros Depósitos	14.685	-	-	-	14.685	14.158
Total	16.111.690	7.329.363	4.469.429	40.778.300	68.688.782	65.045.847
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	-12.501.695	-	-	-12.501.695	10.774.902
Total	-	-12.501.695	-	-	-12.501.695	10.774.902
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias	-	394.112	1.149.584	1.925.899	3.469.595	2.036.940
Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	394.112	1.149.584	1.925.899	3.469.595	2.036.940
Total	-	394.112	1.149.584	1.925.899	3.469.595	2.036.940
Dividas Subordinadas						
Divida Subordinada – Nível II ⁽⁴⁾	-	47.572	37.062	1.085.747	1.170.381	4.689.788
Divida Subordinada Marcação a Mercado (Nota 08)	-	41.275	37.224	1.090.494	1.168.993	4.673.265
Agio/Deságio e Encargos a Incorporar	-	6.297	(162)	(4.747)	1.388	16.523
Letras Financeiras Subordinadas – LFS ⁽⁵⁾	-	-	-	314.447	314.447	-
Total	-	47.572	37.062	1.400.194	1.484.828	4.689.788

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Banrisul Consolidado 31/12/2022	Banrisul Consolidado 31/12/2021
Depósitos						
A Vista	4.788.216	-	-	-	4.788.216	4.675.682
Poupança ⁽¹⁾	11.294.457	-	-	-	11.294.457	11.565.559
Interfinanceiras	-	2.563.711	-	-	2.563.711	1.392.662
A Prazo ⁽²⁾	-	4.765.652	3.409.436	40.778.300	48.953.388	46.626.153
Outros Depósitos	16.110	-	-	-	16.110	17.324
Total	16.098.783	7.329.363	3.409.436	40.778.300	67.615.882	64.277.380
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria ⁽³⁾	-	-12.421.035	-	-	-12.421.035	10.721.736
Total	-	-12.421.035	-	-	-12.421.035	10.721.736
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
Recursos de Letras Imobiliárias	-	394.111	637.073	1.925.899	2.957.083	1.738.001
Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	394.111	637.073	1.925.899	2.957.083	1.738.001
Total	-	394.111	637.073	1.925.899	2.957.083	1.738.001
Dividas Subordinadas						
Divida Subordinada – Nível II ⁽⁴⁾	-	47.572	37.062	1.085.747	1.170.381	4.689.788
Divida Subordinada Marcação a Mercado (Nota 8)	-	41.275	37.224	1.090.494	1.168.993	4.673.265
Agio/Deságio e Encargos a Incorporar	-	6.297	(162)	(4.747)	1.388	16.523
Letras Financeiras Subordinadas – LFS ⁽⁵⁾	-	-	-	314.447	314.447	-
Total	-	47.572	37.062	1.400.194	1.484.828	4.689.788

(1) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(2) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações. As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 99,14% e 0,86% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 82,11% (31/12/2021 - 81,39%) da variação do CDI, e para os pré-fixados 8,66% (31/12/2021 - 3,69%) ao ano. Do total de captações em depósito a prazo 69,10% (31/12/2021 - 63,62%) possuem condição de resgate antecipado previamente pactuada, cuja apropriação da despesa é efetuada pela taxa contábil para o vencimento, desconsiderando descontos ou reduções, aplicados quando o resgate for antecipado. As faixas de vencimento demonstradas não consideram a possibilidade do resgate antecipado.

(3) As captações por meio de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

(4) O Banco emitiu em 2012 duas tranches de Dividas Subordinadas no montante de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos) e US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos), pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022. Em 2015 ocorreu a recompra parcial da Divida Subordinada no valor de US\$251,81 milhões (251,81 milhões de dólares norte-americanos). Após a recompra remanesceu o saldo da divida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões. Esta divida é liquidada em fevereiro de 2022.

Em 28 de janeiro de 2021, o Banrisul realizou uma nova emissão de divida subordinada (TII II) no montante de US\$300 milhões (trezentos milhões de dólares) com juros anuais de 5,375%, pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra em 5 anos, conforme condições previamente acordadas pelo Offering Memorandum desta emissão.

(5) Em 16 de setembro de 2022, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Banrisul 31/12/2022	Banrisul Consolidado 31/12/2021
Obrigações por Empréstimos ⁽¹⁾					
Empréstimos no Exterior	363.665	649.320	-	1.012.985	1.021.299
Total	363.665	649.320	-	1.012.985	1.021.299
Obrigações por Repasses ⁽²⁾					
Repasse do País - Instituições Oficiais	1.935.819	150.951	387.213	2.473.983	1.394.823
Repasse do Exterior	1.946.469	13.307	391.160	2.571.987	1.394.823
Total	1.946.469	164.258	391.160	2.501.887	1.394.823

(1) São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incluindo a variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros as taxas entre 1,68% e 7,75% (31/12/2021 - 1,10% e 6,23%) ao ano.

(2) Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal e FINEP). Essas obrigações têm vencimentos mensais até novembro de 2023, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,90% a 8,00% (31/12/2021 - 0,90% a 8,00%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, URTJ-UJ, Cesta de Moedas, UPRAUD, TLP e SELIC), e nas obrigações pré-fixadas até 16,68% (31/12/2021 - 15,02%) ao ano.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de 10 anos, com opção de recompra pelo Banrisul a partir do 5º ano, contado da data de emissão. As Letras Financeiras Subordinadas estão autorizadas a comprar o Capital Nível II do Patrimônio de Referência do Banrisul, nos termos da Resolução BCN nº 122, de 2 de agosto de 2021.

Em 2021, o Banrisul realizou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no montante de R\$ 200.000 (trezentos milhões de reais) com remuneração de CDI mais 3,5% a.a., pelo prazo de

processos e rotinas, com metodologias, documentação e governança próprias, e seu objetivo principal é identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. O teste de estresse em si é um exercício de avaliação dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em uma carteira específica. Os testes de estresse fornecem uma indicação do nível apropriado de capital necessário para suportar as condições econômicas em deterioração. No âmbito da Estrutura de Gestão de Capital, é uma ferramenta que complementa outras abordagens e medidas de gerenciamento de risco, fornecendo, no mínimo, para o Planejamento Estratégico, para a RAS, para o CAAPSIMP e para o Plano de Capital.

O monitoramento e reporte dos requisitos de Capital são realizados por meio de Relatórios Gerenciais que contêm referências tanto quantitativas quanto qualitativas, para um determinado período, permitindo avaliação e a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. Esses relatórios são elaborados para reporte dos elementos da Gestão de Capital contemplam as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante do RWA e do PR, à análise de adequação e o monitoramento das projeções do Plano de Capital e da RAS. O monitoramento inclui também os limites mínimos exigidos pelo regulador, os limites mínimos definidos para o Banrisul e também os limites para manutenção de instrumentos elegíveis a capital.

Outros relatórios tempestivos podem ser necessários ou demandados pelos integrantes da estrutura de capital, que podem versar sobre as eventuais deficiências identificadas na própria estrutura de gestão, ou nos seus componentes, e ações para corrigi-las; a adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos pela Instituição e/; demais assuntos pertinentes. Todos os relatórios são enviados aos órgãos de governança definidos na Estrutura Institucional e de Gestão de Capital para apreciação.

Considerando-se o período reportado, o Banrisul atendeu a todos os requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

Índices de Capital

A apuração do Capital Regulamentar e dos Ativos Ponderados pelo Risco, que compõem o Demonstrativo de Limites Operacionais - DLO, tem como base de apuração o Conglomerado Prudencial, definido de acordo com os termos da Resolução nº 4.950/21 do CMN, e composto pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A., Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.

Consideram-se também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado, bem como as participações em cotas de fundos de investimentos nos quais as entidades integrantes deste conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, conforme disposto na regulamentação vigente, uma vez que fazem parte do escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial.

A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	9.291.817	9.021.832
Nível I	7.806.989	7.366.852
Capital Principal	7.806.989	7.366.852
Capital Social	5.205.891	5.205.891
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	4.325.934	3.965.326
Deduções do Capital Principal exceto Ativos Prudenciais	(115.668)	(122.955)
Ajustes Prudenciais	(2.041.085)	(1.681.410)
Ajustes Positivos ao Valor de Mercado de Derivativos Registrados no Passivo	431.917	-
Ativos Financeiros	1.484.828	1.654.980
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.484.828	1.654.980
RWA	62.781.652	48.966.064
RWA _{CND} (Risco de Crédito)	52.887.990	35.920.003
RWA _{MD} (Risco de Mercado)	1.458.546	3.325.767
RWA _{JUR} (Risco de Juros)	262.156	9.156
RWA _{JURIS} (Risco de Juros)	29	679
RWA _{ACS} (Risco de Ações)	38.462	25.282
RWA _{CMB} (Risco Taxa de Câmbio)	1.157.899	3.290.650
RWA _{OCN} (Risco Operacional)	8.435.116	9.720.294
Carteira Banking (IRBBB)	502.057	292.777
Margem sobre o PR, considerando Carteira Bancária após o Adicional de Capital Principal	3.236.521	3.832.448

Índice de Basileia	17,57%	18,42%
Índice de Nível I	14,76%	15,04%
Índice de Capital Principal	14,76%	15,04%
Índice de Imobilização	9,74%	8,59%
Razão de Alavancagem	6,78%	6,88%

A Resolução CMN nº 4.958/21 estabelece o percentual a ser aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela APCONSERVAÇÃO. O Banrisul deve atender apenas a este adicional. Assim, os percentuais aplicados, de acordo com cronograma do regulador, nos próximos períodos podem ser observados na tabela a seguir:

Exigência	A partir de 01/04/2022
Capital Principal	4,50%
Nível I	6,00%
PR	8,00%
ACP ^{CONSERVAÇÃO} ⁽¹⁾	2,50%
ACP ^{CONSERVAÇÃO} ⁽²⁾ (até)	2,50%
ACP ^{SISTEMA} (até)	2,00%
ACP ^{TOTAL} (até)	7,00%
Fator F	8,00%

(1) De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, estes adicionais ficam limitados a estes percentuais (%) máximos em relação ao RVATOTAL. Em caso de elevação, o percentual deverá ser divulgado pelo Base, com antecedência mínima de 12 meses.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para dezembro de 2022, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,00% para o Índice de Nível I e 4,50% para o Índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, neste período, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal. O PR alcançou R\$9.291.817 em dezembro de 2022, apresentando uma aumento de R\$269.985 frente a dezembro de 2021. A Circular nº 3.876/18 do Banco determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRBBB (Risco de Taxa de Juros do *Banking Book*), em substituição a RBAN, a partir de janeiro de 2019. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária é calculada através do *ΔVE (Variation of Economic Value of Equity*: variação do valor econômico) e *ΔNII (Variation of Net Interest Income*: variação do resultado da intermediação financeira).

Neste contexto, o IRBBB calculado para dezembro de 2022 foi de R\$502.057 quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2021 que ficou em R\$292.777, identifica-se um aumento de R\$209.280. Para o Cálculo da Margem do PR considerando a RBAN/IRBBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o adicional de capital principal - ACP mínimo requerido pelo regulador (2,5% a partir de abril de 2022).

Para o Cálculo da Margem do PR considerando a RBAN/IRBBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, Fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira, e o adicional de capital principal - ACP mínimo requerido pelo regulador (2,5% a partir de abril de 2022).

Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 17,57%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. Os Índice de Nível I e de Capital Principal foram 14,76% no mesmo período.

O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os limites mínimos exigidos pelo regulador.

NOTA 29 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) e Resolução CMN nº 4.818/20.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul possui a participação parcial concedida pela Resolução CMN nº 4.818/20. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas.

O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa do direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e o processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banrisul, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, resultados de direito das seguradoras quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de 10 anos, tendo preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.

O contrato prevê ajuste de preço ao final do 61º (sexagésimo primeiro) mês de vigência, em função da variação da taxa SELIC e das projeções de inflação. Desta forma, foi realizado cálculo de ajuste de preço pela área técnica do Banrisul e validado por assessoria externa independente. O valor do ajuste de preço apurado, conforme contrato, foi de R\$48.781, valor esse que está sendo diferido pelo restante do prazo do contrato. Este montante foi pago ao Estado do RS na data de 23 de julho de 2021, após a conclusão da formalização do termo aditivo ao contrato;

(ii) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

(iii) Coligadas: (i) Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. que atua na geração de crédito consignado; (ii) Banrisul Participações S.A. - BIPAR, holding que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada e da Rio Grande Capitalização; e (iii) VGBJ Tecnologia S.A. - VGBJV, empresa que encerrou atividades em 22/04/2021, atuou sob o nome fantasia de VeroGo, oferecia solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional;

(iv) Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;

(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e

(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administradas pelo Grupo Banrisul.

As principais transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(8.691.941)	(6.896.827)	(1.117.125)	(210.539)
Outros Ativos	4.288	31	-	-
Depósitos à Vista	(1.199.429)	(1.021.381)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(7.489.225)	(5.863.743)	(1.114.577)	(208.097)
Outros Passivos	(7.575)	(11.734)	(2.574)	(2.442)
Empresas Controladas e Fundo de Investimento	(2.354.498)	(1.831.910)	1.353	73.050
Títulos e Valores Mobiliários	20.905	-	-	-
Outros Ativos Financeiros	147.363	-	-	7
Outros Ativos	25.357	168.647	155.329	125.933
Depósitos à Vista	(14.332)	(11.745)	-	-
Depósitos a Prazo	(1.059.994)	(759.598)	(85.180)	(25.573)
Captações no Mercado Aberto	(80.660)	(53.166)	(8.347)	(2.122)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(512.511)	(298.393)	(48.225)	(13.808)
Outros Passivos Financeiros ⁽²⁾	(679.841)	(859.212)	-	-
Outros Passivos	(1.736)	(1.897)	(12.224)	(11.387)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(1.402)	(1.245)	(16.134)	(15.965)
Outros Passivos	(1.402)	(1.245)	(16.134)	(15.965)
Total	(11.047.842)	(8.729.982)	(1.133.932)	(153.451)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(2) Referem-se principalmente a direitos a receber referentes a Banciomas e cartões das bandeiras Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul.

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(8.691.941)	(6.896.667)	(1.117.125)	(210.486)
Outros Ativos Financeiros	-	160	26	53
Outros Ativos	4.288	31	-	-
Depósitos à Vista	(1.199.429)	(1.021.381)	-	-
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(7.489.225)	(5.863.743)	(1.114.577)	(208.097)
Outros Passivos	(7.575)	(11.734)	(2.574)	(2.442)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(1.402)	(1.245)	(16.134)	(15.965)
Outros Passivos	(1.402)	(1.245)	(16.134)	(15.965)
Total	(8.693.343)	(6.897.912)	(1.133.259)	(226.451)

(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

(b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração**
Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Risco, conforme determina o Estatuto Social.

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Benefícios de Curto Prazo a Administradores	22.832	20.827
Remuneração	17.447	15.944
Encargos Sociais	5.385	4.883
Benefícios Pós-Emprego	684	544
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾	684	544
Total	23.516	21.371

(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.

O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$2.000.

(c) Participação Aciionária

Em 31 de dezembro de 2022, os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco possuem, em conjunto, uma participação acionária no total de 3.093 ações, conforme Nota 21(a).

NOTA 30 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

(i) **Instrumentos Financeiros Mensurados ao Valor Justo** - a determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Banrisul utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1** - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento sem modificação;
- Nível 2** - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos têm base nos dados de mercados observáveis; e
- Nível 3** - técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativamente não se baseia em dados de mercado observáveis.

Mensuração ao valor justo no período findo em 31 de dezembro de 2022:

	Banrisul			Banrisul Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Títulos Mantidos para Negociação	8.674.102	-	8.674.102	8.895.920	13.378	8.909.298
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.921.981	-	5.921.981	5.931.397	-	5.931.397
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.732.890	-	2.732.890	2.732.890	-	2.732.890
Ações de Cias Abertas	19.231	-	19.231	19.231	-	19.231
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	212.402	13.378	225.780
Títulos Disponíveis para Venda	-	71.614	71.614	2.256	50.723	52.979
Cotas de Fundo de Investimento	-	46.339	46.339	2.256	25.434	27.690
Certificados de Privatização	-	-	-	-	14	14
Outros	-	25.275	25.275	-	25.275	25.275
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	8.674.102	71.614	8.745.716	8.898.176	64.101	8.962.277
Passivos Financeiros						
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	670.298	670.298	-	670.298	670.298
Dívida Subordinada	-	1.170.381	1.170.381	-	1.170.381	1.170.381
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	1.840.679	1.840.679	-	1.840.679	1.840.679

Mensuração ao valor justo no período findo em 31 de dezembro de 2021:

	Banrisul			Banrisul Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros						
Títulos Mantidos para Negociação	8.288.943	-	8.288.943	8.572.292	11.870	8.584.162
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.276.302	-	8.276.302	8.284.663	-	8.284.663
Ações de Cias. Abertas	12.641	-	12.641	12.641	-	12.641
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	274.988	11.870	286.858
Títulos Disponíveis para Venda	-	34.035	34.035	2.307	13.961	16.268
Cotas de Fundo de Investimento	-	34.035	34.035	2.307	13.947	16.254
Certificados de Privatização	-	-	-	-	14	14
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	841.900	841.900	-	841.900	841.900
Total de Ativos Mensurados ao Valor Justo	8.288.943	875.935	9.164.878	8.574.599	867.731	9.442.330
Passivos Financeiros						
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	136.170	136.170	-	136.170	136.170
Dívidas Subordinadas	-	4.689.788	4.689.788	-	4.689.788	4.689.788
Total de Passivo Mensurado ao Valor Justo	-	4.825.958	4.825.958	-	4.825.958	4.825.958

O Banrisul não dispõe de instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

(ii) **Instrumentos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo** - a tabela a seguir resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que foram apresentados pelo custo amortizado.

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2022		31/12/2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.521.401	3.532.137	3.521.401	3.532.137
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	10.798.526	10.798.526	10.798.526	10.798.526
Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾	30.480.767	30.497.243	30.492.530	30.508.962
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros				
Créditos com Característica de Crédito ⁽²⁾	49.121.869	44.613.038	49.121.869	44.613.038
Outros Ativos Financeiros	3.553.046	3.553.046	6.087.071	6.087.071
Total	97.475.609	92.993.990	100.021.397	95.539.734
Passivos Financeiros ⁽³⁾				
Depósitos (a)	68.688.782	68.658.923	67.615.882	67.586.023
Captações no Mercado Aberto (b)	12.501.695	12.501.695	12.421.035	12.421.035
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (a)	3.469.595	3.472.239	2.957.083	2.959.728
Dívidas Subordinadas (a)	314.447	317.205	314.447	317.205
Obrigações por Empréstimos (c)	1.012.985	1.012.985	1.012.985	1.012.985
Obrigações por Represses (d)	2.501.887	2.501.887	2.501.887	2.501.887
Outros Passivos Financeiros	8.407.411	8.407.411	9.810.998	9.810.998
Total	96.896.802	96.872.345	96.634.317	96.609.861

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

Demonstrações Financeiras

Dezembro 2022



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	9
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS.....	11
1. Contexto operacional	11
2. Apresentação das demonstrações financeiras	11
3. Principais práticas contábeis.....	12
4. Caixa e equivalentes de caixa	14
5. Títulos e valores mobiliários	15
6. Outros ativos financeiros	16
7. Outros ativos	16
8. Depósitos.....	16
9. Outros passivos financeiros	17
10. Outros passivos	17
11. Operações com partes relacionadas	17
12. Patrimônio Líquido	18
13. Imposto de renda e contribuição social	19
14. Resultado de títulos e valores mobiliários	20
15. Receitas de prestação de serviços.....	20
16. Outras despesas administrativas	21
17. Resultado recorrente e não recorrente.....	21
18. Gerenciamento de riscos	21
19. Provisão para riscos cíveis e passivos contingentes	21
20. Plano para implementação da resolução CMN nº 4.966/2021	22
PARECER DO CONSELHO FISCAL	23
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Valores:

Ética, patrimônio a preservar;
Transparência como filosofia;
Segurança como diferencial competitivo;
Responsabilidade, compromisso com as pessoas;
Rentabilidade, questão de sobrevivência;
Satisfação do cliente como resultado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Banrisul Corretora”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Desempenho Financeiro

Ativos Totais – Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais da Banrisul Corretora alcançaram R\$174,2 milhões em relação ao montante de R\$126,7 milhões registrado no exercício de 2021. Na composição do ativo, os títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez e às disponibilidades apresentaram maior representatividade, com 66,9% do total, os outros ativos financeiros 32,5% e os outros ativos 0,6%. Conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Banrisul Corretora possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” no valor total de R\$13,0 milhões.

Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido atingiu R\$105,4 milhões no exercício de 2022. A expansão de R\$10,8 milhões ou 11,4% comparado com R\$94,6 milhões apurado no final do exercício de 2021 reflete a incorporação dos resultados gerados no período de 2022.

Lucro Líquido – O lucro líquido no exercício de 2022 alcançou R\$14,1 milhões, 87,7% superior ao lucro de R\$7,5 milhões registrado no mesmo período de 2021.

Desempenho Operacional

Em relação aos resultados obtidos no ano de 2022, a Banrisul Corretora intermediou R\$5,4 bilhões em operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, representando uma redução de 5,5% em relação ao mesmo período de 2021. Fatores macroeconômicos, domésticos e globais adversos, em decorrência de perspectivas de crescimento global abaixo do potencial, trouxeram volatilidade para os ativos financeiros em ambiente inflacionário pressionado, e os sucessivos aumentos de juros ocorridos ao longo do ano afugentaram os investidores do mercado de renda variável pelo retorno ajustado ao risco proporcionado pelos ativos de renda fixa. Além disso, a competição pelo público investidor tem promovido redução de tarifas de corretagem em operações de bolsa de valores, contribuindo para a redução observada nos últimos doze meses.

Modernização Tecnológica

No exercício de 2022, foram implementadas as seguintes ações: aperfeiçoamento do informe de rendimentos para fins de Declaração de Imposto de Renda, que passou a consolidar dados relacionados às aplicações em Ouro e depósitos em contas registro mantidas pelos clientes; implementação do *dashboard* no aplicativo Banrisul Digital onde os clientes visualizam a sua posição de investimentos na Corretora de Valores; execução de melhoria na experiência dos clientes nos sistemas Home Broker e APP da Corretora com a exclusão do duplo fator de identificação no acesso (foi mantido apenas na boletagem de operações); implementação dos testes de estresse que culminaram com a divulgação do SLA (*Service Level Agreement* - Acordo de Nível de Serviço) esperado para

os usuários das plataformas da Banrisul Corretora; instalação da nova versão do sistema de BackOffice (Sinacor); e, início, frente a ajustes e devidas homologações, à transmissão de ordens recebidas pela mesa de operações pelo sistema Series 4, que realiza validações de pré-trading para Suitability, Line-5, produtos complexos e produtos restritos para clientes qualificados.

Adicionalmente, teve-se o início do envio das informações dos dados transacionais dos clientes da Banrisul Corretora na Fase 4 do Openfinance (anteriormente denominado de Openbanking).

Administração de Recursos de Terceiros

Os fundos de investimento apresentaram patrimônio líquido de R\$15,9 milhões em 31 de dezembro de 2022, ante R\$14,2 milhões do mesmo período de 2021, resultando em um crescimento de 11,8% no ano. A receita com a taxa de administração dos fundos de investimento registrou valores na ordem de R\$33,0 milhões no ano de 2022.

No exercício de 2022 foram constituídos dois novos fundos de investimento destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com política de investimento em títulos públicos federais, sendo um com carência de resgate em 2024 (NTN-B2024) e outro com carência em 2027 (NTN-B2027), cujos patrimônios atingiram R\$473,2 milhões, no final do ano.

Política de Distribuição de Dividendos

A Banrisul Corretora tem como característica provisionar os dividendos mínimos exigidos no encerramento de cada semestre, remunerando os seus acionistas anualmente. No exercício de 2022 foi provisionado o montante de R\$3,3 milhões.

Gestão de Risco

A Banrisul Corretora, por intermédio de seu controlador, Banrisul, líder do conglomerado, aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas atendem à legislação aplicável para risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e gestão de capital.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		<u>159.083</u>	<u>119.398</u>
Disponibilidades	4	76	46
Instrumentos financeiros		<u>158.961</u>	<u>119.336</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	80.660	53.166
Títulos e valores mobiliários	5	22.809	44.299
Outros ativos financeiros	6	55.492	21.871
Outros ativos	7	46	16
Não Circulante		<u>15.082</u>	<u>7.319</u>
Realizável a longo prazo		<u>14.811</u>	<u>6.994</u>
Instrumentos financeiros		<u>14.026</u>	<u>6.567</u>
Títulos e valores mobiliários	5	13.000	5.616
Outros ativos financeiros	6	1.026	951
Ativos por impostos diferidos	13 (b)	785	427
Imobilizado de uso		1.070	1.070
Intangível		53	72
Depreciações e amortizações		(852)	(817)
Total do ativo		<u>174.165</u>	<u>126.717</u>
Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		<u>66.659</u>	<u>30.030</u>
Depósitos e demais passivos financeiros		<u>52.407</u>	<u>22.418</u>
Depósitos	8	1.426	3.166
Outros passivos financeiros	9	50.981	19.252
Outros passivos	10	14.252	7.612
Não Circulante		<u>2.132</u>	<u>2.092</u>
Exigível a longo prazo		<u>2.132</u>	<u>2.092</u>
Obrigações fiscais diferidas	13 (b)	823	1.026
Provisões para riscos cíveis	19	1.309	1.066
Patrimônio líquido		<u>105.374</u>	<u>94.595</u>
Capital social	12 (a)	80.000	80.000
Reservas de lucros		29.861	19.082
Outros resultados abrangentes		3	3
Ações em tesouraria		(4.490)	(4.490)
Total do passivo		<u>174.165</u>	<u>126.717</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		2º Semestre	Exercício	
	Nota	2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		<u>7.117</u>	<u>12.707</u>	<u>4.411</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14	7.117	12.707	4.411
Resultado bruto da intermediação financeira		7.117	12.707	4.411
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>8.207</u>	<u>11.269</u>	<u>8.892</u>
Receitas de prestação de serviços	15	23.001	39.204	33.560
Despesas de pessoal	11 (b)	(1.856)	(3.434)	(2.909)
Outras despesas administrativas	16	(10.647)	(20.438)	(17.808)
Despesas tributárias		(2.540)	(4.427)	(3.412)
Outras receitas operacionais		434	872	757
Outras despesas operacionais		(106)	(265)	(230)
Provisões para riscos cíveis	19	(79)	(243)	(1.066)
Resultado operacional		15.324	23.976	13.303
Resultado antes da tributação sobre o lucro		15.324	23.976	13.303
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(6.292)</u>	<u>(9.840)</u>	<u>(5.771)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.135)	(10.401)	(5.631)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(157)	561	(140)
Lucro líquido do semestre/exercícios		<u>9.032</u>	<u>14.136</u>	<u>7.532</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$		<u>0,3018</u>	<u>0,4724</u>	<u>0,2517</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>9.032</u>	<u>14.136</u>	<u>7.532</u>
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios			
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(1)	-	<u>2</u>
Títulos disponíveis para venda	(1)	-	<u>2</u>
Variação de valor de mercado	(1)	-	2
Efeito fiscal	-	-	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do semestre/exercícios	(1)	-	2
Total do resultado abrangente do semestre/exercícios, líquido de imposto de renda e contribuição social	<u>9.031</u>	<u>14.136</u>	<u>7.534</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Para expansão				
Em 01 de janeiro de 2021		80.000	4.793	5.826	2.720	1	-	(4.490)	88.850
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	2	-	-	2
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.532	-	7.532
Destinação do lucro									
Reservas		-	376	1.883	3.484	-	(5.743)	-	-
Dividendos propostos	12 (f)	-	-	-	-	-	(1.789)	-	(1.789)
Em 31 de dezembro de 2021		80.000	5.169	7.709	6.204	3	-	(4.490)	94.595
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.136	-	14.136
Destinação do lucro									
Reservas		-	707	3.534	6.538	-	(10.779)	-	-
Dividendos propostos	12 (f)	-	-	-	-	-	(3.357)	-	(3.357)
Em 31 de dezembro de 2022		80.000	5.876	11.243	12.742	3	-	(4.490)	105.374
Em 01 de julho de 2022		80.000	5.424	8.986	8.564	4	-	(4.490)	98.488
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	9.032	-	9.032
Destinação do lucro									
Reservas		-	452	2.257	4.178	-	(6.887)	-	-
Dividendos propostos	12 (f)	-	-	-	-	-	(2.145)	-	(2.145)
Em 31 de dezembro de 2022		80.000	5.876	11.243	12.742	3	-	(4.490)	105.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXAEXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
			(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	9.283	13.853	8.823
Lucro líquido do semestre/exercícios	9.032	14.136	7.532
Ajustes do lucro líquido	251	(283)	1.291
Depreciação e amortização	15	35	85
Tributos diferidos	157	(561)	140
Provisão para passivos contingentes	79	243	1.066
Variação nos ativos e obrigações	1.351	22.815	(1.240)
(Aumento) Redução em títulos para negociação	(1.435)	21.490	(1.946)
(Aumento) em outros ativos financeiros	(42.371)	(33.696)	(17.450)
(Aumento) Redução em outros ativos	1.146	(30)	46
(Redução) em depósitos	(2)	(1.740)	(250)
Aumento em outros passivos financeiros	40.110	31.729	15.422
Aumento em outros passivos	5.637	11.286	6.278
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.734)	(6.224)	(3.340)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.634	36.668	7.583
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) em títulos mantidos até o vencimento	(836)	(7.384)	(269)
Redução em outros ativos intangíveis	-	19	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(836)	(7.365)	(269)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(1.779)	(499)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(1.779)	(499)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.798	27.524	6.815
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	70.938	53.212	46.397
Disponibilidades	70	46	36
Aplicações interfinanceiras de liquidez	70.868	53.166	46.361
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	80.736	80.736	53.212
Disponibilidades	76	76	46
Aplicações interfinanceiras de liquidez	80.660	80.660	53.166
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.798	27.524	6.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de reais)

		2º Semestre	Exercício	
	Nota	2022	2022	2021
				(Reapresentado)
Receitas		30.552	52.783	38.728
Intermediação financeira		7.117	12.707	4.411
Prestação de serviços		23.001	39.204	33.560
Outras		434	872	757
Insumos adquiridos de terceiros		(10.669)	(20.596)	(18.751)
Serviços de terceiros		(10.286)	(19.637)	(17.018)
Água e energia		(32)	(75)	(68)
Comunicações		(253)	(534)	(598)
Materiais		(1)	(5)	(1)
Outros		(97)	(345)	(1.066)
Valor adicionado bruto		19.883	32.187	19.977
Depreciação e amortização		(15)	(35)	(85)
Valor adicionado a distribuir		19.868	32.152	19.892
Distribuição do valor adicionado		19.868	32.152	19.892
Pessoal		1.531	2.841	2.425
Remuneração	11 (b)	1.383	2.577	2.203
Benefícios	11 (b)	62	110	100
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		86	154	122
Impostos, taxas e contribuições		9.184	14.918	9.684
Federais		8.019	12.929	7.988
Municipais		1.165	1.989	1.696
Remuneração de capitais de terceiros		121	257	251
Aluguéis		121	257	251
Remuneração de capitais próprios		9.032	14.136	7.532
Lucros retidos		6.887	10.779	5.743
Dividendos propostos	12 (f)	2.145	3.357	1.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul, e está estabelecida no Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Banrisul Corretora opera no mercado de capitais como intermediadora nas operações de renda variável — mercados à vista, de opções, de termo e de futuro — e nas de renda fixa e Tesouro Direto, junto a B3 S.A. A partir de 04 de janeiro de 2021 a Banrisul Corretora passou a ser o administrador pleno dos fundos de investimentos de renda fixa, renda variável e multimercado do conglomerado Banrisul.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, considerando o pressuposto da continuidade, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN as quais incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, regulamentação do Conselho Monetário Nacional – CMN e BACEN, sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Além disso, são inteiramente observados pela Banrisul Corretora, quando aplicável, os pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aprovados pelo CMN e BACEN.

Adicionalmente, esta divulgação observou especialmente a Resolução BCB nº 02/2020 que consolida os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A presente demonstração financeira está apresentada em Reais (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O Conselho de Administração da Banrisul Corretora autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2023.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 2021, exceto nos casos demonstrados na tabela comparativa a seguir.

Após revisão da estrutura de todas Demonstrações Financeiras de 2022, foram efetuadas reclassificações na Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado. Esse procedimento foi realizado com o objetivo de melhorar a qualidade e consistência dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, os saldos comparativos relativos a 31 de dezembro de 2021 também foram reclassificados conforme demonstrado abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentação)
Outras despesas operacionais	(1.296)	1.066	(230)
Provisões para riscos cíveis	-	(1.066)	(1.066)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentação)
Redução em outros ativos	2.175	(2.129)	46
Aumento em outros passivos	2.938	3.340	6.278
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.129)	(1.211)	(3.340)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
	Publicado em 31/12/2021	Reclassificações	31/12/2021 (Reapresentação)
Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros	(17.036)	18	(17.018)
Impostos, taxas e contribuições			
Municipais	1.678	18	1.696

Quanto às normas recentemente emitidas destaca-se a Resolução CMN nº 4.966/2021, a qual entrará em vigor em 01 de janeiro de 2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01 de janeiro de 2022, para os quais a Companhia não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis para o exercício vigente.

A nova regulamentação, aplicável às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, diz respeito à classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros. A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros, ou seja, ao IFRS 9 - *International Financial Reporting Standards 9*.

Este normativo determinou a elaboração, até 31.12.2022, de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na resolução, devendo esse plano ser divulgado, de forma resumida, nas notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2022.

A nota explicativa nº 20 apresenta as informações relacionadas ao Plano de Implementação, conforme determinado no artigo 76, e a partir de 2025, a Companhia passará a evidenciar em suas demonstrações as informações requeridas de acordo com a exigência da norma.

3. Principais práticas contábeis

- a) **Apuração do resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período com base no regime de competência.

b) Receitas de prestação de serviços - Compostas pelas rendas de corretagem por intermediação de operações em Bolsa de Valores e pelas rendas de administração de fundos de investimento.

A receita de corretagem é apropriada conforme data do pregão decorrente da intermediação das negociações de investimentos, compra e venda de ativos, de renda fixa e renda variável, de seus clientes junto à B3 S.A.

A taxa de administração dos fundos de investimento é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada diariamente, deduzida da parcela repassada ao canal distribuidores.

c) Mensuração a valor presente - O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Títulos e valores mobiliários - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

g) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

h) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

i) Imobilizado de uso - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

j) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

k) Ativos, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional - CMN e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

l) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 15% para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária. A CSLL teve sua alíquota alterada de 15% para 20% no período de 01.07.2021 a 31.12.2021 e a partir de janeiro de 2022 a mesma voltou a ser de 15%, de acordo com o art. 1º da Lei nº 14.183/21. No período de 01.08.2022 a 31.12.2022, conforme o art. 1º da Lei nº 14.446/22, foi modificada a alíquota da CSLL, de 15% para 16%.

Os ativos fiscais ou obrigações fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. Os saldos totais apresentam-se discriminados na nota explicativa nº 13.

m) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Lucro por ação - A Banrisul Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação ao final do exercício correspondente ao resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Disponibilidades	76	46
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	80.660	53.166
Total	80.736	53.212

(1) Representadas exclusivamente por operações compromissadas oriunda de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), rentabilizada pela Selic, com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais, a Banrisul Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA) e para as Letras Financeiras é adotado um modelo de precificação, que utiliza a média das taxas CDI destes ativos em Instituições Financeiras no mercado.

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2022	2021
Para negociação	22.795	44.285
Disponíveis para venda	14	14
Mantidos até o vencimento	13.000	5.616
Total da carteira	35.809	49.915
Circulante	22.809	44.299
Não circulante	13.000	5.616

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2022		2021
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras	-	-	24.054
Letras financeiras do tesouro (LFT) ¹	9.416	9.416	8.361
Fundos de investimento ¹	13.379	13.379	11.870
Total	22.795	22.795	44.285

(1) Vinculados à prestação de garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2022		2021
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Sem vencimento			
Certificados de privatização	14	14	14
Total	14	14	14

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2022		2021
	Valor de custo/ contábil	Valor de mercado	Valor de custo/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras	6.688	6.681	-
Letras financeiras do tesouro (LFT) ¹	6.312	6.267	5.616
Total	13.000	12.948	5.616

(1) Vinculados à prestação de garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão

A administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Banrisul Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros ativos financeiros

	2022	2021
a) Rendas a receber:	<u>4.541</u>	<u>2.470</u>
Serviços prestados a receber	4.541	2.470
b) Negociação e intermediação de valores:	<u>50.951</u>	<u>19.401</u>
Caixa de registro e liquidação	49.014	-
Devedores - Conta liquidações pendentes	1.937	19.401
c) Devedores por depósitos de garantia:	<u>1.026</u>	<u>951</u>
Depósitos judiciais	1.026	951
Total - Outros ativos financeiros	<u>56.518</u>	<u>22.822</u>
Circulante	55.492	21.871
Não Circulante	1.026	951

7. Outros ativos

	2022	2021
a) Impostos e contribuições a compensar:	<u>6</u>	<u>1</u>
Outros impostos e contribuições a compensar	6	1
b) Diversos:	<u>40</u>	<u>15</u>
Despesas antecipadas	40	15
Total - Outros ativos	<u>46</u>	<u>16</u>
Circulante	46	16

8. Depósitos

	2022	2021
a) Depósitos	<u>1.426</u>	<u>3.166</u>
Recursos disponíveis de clientes ¹	1.426	3.166
Total - Depósitos	<u>1.426</u>	<u>3.166</u>
Circulante	1.426	3.166

(1) Saldo dos recursos líquidos em conta de registro de clientes, não comprometidos em operações, em atendimento à Instrução Normativa BACEN nº 271 de 01 de abril de 2022 que revogou e substituiu a Instrução Normativa BACEN nº 66 de 28 de dezembro de 2020.

9. Outros passivos financeiros

	2022	2021
a) Negociação e intermediação de valores:	50.981	19.252
Caixa de registro e liquidação	-	16.401
Comissões e corretagens a pagar	143	99
Credores - Conta liquidações pendentes	50.687	2.752
Valores a devolver à clientes	151	-
Total – Outros passivos financeiros	50.981	19.252
Circulante	50.981	19.252

10. Outros passivos

	2022	2021
a) Sociais e estatutárias:	3.372	1.796
Dividendos propostos ¹	3.372	1.796
b) Fiscais e previdenciárias:	8.310	3.836
Impostos e contribuições sobre o lucro	7.596	3.419
Impostos e contribuições a recolher	714	417
c) Obrigações diversas:	2.570	1.980
Obrigações por aquisição de bens e direitos	415	425
Provisão para pagamentos a efetuar	21	-
Valores a pagar a sociedades ligadas ²	2.134	1.555
Total – Outros passivos	14.252	7.612
Circulante	14.252	7.612

(1) Dividendos propostos e a pagar.

(2) Convênio de prestação de serviços firmado entre Banrisul e Banrisul Corretora conforme destacado na nota 11 (a).

11. Operações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2022	2021	2022	2021
a) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Controlador				
Disponibilidades	76	46	-	-
Aplicações no mercado aberto	80.660	53.166	8.347	2.122
Letras Financeiras	6.688	24.054	1.101	1.252
Convênio prestação de serviços	(2.134)	(1.555)	(16.020)	(13.456)
Comissões	-	(7)	(33)	(7)
Dividendos	(3.308)	(1.762)	-	-
Outras rendas não operacionais ¹	-	-	128	-

(1) Indenização para futuros reparos de imóvel conforme termo de rescisão de contrato de comodato entre as partes Comodante Banrisul Corretora e Comodatário Banrisul.

A Banrisul Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Banrisul Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.636/18 do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

	2º Semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
Remuneração	1.383	2.577	2.203
Benefícios	62	110	100
Encargos Sociais	411	747	606
Total	1.856	3.434	2.909

A Banrisul Corretora remunerou seus administradores durante o ano de 2022 em R\$3.434 (2021 - R\$2.909). Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Banrisul Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

c) Outras informações com partes relacionadas - A Banrisul Corretora realiza operações com membros do pessoal-chave da Administração, incluindo seus familiares, no mercado de renda variável e renda fixa. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$80.000 e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$2,00 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas e 80.000 (oitenta mil) preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento, com valor contábil correspondente a R\$4.490.252,00.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária – Conforme previsto no Estatuto Social será constituída por uma parcela não superior a 25% do lucro líquido do exercício e com a finalidade de proporcionar recursos para o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos, não podendo ultrapassar, somada as demais reservas, o limite do capital social.

e) Reserva para Expansão - Conforme previsto no Estatuto Social a Banrisul Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Feitas as deduções de destinações legais e estatutárias conforme Estatuto Social da companhia, o lucro líquido do exercício ainda remanescente será aplicado como segue: **(i)** Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de

25% (vinte e cinco por cento); (ii) Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, será também distribuído dividendo não superior àquele aos titulares das ações ordinárias; (iii) Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois dos pagamentos (i) e (ii) acima, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o “quantum” necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei e (iv) o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2º Semestre		Exercício
	2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>9.032</u>	<u>14.136</u>	<u>7.532</u>
Constituição de reservas			
Legal	(452)	(707)	(376)
Base de cálculo de dividendos	<u>8.580</u>	<u>13.429</u>	<u>7.156</u>
Dividendos propostos - 25%	<u>2.145</u>	<u>3.357</u>	<u>1.789</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre		Exercício
	2022	2022	2021
a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>15.324</u>	<u>23.976</u>	<u>13.303</u>
Adições (Exclusões) - Permanentes	285	546	686
Adições (Exclusões) - Temporárias	(392)	1.403	(554)
(=) Base do IRPJ	<u>15.217</u>	<u>25.925</u>	<u>13.435</u>
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	(42)	(78)	(72)
(=) Base da CSLL	<u>15.175</u>	<u>25.847</u>	<u>13.363</u>
Imposto de Renda - corrente	(3.792)	(6.457)	(3.335)
Contribuição Social - corrente	(2.412)	(4.013)	(2.336)
Incentivos Fiscais	69	69	40
Total IRPJ e CSLL - correntes	<u>(6.135)</u>	<u>(10.401)</u>	<u>(5.631)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	(157)	561	(140)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(6.292)</u>	<u>(9.840)</u>	<u>(5.771)</u>

(1) A Lei nº 14.446 de 02/09/22, Art. 1º, alterou a alíquota da CSLL do setor financeiro elevando-a de 15% para 16% a partir da competência agosto de 2022. Em 01/01/2023, a CSLL retornará para alíquota de 15%.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Em 31 de dezembro de 2022, a Banrisul Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

- Ativos por Impostos diferidos

Os saldos relativos aos ativos por impostos diferidos estão representados na tabela abaixo:

	31/12/2021	Constituição (Realização)	31/12/2022
Provisões temporárias - Cíveis	427	97	524
Provisões temporárias - Provisões passivas	-	261	261
Total do ativo fiscal diferido	<u>427</u>	<u>358</u>	<u>785</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2023	292	486	778
2027	3	4	7
Total 31.12.2022	295	490	785
Total 31.12.2021	160	267	427

O valor presente dos créditos tributários é de R\$701 calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa selic, projetada para os períodos correspondentes.

- Obrigações fiscais diferidas

Os saldos relativos a obrigações fiscais diferidas estão representados na tabela abaixo:

	31/12/2021	(Constituição) Realização	31/12/2022
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(2)	-	(2)
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	(1.024)	203	(821)
Total do passivo fiscal diferido	(1.026)	203	(823)

14. Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.847	8.347	2.122
Resultado de títulos de renda fixa	1.429	2.852	1.759
Rendas de aplicações em fundos de Investimento	841	1.508	530
Total	7.117	12.707	4.411

15. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
Rendas de administração de fundos de investimento	19.691	32.927	24.957
Rendas de corretagens em operações em bolsas	3.214	6.103	8.551
Rendas de comissões	12	16	9
Rendas de outros serviços	84	158	43
Total	23.001	39.204	33.560

16. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
Comunicações	253	534	598
Processamentos de dados	855	1.704	1.512
Serviços do sistema financeiro	435	864	824
Serviços de terceiros	7.675	14.632	11.960
Comissões de intermediação financeira	721	1.309	1.695
Serviços técnicos especializados	385	683	473
Propaganda e publicidade	9	84	166
Aluguéis	121	257	251
Outras	193	371	329
Total	10.647	20.438	17.808

17. Resultado recorrente e não recorrente

De acordo com o artigo 34 da Resolução BCB nº 2/2020 do BACEN considera-se resultado não recorrente o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Evidenciamos a seguir os eventos considerados não recorrentes na Banrisul Corretora para os períodos indicados:

	2º Semestre	Exercício	
	2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercícios	9.032	14.136	7.532
Ajustes eventos não recorrentes	(133)	(122)	(242)
Ganhos de capital	(5)	(13)	(17)
Recuperações diversas ¹	-	-	(225)
Perdas em títulos patrimoniais	-	19	-
Outras rendas não operacionais ²	(128)	(128)	-
Ajustes efeito fiscal ³	61	57	108
Lucro líquido recorrente	8.960	14.071	7.398

(1) Recuperação de Investimento - Massa Falida Banco Santos

(2) Indenização para futuros reparos de imóvel conforme destacada na nota 11

(3) Tributos incidentes: Pis, Cofins, IRPJ e CSLL.

18. Gerenciamento de riscos

A Banrisul Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro, no que tange a estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul.

19. Provisão para riscos cíveis e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 a Banrisul Corretora figurava como parte em processos judiciais de natureza cível no montante de R\$1.309 (31/12/2021 – R\$1.066), classificados como perda provável, que foram integralmente provisionados, decorrentes, principalmente, de pedidos de cobrança por dano material e/ou moral e de exigir contas para apresentação de documentos.

Existem processos que, de acordo com análise efetuada pela assessoria jurídica do Banrisul, são considerados como perda possível, no montante de R\$353 (31/12/2021 – R\$296), desta forma não foram provisionados contabilmente. Estas contingências são decorrentes de pedidos por indenização por dano material e/ou moral e de cobrança. Ainda, dentre os processos com probabilidade de perda possível a Banrisul Corretora é parte da Ação Popular 001/1.05.0252690-8, entretanto, devido à incerteza na mensuração da perda, esta não consta no montante de R\$353 supracitado.

Ainda, no exercício de 2022 a Banrisul Corretora não figurou como parte em processos judiciais de natureza fiscal. Com relação à natureza trabalhista, somente constam processos classificados como remotos.

	Cíveis
Saldo inicial em 31/12/2021	1.066
Constituição de provisão	12
Atualização monetária	236
Reversão de provisão	(5)
Saldo final em 31/12/2022	1.309

20. Plano para implementação da resolução CMN nº 4.966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre a classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma entra em vigor em janeiro de 2025, objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Sabe-se que possíveis complementações à esta resolução deverão ser publicadas pelo BACEN e que poderão conduzir a alterações do planejamento inicial.

A implementação nos processos da companhia de todos os requerimentos da norma, irá envolver diversas áreas e os possíveis impactos da adoção da metodologia, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis de 2024 conforme requerido pelo artigo 78 da Resolução nº 4.966/2021, ainda estão sendo apurados. Desta forma o Banrisul, grupo do qual a companhia é integrante, realizou treinamento interno envolvendo as pessoas das áreas de negócios que serão impactadas e como trata-se de tema extremamente complexo, o qual exige conhecimentos específicos procedeu a contratação de Consultoria Especializada, focada nos impactos em todas as empresas componentes do Grupo Banrisul, com o seguinte escopo de trabalho: Etapa 1 Revisão de Diagnóstico e Plano de Implementação e Etapa 2 Implementação Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB Nº 219/22.

A companhia está buscando evoluir com o desafio de conduzir as mudanças em sincronia com as diversas áreas, estabelecendo todos os controles adequados para a implementação dos trabalhos de atendimento da norma dentro do prazo estabelecido pelo Bacen. Desta forma, foram mapeados planos de ação visando identificar os principais processos que serão impactados pela nova resolução e elaborado o plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida no normativo o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração permanecendo à disposição do BACEN.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/76, e de acordo com as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2023.

Flávia Colossi Frey

Roger da Rocha Pozzi

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, aos Conselheiros e aos Acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio (“Banrisul Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banrisul Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Banrisul Corretora, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Corretora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Corretora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 8 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria

Alexandre Pedro Ponzi

Diretor - Presidente

Carmem Paludo

Diretora

Odete Teresinha Bresciani

Diretora

Roberto Balestrin

Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto

Presidente

Antônio Ávila da Silva

Claudio Monroe Massetti

Diana Paula Sana

Leo Marco Nunes Meira

Márcio Rafael Machado

Nilvo Reinoldo Fries

Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza

Contadora CRCRS – 084401/O-6



PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/76, e de acordo com as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base em nossos exames, nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2023.

Flávia Colossi Frey

Roger da Rocha Pozzi

Thiago Josué Ben

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS**

Certidão n.º: RS/2023/00000146
Nome: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA CPF: 981.280.190-15
CRC/UF n.º RS-084401/O Categoria: CONTADOR
Validade: 07.06.2023
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcrs.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 981.280.190-15 Controle : 8096.9665.1921.2176

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DEZEMBRO/2022



SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
2. BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	7
5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9
7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS	10
8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS	11
9. NOTAS EXPLICATIVAS.....	12
1. Contexto operacional.....	12
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	12
3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios.....	15
4. Resumo das operações de consórcios.....	18
5. Ativos financeiros (Administradora)	18
6. Outros créditos – diversos (Administradora).....	20
7. Créditos tributários	20
8. Sociais e estatutárias (Administradora)	20
9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora).....	20
10. Diversas (Administradora).....	21
11. Receita antecipada	21
12. Provisões para riscos cíveis e fiscais e passivos contingentes.....	21
13. Patrimônio líquido (Administradora)	22
14. Receita de prestação de serviços.....	22
15. Outras despesas administrativas.....	23
16. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora).....	23
17. Transações com partes relacionadas (Administradora)	24
18. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)	25
19. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)	25
20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)	25
21. Instrumentos financeiros (Administradora)	26
22. Gerenciamento de risco	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL	27
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	28

Missão:

Promover a integração de pessoas físicas e jurídicas em grupos fechados, proporcionando a aquisição segura de bens e serviços, através de uma gestão comprometida com os nossos valores.

Visão:

Ser referência na administração de grupos de consórcios, buscando sempre a realização de sonhos.

Valores:

Comprometimento

Transparência

Excelência

Eficiência

Ética

1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia administrava 161 grupos de consórcios (169 grupos em 2021) com uma base de clientes ativos de 79.012 consorciados (75.312 consorciados ativos em 2021), sendo que, no ano de 2022, ocorreram 11.779 contemplações (11.933 contemplações em 2021). Apresentou em 2022 lucro líquido de R\$ 62.105 mil (R\$ 53.782 mil em 2021).

A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, uma quota do lucro líquido, em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades.

A Administração.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Circulante	<u>31.904</u>	<u>327.877</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários à vista (Nota 5)	<u>492</u>	<u>375</u>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>12.638</u>	<u>307.361</u>
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>18.771</u>	<u>20.136</u>
Despesas antecipadas	<u>3</u>	<u>5</u>
Não Circulante	<u>424.952</u>	<u>72.800</u>
Realizável a longo prazo	<u>417.085</u>	<u>69.163</u>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>402.453</u>	<u>68.031</u>
Outros créditos - diversos (Nota 6)	<u>3.641</u>	<u>493</u>
Créditos tributários (Nota 7)	<u>10.991</u>	<u>639</u>
Investimentos	<u>3.863</u>	<u>3.394</u>
Imobilizado	<u>4.004</u>	<u>243</u>
Imobilizado de uso	<u>4.672</u>	<u>767</u>
Depreciações acumuladas	<u>(668)</u>	<u>(524)</u>
Total do ativo	<u>456.856</u>	<u>400.677</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo		
Circulante	<u>56.426</u>	<u>56.968</u>
Sociais e estatutárias (Nota 8)	<u>14.873</u>	<u>12.871</u>
Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	<u>20.390</u>	<u>13.696</u>
Diversas (Nota 10)	<u>11.944</u>	<u>30.401</u>
Receita antecipada (Nota 11)	<u>9.219</u>	<u>-</u>
Não Circulante	<u>22.989</u>	<u>902</u>
Receita antecipada (Nota 11)	<u>22.372</u>	<u>-</u>
Provisões para riscos cíveis e fiscais (Nota 12)	<u>419</u>	<u>729</u>
Fiscais diferidas (Nota 16c)	<u>198</u>	<u>173</u>
Patrimônio líquido	<u>377.441</u>	<u>342.807</u>
Capital social (Nota 13)	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Reservas de lucros	<u>177.053</u>	<u>142.471</u>
Outros resultados abrangentes	<u>388</u>	<u>336</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>456.856</u>	<u>400.677</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas e despesas da intermediação financeira			
Receita de operações com títulos e valores mobiliários	27.334	48.099	15.474
Despesas de operações com títulos e valores mobiliários	(172)	(173)	(130)
Resultado da intermediação financeira	<u>27.162</u>	<u>47.926</u>	<u>15.344</u>
Outras receitas operacionais	<u>54.402</u>	<u>101.777</u>	<u>114.111</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	53.949	99.141	111.837
Resultado de equivalência patrimonial	405	794	604
Outras receitas	48	1.842	1.670
Despesas operacionais	<u>(31.580)</u>	<u>(56.505)</u>	<u>(48.876)</u>
Outras despesas administrativas (Nota 15)	(18.905)	(35.423)	(31.663)
Provisões	(730)	(1.628)	(10.761)
Campanha de vendas	-	(20)	(9.631)
Remuneração variável	-	-	(987)
Riscos cíveis e fiscais	(88)	(110)	(143)
Outras provisões	(642)	(1.498)	-
Outras despesas administrativas	(18.175)	(33.795)	(20.902)
Despesas tributárias	(12.625)	(21.010)	(16.878)
Outras despesas	(50)	(72)	(335)
Resultado antes dos tributos	<u>49.984</u>	<u>93.198</u>	<u>80.579</u>
Tributos sobre o lucro (Nota 16)	<u>(16.532)</u>	<u>(31.093)</u>	<u>(26.797)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(16.532)</u>	<u>(31.093)</u>	<u>(26.797)</u>
Valores correntes	(27.169)	(41.445)	(26.408)
Valores diferidos	10.637	10.352	(389)
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>33.452</u>	<u>62.105</u>	<u>53.782</u>
Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais - R\$)	<u>0,37</u>	<u>0,69</u>	<u>0,60</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	<u>2º Semestre</u>		
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	<u>33.452</u>	<u>62.105</u>	<u>53.782</u>
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	<u>172</u>	<u>52</u>	<u>90</u>
Títulos disponíveis para venda	<u>172</u>	<u>52</u>	<u>90</u>
Variação de valor de mercado	260	79	137
Efeito Fiscal	(88)	(27)	(47)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido do semestre/exercícios	<u>172</u>	<u>52</u>	<u>90</u>
Total do resultado abrangente do período, líquido de imposto de renda e contribuição social	<u>33.624</u>	<u>62.157</u>	<u>53.872</u>

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Reservas de Lucro				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	200.000	18.180	16.986	66.296	246	-	301.708
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.782	53.782
Outros resultados abrangentes							
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	90	-	90
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13b)	-	2.689	2.689	35.631	-	(41.009)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,14 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(12.773)	(12.773)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	200.000	20.869	19.675	101.927	336	-	342.807
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	62.105	62.105
Outros resultados abrangentes							
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	52	-	52
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13b)	-	3.105	3.105	41.146	-	(47.356)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,16 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(14.749)	(14.749)
Dividendos adicionais distribuídos (Nota 13b)	-	-	-	(12.774)	-	-	(12.774)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	200.000	23.974	22.780	130.299	388	-	377.441
Mutações do Exercício	-	3.105	3.105	41.146	52	-	47.408
Saldos em 1º de julho de 2022	200.000	22.302	21.108	108.135	216	-	351.761
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	-	33.452	33.452
Outros resultados abrangentes							
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	172	-	172
Destinação do lucro							
Constituição de reservas (Nota 13b)	-	1.672	1.672	22.164	-	(25.508)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,09 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	(7.944)	(7.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	200.000	23.974	22.780	130.299	388	-	377.441
Mutações do Semestre	-	1.672	1.672	22.164	172	-	25.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u> <u>(reapresentado)</u>
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício antes IR/CS	49.984	93.198	80.579
Ajustes ao lucro líquido			
Provisão para riscos cíveis e fiscais	88	(303)	86
Depreciação	107	144	62
Equivalência patrimonial	(405)	(794)	(604)
Variações de ativos e obrigações			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(66.618)	(105.766)	(9.117)
(Aumento) redução em outros créditos	1.840	(1.590)	(564)
Aumento (redução) em outras obrigações	13.230	4.112	(370)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.858)	(28.756)	(23.439)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	(11.632)	(39.755)	46.633
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(858)	(868)	(38)
Dividendos recebidos	-	143	125
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento	(858)	(725)	87
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(25.521)	(10.433)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(25.521)	(10.433)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(12.490)</u>	<u>(66.001)</u>	<u>36.287</u>
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre/exercícios	23.364	76.875	40.588
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre/exercícios (Nota 5)	10.874	10.874	76.875
Aumento (redução) de caixa e equivalentes a caixa	<u>(12.490)</u>	<u>(66.001)</u>	<u>36.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes a caixa	552	1.157
Aplicações financeiras (Nota 20)	750.366	679.878
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 19)	935.366	874.172
Compensação	5.121.066	4.630.059
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	49.242	42.106
Contribuições devidas ao grupo	2.733.512	2.469.108
Valores e bens ou serviços a contemplar	2.338.312	2.118.845
Total do Ativo	6.807.350	6.185.266
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo		
Obrigações com consorciados	610.065	583.507
Valores a repassar	13.033	10.804
Obrigações por contemplações a entregar	657.108	612.052
Recursos a devolver a consorciados	306.620	262.957
Recursos dos grupos	99.458	85.887
Compensação	5.121.066	4.630.059
Recursos mensais a receber de consorciados	49.242	42.106
Obrigações do grupo por contribuições	2.733.512	2.469.108
Bens ou serviços a contemplar	2.338.312	2.118.845
Total do Passivo	6.807.350	6.185.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u> <u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades no início do período	<u>733.204</u>	<u>681.035</u>	<u>535.560</u>
Caixa e equivalentes a caixa	603	1.157	681
Aplicações financeiras	<u>732.601</u>	<u>679.878</u>	<u>534.879</u>
Aplicações financeiras dos grupos	81.960	67.826	46.676
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	650.641	612.052	488.203
(+) Recursos coletados	<u>565.452</u>	<u>1.061.622</u>	<u>872.646</u>
Contribuições para aquisições de bens	434.836	822.134	705.353
Taxa de administração	66.056	123.077	105.535
Contribuição ao fundo de reserva	14.588	27.515	24.091
Renda de aplicação financeira	39.459	70.866	20.267
Prêmios de seguros	4.064	8.349	9.056
Outros	6.449	9.681	8.344
(-) Recursos utilizados	<u>547.738</u>	<u>991.739</u>	<u>727.171</u>
Aquisição de bens	433.737	785.700	575.295
Taxa de administração	67.014	124.154	106.314
Prêmio de seguros	4.119	8.463	9.094
Devolução a consorciados desligados	20.908	36.999	11.916
Outros	21.960	36.423	24.552
Disponibilidades no final do período	<u>750.918</u>	<u>750.918</u>	<u>681.035</u>
Caixa e equivalentes a caixa	552	552	1.157
Aplicações financeiras	<u>750.366</u>	<u>750.366</u>	<u>679.878</u>
Aplicações financeiras dos grupos	93.258	93.258	67.826
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	657.108	657.108	612.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

Conforme definido na legislação em vigor, a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Administradora” ou “Banrisul Consórcios”) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, tendo como seu principal parceiro na comercialização de seus produtos o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A (“Banrisul”).

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações da Companhia são conduzidas envolvendo empresas atuantes no mercado e utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas, mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser compreendidas nesse contexto.

A Banrisul Consórcios permanece trabalhando fortemente objetivando automatização dos fluxos de trabalho e atenta a parcerias. A metodologia de vendas implantada a partir de 2020 favorece a posição à quantidade de consorciados ativos com aumento de carteira. As ações com foco na manutenção da adimplência são exitosas e quando de intenções de desistências e cancelamentos a Administradora oferece possibilidades de permanência no grupo. A Banrisul Consórcio permanece com suporte à rede de agências para simulações objetivando contemplações rápidas e permanece apresentando crescimento na quantidade e volume de contemplações nas Assembleias Gerais Ordinárias mensais com significativo aumento do percentual de contemplados nos grupos.

As estratégias comerciais e operacionais permanecem com resultados positivos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13.

A administração da companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2023.

b) Normativos recentemente emitidos pelo Banco Central do Brasil

A Resolução BCB nº 120/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, estabeleceu os princípios gerais e os procedimentos específicos para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas administradoras de consórcio. O artigo 2º da Resolução determina que sejam aplicados os pronunciamentos técnicos abaixo relacionados os quais foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- I - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019;
- II - Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010;
- III - Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009;

- IV - Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica; e
- V - Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016.

O Pronunciamento Técnico CPC 47 modificou a forma de reconhecimento da receita de taxa de administração da companhia a partir de janeiro de 2022, conforme pode ser observado nas notas explicativas nº 6 (Outros créditos), nº 11 (Receita antecipada) e nº 14 (Receita de prestação de serviços). Os demais princípios e procedimentos recepcionados pela Resolução BCB nº 120/2021 não impactaram quantitativamente a Banrisul Consórcios.

Os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas foram recepcionados pelo Banco Central na Resolução BCB nº 9/2020; os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, pela Resolução BCB nº 6/2020.

A Instrução Normativa BCB nº 282 de 27 de abril de 2022 estabelece os modelos das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A Resolução BCB nº 156/2021 estabelece os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio. Dentre as alterações promovidas pela norma, cita-se a escrituração dos grupos de consórcios encerrados contabilmente a qual deve ser registrada em contas de compensação a partir de janeiro de 2022. Por não haver recursos não procurados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795/2008, todo o saldo dos grupos encerrados contabilmente foi transferido para as contas de compensação definidas pelo Banco Central na Instrução Normativa BCB nº 208/2021 (notas explicativas nº 6 e nº 10).

c) Plano de implementação contábil da Resolução BCB nº 219/2022

A Resolução BCB nº 219 de 30/03/2022 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre a classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*).

A norma entra em vigor em janeiro de 2025 e objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Sabendo que complementações ainda deverão ser publicadas pelo Banco Central do Brasil e que poderão conduzir a alterações deste planejamento inicial, destaca-se os principais processos que sofrerão ajustes e demandarão ações da companhia:

- Classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros passa a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão dos instrumentos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em vez das características individuais de cada instrumento e da mera intenção de negociar;
- Ampliam-se conceitos adotados para operações renegociadas e/ou ativos problemáticos, com implicações diretas na forma de reconhecimento de receitas destas operações;

- Implementa o conceito de taxa efetiva de juros na apropriação de Receitas sobre instrumentos financeiros que se enquadram no teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros;
- No que se refere ao provisionamento, a resolução amplia o escopo dos instrumentos financeiros sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – ampliando o escopo atual que trata apenas das operações de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas – passando também a adotar critérios de alocação em estágios para definição do montante a ser provisionado. Além disso, mantém com o regulador a definição de pisos de provisão, os quais passam a impactar de forma direta no processo de baixa de ativos por perda de crédito, com grande vinculação com as características de cada produto e suas garantias;
- Reconhecimento e mensuração de Ativos e Passivos Financeiro;
- Divulgação em Notas Explicativas.

A implementação de todos os requerimentos da norma nos processos da companhia irá envolver diversas áreas, os possíveis impactos da adoção da metodologia ainda estão sendo apurados. Desta forma, o Banrisul, grupo do qual a companhia é integrante, realizou treinamento interno envolvendo pessoas afetas às unidades de negócios que serão impactadas e, como trata-se de tema extremamente complexo, o qual exige conhecimentos específicos, contratou consultoria especializada com o seguinte escopo de trabalho: Etapa 1 Revisão de Diagnóstico e Plano de Implementação, Etapa 2 Implementação da Resolução BCB nº 219/2022. A companhia está buscando evoluir com o desafio de conduzir as mudanças em sincronia com as diversas áreas, estabelecendo todos os controles adequados para a implementação dos trabalhos de atendimento da norma dentro do prazo estabelecido pelo Bacen. Para tanto, foi elaborado plano de implementação o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração permanecendo à disposição do BACEN.

d) Moeda funcional

A moeda funcional da Banrisul Consórcios é o Real, sendo que as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

e) Continuidade operacional

A administração entende que a companhia tem capacidade de manter sua continuidade operacional.

f) Reapresentação do fluxo de caixa de 2021

A demonstração do fluxo de caixa está sendo reapresentada para adequar-se ao método utilizado pelo controlador, o qual considera o lucro líquido antes do IR e CS para ajustar o resultado do fluxo de caixa operacional. Essa mudança não impacta os demonstrativos nem as notas explicativas constantes no relatório, apenas altera a forma de apresentação do fluxo de caixa operacional, conforme pode ser observado a seguir:

	<u>Divulgação anterior</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do IR e CSLL	-	80.579	80.579
Lucro líquido do exercício	53.782	(53.782)	-

	<u>Divulgação anterior</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Saldo reapresentado</u>
Ajustes ao lucro líquido antes do IR e CSLL			
Provisão para contingências	86	-	86
Créditos tributários	389	(389)	-
Depreciação	62	-	62
Equivalência patrimonial	(604)	-	(604)
Variações de ativos e obrigações			
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(9.117)	-	(9.117)
(Aumento) redução em outros créditos	(564)	-	(564)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.439)	-	(23.439)
Aumento (redução) em outras obrigações	26.038	(26.408)	(370)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	46.633	-	46.633
Atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	(38)	-	(38)
Dividendos recebidos	125	-	125
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento	87	-	87
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(10.433)	-	(10.433)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(10.433)	-	(10.433)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	36.287	-	36.287
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	40.588	-	40.588
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	76.875	-	76.875
Aumento de caixa e equivalentes a caixa	36.287	-	36.287

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

As práticas contábeis adotadas pela Banrisul Consórcios são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Da administradora

(i) Apuração do resultado – As receitas e as despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal. Para a adequação ao CPC 47/IFRS 15, aderido pelo Banco Central do Brasil por meio da Resolução BCB nº 120/2021, a companhia passou a apropriar a receita com taxa de administração de acordo com a obrigação de desempenho, ou seja, a receita é reconhecida à medida que a companhia entrega o serviço ao Grupo de Consórcio por ela administrado. Até dezembro de 2021, a receita era contabilizada de acordo com a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço.

(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade dos tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(ix) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

O imposto de renda e a contribuição social diferido sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante da rubrica “Créditos tributários” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(x) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos grupos de consórcio - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Disponibilidades e aplicações financeiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com a Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados - Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações.

(v) Valores de bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações.

(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

(xi) Risco de crédito - Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

Descrição	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Grupos administrados	161	169
Consortados ativos	79.012	75.312
Bens entregues – no ano	11.385	9.819
Bens entregues – total	39.217	34.620
Bens pendentes de entrega	8.540	9.059
Desistentes/Excluídos – no ano	7.311	10.378
Desistentes/Excluídos – total	49.297	45.646

A taxa de inadimplência é de 3,93% (2021 – 3,95%).

5. Ativos financeiros (Administradora)

Os ativos financeiros compreendem as disponibilidades e os títulos e valores mobiliários.

Os recursos utilizados para gestão de caixa da companhia estão alocados em depósitos bancários à vista e em fundo de investimento.

Caixa e equivalentes a caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades - Depósitos bancários à vista	492	375
Fundo Premium FI RF LP	10.382	76.500
Total	<u>10.874</u>	<u>76.875</u>

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Circulante</u>		
Para negociação	10.382	98.201
Disponível para venda	2.256	2.308
Mantidos até o vencimento	-	206.852
Total	<u>12.638</u>	<u>307.361</u>
<u>Não circulante</u>		
Mantidos até o vencimento	402.453	68.031
Total	<u>402.453</u>	<u>68.031</u>

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Valor de</u>	<u>Valor de</u>
	<u>Custo/Curva</u>	<u>Mercado/Contábil</u>
Fundo Premium FI RF LP	10.382	10.382
Fundo Banrisul Master FI Refer. DI LP (1)	-	-
Total	<u>10.382</u>	<u>10.382</u>

(1) A partir de janeiro de 2022, os recursos dos grupos encerrados contabilmente passaram a ser contabilizados em contas de compensação, de acordo com a Resolução BCB nº 156/2021.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Valor de</u>	<u>Valor de</u>
	<u>Custo/Curva</u>	<u>Mercado/Contábil</u>
Fundo de Investimento Imobiliário	1.672	2.256
Total	<u>1.672</u>	<u>2.256</u>

Em 31 de dezembro de 2022, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 584 (2021 - R\$ 509), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 198 (2021 - R\$ 173).

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Valor de</u>	<u>Valor de</u>
	<u>Custo/Curva</u>	<u>Mercado/Contábil</u>
Letras Financeiras	402.453	403.248
Total	<u>402.453</u>	<u>403.248</u>

As Letras Financeiras, aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., foram realizadas com vencimentos entre 730 e 1.100 dias e rendimento médio de 107,0% do CDI.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos – diversos (Administradora)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Circulante</u>		
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	17.165	16.060
Valores pendentes de cobrança judicial - cotas inadimplentes (a)	-	881
IRRF a compensar	34	2.276
Renda de taxa de administração a receber (b)	498	-
Outros	1.074	919
Total	<u>18.771</u>	<u>20.136</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Não Circulante</u>		
Depósitos vinculados a processos judiciais (c)	328	378
Impostos e contribuições a compensar	3.313	115
Total	<u>3.641</u>	<u>493</u>

(a) A Resolução BCB nº 156/2021 determina que os grupos encerrados contabilmente devem ser contabilizados em contas de compensação a partir de janeiro de 2022.

(b) Trata-se de parcelas em atraso de cotas contempladas com bens entregues (líquidas da provisão sobre parcela não coberta pelo seguro de quebra de garantia), segundo Resolução BCB nº 120/2021.

(c) O valor de R\$ 328 (2021 - R\$ 378) está relacionado a depósitos judiciais referentes a processos cíveis e a processos fiscais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

7. Créditos tributários

Os créditos tributários referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis e fiscais), comissões de vendas, provisões operacionais, provisão para créditos de liquidação duvidosa e receita antecipada.

A expectativa de realização desses créditos é após 2027 (Nota 16) e o valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 10.066 (2021 - R\$ 539).

8. Sociais e estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dividendos a pagar (Nota 13b)	14.749	12.773
Outras	124	98
Total	<u>14.873</u>	<u>12.871</u>

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro	18.244	12.062
PIS/COFINS	1.391	1.075
Outras	755	559
Total	<u>20.390</u>	<u>13.696</u>

10. Diversas (Administradora)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados (a)	-	<u>21.133</u>
- Recursos não procurados	-	20.252
- Cobrança judicial	-	881
Convênio prestação de serviços (Nota 17)	<u>3.349</u>	<u>3.487</u>
Comissões a pagar	<u>3.910</u>	<u>2.746</u>
Credores diversos	<u>519</u>	<u>2.024</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>3.037</u>	-
Outros valores	<u>1.129</u>	<u>1.011</u>
Total	<u>11.944</u>	<u>30.401</u>

(a) Os saldos dos grupos encerrados contabilmente estão registrados em contas de compensação a partir de janeiro de 2022, de acordo com a Resolução BCB nº 156/ 2021.

11. Receita antecipada (Administradora)

Receita de taxa de administração referente a antecipações recebidas que, segundo Pronunciamento Contábil CPC 47 a partir de janeiro de 2022 (Nota 2), são reconhecidas ao longo do tempo de administração dos grupos de consórcios.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Circulante</u>		
Receita de taxa de administração - antecipações	9.219	-
Total	<u>9.219</u>	-
<u>Não Circulante</u>		
Receita de taxa de administração - antecipações	22.372	-
Total	<u>22.372</u>	-

12. Provisões para riscos cíveis e fiscais e passivos contingentes

A Banrisul Consórcios possui provisões para riscos cíveis decorrentes de processos movidos por consorciados e provisões para riscos fiscais resultantes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos à cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

(a) Provisões para riscos cíveis e fiscais - Prováveis

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisões para riscos cíveis e fiscais	419	729
Total	<u>419</u>	<u>729</u>

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Riscos Cíveis	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	560	550
Constituição e atualização monetária	271	226
Reversão da provisão	(628)	(181)
Baixas por pagamento	(5)	(35)
Saldo Final	<u>198</u>	<u>560</u>

Riscos Fiscais	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo Inicial	169	129
Constituição e atualização monetária	52	40
Saldo Final	<u>221</u>	<u>169</u>

(b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes cíveis e fiscais, classificados como possíveis pelos assessores jurídicos, apresentam os valores de R\$ 40.509 (Dezembro/2021 - R\$ 1.189) e R\$ 1.821 (Dezembro/2021 - R\$ 861) respectivamente, para os quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão. O aumento dos passivos contingentes fiscais refere-se à atualização da Política de Provisão Tributária no ano 2022 pela assessoria jurídica, o que impactou no acréscimo do número de processos avaliados como possíveis.

13. Patrimônio líquido (Administradora)

a) Capital Social - O Capital Social no valor de R\$ 200.000 é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. é o acionista majoritário, com participação de 99,7% do total das ações. A participação dos acionistas minoritários é de 0,3%.

b) Distribuição de Resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da companhia.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social vigente.

Os dividendos provisionados em 2021 foram ajustados no primeiro semestre de 2022, de 25% (R\$ 12.773) para 50% (R\$ 25.547), conforme art. 202 da Lei 6.404/64 e Estatuto Social da companhia.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2022 serão pagos no primeiro semestre de 2023 e podem ser demonstrados como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do período	62.105	53.782
Reserva legal (5%)	(3.105)	(2.689)
Base de cálculo dos dividendos	59.000	51.093
Dividendos propostos (25%)	14.749	12.773
Dividendos adicionais distribuídos (50%)	-	12.774
Dividendos por ações em circulação – R\$	0,16	0,29

14. Receita de Prestação de Serviços

	<u>2º Semestre</u>		
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Taxa de administração de consórcio (a)	51.582	95.216	108.235
Taxa de permanência sobre recursos não procurados	1.687	2.589	2.567
Outras receitas de serviços	680	1.336	1.035
Total	<u>53.949</u>	<u>99.141</u>	<u>111.837</u>

(a) Receita reconhecida segundo Pronunciamento Contábil CPC 47 a partir de janeiro de 2022 (Nota 2).

15. Outras despesas administrativas

	2º Semestre		
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisões			
Comissões de vendas - Convênio prestação de serviços (Nota 17)	-	(20)	(9.631)
Provisões operacionais - Convênio prestação de serviços (Nota 17)	(642)	(1.436)	(987)
Provisões para riscos cíveis e fiscais	(88)	(110)	(143)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(62)	-
Subtotal	<u>(730)</u>	<u>(1.628)</u>	<u>(10.761)</u>
	2º Semestre		
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Convênio de prestação de serviços (Nota 17)	(12.715)	(23.134)	(14.637)
Comissão de vendas - atualização	(543)	(1.964)	-
Despesas de serviços de terceiros	(511)	(701)	(138)
Despesas com administração e conselhos	(440)	(849)	(724)
Aluguéis	(234)	(462)	(103)
Manutenção	(2)	(3)	(2)
Comissões de vendas - outros parceiros	(430)	(978)	(525)
Processamento de dados	(1.544)	(3.213)	(2.763)
Doações e patrocínios (deduções IRPJ/CS)	(480)	(480)	(569)
Despesas diversas	(1.276)	(2.011)	(1.441)
Subtotal	<u>(18.175)</u>	<u>(33.795)</u>	<u>(20.902)</u>
Total	<u>(18.905)</u>	<u>(35.423)</u>	<u>(31.663)</u>

16. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)

a) Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre		
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes dos tributos	49.984	93.198	80.579
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	31.371	30.183	(1.165)
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	31.371	30.183	(1.165)
(=) Base do IRPJ	81.355	123.381	79.414
(=) Base da CSLL	81.355	123.381	79.414
Imposto de Renda	(20.327)	(30.821)	(19.830)
Contribuição Social	(7.322)	(11.104)	(7.147)
Deduções doações e patrocínios	480	480	569
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(16.532)</u>	<u>(31.093)</u>	<u>(26.797)</u>
IRPJ e CSLL Corrente	(27.169)	(41.445)	(26.408)
IRPJ e CSLL Diferidos	10.637	10.352	(389)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outras provisões temporárias				
Campanha de vendas	222	(222)	-	222
Provisões operacionais	169	108	277	169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	19	19	-
Receitas antecipadas	-	10.552	10.552	-
Riscos cíveis e fiscais	248	(105)	143	248
Total do ativo fiscal diferido	639	10.352	10.991	639

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Contribuição</u> <u>Social</u>	<u>Imposto de</u> <u>Renda</u>	<u>Total</u>
2023	889	2.468	3.357
2024	624	1.734	2.358
2025	443	1.232	1.675
2026	283	786	1.069
2027	200	556	756
Após 2027	470	1.306	1.776
Total 31.12.2022	2.909	8.082	10.991
Total 31.12.2021	168	471	639

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

	<u>Saldo</u> <u>Inicial</u>	<u>Constituição</u> <u>(Realização)</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações fiscais diferidas	173	25	198	173
Total do passivo fiscal diferido	173	25	198	173

17. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

As transações com partes relacionadas compreendem depósitos, aplicações em letras financeiras e fundos de investimento no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. bem como acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, a companhia tem investimento na Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. com participação de 0,18% (2021 – 0,22%) o qual é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Caixa e equivalentes a caixa	492	-	375	-
Instrumentos financeiros	402.453	43.754	274.885	12.557
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(14.703)	-	(12.733)	-
Convênio prestação de serviços	(3.349)	(24.590)	(3.487)	(22.509)
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A.				
Dividendos	-	164	-	-
Investimento	3.863	794	3.394	604
Fundo Premium FI RF LP				
Instrumentos financeiros	10.382	3.990	76.500	2.645
Fundo Banrisul Master FI Refer. DI LP				
Instrumentos financeiros	-	-	21.701	-

A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Os Administradores possuem três cotas de consórcios de nossa administradora.

18. Resultados recorrentes e não recorrentes (Administradora)

O artigo 34 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 define resultado não recorrente como o resultado que (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Informa-se que não houve eventos considerados como não recorrentes para dezembro/2022 e dezembro/2021.

19. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados contemplados estão assim representados:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Curso normal	918.704	865.958
Em atraso	6.826	5.857
Em cobrança judicial	9.836	2.357
	<u>935.366</u>	<u>874.172</u>

20. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios)

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 750.366 (2021 - R\$ 679.878) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

21. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

22. Gerenciamento de risco

A Banrisul Consórcios aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2023.

Cláudio Leite Gastal

Micheli Tassiani Petry

Paula Ferreira Krieger

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, aos Conselheiros e aos Cotistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Banrisul Consórcios”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2022 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2022 e as variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio consolidadas para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Adoção da Resolução BCB nº 120/2021

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Banrisul Consórcios em decorrência da adoção da Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021. A resolução, com adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e recepcionou o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. Diante disto, as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios, conforme disposto no artigo 23 da referida resolução, passam de maneira prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, a serem reconhecidas com base nas transferências dos serviços prestados aos clientes, diferentemente do reconhecimento até então que se dava pelo efetivo recebimento financeiro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Banrisul Consórcios continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Fazenda

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

DIRETORIA

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior

Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin

Gabriel Leal Marchiori

Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Postal - **Presidente**

Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior - **Conselheiro**

Elizabete Rejane S. Tavares - **Conselheira**

Ladir Cezar Cardoso Matias - **Conselheiro**

Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**

Suzana Flores Cogo - **Conselheira**

Debora Dill Cavalheiro Corrêa

Contadora

CRC RS-094261/O-7



PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, documentos esses relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2023.

Cláudio Leite Gastal 07/02/2023 14:22

Micheli Tassiani Petry 07/02/2023 17:40

Paula Ferreira Krieger 07/02/2023 13:47

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: DEBORA DILL CAVALHEIRO
REGISTRO.....	: RS-094261/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.337.350-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 17/02/2023 as 09:37:03.

Válido até: 18/05/2023.

Código de Controle: 463477.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul Soluções
em Pagamentos S.A.**

Demonstrações financeiras 2022

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
BALANÇOS PATRIMONIAIS	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	14
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	15
NOTAS EXPLICATIVAS.....	16
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL	17
NOTA 02 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	17
NOTA 03 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	24
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	24
NOTA 05 - CLIENTES	24
NOTA 06 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS.....	25
NOTA 07 - IMOBILIZADO	26
NOTA 08 - CARTÕES EM CIRCULAÇÃO	26
NOTA 09 - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS.....	26
NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	26
NOTA 11 - OUTROS PASSIVOS.....	27
NOTA 12 - PROVISÃO PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	27
NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29
NOTA 15 - RECEITA LÍQUIDA.....	29
NOTA 16 - CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	30
NOTA 17 - DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL	30
NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	30
NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO	30
NOTA 20 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	31
NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32
NOTA 22 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	34
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	45
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	48

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS 4T22

- O volume financeiro transacionado pela Vero alcançou R\$12,0 bilhões no 4T22, com crescimento de 13,1% em relação ao 4T21.
- A quantidade de transações capturadas pela Vero totalizou 128,2 milhões no 4T22, o que representa elevação de 16,1% quando comparado ao 4T21.
- A Antecipação do Recebimento de Vendas atingiu R\$2,2 bilhão no 4T22, registrando aumento de 40,7% frente ao 4T21.
- A Receita Líquida registrou R\$136,1 milhões no 4T22, apresentando queda de 2,6% ante o 4T21.
- O EBITDA foi de R\$69,1 milhões no 4T22, com Margem EBITDA de 50,8%.
- O Lucro Líquido totalizou R\$104,5 milhões no 4T22, com aumento de 21,2% frente ao registrado no 4T21.

Destaques Operacionais e Financeiros	4T22	4T21	Var % 4T22 x 4T21	3T22	Var % 4T22 x 3T22	2022	2021	Var % 2022 x 2021
TPV Vero (R\$ milhões)	11.953,5	10.571,8	13,1%	10.661,5	12,1%	42.992,1	36.196,5	18,8%
Antecipação do Recebimento de Vendas (R\$ milhões)	2.184,6	1.552,8	40,7%	1.806,7	20,9%	7.393,3	4.952,0	49,3%
Faturamento Banricard (R\$ milhões)	515,6	447,5	15,2%	466,7	10,5%	1.782,1	1.460,9	22,0%
EBITDA (R\$ milhões)	69,1	77,6	-11,0%	66,5	3,9%	281,4	286,2	-1,7%
% Margem EBITDA	50,8%	55,5%	-4,8 p.p.	51,9%	-1,1 p.p.	54,1%	56,7%	-2,6 p.p.
Lucro Líquido (R\$ milhões)	104,5	86,2	21,2%	89,1	17,3%	374,5	280,1	33,7%

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, sob o pressuposto de continuidade operacional e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

FATOS RELEVANTES

Alteração da razão social e criação de nome fantasia

Em agosto de 2022, a Companhia alterou sua razão social de “Banrisul Cartões S.A.” para “Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento” e criou o nome fantasia Banrisul Pagamentos, com objetivo de melhor comunicar seus produtos e serviços, bem como abranger novas possibilidades de soluções de pagamentos no futuro.

Cancelamento voluntário do registro na CVM

Em novembro de 2022, a Banrisul Pagamentos obteve o deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em relação ao seu pedido de Cancelamento de Registro de Emissor (Categoria A) sem a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”), passando a ser uma companhia fechada.

Aumento de capital e composição acionária

Em dezembro de 2022, a Banrisul Pagamentos recebeu aporte de capital no valor de R\$300,0 milhões de seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul”), mediante emissão de 68.965.518 novas ações, dentro do limite de capital autorizado estatutariamente previsto. O aumento do capital social da Companhia objetiva a preservação da posição de caixa e da estrutura de capital, tendo em vista a projeção de investimentos necessários para execução do planejamento estratégico. Com o aporte de capital, a participação acionária do controlador Banrisul passou de 99,78% para 99,82% e da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios de 0,22% para 0,18%.

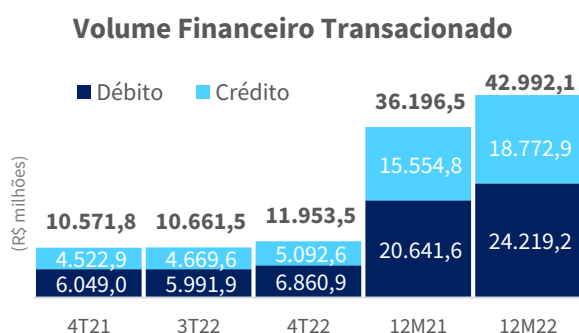
DESEMPENHO OPERACIONAL POR LINHA DE PRODUTOS

Rede de Adquirência Vero

Abrange as atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos, e Pix.

No ano de 2022, a Vero i) foi reconhecida pela Elo como destaque em 2021 na Categoria Qualidade e Eficiência, sendo vencedora das premiações: Melhor Índice de Rejeição de Liquidação e Melhor Performance em Releases; ii) alcançou o Top-10 de programas mais ouvidos da categoria Empreendedorismo (Apple Podcasts) com o Podcast Vivendo e Empreendendo, com mais de 80 episódios publicados; iii) lançou o credenciamento via APP do Banrisul; iv) ampliou o parcelamento de compras em até 18 vezes; v) realizou o redesign da marca Vero, acompanhando o rebranding do controlador Banrisul e vi) implantou o Portal para desenvolvedores do Vero Conecta, para desenvolvedores parceiros consultarem as APIs de integração e suas respectivas documentações. Além disso, em dezembro/2022, a Companhia iniciou a operação de um canal de vendas independente, para prospecção de novos credenciados.

O volume financeiro transacionado registrou R\$12,0 bilhões no 4T22, montante 13,1% ou R\$1,4 bilhão superior ao valor apurado no 4T21. Em comparação com o 3T22, houve crescimento de 12,1% ou R\$1,3 bilhão. Em 2022, o volume financeiro transacionado totalizou R\$43,0 bilhões, com valor 18,8% ou R\$6,8 bilhões acima do apurado em 2021.



Especificamente com cartões de débito, foram transacionados R\$6,9 bilhões no 4T22, aumento de 13,4% ou R\$811,9 milhões frente ao 4T21, e crescimento 14,5% ou R\$869,0 milhões em relação ao 3T22. Em 2022, o total transacionado com cartões de débito somou R\$24,2 bilhões, refletindo elevação de 17,3% ou R\$3,6 bilhões em comparação com o ano anterior.

Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado registrou R\$5,1 bilhões no 4T22, valor 12,6% ou R\$569,8 milhões superior ao realizado no 4T21, e crescimento de 9,1% ou R\$423,0 milhões em comparação ao 3T22. O volume financeiro transacionado com cartões de crédito totalizou R\$18,8 bilhões em 2022, valor 20,7% ou R\$3,2 bilhões acima do realizado em 2021.

O desempenho obtido no acumulado de 2022 é reflexo da maior intensidade em ações com foco no varejo, do incremento nas transações de grandes clientes e das estratégias comerciais para captação e manutenção de credenciados, bem como do contexto de melhora da atividade econômica pós pandemia e de inflação elevada.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Pagamentos oferece Antecipação do Recebimento de Vendas aos clientes credenciados. No 4T22, o volume financeiro das antecipações somou R\$2,2 bilhões, montante 40,7% ou R\$631,8 milhões acima do registrado no 4T21, alcançando 40,0% do volume passível de antecipação no trimestre. Quando comparado ao 3T22, houve aumento de 20,9% ou R\$377,9 milhões.

No acumulado de 2022, o volume financeiro das antecipações totalizou R\$7,4 bilhões, montante 49,3% ou R\$2,4 bilhões acima do registrado no mesmo período de 2021, alcançando 37,0% do volume passível de antecipação no ano. O crescimento é reflexo, principalmente, do incremento nas operações de grandes clientes e das estratégias de estímulo a utilização da modalidade de antecipação automática, com ampla adesão de todos os segmentos e dos novos credenciados, bem como da ampliação do volume financeiro transacionado passível de antecipação.

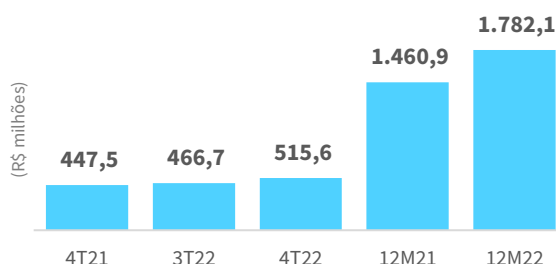
Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

Envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$515,6 milhões no 4T22, aumento de 15,2% ou R\$68,1 milhões em relação ao 4T21, e crescimento de 10,5% ou R\$48,9 milhões em relação ao 3T22.

Em 2022, o faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$1,8 bilhão, crescimento de 22,0% ou R\$321,2 milhões em comparação com o ano anterior. O resultado está relacionado, em grande parte, ao programa Devolve ICMS do governo do Estado RS.

Faturamento BanriCard



Os cartões BanriCard alcançaram o volume de 6,1 milhões de transações de compra na rede credenciada no 4T22, aumento de 28,8% ou 1,4 milhão de transações em comparação com o 4T21, e crescimento de 12,1% ou 663,4 mil transações frente ao obtido no 3T22. Em 2022, o volume de transações alcançou 20,9 milhões, resultado 27,0% ou 4,4 milhões de transações acima do apurado no mesmo período de 2021.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A seguir, será apresentado o desempenho econômico e financeiro da Companhia relativo ao 4T22 e ao acumulado de 2022.

Receita Líquida

A Receita Líquida da Banrisul Pagamentos registrou R\$136,1 milhões no 4T22, apresentando queda de 2,6% ou R\$3,7 milhões na comparação com o 4T21, e alta de 6,1% ou R\$7,8 milhões ante o 3T22.

No acumulado de 2022, a Receita Líquida totalizou R\$519,8 milhões, crescimento de 3,0% ou R\$15,1 milhões em relação a 2021. O movimento acompanha o volume transacionado, porém mitigado pelo aumento no montante de intercâmbio emissor e, em menor parte, pela maior representatividade de grandes clientes.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados alcançou R\$51,7 milhões no 4T22, aumento de 19,1% ou R\$8,3 milhões na comparação com o 4T21, e com elevação de 10,8% ou R\$5,0 milhões ante o 3T22.

Em 2022, o Custo dos Serviços Prestados totalizou R\$183,6 milhões, crescimento de 16,6% ou R\$26,2 milhões na comparação com 2021. O aumento está substancialmente relacionado ao incremento dos custos atrelados às transações, decorrente do maior volume transacionado no período, compensado pela melhoria na eficiência operacional.

Receitas (Despesas) Operacionais

No 4T22, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$21,8 milhões, queda de 6,0% ou R\$1,4 milhão frente ao verificado no 4T21, e crescimento de 5,9% ou R\$1,2 milhão quando comparadas com o 3T22.

Em 2022, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$76,4 milhões, queda de 1,6% ou R\$1,2 milhão frente ao verificado no mesmo período de 2021.

EBITDA

O EBITDA¹ totalizou R\$69,1 milhões no 4T22, queda de 11,0% ante o 4T21, e aumento de 3,9% frente ao 3T22. Em 2022, o EBITDA totalizou R\$281,4 milhões, refletindo queda de 1,7% em relação a 2021, conforme demonstrado a seguir (em R\$ milhões):

EBITDA	4T22	4T21	Var % 4T22 x 4T21	3T22	Var % x 3T22	4T22 2022	2021	Var % 2022 x 2021
Lucro Líquido	104,5	86,2	21,2%	89,1	17,3%	374,5	280,1	33,7%
Resultado Financeiro	- 92,8	- 54,2	71,3%	-74,0	25,4%	-304,8	-151,7	100,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	51,0	41,2	23,8%	46,0	10,8%	190,2	141,3	34,6%
Depreciação e Amortização	6,5	4,4	47,0%	5,5	19,4%	21,5	16,5	30,3%
EBITDA	69,1	77,6	-11,0%	66,5	3,9%	281,4	286,2	-1,7%
Receita Operacional Líquida	136,1	139,8	-2,6%	128,3	6,1%	519,8	504,7	3,0%
% Margem EBITDA	50,8%	55,5%	-4,8 p.p.	51,9%	-1,1 p.p.	54,1%	56,7%	-2,6 p.p.

¹A administração acredita que o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um parâmetro importante, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Banrisul Pagamentos registrou R\$92,8 milhões no 4T22, aumento de 71,3% ou R\$38,6 milhões em comparação com o 4T21, e crescimento de 25,4% ou R\$18,8 milhões em relação ao 3T22. Em 2022, o Resultado Financeiro da Banrisul Pagamentos totalizou R\$304,8 milhões, refletindo crescimento de 100,9% ou R\$153,1 milhões na comparação com 2021.

As Receitas Financeiras somaram R\$93,5 milhões no 4T22, resultado 72,0% ou R\$39,2 milhões acima do apurado no 4T21, e 25,6% ou R\$19,1 milhões acima do obtido no 3T22. Em 2022, as referidas receitas registraram R\$307,9 milhões, resultado 102,0% ou R\$155,5 milhões superior ao apurado em 2021. Tais receitas são oriundas, principalmente, da Antecipação do Recebimento de Vendas e das Aplicações Financeiras.

As receitas com as Antecipações do Recebimento de Vendas, cujo montante representou 72,7% do total das Receitas Financeiras apuradas no 4T22, somaram R\$68,0 milhões, crescimento de 66,4% ou R\$27,1 milhões ante o obtido no 4T21, e aumento de 26,7% ou R\$14,3 milhões em comparação com o 3T22. Em 2022, as antecipações geraram receitas de R\$227,7 milhões, alta de 83,1% ou R\$103,4 milhões em relação ao apurado em 2021. O crescimento de 2022 reflete, além da elevação no volume contratado de antecipação, as estratégias de reprecificação adotadas pela companhia e o aumento da taxa Selic.

Já as receitas com Aplicações Financeiras, cujo montante representou 27,0% do total das Receitas Financeiras apuradas no 4T22, atingiram R\$25,3 milhões no 4T22, resultado 94,0% ou R\$12,3 milhões acima do registrado no 4T21, e elevação de 22,6% ou R\$4,7 milhões em comparação com o 3T22. Em 2022, as referidas receitas registraram R\$79,2 milhões, resultado 193,1% ou R\$52,2 milhões superior ao apurado em 2021. O aumento em 2022 é decorrente do aumento da rentabilidade dos ativos investidos, resultante da elevação da taxa Selic, e do maior saldo médio das aplicações.

Lucro Líquido

A Banrisul Pagamentos registrou o Lucro Líquido de R\$104,5 milhões no 4T22, aumento de 21,2% ou R\$18,2 milhões em relação ao resultado do 4T21, e aumento de 17,3% ou R\$15,4 milhões quando comparado ao 3T22.

Em 2022, o Lucro Líquido registrado foi de R\$374,5 milhões, resultado 33,7% ou R\$94,4 milhões acima do apurado em 2021.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Banrisul Pagamentos não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do Banco Central do Brasil, a Banrisul Pagamentos aderiu ao sistema de controles internos e de conformidade do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Pagamentos é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos. Adicionalmente, a Banrisul Pagamentos submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Pagamentos é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Banrisul Pagamentos adota políticas e procedimentos integrados com o controlador, o Banrisul, alinhando interesses para preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da Companhia, contribuindo para sua qualidade e sustentabilidade, de acordo com as boas práticas de governança.

Em novembro de 2014, a Banrisul Pagamentos protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento. Em virtude da entrada em vigor das Resoluções BCB nºs 80, 81 e 150 em 2021, a Companhia passou a adequar-se aos novos normativos.

Em novembro de 2022, a Banrisul Pagamentos obteve o deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em relação ao seu pedido de Cancelamento de Registro de Emissor (Categoria A) sem a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”), passando a ser uma companhia fechada.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Pagamentos contribui com patrocínio a equipes esportivas, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Pagamentos agradece aos seus empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados, aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos em mais este trimestre.



Demonstrações financeiras 2022

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.018.030	724.638
Clientes	5	3.490.985	3.078.778
Outros ativos		4.569	3.049
Total do ativo circulante		4.513.584	3.806.465
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários		3.938	3.873
Ativos fiscais diferidos	6	3.832	3.892
Depósitos judiciais	12	3.896	3.647
Outros ativos		2.113	1.562
Imobilizado	7	137.043	88.242
Direito de uso		-	875
Total do ativo não circulante		150.822	102.091
Total dos ativos		4.664.406	3.908.556
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	8	120.147	100.903
Contas a pagar a estabelecimentos	9	2.232.045	2.118.850
Dividendos a pagar		88.944	66.516
Obrigações fiscais	10	56.831	55.878
Outros passivos	11	62.304	48.440
Total do passivo circulante		2.560.271	2.390.587
Passivo não circulante			
Provisões para riscos	12	2.331	3.498
Outros passivos	11	5.703	5.136
Total do passivo não circulante		8.034	8.634
Patrimônio líquido			
Capital social	13a	1.162.000	800.000
Reserva de lucros		935.517	711.959
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.416)	(2.624)
Total do patrimônio líquido		2.096.101	1.509.335
Total do passivo e patrimônio líquido		4.664.406	3.908.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
Receita líquida	15	519.783	504.676
Custo dos serviços prestados	16	(183.585)	(157.418)
Lucro bruto		336.198	347.258
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(66.774)	(61.570)
Pessoal	17	(9.124)	(8.568)
Resultado de participações societárias	20c	-	(2.645)
Outras receitas/(despesas)	18	(453)	(4.802)
Lucro antes do resultado financeiro		259.847	269.673
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	307.922	152.406
Despesas financeiras	19	(3.090)	(675)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		564.679	421.404
Imposto corrente	14	(190.735)	(141.864)
Imposto diferido	14	558	526
Lucro líquido do exercício		374.502	280.066

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	374.502	280.066
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	1.831	705
Efeito tributário sobre o ajuste	(623)	(240)
Total dos resultados abrangentes do exercício	375.710	280.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital social	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	800.000	422.282	76.127	(3.089)	-	1.295.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	280.066	280.066
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	465	-	465
Reserva legal	-	-	14.003	-	(14.003)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(66.516)	(66.516)
Reserva de expansão	-	199.547	-	-	(199.547)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	800.000	621.829	90.130	(2.624)	-	1.509.335
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	374.502	374.502
Aumento de capital social (Nota 13)	62.000	(62.000)	-	-	-	-
Aporte de capital social (Nota 13)	300.000	-	-	-	-	300.000
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	1.208	-	1.208
Reserva legal	-	-	18.725	-	(18.725)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(88.944)	(88.944)
Reserva de expansão	-	266.833	-	-	(266.833)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.162.000	826.662	108.855	(1.416)	-	2.096.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021 (Reapresentação)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL ajustado		
Lucro antes do IR e CSLL	564.679	421.404
Ajuste lucro antes do IR e CSLL		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.009	6.416
Depreciações	20.744	15.550
Resultado baixa imobilizado	(39)	(6)
Amortizações	800	988
Encargos financeiros (CPC 6)	3	85
Ganhos/perdas com atualizações atuariais	219	200
Resultado de equivalência patrimonial	-	903
Resultado baixa investimento	-	1.742
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(1.013)	949
Atualização depósitos judiciais	(269)	(112)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento de clientes	(415.216)	(522.889)
Aumento de outros ativos	(2.122)	(546)
Redução dos depósitos judiciais	20	1.152
Aumento de cartões em circulação	19.243	28.342
Aumento de contas a pagar a estabelecimentos	113.195	463.894
Redução de obrigações fiscais	(11.555)	(2.001)
Aumento de outros passivos	12.840	6.307
Imposto de renda e contribuição social pagos	(178.231)	(134.023)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	126.307	288.355
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(66.496)	(16.827)
Ressarcimento equipamentos de captura	97	55
Baixa de investimentos	-	316
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(66.399)	(16.456)
Caixa líquido das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(66.516)	(58.111)
Integralização de capital	300.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	233.484	(58.111)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	293.392	213.788
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	724.638	510.850
No fim do exercício	1.018.030	724.638
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	293.392	213.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Receita da prestação de serviços	605.987	582.642
Outras receitas	2.827	3.611
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.009)	(1.139)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(163.065)	(141.933)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(41.767)	(35.063)
Outros	(24.150)	(34.381)
Valor adicionado bruto	376.823	373.737
Depreciação e amortização	(21.544)	(16.539)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	355.279	357.198
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	-	(903)
Receitas financeiras	307.922	152.406
Valor adicionado total a distribuir	663.201	508.701
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	7.810	7.273
Remuneração direta	6.241	5.865
Benefícios	1.147	998
FGTS	422	410
Impostos, taxas e contribuições	277.761	220.649
Federais	250.675	194.618
Estaduais	6	5
Municipais	27.080	26.026
Remuneração de capitais de terceiros	3.128	713
Despesas financeiras	3.090	675
Aluguéis e outros	38	38
Remuneração de capitais próprios	374.502	280.066
Dividendos	88.944	66.516
Lucros retidos	285.558	213.550
Valor adicionado distribuído	663.201	508.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento, com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. – Instituição de Pagamento (“Banrisul Pagamentos” ou “Companhia”), anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A., é uma empresa de capital fechado, estabelecida no Brasil, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Banco”), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regimentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Pagamentos atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Pagamentos é decorrente da taxa de “*Merchant Discount Rate (MDR)*” descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas com antecipação do recebimento de vendas, mensalidade, aluguel de equipamentos, franquia e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

No que tange ao MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência Vero aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e, o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

O Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. Enquanto o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

Como parte integrante do Conglomerado do Banrisul, as operações da Companhia são conduzidas em contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas, mediante ressarcimento de custos. As demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 01 de fevereiro de 2023.

NOTA 02 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da companhia foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, sob o pressuposto de continuidade operacional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

2.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Relativo ao **ICPC 22 “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”**, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas. Esta Interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de emissores e conveniados.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos, cartões em circulação e dividendos a pagar e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional (Nota 4).

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo circulante, pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero, líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais e dos valores a receber de emissores e credenciados.

A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes em relação ao histórico de cobrança e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia.

A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de adquirência da Companhia.

e) Cartões em circulação

Cartões em circulação são classificados como custo amortizado. Registram as obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo circulante pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontadas dos estabelecimentos credenciados.

2.5. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

2.6. Direito de uso em arrendamento

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 o **CPC 6 (R2) - "Operações de arrendamento mercantil"**:

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Administração revisou todos os contratos em face das novas regras contábeis de arrendamento do CPC 6 (R2) e a aplicação deste normativo, apesar de não haver impactos relevantes, está demonstrado na presente demonstração financeira da Companhia.

Todos os arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base no prazo do contrato de direito de uso. A obrigação de arrendamento é inicialmente mensurada ao valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizadas mensalmente pelos juros descontados e liquidadas pelos pagamentos de arrendamento realizados.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 14.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a companhia irá apresentar lucro tributável futuro suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de *report* e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.9. Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

2.10. Reconhecimento de receita

Em conformidade com o regime de competência, a receita é reconhecida na apuração do resultado do período a que pertence e independentemente de seu recebimento. O reconhecimento da receita é efetuado quando o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

Na linha de produtos de Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões para compras ou contratação de serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da nota fiscal, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

2.11. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados pela Companhia é constituído pelos valores de serviços técnicos e especializados, comunicação, processamento de dados, manutenção e atualização de softwares para garantir a qualidade e segurança das informações, insumos relativos a equipamentos e materiais necessários para a efetivação da captura das transações, taxas das Bandeiras e serviços de logística.

2.12. Benefício a empregados

A Banrisul Pagamentos é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica à seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Pagamentos é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação reconhecida no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada periodicamente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como Outros Resultados Abrangentes (ORA), quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio-funeral. Neste caso, a Banrisul Pagamentos não tem qualquer obrigação adicional de pagamento além da contribuição que é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. Além destes, há benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas obrigações são avaliadas, periodicamente, por atuários independentes e qualificados.

Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a eles. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela companhia somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela companhia e serviço prestado pelo funcionário); e
- (3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a companhia, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

2.13. Informação por segmento

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da linha operacional é a administração da Companhia que se utiliza, para tomada de decisão, da margem bruta gerada pela linha de produtos de adquirência sendo que outras linhas de produtos marginais representam menos de 10% do negócio da Companhia.

2.14. Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Pagamentos passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Pagamentos protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular BACEN nº 3.886/18, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Pagamentos teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Pagamentos cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Pagamentos encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, em abril de 2018. Em virtude da entrada em vigor, em maio de 2021, das Resoluções BCB nºs 80 e 81, ambas de 25 de março de 2021, a Companhia recebeu comunicação do referido órgão regulador, com orientações a respeito da atualização dos documentos e informações relativos aos processos em análise no Banco Central, para adequação aos normativos mencionados. A documentação está em fase de coleta e elaboração, para posterior envio.

Em maio de 2020, a Companhia aderiu ao PIX, arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil, para atuar como participante indireto.

2.15. Reapresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa

A demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está sendo reapresentada, para melhor comparabilidade e para adequar ao formato adotado pelo controlador partindo do Lucro antes do IR e CS em substituição ao Lucro líquido do exercício. Esta readequação não tem qualquer reflexo nas notas explicativas e nos demais demonstrativos apresentados, tendo reflexo apenas entre linhas do Fluxo de caixa das atividades operacionais as quais listamos abaixo:

Demonstração do fluxo de caixa – 31/12/2021	Divulgação anterior	Ajuste	Saldos reapresentados
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL ajustado	-	421.404	421.404
Lucro líquido do exercício	280.066	(280.066)	-
Ajuste lucro antes do IR e CSLL			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.415	-	6.415
Depreciações	15.550	-	15.550
Resultado baixa imobilizado	(6)	-	(6)
Amortizações (CPC 6)	989	-	989
Encargos financeiros (CPC 6)	85	-	85
Ganhos/Perdas com atualizações atuariais	132	68	200
Resultado de equivalência patrimonial	903	-	903
Resultado baixa de investimento	1.742	-	1.742
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	949	-	949
Atualização depósitos judiciais	(112)	-	(112)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução de clientes	(522.888)	-	(522.888)
(Aumento) redução de outros ativos	(1.006)	459	(547)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	1.152	-	1.152
Aumento (redução) de cartões em circulação	28.342	-	28.342
Redução de contas a pagar a estabelecimentos	463.894	-	463.894
Aumento (redução) de obrigações fiscais	139.857	(141.858)	(2.001)
Aumento (Redução) de outros passivos	6.314	(7)	6.307
Imposto de renda e contribuição social pagos	(134.023)	-	(134.023)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	288.355	-	288.355
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	(16.827)	-	(16.827)
Ressarcimento equipamentos de captura	55	-	55
Baixa de Investimentos	316	-	316
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16.456)	-	(16.456)
Caixa líquido das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(58.111)	-	(58.111)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(58.111)	-	(58.111)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	213.788	-	213.788
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	510.850	-	510.850
No fim do exercício	724.638	-	724.638
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	213.788	-	213.788

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Provisões para riscos

A Banrisul Pagamentos revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Banrisul Pagamentos revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente com contrapartida no resultado da Companhia.

NOTA 04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades

Aplicações financeiras – CDB (a) (b)

Total

2022	2021
14.182	12.110
1.003.848	712.528
1.018.030	724.638

(a) Certificado de depósito bancário emitido pelo Banrisul com prazo de até 1081 dias e rendimentos atrelados a percentual da Taxa DI pós-fixada.

(b) Os saldos aplicados possuem opção de resgate imediato, ou seja, liquidez diária.

NOTA 05 CLIENTES

Valores a faturar (a)

Contas a receber de conveniados (b)

Contas a receber de emissores (c)

Contas a receber de emissores - Banrisul (d)

Contas a receber credenciados e tarifas (e)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)

Total

2022	2021
1.385	1.699
24.457	51.861
2.521.495	2.159.349
935.389	857.813
9.278	10.309
(1.019)	(2.253)
3.490.985	3.078.778

(a) O saldo corresponde aos valores contratados referentes cargas nos cartões de benefícios pré-pagos e serviços por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.

(b) Saldo composto pelos valores faturados a partir do fechamento da agenda financeira que ainda não foram liquidados pelos conveniados.

(c) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer.

(d) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras e dos cartões Visa e Mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de adquirência Vero.

(e) O saldo corresponde ao montante de valores a receber da rede credenciada referente as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados.

(f) Montante provisionado relativo ao risco de perda sobre valores a receber dos conveniados e credenciados conforme avaliação e políticas adotadas pela Companhia. (Nota 2.4 letra d).

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

Valores a vencer:

Até 90 dias

Acima de 90 dias

Vencidos:

Até 90 dias

Acima de 90 dias

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - "PCLD"

Total

2022	2021
2.711.989	2.616.095
771.589	460.361
7.382	2.220
1.044	2.355
(1.019)	(2.253)
3.490.985	3.078.778

Demonstrativo da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2022	2021
Saldo inicial	(2.253)	(1.114)
Reversão de provisão no exercício	899	2.300
Baixa para perda no exercício	4.243	5.276
Constituição de provisão no exercício	(3.908)	(8.715)
Saldo final	(1.019)	(2.253)

NOTA 06 ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos dos ativos e passivos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	765	1.331	(1.750)	346
Provisão para riscos trabalhistas	978	76	(358)	696
Provisão para riscos cíveis	212	91	(206)	97
Provisão benefício pós-emprego	1.681	209	(753)	1.137
Outras provisões	256	1.665	(365)	1.556
Total de ativos diferidos	3.892	3.372	(3.432)	3.832
Débito tributário – ativo atuarial	(191)	(44)	39	(196)
Total de passivos diferidos	(191)	(44)	39	(196)
Total líquido	3.701	3.328	(3.393)	3.636

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, no grupo outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	2022
2023	2.241
2024	658
2025	118
2026	118
2027	94
Após 2027	603
Total	3.832

O valor presente dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.996, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa selic, projetada para o período correspondente.

NOTA 07 IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido 2022	Saldo Líquido 2021
Móveis e utensílios	10,0	251	(42)	209	217
Direito de uso - imóveis CPC6 (a)	20,0	3.107	(155)	2.952	-
Sistemas de transporte - veículos	20,0	211	(113)	98	124
Sistemas de comunicação	10,0	163	(114)	49	64
Equipamentos de informática	20,0	130	(90)	40	53
Equipamentos de captura (b)	20,0	188.719	(55.024)	133.695	87.784
Total		192.581	(55.538)	137.043	88.242

	2021	Adições	Baixas	Depreciação	2022
Móveis e utensílios	217	9	-	(17)	209
Direito de uso - imóveis CPC6 (a)	-	3.107	-	(155)	2.952
Sistemas de transporte - veículos	124	-	-	(26)	98
Sistemas de comunicação	64	-	-	(15)	49
Equipamentos de informática	53	-	(7)	(6)	40
Equipamentos de captura (b)	87.784	66.487	(51)	(20.525)	133.695
Total	88.242	69.603	(58)	(20.744)	137.043

(a) Valor relativo a contrato de aluguel de imóvel, registrado de acordo com CPC 6 (R2), depreciado pelo período de vigência do mesmo.

(b) Saldo e movimentos relativos a aquisições de equipamentos de captura. A Depreciação é iniciada após a instalação dos equipamentos POS e PIN PADs; até 2018 era efetuada em 3 anos; a partir de 2019 a companhia passou a efetuar a depreciação em 5 anos, baseada em laudo técnico e informações dos fornecedores dos novos equipamentos.

NOTA 08 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO

	2022	2021
Alimentação e refeição	60.361	56.798
Devolve ICMS	50.516	35.069
Salário	5.703	5.604
Demais cartões	3.567	3.432
Total	120.147	100.903

Saldo existente em 31 de dezembro de 2022 relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos Cartões de Benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimentos constantes de aumento relativo à carga e diminuição pela utilização.

NOTA 09 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	2022	2021
Contas a pagar transações rede de aquisição Vero (a)	2.137.576	2.028.656
Contas a pagar transações Banricard (b)	94.458	90.174
Demais contas a pagar credenciados (c)	11	20
Total	2.232.045	2.118.850

(a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor líquido das transações capturadas, já deduzidas dos valores de MDR e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos lojistas junto à rede de aquisição Vero. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos credenciados sobre as transações capturadas pela rede de aquisição Vero para remunerar o serviço prestado, o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.

(b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões benefício e empresariais já deduzidos da taxa de intermediação e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos credenciados.

(c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

A composição do contas a pagar a estabelecimentos, por vencimento, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.780.545	1.816.423
Acima de 90 dias	451.500	302.427
Total	2.232.045	2.118.850

NOTA 10 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2022	2021
Imposto de renda	31.478	30.153
Contribuição social	10.669	11.433
Imposto sobre serviços	8.488	8.117
PIS/COFINS	5.794	5.775
Retenções a recolher	402	400
Total obrigações fiscais	56.831	55.878

NOTA 11 OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
Passivo de arrendamento CP – CPC6 (a)	828	1.036
Provisões operacionais (b)	31.415	27.262
Provisões e encargos folha de pagamento	474	622
Serviços a pagar (c)	1.076	1.457
Valores a liquidar – migração (e)	13.340	13.340
Adiantamento convênios Banricard (f)	8.334	2.025
Demais passivos	6.837	2.698
Total outros passivos circulantes	62.304	48.440
Obrigações benefício pós-emprego (g)	3.346	4.945
Débitos tributários (h)	196	191
Passivo de arrendamento LP – CPC6 (a)	2.161	-
Total outros passivos não circulantes	5.703	5.136

(a) Valor referente contrato de Direito de uso do imóvel sede da Companhia, registrado conforme definição do CPC6 (R2).

(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual o montante de R\$ 15.995 (R\$ 11.696 em dez/21) refere-se ao ressarcimento do acordo operacional Banrisul; R\$ 2.215 (R\$ 4.611 em dez/21) valores de Marketing a liquidar; R\$ 3.481 (R\$ 1.900 em dez/21) referentes a Processamento de Dados; R\$ 4.859 (R\$ 4.267 em dez/21) provisão Fee Bandeiras e R\$ 4.865 (R\$ 4.788 em dez/21), relativo outras provisões.

(c) Saldo referente serviço de manutenção e software a pagar.

(d) Valor a pagar relativo aquisição de equipamentos de captura registrados no imobilizado da companhia.

(e) Valor referente saldos bloqueados de cartões de benefícios banricard cujos portadores não solicitaram a emissão de novo cartão após a companhia migrar o processamento para a nova processadora (em 2018), isto é, valores a disponibilizar em moeda em circulação.

(f) Créditos recebidos dos convênios Banricard para realização de carga nos cartões em circulação.

(g) Composto por valores relativos a provisão para Benefício Pós-Emprego referente planos da fundação e prêmio aposentadoria.

(h) Débitos tributários referente 34% sobre ativos atuariais.

NOTA 12 PROVISÃO PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Banrisul Pagamentos, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Pagamentos provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/2021	2.877	621	3.498
Adições	-	196	196
Atualizações	225	71	296
Reversões	(1.054)	(451)	(1.505)
Pagamentos	-	(154)	(154)
Saldo em 31/12/2022	2.048	283	2.331
Depósitos Judiciais	3.865	31	3.986

Do montante depositado judicialmente até 31 de dezembro de 2022, R\$ 3.714 referem-se a Depósitos Judiciais – MCP (Mandato de citação e penhora) e R\$ 182 a Depósitos Recursais.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para passivos contingentes sobre as causas de perdas possíveis.

	2022	2021
Trabalhistas	2.823	528
Cíveis	226	328
Saldo final	3.049	856

Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se, na sua maioria, a “vantagens bancárias” relativo aos empregados incorporados da extinta Banrisul Processamento de Dados. De acordo com o histórico estes processos levam em média 10 anos para conclusão.

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se, especialmente, a ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de supostos problemas operacionais na utilização do serviço prestado pela companhia. A média para conclusão destes processos é de 4 anos.

NOTA 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 62.000, mediante aproveitamento de reserva de lucros e sem emissão de novas ações.

Em Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, realizadas em 23 de novembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, a ser subscrito e integralizado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (controlador da companhia) mediante emissão de novas ações, resultando no aporte de capital, em dezembro de 2022, no valor de R\$ 300.000, com a emissão de 68.965.518 novas ações, dentro do limite de capital autorizado estatutariamente previsto.

O aumento do capital social da Companhia objetiva a preservação da posição de caixa e da estrutura de capital, tendo em vista a projeção de investimentos necessários para execução do planejamento estratégico. Com o aporte de capital, a participação acionária do controlador Banrisul passou de 99,78% para 99,82% e da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios de 0,22% para 0,18%. O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.162.000 (R\$ 800.000 em dezembro de 2021), dividido em 477.939.995 ações.

b) Distribuição do resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 374.502 terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (iii) o lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Composição dos valores relativo a dividendos a distribuir em 31 de dezembro é a seguinte:

	%	2022	2021
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	99,82	88.780	66.372
Banrisul S.A Administradora de Consórcios	0,18	164	144
Total	100%	88.944	66.516

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R\$ 90.130 relativo a reserva legal.

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo referente reserva de expansão em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 826.662 (R\$ 621.829 em dezembro de 2021).

e) Dividendos obrigatórios

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, do total dos lucros obtidos 5% será aplicado, antes de qualquer destinação, para constituição da reserva legal a qual não poderá exceder 20% do capital social e, 25% será obrigatoriamente distribuído aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

NOTA 14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	564.679	421.404
Adições (exclusões) - IRPJ		
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(1.167)	208
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	3.240	3.931
PCLD	(1.233)	1.139
Ajuste CPC 6	(124)	(13)
Ajuste equivalência patrimonial	-	903
Provisões operacionais	3.823	-
Outras adições (exclusões)	1.392	1.326
Adições (exclusões) - CSLL		
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(1.167)	208
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	3.240	3.931
PCLD	(1.233)	1.139
Ajuste CPC 6	(124)	(13)
Ajuste equivalência patrimonial	-	903
Provisões operacionais	3.823	-
Outras adições (exclusões)	1.316	1.251
(=) Base do IRPJ corrente	570.610	428.898
(=) Base do CSLL corrente	570.534	428.823
Imposto de renda	(139.383)	(103.270)
Contribuição social	(51.348)	(38.594)
Outros	(5)	-
IRPJ e CSLL correntes	(190.735)	(141.864)
IRPJ e CSLL diferidos	558	526
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(190.177)	(141.338)
Alíquota efetiva	33,68%	33,54%

NOTA 15 RECEITA LÍQUIDA

A receita bruta é proveniente dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, mensalidade, aluguel e franquia dos equipamentos de captura, da prestação de serviços da utilização de rede e dos serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais. Os impostos incidentes sobre os serviços prestados são Imposto sobre Serviços – ISS (alíquota 5%), PIS (alíquota 1,65%) e COFINS (alíquota 7,60%).

	2022	2021
Receita bruta	615.774	589.438
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	(95.991)	(84.762)
Receita líquida	519.783	504.676

NOTA 16 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2022	2021
Serviço técnico e especializado (a)	(29.832)	(29.520)
Processamento de dados e comunicação (b)	(60.775)	(48.584)
Bandeiras e parceiras (c)	(85.873)	(73.749)
Outros custos (d)	(7.105)	(5.565)
Total	(183.585)	(157.418)

(a) Custos com os serviços técnicos e especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.

(b) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(c) Valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito (Fee de Bandeira); valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de software cobrado sobre o volume transacionado com cartões de débito e crédito, pela manutenção dos equipamentos, pelo serviço de logística e, relativo a manutenção da plataforma com os aplicativos disponibilizados pela companhia a seus credenciados (VeroStore).

(d) Composto pelo custo de bobinas e de insumos utilizados no processamento das transações com cartões de crédito e débito.

NOTA 17 DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2022	2021
Serviços técnicos e especializados	(6.631)	(5.112)
Serviços de terceiros	(33.092)	(28.260)
Patrocínios, publicidade e propaganda	(22.527)	(24.656)
Aluguéis	(38)	(38)
Outros	(4.486)	(3.504)
Total despesas gerais e administrativas	(66.774)	(61.570)
Remuneração a empregados	(2.102)	(2.107)
Encargos e benefícios	(1.047)	(1.049)
Diretoria e conselhos	(5.975)	(5.412)
Total despesas de pessoal	(9.124)	(8.568)
Total	(75.897)	(70.138)

NOTA 18 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2022	2021
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.013	(949)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.009)	(6.415)
Recuperação de encargos e salários	2.479	3.060
Outras receitas (despesas)	(936)	(498)
Total	(453)	(4.802)

NOTA 19 RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Rendimentos aplicações financeiras	79.181	27.017
Rendas com antecipação do recebimento de vendas (a)	227.651	124.300
Outros	1.090	1.089
Total receitas financeiras	307.922	152.406
Despesas financeiras (b)	(3.090)	(675)
Resultado financeiro	304.832	151.731

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando da solicitação pelos estabelecimentos, para recebimento antecipado das transações com cartões efetivamente realizadas na Rede de Adquirência Vero.

(b) Despesas com variação cambial, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), juros, atualização monetária sobre provisão ISS, encargos financeiros relativo CPC 6 e outros.

NOTA 20 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	2022	2022	2021	2021
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (a)				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	1.018.029	78.734	724.637	23.602
Clientes	935.457	3	875.557	3
Outros	506	3.260	506	3.277
Dividendos	(88.780)	-	(66.372)	-
Reembolso custo/despesa de pessoal	(8.981)	(56.276)	(6.337)	(51.815)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	(5.508)	(27.935)	(4.148)	(22.994)
Reembolso despesas gerais	(1.506)	(2.053)	(1.211)	(1.128)
Empresas coligadas grupo Banrisul (b)				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽²⁾	-	2	-	3.255
Clientes	140	-	2	-
Dividendos	(164)	-	(144)	-
Outros	-	70	-	822
Estado do Rio Grande do Sul				
Clientes	1	27	267	35

⁽¹⁾ Saldo composto por aplicações em CDB pós fixados e valores mantidos em contas de depósito.

⁽²⁾ Receita financeira relativo ao encerramento de Fundo de investimento onde a companhia era única cotista.

(a) Existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) - Controlador e a Companhia, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(b) A Companhia possui contrato com o Banrisul, o qual abrange também as demais subsidiárias - coligadas do grupo Banrisul: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Armazéns Gerais S.A. - para fornecimento mensal de serviço de cartões alimentação e refeição além da cedência mútua de empregados. Estas transações foram contratadas com condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

b) Remuneração da administração

	2022	2021
Remuneração e benefícios	4.833	4.378
Encargos sociais	1.142	1.034
Total	5.975	5.412

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Pagamentos não possui política de remuneração através de plano baseado em ações. Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e a remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

A Companhia é patrocinadora de Plano de benefício definido junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social relativo ao seu quadro de funcionários (Nota 22).

c) Demais informações sobre partes relacionadas

A Companhia em conjunto com seu Controlador, em junho de 2019 tornou-se acionista da VG8JV Tecnologia S.A. ("VG8JV"), com participação societária de 43,99%. A VG8JV atua sob o nome fantasia VeroGo nas atividades de credenciamento de estabelecimentos comerciais para aquisição, mediante integração com o sistema da Rede Vero da Banrisul Pagamentos, e de locação de infraestrutura e de prestação de serviços *whitelabel* para ramo de mobilidade em shoppings e estacionamento.

Em setembro 2020, diante do quadro de profunda mudança do mercado de aquisição, agravado pela pandemia do novo coronavírus que afetou também as atividades de mobilidade, acarretando na impossibilidade de atingir o *breakeven* planejado, o Conselho de Administração da VG8JV decidiu pelo encerramento das atividades daquela companhia, até o limite da legislação aplicável e das obrigações contratuais assumidas.

Em março/2021 foi levantado Balancete com saldos finais para apresentação na AGOE realizada em 22 de abril de 2021 a qual designou a dissolução da companhia e a destinação dos Ativos existentes que foram distribuídos entre os sócios de acordo com seu percentual de participação.

Abaixo a composição do investimento da Banrisul Pagamentos na VG8JV:

Saldo do investimento em 31/12/2020
 Resultado de participações societárias¹
 Receção de itens de estoque da VG8JV
 Devolução de parte do capital em espécie
Saldo do investimento em 31/12/2021

2021
3.038
(2.645)
(86)
(307)
-

¹ Composto pelo resultado de equivalência patrimonial (903) e resultado baixa do investimento (1.742).

NOTA 21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, a rentabilidade e a segurança.

A Banrisul Pagamentos não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor justo dos instrumentos financeiros pode ser assim demonstrado:

		2022	
	Categoria	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	1.018.030	1.018.030
Clientes	Custo amortizado	3.490.985	3.490.985
Cartões em circulação	Custo amortizado	120.147	120.147
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	2.232.045	2.232.045
		2021	
	Categoria	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	724.638	724.638
Clientes	Custo amortizado	3.078.778	3.078.778
Cartões em circulação	Custo amortizado	100.903	100.903
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	2.118.850	2.118.850

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia é igual ao seu valor contábil uma vez que são substancialmente instrumentos de curto prazo e não possuem outros fatores que impactem em seu valor justo de forma significativa.

b) Risco de liquidez

A Banrisul Pagamentos atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Pagamentos mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Banrisul Pagamentos atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

Para os credenciados Banricard, detentores de conta no Banrisul, a Companhia considera a análise de crédito efetuada pelo controlador Banrisul. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Pagamentos possui aplicações em ativos de renda fixa concentrados em CDI/Selic – CDBs. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atender as exigências dispostas no CPC 40, a Banrisul Pagamentos realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como sujeitas ao risco de taxas de juros.

A exposição ao risco da empresa é ativa e concentrada em CDI/Selic. Dessa forma, ele se materializa quando da redução de taxa de juros. A posição dos ativos e a exposição a este risco é monitorada pela Banrisul Pagamentos e também pela entidade líder do conglomerado prudencial, que acompanha diariamente a exposição das empresas do grupo através de demonstrativos, conforme sua política de risco e reportes ao Banco Central do Brasil. Foram aplicados choques às taxas, proporcional do trimestre, sensibilizando a rentabilidade desses ativos considerando os seguintes cenários, aplicados sobre o CDI anual: +0,75 pp (Cenário 1), +/-1 p.p. (Cenário 2) e +/-1,5 p.p (Cenário 3).

A taxa CDI acumulada trimestral, aplicada aos cenários abaixo, foi de 3,25%.

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa o incremento de 0,75 p.p. nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2022, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 2,63%.

Cenário 2: Situação Possível. Foi considerada como premissa a variação de 1 p.p. na taxa anual nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2022, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 2,43%.

Cenário 3: Situação Remota. Foi considerada como premissa a variação de 1,5 p.p. nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2022, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 2,02%.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações. As análises de sensibilidade, abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a perpetuação de perdas significativas. Reforçamos que essas perdas refletem diretamente no resultado da instituição, mas apenas nos cenários com nova redução de taxa de juros ou efeitos de marcação à mercado sobre os títulos Tesouro Selic (fenômeno incomum, porém observado em setembro de 2020). A instituição possui exposição comprada (ativos) concentrados em CDI/Selic, logo a situação do *Cenário 1 - situação provável* não se constitui em perdas, uma vez que permanece a sinalização por parte do Comitê de Política Monetária – COPOM acerca da continuidade ou a manutenção do atual patamar da taxa de juros.

Em milhões R\$

Cenário	31/12/2022			31/12/2021		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros	0	7.682	11.457	0	2.733	4.084
Total	0	7.682	11.457	0	2.733	4.084

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros ou cupons de taxas de juros;
- Em 31 de dezembro de 2022, o saldo exposto à variação do DI era de R\$ 1.003,8 milhões, em 31 de dezembro de 2021 era R\$ 712,5 milhões.

Premissas:

CDBs

A taxa utilizada para o teste de sensibilidade dos CDBs é resultante da comparação de rentabilidade acumulada proporcional entre CDBs x CDI, encontrado na central de sistemas da CVM.

Utilizou-se as variáveis de rentabilidade do CDB DI.

NOTA 22 **OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS**

A Banrisul Pagamentos é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial do Banrisul executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nos 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com a Resolução nº 4.994/22 do CMN. O art. 8º, da Resolução nº 4.994/22 do CMN determina que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suportes à Política de Previdência Complementar da Banrisul Pagamentos se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de “benefício definido”) e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de “contribuição variável”), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 33/2020 e Portaria Previc nº 373/2022.

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, sendo revisadas periodicamente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2022	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio
	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	6,10	6,14	6,11	6,14	6,10	6,17	6,17	6,17	6,09
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	6,10	6,14	6,11	6,14	6,10	6,17	6,17	6,17	6,09
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	1,36	-	5,15	1,51	0,41	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	5,15
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23
Taxa de Desconto Nominal	11,65	11,69	11,66	11,69	11,65	11,72	11,72	11,72	11,64
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	11,65	11,69	11,66	11,69	11,65	11,72	11,72	11,72	11,64
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,66	5,23	10,65	6,82	5,66	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	10,65
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,55	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	5,23	6,28	5,23

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Econômicas - 31/12/2021	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)			Prêmio
	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	(% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Aposentadoria (% a.a.)
Taxa Real de Desconto Atuarial	5,28	5,44	5,36	5,47	5,32	Cfe. Nota ⁽²⁾	5,44	5,47	5,24
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	5,28	5,44	5,36	5,47	5,32	Cfe. Nota ⁽²⁾	5,44	5,47	5,24
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	0,66	-	4,35	2,06	0,41	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	4,35
Crescimento Real dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	0,30	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	n/a
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	100,00	100,00	100,00
Inflação Esperada	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03
Taxa de Desconto Nominal	10,58	10,74	10,66	10,78	10,62	Cfe. Nota ⁽²⁾	10,75	10,77	10,53
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	10,58	10,74	10,66	10,78	10,62	Cfe. Nota ⁽²⁾	10,75	10,77	10,53
Taxa Nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	5,72	5,03	9,60	7,19	5,46	Cfe. Nota ⁽²⁾	n/a	n/a	9,60
Crescimento Nominal dos Benefícios do Plano Durante o Recebimento	5,35	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	5,03	6,08	5,03

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2022	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV III 2015-2020	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2020	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	A Conceder: Família Média (74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem) Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-30%) por sexo	Winklevoss	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREVII 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI FBPREVIII 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV I 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV I 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Não utilizado
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2020	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não utilizado

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo 4: inscrição a partir de 01/01/1991.

Hipóteses Demográficas em 31/12/2021	Mortalidade Geral	Mortalidade de Inválidos	Entrada em Invalidez	Taxa Anual de Rotatividade	Opção pelo Instituto BPD	Entrada em Aposentadoria	Composição Familiar
Plano PB I	AT – 2000 (-10%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREV III 2015-2020	n/a	100% ao atingir o benefício pleno	A conceder: Família Média (74% casados e cônjuge com 4 anos de diferença do titular, sendo a mulher mais jovem). Concedido: Família Real
Plano Saldado	AT – 2000 (-40%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência Saldado 2015-2020	n/a	Data provável de aposentadoria informada no cadastro	74% dos participantes com beneficiários e mulher 4 anos mais nova que o homem. Concedido: Família Real
Plano FBPREV	AT – 2000 (-30%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV II	AT – 2000 (-40%) por sexo	Winklevoss	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREVII 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano FBPREV III	AT – 2000 suavizada 10% por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas	Experiência PBI FBPREVIII 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real, conforme cadastro
Plano Saúde ⁽¹⁾ :							
PAM	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Conforme Planos de Previdência ⁽²⁾
POD	AT – 2000 Basic (-40%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREVI 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
PROMED	AT – 2000 Basic (-40%) por sexo	RRB – 83 (-50%)	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência PBI FBPREVI 2015-2020	-	100% na aposentadoria normal conforme elegibilidade do plano.	Família Real
Prêmio Aposentadoria	AT – 2000 (-30%) por sexo	n/a	Álvaro Vindas (-70%)	Experiência FBPREV 2015-2020	-	60 anos de idade e 10 anos de empresa	Não utilizado

(1) Planos de Saúde com benefícios pós-emprego nos Planos PAM- Plano de Assistência Médico-Hospitalar, POD – Plano Odontológico e PROMED – Programa Auxílio Medicamento.

(2) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

(3) Grupo 1: inscrição até 23/01/1978; Grupo 2: inscrição entre 24/01/1978 e 30/06/1983; Grupo 3: inscrição entre 01/07/1983 a 31/12/1990; e Grupo4: inscrição a partir de 01/01/1991.

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Pagamentos.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Pagamentos determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada período, observando os princípios estabelecidos pela Resolução nº 110 da CVM e Resolução nº 4.877/20 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, com data de referência em 29/12/2022.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 33/2020 e com Portaria Previc nº 373/2022, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do *duration* e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i)** Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- (ii)** Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii)** Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio-funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% (intervalos de 1%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo Atuário no Plano de Custeio, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Pagamentos contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde (PAM, POD e PROMED) – a Banrisul Pagamentos oferece planos de saúde, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) – a Banrisul Pagamentos concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Pagamentos e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Banrisul Pagamentos está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos Ativos - as obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit. Os planos do Brasil e dos Estados Unidos mantêm uma proporção significativa de ações, cujo rendimento se espera que supere o dos títulos privados no longo prazo, enquanto resultará em volatilidade e risco no curto prazo.

Variação na Rentabilidade dos Títulos - uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de Inflação - algumas obrigações dos planos de pensão da Banrisul Pagamentos são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existem limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de Vida - a maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

(d) Gestão dos Ativos dos Planos

O percentual de alocação dos ativos dos planos são os seguintes:

Planos:	PB I		PBS		FBPREV		FBPREV II		FBPREV III		Saúde	
	% Alocação		% Alocação		% Alocação		% Alocação		% Alocação		% Alocação	
Categorias	Dez22	Dez21	Dez22	Dez21	Dez22	Dez21	Dez22	Dez21	Dez22	Dez21	Dez22	Dez21
Caixa e Equivalente	0,03	0,04	-	0,01	0,01	0,01	-	0,01	-	0,01	0,12	0,02
Renda Fixa	84,97	80,92	77,97	72,09	85,44	73,80	82,69	70,55	89,46	81,27	97,86	98,06
Renda Variável	6,10	10,09	3,95	8,02	1,21	4,64	1,85	6,33	5,21	9,30	2,02	1,92
Imóveis	5,26	4,43	3,40	3,05	-	-	1,43	1,41	4,43	3,85	-	-
Outros	3,64	4,52	14,68	16,83	13,34	21,55	14,03	21,7	0,90	5,57	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do Banrisul com um valor justo de R\$7.332 (31/12/2021 - R\$7.332) e imóveis alugados com um valor justo de R\$146.786 (31/12/2021 - R\$136.289).

(e) Avaliações Atuariais

O resumo da composição do (ativo)/passivo atuarial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, preparados respectivamente com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e, de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrado a seguir:

Obrigações (Ativo)/Passivo Registradas no Balanço Patrimonial com Benefícios de:	31/12/2022	31/12/2021
Planos de Previdência		
Plano de Benefícios I (PBI)	1.327	1.678
Plano Saldado (PBS)	1.192	2.459
Plano FBPREV (FBPREV)	(2)	-
Plano FBPREV II (FBPREV II)	(56)	(71)
Plano FBPREVIII (FBPREVIII)	186	185
Planos de Saúde (PAM, POD e PROMED)	(518)	(492)
Prêmio Aposentadoria	641	623
Total	2.770	4.382

Em 31 de dezembro de 2022, o reconhecimento contábil registrado no Patrimônio Líquido como Ajustes de Avaliação Patrimonial, decorrente de ganhos atuariais e perdas atuariais apurados no remensuramento do laudo atuarial, totalizou o montante de (R\$ 1.831) (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2021).

A composição do (ativo)/passivo atuarial líquido preparado com base no laudo atuarial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e, de acordo com o CPC 33 (R1) é demonstrada a seguir:

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	4.687	12.907	4	309	976	518	641
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.360)	(11.715)	(8)	(423)	(790)	(2.166)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	1.327	1.192	(4)	(114)	186	(1.648)	641
Efeito do Teto de Ativo	-	-	2	58	-	1.130	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	1.327	1.192	(2)	(56)	186	(518)	641

Apuração do Passivo (Ativo) Líquido em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Obrigações Atuariais Apuradas na Avaliação Atuarial	5.481	13.945	6	333	1.036	492	623
Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.803)	(11.486)	(6)	(427)	(851)	(2.002)	-
Déficit/(Superávit) Apurado	1.678	2.459	-	(94)	185	(1.510)	623
Efeito do Teto de Ativo	-	-	-	23	-	1.018	-
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido	1.678	2.459	-	(71)	185	(492)	623

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	5.481	13.945	6	333	1.036	492	623
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(2)	(4)	-	(6)	1
Contribuições de Participante Realizadas no Período	177	35	-	-	1	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	567	1.484	-	34	107	56	37
Benefícios Pagos no Período	(694)	(989)	-	(27)	(117)	(49)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(844)	(1.568)	-	(27)	(51)	25	(20)
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	4.687	12.907	4	309	976	518	641

Movimentação do Valor Presente das Obrigações Atuariais em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Presente das Obrigações em 1º de Janeiro	6.368	14.417	4	288	890	521	566
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(1)	(2)	-	(7)	2
Contribuições de Participante Realizadas no Período	120	31	-	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	405	971	-	19	56	35	22
Benefícios Pagos no Período	(701)	(991)	-	(25)	(110)	(36)	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(711)	(483)	3	53	200	(21)	33
Valor Presente das Obrigações no Final do Período	5.481	13.945	6	333	1.036	492	623

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(3.803)	(11.486)	(6)	(427)	(851)	(2.002)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	694	989	-	27	117	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(177)	(35)	-	-	(1)	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(96)	(35)	-	-	(1)	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(419)	(1.214)	-	(45)	(86)	(227)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	441	66	(2)	22	32	63	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(3.360)	(11.715)	(8)	(423)	(790)	(2.166)	-

Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Valor Justo dos Ativos do Plano em 1º de Janeiro	(4.349)	(11.585)	(12)	(548)	(911)	(1.934)	-
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	701	991	-	25	110	-	-
Contribuições de Participante Realizadas no Período	(120)	(31)	-	-	-	-	-
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	(36)	(31)	-	-	-	-	-
Rendimento Esperado dos Ativos	(271)	(776)	(1)	(36)	(58)	(137)	-
(Ganhos)/Perdas no Valor Justo dos Ativos do Plano	272	(54)	7	132	8	69	-
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	(3.803)	(11.486)	(6)	(427)	(851)	(2.002)	-

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	1.678	2.459	-	(71)	185	(492)	623
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	148	270	(2)	(11)	21	(65)	38
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(403)	(1.502)	-	26	(19)	88	(20)
Contribuições do Empregador	(96)	(35)	-	-	(1)	(49)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	-
Passivo/ (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	1.327	1.192	(2)	(56)	186	(518)	641

Passivo (Ativo) Atuarial Líquido do Plano em 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Passivo/(Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Anterior	2.019	2.832	-	(9)	-	(521)	566
Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	134	195	(1)	(2)	(1)	(46)	24
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Resultado Abrangente	(439)	(537)	1	(60)	186	111	33
Contribuições do Empregador	(36)	(31)	-	-	-	(36)	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	-
Passivo/ (Ativo) Atuarial Líquido no Final do Período Atual	1.678	2.459	-	(71)	185	(492)	623

Resultado do Período de 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(2)	(4)	-	(6)	1
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	567	1.484	-	34	107	56	37
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(419)	(1.214)	-	(45)	(86)	(227)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	-	4	-	112	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	148	270	(2)	(11)	21	(65)	38

Resultado do Exercício de 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviço Corrente Líquido	-	-	(1)	(2)	-	(7)	2
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	405	971	-	19	56	35	22
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(271)	(776)	(1)	(36)	(58)	(137)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	1	17	1	63	-
Total de Despesa/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	134	195	(1)	(2)	(1)	(46)	24

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Período de 31/12/2022	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	441	66	(2)	22	32	63	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(844)	(1.568)	-	(27)	(51)	25	(20)
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	2	31	-	-	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(403)	(1.502)	-	26	(19)	88	(20)

Outros Resultados Abrangentes (ORA), no Exercício de 31/12/2021	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
(Ganhos)/Perdas nos Ativos do Plano	272	(54)	7	132	8	69	-
(Ganhos)/Perdas nas Obrigações Atuariais	(711)	(483)	3	53	200	(21)	33
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	-	-	(9)	(245)	(22)	63	-
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(439)	(537)	1	(60)	186	111	33

Resultado do Exercício Projetado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Custo do Serviços Corrente Líquido	-	-	(4)	(3)	-	2	-
Custo de Juros sobre as Obrigações Atuariais	518	1.452	-	34	107	59	39
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(372)	(1.318)	(1)	(47)	(85)	(254)	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-	-	7	-	132	-
Despesa/(Receita) Atuarial Estimada	146	134	(5)	(9)	22	(61)	39

Fluxo de Caixa no Período:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	96	35	-	-	1	49	-
Contribuições do Participante	177	35	-	-	1	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	694	989	-	27	117	49	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	-

Fluxo de Caixa Esperado para o Período Seguinte:	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
Contribuições do Empregador	162	89	4	3	3	43	-
Contribuições do Participante	275	89	4	3	3	-	-
Benefícios Pagos Utilizando os Ativos do Plano	776	1.095	-	32	117	43	-
Benefícios Pagos Diretamente pela Empresa	-	-	-	-	-	-	641

As estimativas de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos são demonstradas a seguir:

Perfil de Maturidade do Valor Presente da Obrigação (VPO)	Plano de Benefícios I	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde	Prêmio Aposentadoria
2023	776	1.095	-	32	117	43	641
2024	743	1.256	-	32	108	40	-
2025	727	1.237	-	32	104	40	-
2026	710	1.216	-	29	100	40	-
2027	692	1.194	-	27	96	39	-
2028 a 2032	3.129	5.580	-	97	418	204	-

A duração média ponderada do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir:

Duração Média Ponderada do Valor Presente da Obrigação (em Anos)	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.)	PAM	POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
31/12/2022	8,10	10,04	9,36	10,18	8,48	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	10,07	12,40		6,93
31/12/2021	9,67	12,35	11,08	12,85	10,42	Conforme Planos de Previdência ⁽¹⁾	12,45	17,27		8,51

(1) Conforme Plano de Previdência aos quais os beneficiários estiverem inscritos.

Outros dados acerca dos planos são demonstrados a seguir:

Quantidade de Participantes em 31/12/2022	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	PAM	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.) POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	2	4	-	2	1	6	5
Assistidos	22	21	-	3	12	35	7	20	-
Total	22	23	2	7	12	37	8	26	5

Quantidade de Participantes em 31/12/2021	Plano PBI	Plano Saldado	Plano FBPREV	Plano FBPREV II	Plano FBPREV III	PAM	Plano Saúde ⁽¹⁾ (% a.a.) POD	PROMED	Prêmio Aposentadoria
Ativos	-	2	2	4	-	2	1	6	5
Assistidos	22	23	-	3	12	30	8	21	-
Total	22	25	2	7	12	32	9	27	5

(f) Análise de Sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresenta-se a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas.

Plano de Benefícios I (PBI) – 31/12/2022		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(164)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	176
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(115)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	127
Plano Saldado (PBS) – 31/12/2022		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(546)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	591
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(346)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	391
Plano FBPREV (FBPREV) – 31/12/2022		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	-
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	-
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-
Plano FBPREV II (FBPREV II) – 31/12/2022		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(8)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	8
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(7)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	9
Plano FBPREV III (FBPREV III) – 31/12/2022		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(33)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	35
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(22)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	24
Plano Saúde – 31/12/2022		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	(22)
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	24
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	(17)
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	19
Prêmio Aposentadoria – 31/12/2022		Impacto em R\$ Mil
Descrição da Premissa	Hipótese	Efeito no VPO
Taxa de Desconto	Aumento de 0,5 p.p.	-
Taxa de Desconto	Redução de 0,5 p.p.	-
Tábua de Mortalidade	Aumento de 10%	-
Tábua de Mortalidade	Redução de 10%	-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A.)
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (“Banrisul Pagamentos”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banrisul Pagamentos, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Banrisul Pagamentos e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Pagamentos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Pagamentos é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Pagamentos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Pagamentos são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Pagamentos.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Pagamentos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Pagamentos a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento (anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A.), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2023.

Micheli Tassiani Petry
Bruno Queiroz Jatene
Luiz Valdir Andres
Conselheiros

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Veras Mota
Presidente

Carlos Aluísio Vaz Malafaia
Elizabeth Rejane Sodré Tavares
Antônio Carlos Antunes
Diretores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Coutinho Mendes
Presidente

Marcelo Soares Alves
Vice-Presidente

Cristiano Machado Costa
Eduardo Cunha da Costa
Giusepe Lo Russo
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Victor Herzer da Silva
Conselheiros

Ana Roselaine Leindeker da Silva
Contadora CRC RS 056194



PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento (anteriormente denominada Banrisul Cartões S.A.), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2023.

fevereiro 07, 2023 17:36
Micheli Tassiani Petry
Presidente

fevereiro 06, 2023 10:47
Bruno Queiroz Jatene
Conselheiro

fevereiro 08, 2023 10:40
Luiz Valdir Andres
Conselheiro

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS**

Certidão n.º: RS/2023/00000131
Nome: ANA ROSELAINE LEINDEKER DA SILVA CPF: 595.805.770-72
CRC/UF n.º RS-056194/O Categoria: CONTADOR
Validade: 02.06.2023
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcrs.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 595.805.770-72 Controle : 3565.5447.6702.7958

**Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS**



BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2022 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Empresa

A Companhia está situada no município de Canoas – RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.

Mercado e Cenário Econômico

Analisando o comportamento do mercado brasileiro no ramo de atuação da Companhia em 2022 e, fazendo o comparativo com o ano anterior, percebe-se que as exportações cresceram 19,1% e somaram US\$ 334.463 bilhões. Já as importações cresceram 24,3% no período comparativo e totalizaram US\$ 272.701 bilhões. Desse modo, o superávit na balança comercial brasileira fechou o ano de 2022 em US\$ de 61.761 bilhões, um aumento de 1,5% em relação a 2021.

No Porto Seco, atividade principal da Companhia, os setores de importação e exportação estão diretamente relacionados ao cenário econômico interno e externo. A Companhia obteve um crescimento positivo, principalmente, nas operações com serviços relacionados à importação que obteve um crescimento de 88%, em comparação com o ano anterior. As operações que mais contribuíram para esta elevação, estão diretamente ligadas aos setores industrial, automobilístico e equipamentos para energias renováveis.

Nas exportações, a Companhia obteve um decréscimo de 23% em relação ao exercício anterior, decorrente da retração do mercado interno exportador que opera a saída de mercadoria em zona secundária. Também houve uma redução nas operações do regime aduaneiro especial em DAC – Depósito Afiançado Certificado, cuja principal característica é permitir que a mercadoria seja formalmente exportada (sem sair do país), para todos os efeitos fiscais, creditícios e cambiais, a mercadoria nacional depositada em recinto alfandegado, vendida a pessoa sedada no exterior.

Apesar da agropecuária e da indústria extrativa serem os setores que mais contribuíram para o superávit nas exportações brasileiras, estes setores não utilizam o Porto Seco para exportar e, portanto, não influenciam na Companhia.

Tabela 1 - Receita Bruta Operacional – Porto Seco			
	2022	2021	%
Importação	R\$ 19.914	R\$ 10.575	88%
Exportação	R\$ 2.705	R\$ 3.503	-23%
DAC	R\$ 0	R\$ 7.802	-100%

A Administração destaca como principal ponto de melhoria nos processos internos, a obtenção da certificação da Receita Federal do Brasil para ser membro do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA). O reconhecimento é concedido aos operadores da cadeia logística internacional que demonstram capacidade de ger satisfatoriamente riscos relacionados à segurança física das cargas.

Desempenho Econômico e Financeiro

A seguir, apresentamos os indicadores financeiros que demonstram o desempenho da Companhia nos exercícios findos de 2022 e 2021.

Tabela 2 – Indicadores Financeiros			
	Em milhares de reais	2022	2021
Receita Líquida		28.626	29.483
Custo dos Serviços Prestados		-12.497	-13.540
Lucro Bruto		16.329	15.943
Margem Bruta		56,65%	54,08%
Despesas/Receitas Operacionais		-9.307	-9.491
EBIT		8.022	6.452
Margem EBIT		27,93%	21,88%
Resultado Financeiro Líquido		6.933	2.107
IR e CSLL		-5.061	-2.870
Lucro Líquido		9.894	5.689
EBIDTA		8.933	7.612
Margem EBITDA		30,89%	25,82%
Margem Líquida		34,32%	19,30%

* Para fins comparativos, deve-se acrescentar o montante de R\$ 559 mil referente aos créditos tributários de PIS e COFINS que, no ano anterior, computavam a receita líquida, o que a eleva para R\$ 29,3 milhões.

A receita líquida de 2022, em comparação com o ano anterior, se manteve constante, mesmo com o término das operações especiais em DAC com cliente do exterior.

Importante destacar foi o incremento obtido na receita não operacional, em especial no resultado financeiro (aplicações financeiras de curto e longo prazo) que foram impulsionadas pelas altas constantes nas taxas de indicadores dos investimentos de renda fixa atrelados a DI. O lucro líquido da Companhia em 2022 foi de R\$ 9,9 milhões, com margem líquida de 34,32%, representando 15,02% acima do mesmo período do ano anterior, que foi de 19,30%.

A Companhia obteve em 2022, um Ebitda de R\$ 8,9 milhões, atingindo margem Ebitda de 30,99%, demonstrando que a empresa consegue gerar caixa com o negócio, sem depender das receitas financeiras.

Investimentos

Em 2022 foi iniciado projeto para implantação de sistema de energia fotovoltaica, uma fonte renovável que tem como principal processo a conversão de radiação solar em energia elétrica, utilizando placas solares instaladas na cobertura das edificações dos armazéns de depósito com capacidade de 821,3 kWp de potência. Este investimento está estimado em R\$ 3,4 milhões e o seu retorno se dará em 8 anos, através da economia de R\$40 milhão, nas despesas com energia elétrica. Foram adquiridos 10 (dez) emplanhadeiras elétricas, no total de R\$ 2,05 milhões, todos provenientes de recursos próprios. Os investimentos acima referidos estão em consonância com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Companhia.

Para 2023, a Companhia planeja investir em torno de R\$ 4,2 milhões, com recursos próprios. Grande parte deste valor será investida na adequação do Porto Seco, às novas exigências contidas em Portarias da Receita Federal do Brasil e se referem a atualização tecnológica dos recintos alfandegados. Outro investimento previsto é a aquisição de mais 04 (quatro) emplanhadeiras elétricas para completar o parque de equipamentos elétricos em substituição ao sistema de combustível.

Recursos Humanos

Atualmente, o quadro funcional permanente é composto por 67 empregados, aprovados mediante concurso público e submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. São proporcionados, aos empregados, diversos benefícios, dentre eles: auxílio creche/berbá, auxílio escola, plano de saúde e odontológico, seguro de vida em grupo, vale alimentação, vale refeição e 13º vale alimentação. Conta também com 153 colaboradores, distribuídos entre estagiários, jovens aprendizes e terceirizados, estes relacionados à prestação de serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços gerais.

Para incentivar o comportamento voltado para resultados, mantendo empregados comprometidos e satisfeitos com seu trabalho, a Companhia, no ano de 2022 distribuiu parte do resultado líquido de 2022, a título de PLR-Participação nos Lucros e Resultados, conforme Autorização do Conselho de Trabalho.

A Companhia ofereceu aos seus empregados treinamentos de qualificação específicos por setores de atuação, como também de conscientização sobre os riscos e segurança no ambiente de trabalho.

Em 2022 também foi proporcionado para a Diretoria e Conselheiros, Plano de Desenvolvimento de Administradores, Conselheiros de Administração e Fiscal voltados, principalmente, às práticas de Governança Corporativa, com temas voltados para Legislação societária e de mercado de capitais; Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo; Política de Divulgação de Informações; Controle Interno; Código de Ética e Conduta e Lei nº 12.946, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

Sustentabilidade

Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua mantendo atenção especial ao consumo de energia, água e geração de resíduos. Em 2022, foi dado início ao projeto de geração de energia renovável, através de sistema fotovoltaico que converte a luz do sol em eletricidade sem emissão de qualquer gases de efeito estufa ou resíduos poluentes. Aproveitando a troca por energia limpa e segura a Companhia substituirá seu parque de máquinas, adquirindo emplanhadeiras elétricas que irão reduzir os impactos de poluentes no meio ambiente, sem emissão de CO2.

Outra atividade aplicada na Companhia é a captação de água da chuva com reservatórios com capacidade de estocagem de 50.000 litros, onde serão aproveitadas para os meios não potáveis, como reposição da água dos reservatórios destinados a inóculo, lavagens em geral, entre outros.

Auditorias Independentes

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informa que não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditorias Independentes, que não os serviços de auditoria externa durante o exercício de 2022.

Agradecimentos

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do RS, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Agostinho Meirelles Martins Neto	Silvana Dalmas
Diretor Presidente	Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores
Osmar Paulo Viocei	Diretor Comercial e Operacional

Canoas, 31 de dezembro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

Atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entropado aduaneiro, admissão temporária, transito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Presta também os serviços de Armazenamento físico de aereos e na Digitalização e Gerenciamento de Documentos para empresas e setor público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as práticas contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos de comparação.

As Demonstrações Financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente, em atendimento ao CPC 47.

b) Custo de prestação de serviços

O custo de prestação de serviços é mensurado pela medida que esses serviços são entregues. A receita de locação de área é reconhecida pelo método exponencial durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos locais na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados.

A receita de alto financeiro de juros é reconhecida quando os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método exponencial com base no fluxo de caixa efetivo no exercício.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação

A Lucro por Ação (LPA) deve ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social no exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações da Companhia no exercício.

	2022	2021
Número total de ações	700	700
Lucro líquido do exercício	9.894	5.689
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	14	8

Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,80%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	-
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED	3,00%
- Armazenagem	2,50%

Esses encargos são apresentados como deduzidos de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e do COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando a Companhia apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada trimestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas de acordo com o CPC 47, sendo devidamente reconhecidas na competência em que ocorre a satisfação da prestação dos serviços aos clientes.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada por meio de análises individuais de cada cliente em relação ao histórico de cobrança e pagamento, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros.

d) Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	42 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item é imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

f) Provisão para recuperação de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante por redução ao valor recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há resta data provisão para redução a valor recuperável de ativos.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

h) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente relacionados com a aquisição.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, os quais são avaliados ao custo amortizado.

i) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

j) Contas a pagar aos fornecedores

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	80	1.658
Aplicações financeiras	6	24.005	17.477
Contas a receber	6	1.778	2.139
Tributos a recuperar	7	1.109	379
Outros ativos	7	20	461
Outros ativos	7	2.395	544
Total do ativo circulante		29.452	22.947
Ativo não circulante			
Aplicações Financeiras	5	33.663	30.218
Tributos diferidos	12	330	336
Depósitos judiciais	9	1.894	1.808
Outros ativos	7	165	147
Imobilizado	8	16.538	16.458
Direito de uso	9	34	56
Total do ativo não circulante		52.664	49.063
Total dos ativos		82.096	71.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.100	231	1.897	15.071	-	59.099
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.689	5.689
Aumento de Capital	11.000	(231)	(58)	(10.710)	-	-
Reserva Legal	-	-	284	(284)	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	4.054	(4.054)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.351)	(1.351)	(1.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.100	-	1.922	8.415	-	63.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.894	9.894
Reserva Legal	-	-	495	-	(495)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	7.050	(7.050)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.351)	(1.351)	(1.351)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.350)	(2.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.100	-	2.417	14.113	-	69.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	14	28.626	29.483
Custo dos serviços prestados	15	(12.497)	(13.540)
Lucro bruto		16.329	15.943
Recargas (despesas) operacionais			
Vendas	(230)	(158)	(157)
Gerais e administrativas	15	(9.751)	(9.946)
Outras receitas operacionais	16	1.675	656
Outras despesas operacionais	(1)	(44)	-
Lucro antes do resultado financeiro		8.022	6.452
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6.989	2.380	-
Despesas financeiras	(58)	(273)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.955	8.559	-
Imposto corrente	12	(5.058)	(3.187)
Imposto diferido	12	(5)	317
Lucro líquido do exercício		9.894	5.689
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		14	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

2021 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	14.955	8.559
Ajuste ao lucro		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	826
Depreciações	900	1.134
Resultado baixa imobilizado	(844)	24
Amortizações	17	27
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	10	33
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	348	23.590
(Aumento) de outros ativos	(2.077)	(102)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(87)	246
(Aumento) (redução) de partes relacionadas	486	(200)
(Aumento) (redução) de contas a pagar	2.068	(2.713)
(Aumento) (redução) de obrigações fiscais	46	49
(Aumento) (redução) de outros passivos	230	54
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.955)	(4.085)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.081	27.442
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento com venda de imobilizado	872	-
Adições ao imobilizado	(993)	(350)
Aumento/Redução de Aplicações Financeiras	(9.950)	(24.393)
Resgate de aplicações financeiras	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9.971)	(24.743)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(2.689)	(1.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.689)	(1.955)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.579)	744
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.659	915
No fim do exercício	80	1.659
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.579)	744

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

<https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=oZiHhA0Xsu4cZI34z1XpQuit%2BR6meSmdPnYkhJ%2BVZuUljmayyZsrEyKUVa9wEB76>



Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

<https://verificador.iti.gov.br>

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil)

Certificado(s)
Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 24/03/2023 00:15:46





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: MARCO AURELIO LEINDECKER
REGISTRO.....	: RS-054653/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.328.120-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 27/03/2023 as 16:15:10.

Válido até: 25/06/2023.

Código de Controle: 671667.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul Seguridade
Participações S.A.**

Demonstrações financeiras 2022



Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS	13
01 - CONTEXTO OPERACIONAL	13
02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	13
04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	16
05 - GERENCIAMENTO DE RISCO	16
06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	16
07 - COMISSÕES A RECEBER	16
08 - INVESTIMENTO EM CONTROLADA	17
09 - OUTROS ATIVOS	17
10 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS	17
11 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	18
12 - CONTAS A PAGAR	18
13 - COMISSÕES A APROPRIAR	18
14 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	18
15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
18 - RESULTADO FINANCEIRO	21
19 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	22
20 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES	22
PARECER DO CONSELHO FISCAL	23
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Banrisul Seguridade Participações S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Banrisul Seguridade Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Comentários de Desempenho

A Banrisul Seguridade Participações S.A. ("Banrisul Seguridade" ou "Companhia") é subsidiária integral do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e tem como objeto social a participação, direta ou indireta, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objetivo seja:

- I. A comercialização e distribuição de seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro;
- II. A estruturação, comercialização e distribuição de planos de previdência complementar, assim como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar;
- III. A estruturação, comercialização e distribuição de planos de capitalização, assim como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização;
- IV. A corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e administração de bens;
- V. A administração, comercialização ou disponibilização de planos privados de assistência odontológica a pessoas jurídicas e/ou físicas;
- VI. Efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior;
- VII. A realização de quaisquer atividades reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pela Agência Nacional de Saúde – ANS;
- VIII. A prestação de serviços complementares ou relacionados àqueles empreendidos pelas sociedades citadas nos itens anteriores, assim como serviços a entidades financeiras; e
- IX. A participação em sociedades voltadas para as finalidades anteriormente referidas.

Nesse sentido, a Banrisul Seguridade possui 100% de participação na Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros"), responsável pela comercialização de seguros, planos de previdência privada aberta, títulos de capitalização via canal bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). As empresas iniciaram as atividades operacionais em 01 de janeiro de 2021.

Desempenho Financeiro

Lucro Líquido

A Companhia registrou no exercício de 2022 um lucro líquido de R\$ 151,1 milhões, expandindo 45,4% na comparação com o ano anterior.

O lucro líquido da Banrisul Seguridade é proveniente preponderantemente da participação societária na Banrisul Corretora de Seguros S.A. Além da Receita de Participação Societária, a Companhia obteve também Receitas Financeiras decorrentes da aplicação de ativos rentáveis.

Balanço Patrimonial

No tocante ao Balanço Patrimonial Individual e Consolidado da Companhia, cumpre destacar:

Ativo Total – Em 31 de dezembro de 2022, o Ativo Total Consolidado encerrou o exercício com R\$ 294,9 milhões, composto preponderantemente por caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e comissões a receber, apresentando um crescimento de 65,9% em relação ao final do exercício anterior.

Passivo Total – O Passivo Total Consolidado encerrou o exercício com um montante de R\$ 116,7 milhões, composto, na sua maioria, por obrigações fiscais e sociais e dividendos a pagar, demonstrando uma expansão de 1,7%.

Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido Consolidado alcançou R\$ 178,1 milhões, em decorrência do reconhecimento do resultado do período e da sua destinação. Note-se que, em julho/2022, houve aumento do capital social da Companhia de R\$ 10 milhões para R\$ 60 milhões, resultante da destinação da Reserva de Expansão, juntamente com parte da Reserva Estatutária.

Política de Distribuição de Resultado

O lucro líquido apurado, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, tem a seguinte distribuição:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei;
- b) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas;
- c) 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia;
- d) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- f) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados a reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Demonstrações financeiras 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Seguridade		Seguridade consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		<u>41.747</u>	<u>56.514</u>	<u>190.422</u>	<u>175.980</u>
Caixa e equivalentes de caixa		5	-	10	7
Aplicações financeiras	6	5.938	5.149	175.828	155.697
Comissões a receber	7	-	-	5.794	20.272
Dividendos a receber	8	35.796	51.365	-	-
Outros ativos	9	8	-	8.790	4
Ativo não circulante		<u>172.290</u>	<u>57.365</u>	<u>104.441</u>	<u>1.770</u>
Realizável a longo prazo		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>104.441</u>	<u>1.770</u>
Aplicações financeiras	6	-	-	103.370	-
Ativos diferidos	10	-	-	1.071	1.770
Investimentos		<u>172.290</u>	<u>57.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Participações em controladas	8	172.290	57.365	-	-
Total do ativo		<u>214.037</u>	<u>113.879</u>	<u>294.863</u>	<u>177.750</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Seguridade		Seguridade consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		<u>35.901</u>	<u>50.943</u>	<u>93.134</u>	<u>99.754</u>
Obrigações fiscais e sociais	11	12	5	42.459	30.563
Dividendos a pagar	15 (c)	35.882	50.936	35.882	50.936
Contas a pagar	12	7	2	5.893	13.733
Comissões a apropriar	13	-	-	8.900	4.522
Passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.593</u>	<u>15.060</u>
Comissões a apropriar	13	-	-	23.587	15.060
Provisões para riscos cíveis		-	-	6	-
Patrimônio líquido		<u>178.136</u>	<u>62.936</u>	<u>178.136</u>	<u>62.936</u>
Capital social	15 (a)	60.000	10.000	60.000	10.000
Reservas de lucros		118.136	52.936	118.136	52.936
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>214.037</u>	<u>113.879</u>	<u>294.863</u>	<u>177.750</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Seguridade		Seguridade consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional		150.721	103.730	233.581	171.650
Resultado de equivalência patrimonial	17	150.721	103.730	-	-
Receitas de comissões, líquidas		-	-	233.581	171.650
Custo dos serviços prestados		-	-	(19.226)	(10.742)
Lucro bruto		150.721	103.730	214.355	160.908
Receitas (despesas) operacionais		(116)	(17)	(10.151)	(7.577)
Despesas administrativas	19	(116)	(17)	(9.498)	(6.975)
Despesas com pessoal	14 (b)	-	-	(666)	(630)
Outras receitas/(despesas)		-	-	13	27
Lucro antes do resultado financeiro		150.605	103.713	204.204	153.330
Resultado financeiro	18	626	204	23.354	4.024
Receitas financeiras		626	204	23.354	4.024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		151.231	103.917	227.558	157.354
Imposto de renda e contribuição social	16	(149)	(45)	(76.476)	(53.482)
Correntes		(149)	(45)	(75.777)	(55.252)
Diferidos		-	-	(699)	1.770
Lucro líquido do exercício		151.082	103.872	151.082	103.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	151.082	103.872	151.082	103.872
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>151.082</u>	<u>103.872</u>	<u>151.082</u>	<u>103.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária	Para expansão		
Saldos em 01 de janeiro de 2021		10.000	(5.000)	-	-	-	-	5.000
Capital social		-	5.000	-	-	-		5.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	103.872	103.872
Destinação do lucro								
Reservas		-	-	2.000	5.194	45.742	(52.936)	-
Dividendos propostos	15 (c)	-	-	-	-	-	(50.936)	(50.936)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		10.000	-	2.000	5.194	45.742	-	62.936
Aumento de capital	15 (a)	50.000	-	-	(4.258)	(45.742)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	151.082	151.082
Destinação do lucro								-
Reservas		-	-	7.554	7.554	100.092	(115.200)	-
Dividendos propostos	15 (c)	-	-	-	-	-	(35.882)	(35.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		60.000	-	9.554	8.490	100.092	-	178.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado	510	187	227.564	157.354
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	151.231	103.917	227.558	157.354
Ajustes do lucro líquido	(150.721)	(103.730)	6	-
Provisão para riscos cíveis	-	-	6	-
Resultado de equivalência patrimonial	(150.721)	(103.730)	-	-
Variações de ativos e obrigações	50.431	(187)	(73.255)	(162.347)
(Aumento) em aplicações financeiras	(789)	(5.149)	(23.131)	(155.697)
(Aumento) em comissões a receber	-	-	14.478	(20.272)
Redução em dividendos a receber	51.365	-	-	-
(Aumento) Redução em outros ativos	(8)	5.000	(2.744)	4.996
Aumento em obrigações fiscais e sociais	(86)	2	(5.618)	346
Aumento em contas a pagar	5	2	(7.840)	13.733
Aumento em comissões a apropriar	-	-	12.905	19.582
Imposto de renda e contribuição social pagos	(56)	(42)	(64.305)	(25.035)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	50.941	-	154.309	(4.993)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Integralização de capital social em controlada	-	(5.000)	-	-
(Aumento) em aplicações financeiras	-	-	(103.370)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(5.000)	(103.370)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	-	5.000	-	5.000
Dividendos pagos	(50.936)	-	(50.936)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(50.936)	5.000	(50.936)	5.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	-	3	7
Variação de caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	-	7	-
No final do exercício	5	-	10	7
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5	-	3	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Seguridade Participações S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de reais)

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Seguridade Participações S.A. ("Banrisul Seguridade" ou "Seguridade" ou "Companhia"), é uma empresa controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). A Empresa tem como objeto social a participação, direta ou indireta, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, a principal receita provém do registro de equivalência patrimonial.

A Banrisul Seguridade foi constituída em 23 de janeiro de 2020 e a integralização do capital social ocorreu em 02 de abril de 2020. As atividades operacionais da Companhia iniciaram a partir de 01 de janeiro de 2021.

Em 16 de julho de 2020 foi constituída a Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros"), na qual a Banrisul Seguridade possui 100% (cem por cento) de participação. A integralização do capital social na controlada, após a realização de todos os registros e ajustes contratuais e legais, foi realizada em 11 de janeiro de 2021.

A Banrisul Corretora de Seguros opera no mercado segurador como intermediária na comercialização de seguros de pessoas, seguros patrimoniais, seguros rurais, e em planos de previdência privada e títulos de capitalização.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, considerando o pressuposto da continuidade, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

O Conselho de Administração da Banrisul Seguridade autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2023.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as análises sobre a expectativa de perdas, as provisões para riscos cíveis, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

3.1. Moeda funcional e de apresentação: A presente demonstração financeira está apresentada em Reais (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

3.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados conforme modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, comissões a receber de seguradoras e dividendos a receber, classificados ao custo amortizado e, fundos de investimento mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar e dividendos a pagar e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional.

b) Comissões a receber: Comissões a receber são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. São decorrentes dos serviços prestados às seguradoras que ainda não foram liquidados.

c) Ativos circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

d) Passivos circulante: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Relativo ao ICPC 22 “Incerteza sobre tratamento de Tributos sobre o Lucro”, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (acrescida do adicional de 10%, conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 9% para a contribuição social, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

Os ativos fiscais ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando a análise da Administração.

3.6. Reconhecimento da receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A principal receita da Companhia decorre do resultado de investimento em participação societária e é auferida com a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) e reconhecida pelo valor da participação societária da Companhia nos resultados obtidos pela sociedade investida, Banrisul Corretora de Seguros, de acordo com o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

Outra fonte de receita são as receitas financeiras provenientes de aplicações em instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado.

Relativo à receita auferida pela controlada Banrisul Corretora de Seguros, referente à comissões de corretagem, são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguro de vida, prestamista e patrimoniais, previdências e capitalização.

Em casos de devolução de prêmio aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice. Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

3.7. Investimentos em participações societárias: Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador.**3.8. Comissões a apropriar:** Os valores recebidos das seguradoras de forma antecipada, relativos à receita de exercícios futuros são contabilizados em conta do passivo para apropriar como receita à medida que a obrigação de desempenho com a seguradora ocorra, ou seja, de acordo com a administração da dos contratos de seguro intermediados entre segurado e seguradora ou ocorre a devolução destes valores devido a cancelamentos ocorridos.**3.9. Distribuição dos dividendos:** A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente revisados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

05 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a legislação, a Banrisul Seguridade aderiu ao Sistema de Controles Internos do controlador Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Adicionalmente, a Companhia submete-se à Auditoria Interna do controlador Banrisul, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente.

06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Seguridade			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fundos de investimento	5.938	5.938	5.149	5.149
Total da carteira	5.938	5.938	5.149	5.149
Circulante	5.938	5.938	5.149	5.149

	Seguridade consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fundos de investimento ¹	175.828	175.828	155.697	155.697
Letras financeiras ²	103.370	104.126	-	-
Total da carteira	279.198	279.954	155.697	155.697
Circulante	175.828	175.828	155.697	155.697
Não circulante	103.370	104.126	-	-

(1) Saldo composto pelo fundo de investimento Banrisul Absoluto Fundo de Investimento Renda Fixa LP, cuja composição é em Letras Financeiras do Tesouro – LFT com opção de resgate imediato. Este ativo é classificado como valor justo por meio do resultado.

(2) Investimento em Letra Financeira emitida pelo Banrisul, classificada pelo custo amortizado.

07 - COMISSÕES A RECEBER

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguros em geral ¹	-	-	3.170	18.848
Títulos de capitalização	-	-	2.622	1.023
Previdência privada	-	-	2	401
Total comissões a receber	-	-	5.794	20.272
Circulante	-	-	5.794	20.272

(1) Saldo composto, principalmente, por corretagem sobre intermediação de seguros vida e prestamistas.

08 - INVESTIMENTO EM CONTROLADA

A tabela a seguir apresenta a empresa controlada incluída nas demonstrações financeiras consolidadas:

Empresa	Atividade	Participação do Capital Social (%)	
		31/12/2021	31/12/2022
Banrisul Corretora de Seguros S.A.	Corretora	100	100

Movimentação	31/12/2021	Resultado MEP	Dividendos a receber	31/12/2022
Banrisul Corretora de Seguros S.A.	57.365	150.721	(35.796)	172.290

As atividades operacionais da controlada Banrisul Corretora de Seguros iniciaram em janeiro de 2021. Sua criação faz parte do movimento estratégico do grupo Banrisul de organização dos negócios envolvendo os produtos de seguridade. A integralização do capital social na controlada, após a realização de todos os registros e ajustes contratuais e legais, foi realizada em 11 de janeiro de 2021.

09 - OUTROS ATIVOS

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a compensar ¹	8	-	8.772	-
Despesas antecipadas	-	-	18	4
Total outros ativos	8	-	8.790	4
Circulante	8	-	8.790	4

(1) O saldo de impostos a compensar até 31 de dezembro de 2022 está contabilizado no Ativo Circulante, sendo R\$ 4.956 relativo a Imposto de Renda, R\$ 1.792 de Contribuição Social, R\$ 361 de Pis e R\$ 1.663 de Cofins.

10 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos relativos aos ativos por impostos diferidos estão representados na tabela a seguir:

	Seguridade consolidado		
	31/12/2021	Constituição (Realização)	31/12/2022
Provisões passivas	1.770	(701)	1.069
Provisões cíveis	-	2	2
Total do ativo fiscal diferido	1.770	(699)	1.071

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Seguridade consolidado		
	Contribuição social	Imposto de renda	Total
2023	283	788	1.071
Total 31.12.2022	283	788	1.071
Total 31.12.2021	469	1.301	1.770

11 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL	9	3	39.839	30.226
PIS e COFINS	3	2	2.607	324
INSS e FGTS	-	-	13	13
Obrigações fiscais e sociais	12	5	42.459	30.563

12 - CONTAS A PAGAR

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com partes relacionadas	5	-	3.102	10.105
Provisão de contas a pagar	-	-	2.787	3.624
Serviços a pagar	2	2	4	4
Total contas a pagar	7	2	5.893	13.733
Circulante	7	2	5.893	13.733

13 - COMISSÕES A APROPRIAR

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguros em geral ¹	-	-	32.487	19.582
Total comissões a apropriar	-	-	32.487	19.582
Circulante	-	-	8.900	4.522
Não circulante	-	-	23.587	15.060

(1) Saldo composto por comissões de corretagem sobre intermediação de seguros prestamistas cujo prêmio é liquidado em parcela única gerando receita a apropriar de acordo com a vigência das apólices contratadas, pois refere-se à prestação de serviço de administração que ocorre ao longo da vigência do contrato.

14 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	Seguridade			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	5	-	-	-
Convênio Prestação de Serviços - despesas	(5)	(90)	-	-
Banrisul Absoluto Fundo de Investimento RF LP				
Aplicações financeiras	5.938	656	5.149	214

	Seguridade consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	10	-	7	-
Letras financeiras	103.370	3.370	-	-
Outros ativos	18	-	4	-
Convênio prestação de serviços - custos	(1.951)	(20.075)	(7.133)	(7.133)
Convênio prestação de serviços - despesas	(1.151)	(7.963)	(2.972)	(6.677)
Banrisul Absoluto Fundo de Investimento RF LP				
Aplicações financeiras	175.828	20.256	155.697	4.220
Empresas coligadas¹				
Comissões a receber	3.697	214.203	17.249	155.931

(1) Contrato com Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., seguradoras controladas pela holding Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR que é coligada do controlador do grupo.

A Banrisul Seguridade não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela controlada por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 5 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração da Administração

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	-	-	538	514
Benefícios	-	-	5	-
Encargos sociais	-	-	123	116
Total	-	-	666	630

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A remuneração da Administração é suportada pela controlada que remunerou os administradores no ano de 2022 em R\$666 (2021 - R\$630). Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação e não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022 foi realizado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), oriundos do saldo de Reserva de Expansão e da Reserva Estatutária.

O capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), dividido em 10.000.000 (dez milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Distribuição de resultados

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações conforme o Estatuto Social: (i) 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei; (ii) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas; (iii) 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia; (iv) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (v) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados a reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c) Dividendos

Os dividendos propostos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	151.081	103.872
Constituição de reserva legal	(7.554)	(2.000)
Base de cálculo de dividendos	143.527	101.872
Dividendos propostos ¹	35.882	50.936

(1) Distribuição de percentual equivalente à 50% em 2021 e 25% em 2022 devido à mudança na política de distribuição de dividendos definida no Estatuto Social.

16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	151.231	103.917	227.558	157.354
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	(150.721)	(103.730)	1.322	75
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	-	-	(2.055)	5.206
(=) Base do IRPJ	510	187	226.825	162.635
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	-	-	-	(11)
(=) Base da CSLL	510	187	226.825	162.624
Imposto de Renda - corrente	(103)	(28)	(56.658)	(40.616)
Contribuição Social - corrente	(46)	(17)	(20.414)	(14.636)
Incentivos fiscais	-	-	1.295	-
Total IRPJ e CSLL - correntes	(149)	(45)	(75.777)	(55.252)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	(699)	1.770
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(149)	(45)	(76.476)	(53.482)

17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Equivalência patrimonial	150.721	103.730	-	-
Receitas de comissões bruta ¹	-	-	266.630	196.285
Deduções das receitas de comissões ²	-	-	(33.049)	(24.635)
Receitas de comissões líquida	-	-	233.581	171.650
Total	150.721	103.730	233.581	171.650

(1) Receita de comissões de corretagem sobre a comercialização e administração de seguros, previdência e capitalização.

(2) Deduções da receita composta pelos impostos e contribuições incidentes sobre a receita bruta: Pis 1,65%, Cofins 7,6% e ISS 3%.

18 - RESULTADO FINANCEIRO

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações em fundos de investimento	656	214	20.256	4.220
Rendimento de aplicações em letras financeiras	-	-	3.370	-
Atualização monetária	-	-	910	-
(-)Despesa tributária sobre receitas financeiras	(30)	(10)	(1.182)	(196)
Resultado financeiro	626	204	23.354	4.024

19 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Seguridade		Seguridade consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	-	-	7.659	6.598
Processamento de dados	-	-	204	262
Serviços técnicos e especializados	24	17	64	34
Publicações	91	-	179	17
Patrocínios e doações	-	-	1.295	-
Outros	1	-	97	64
Total despesas gerais e administrativas	<u>116</u>	<u>17</u>	<u>9.498</u>	<u>6.975</u>

20 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Banrisul Seguridade não figurava como parte em processos judiciais de qualquer natureza e a Administração da Companhia não identificou riscos com passivos contingentes a divulgar.

Em 2022, a controlada Banrisul Corretora de Seguros constituiu provisão para riscos cíveis no valor de R\$ 6. Em 2021 a Companhia não figurava como parte em processos judiciais de qualquer natureza.

A Administração da Companhia não identificou passivos contingentes classificados como possíveis na avaliação dos assessores jurídicos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Seguridade Participações S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 02 de março de 2023.

Luiz Valdir Andres

Maria Ester Rodrigues Gazalle

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da
Banrisul Seguridade Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banrisul Seguridade Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como “Seguridade” e “Seguridade Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Banrisul Seguridade Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à

capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Banrisul Seguridade Participações S.A.

Diretoria

Claise Muller Rauber
Diretora - Presidente

Agomar Aliatti
Diretor

Fernando Postal
Diretor

Conselho de Administração

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Presidente

Carla Raquel da Rosa
Claise Muller Rauber
Elizabete Sodré Tavares
Fernando Postal
Giuseppe Lo Russo
Osvaldo Lobo Pires
Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza
Contadora CRCRS – 084401/O-6



36

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Seguridade Participações S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 02 de março de 2023.

Luiz Valdir Andres, 03, 2023 14:05

Maria Ester Rodrigues Gazalle, 03, 2023 13:52

Thiago Josué Ben, 03, 2023 12:46

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS**

Certidão n.º: RS/2023/00000146
Nome: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA CPF: 981.280.190-15
CRC/UF n.º RS-084401/O Categoria: CONTADOR
Validade: 07.06.2023
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcrs.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 981.280.190-15 Controle : 8096.9665.1921.2176

**Banrisul Corretora de
Seguros S.A.**

Demonstrações financeiras 2022



Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
BALANÇO PATRIMONIAL	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	12
NOTAS EXPLICATIVAS	14
01 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	14
04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	16
05 - GERENCIAMENTO DE RISCO	17
06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17
07 - COMISSÕES A RECEBER	17
08 - OUTROS ATIVOS.....	17
09 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS	17
10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	18
11 - CONTAS A PAGAR.....	18
12 - COMISSÕES A APROPRIAR.....	18
13 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	19
14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	21
17 - RESULTADO FINANCEIRO	21
18 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	21
19 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	21
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	23
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Comentários de Desempenho

A Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros" ou "Companhia") é subsidiária integral da Banrisul Seguridade Participações S.A. ("Seguridade"), responsável pela comercialização de seguros, planos de previdência privada e títulos de capitalização via canal bancário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul").

A Banrisul Seguridade e a Banrisul Corretora de Seguros iniciaram suas atividades operacionais em janeiro de 2021. A criação da "Banrisul Corretora de Seguros" faz parte do movimento estratégico de organização dos negócios de seguros, iniciado com a *joint venture* entre Banrisul e Grupo Icatu Seguros.

Em 2022, com o retorno das atividades presenciais, se intensificou o ritmo de desenvolvimento e entrega de novos produtos. Visando ampliar o portfólio e atento as necessidades do mercado consumidor, foram lançados novos produtos voltados para a Previdência (BanrisulPrev Qualificado, BanrisulPrev Data Alvo 2030, Data Alvo 2040 e BanrisulPrev Mais Absoluto), para Títulos de Capitalização (BanriCap Master e BanriCap Plus) e para Seguros, com o lançamento do Seguro Bem Viver.

Dando continuidade ao processo de melhorias, foram disponibilizadas novas funcionalidades no aplicativo aos clientes do Banco: nos Seguros, com a implementação de personalização para contratação de Seguros de Automóveis; e, na Previdência Complementar, com o lançamento de nova home de Previdência, possibilitando a visualização dos planos contratados, a contratação de planos mensais e aportes, emissão de extratos, solicitação de resgates e a portabilidade de fundos abertos de previdência de outras instituições.

Visando incrementar o volume de vendas e divulgar os novos produtos, foram realizadas quatro ações promocionais em períodos especiais, com distribuição de brindes aos clientes, além da ação contínua de educação e conscientização voltada aos angariadores sobre as boas práticas em seguridade.

O ano de 2022 foi marcante para o Setor de Seguros. A pandemia da Covid-19 trouxe uma maior conscientização do consumidor quanto à proteção de sua vida, de seus familiares e de seu patrimônio, refletindo sobre o volume de prêmios de seguros, contribuições de previdência e capitalização, que atingiu R\$ 2,6 bilhões no ano de 2022 com o crescimento de 13,8% em relação a 2021.

As receitas totais da Companhia atingiram R\$ 290,5 milhões, o que representa crescimento de 45,0% na comparação com o ano anterior. Destas, as receitas de comissões de corretagem alcançaram R\$ 266,6 milhões. Em dezembro, as operações ativas de seguridade totalizaram 2,2 milhões de contratos.

Além disso, atenta às necessidades sociais e incentivada pela Lei Rouanet, a Companhia destinou R\$ 775,0 mil para patrocínios voltados para a Cultura e Incentivo ao Esporte, além de R\$ 520,0 mil destinados a doações ao Funcrância e ao Fundo do Idoso, perfazendo um montante de R\$ 1.295,0 mil.

Desempenho Financeiro

Lucro Líquido

A Banrisul Corretora de Seguros registrou em 2022 lucro líquido de R\$ 150,7 milhões, proveniente preponderantemente das receitas de corretagem, seguido por receitas financeiras, apresentando crescimento de 45,3% em comparação ao ano anterior.

A evolução das receitas de corretagem foi impulsionada devido a dois fatores: incremento na comercialização de produtos no ano de 2022 e também ao efeito base de comparação, que reflete a migração gradativa da carteira de apólices do Banco para a Companhia, no primeiro semestre de 2021. Já o resultado financeiro advém da aplicação de ativos rentáveis e pela manutenção da taxa média Selic no patamar de 12,39% a.a.

Impostos e Contribuições sobre Faturamento e Lucro respondem pela maior parte das despesas, cabendo as despesas operacionais uma pequena participação, o que confere a Banrisul Corretora de Seguros uma estrutura administrativa bastante enxuta.

Balanço Patrimonial

No tocante ao Balanço Patrimonial da Companhia, cumpre destacar:

Ativo Total – Em 31 de dezembro de 2022 os ativos totais alcançaram R\$ 288,9 milhões, composto preponderantemente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e comissões a receber (Ativo Circulante), apresentando um crescimento de 67,4% em relação ao final do exercício anterior.

Passivo Total – O passivo total encerrou o exercício de 2022 com um montante de R\$ 116,6 milhões, composto, na sua maioria, por obrigações tributárias e dividendos a pagar, demonstrando uma expansão de 1,2%.

Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido alcançou R\$ 172,3 milhões, em decorrência do registro de reserva de lucro relativo à destinação do resultado do exercício, demonstrando um crescimento de 200,3% quando comparado a dezembro de 2021. Note-se que, em junho/2022, houve aumento do capital social

da Companhia de R\$ 5 milhões para R\$ 55 milhões, resultante da destinação da Reserva de Expansão, juntamente com parte da Reserva Estatutária, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

Política de Distribuição do Resultado

O lucro líquido apurado, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, tem a seguinte distribuição:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei;
- b) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas;
- c) 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia;
- d) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- f) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados à reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.



Demonstrações financeiras 2022

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		<u>184.471</u>	<u>170.831</u>
Caixa e equivalentes de caixa		5	7
Aplicações financeiras	6	169.890	150.548
Comissões a receber	7	5.794	20.272
Outros ativos	8	8.782	4
Ativo não circulante		<u>104.441</u>	<u>1.770</u>
Realizável a longo prazo		<u>104.441</u>	<u>1.770</u>
Aplicações financeiras	6	103.370	-
Ativos diferidos	9	1.071	1.770
Total do ativo		288.912	172.601

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		<u>93.029</u>	<u>100.176</u>
Obrigações fiscais e sociais	10	42.447	30.558
Dividendos a pagar	14 (c)	35.796	51.365
Contas a pagar	11	5.886	13.731
Comissões a apropriar	12	8.900	4.522
Passivo não circulante		<u>23.593</u>	<u>15.060</u>
Comissões a apropriar	12	23.587	15.060
Provisões para riscos cíveis	19	6	-
Patrimônio líquido		<u>172.290</u>	<u>57.365</u>
Capital social	14 (a)	55.000	5.000
Reservas de lucros		117.290	52.365
Total do passivo e patrimônio líquido		288.912	172.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	<u>233.581</u>	<u>171.650</u>
Custo dos serviços prestados		(19.226)	(10.742)
Lucro bruto		214.355	160.908
Receitas (despesas) operacionais		<u>(10.035)</u>	<u>(7.561)</u>
Despesas administrativas	18	(9.382)	(6.958)
Despesas com pessoal	18	(666)	(630)
Outras receitas/(despesas)		13	27
Lucro antes do resultado financeiro		204.320	153.347
Resultado financeiro	17	<u>22.728</u>	<u>3.820</u>
Receitas financeiras		22.728	3.820
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		227.048	157.167
Imposto de renda e contribuição social	15	<u>(76.327)</u>	<u>(53.437)</u>
Correntes		(75.628)	(55.207)
Diferidos		(699)	1.770
Lucro líquido do exercício		150.721	103.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	150.721	103.730
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>150.721</u>	<u>103.730</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Para expansão		
Saldos em 01 de janeiro de 2021		-	-	-	-	-	-
Capital integralizado		5.000	-	-	-		5.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103.730	103.730
Destinação do lucro							
Reservas		-	1.000	5.000	46.365	(52.365)	-
Dividendos propostos	14 (c)	-	-	-	-	(51.365)	(51.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.000	1.000	5.000	46.365	-	57.365
Aumento de Capital	14 (a)	50.000	-	(3.635)	(46.365)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	150.721	150.721
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-
Reservas		-	7.536	7.536	99.853	(114.925)	-
Dividendos propostos	14 (c)	-	-	-	-	(35.796)	(35.796)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		55.000	8.536	8.901	99.853	-	172.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	227.054	157.167
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	227.048	157.167
Provisão para passivos contingentes	6	-
Variações de ativos e obrigações	(72.321)	(162.160)
(Aumento) em aplicações financeiras	(19.342)	(150.548)
(Aumento) Redução em comissões a receber	14.478	(20.272)
(Aumento) em outros ativos	(2.736)	(4)
Aumento em obrigações fiscais e sociais	(5.532)	344
Aumento (Redução) em contas a pagar	(7.845)	13.731
Aumento em comissões a apropriar	12.905	19.582
Imposto de renda e contribuição social pagos	(64.249)	(24.993)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	154.733	(4.993)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) em aplicações financeiras	(103.370)	-
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(103.370)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	5.000
Dividendos pagos	(51.365)	-
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(51.365)	5.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2)	7
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7	-
No final do exercício	5	7
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2)	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de reais)

01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Banrisul Corretora de Seguros" ou "Companhia") faz parte do grupo Banrisul. É uma empresa controlada integralmente pela Banrisul Seguridade Participações S.A. e indiretamente pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

A Companhia foi constituída em 16 de julho de 2020 e iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2021, tendo por objetivo principal a viabilização de negócios envolvendo: (i) Corretagem de seguros dos ramos elementares, (ii) Corretagem de seguro do Ramo de Vida e Capitalização, (iii) Corretagem de Planos de Previdência Privada, e (iv) Corretagem de Seguro de Saúde e Seguro Odontológico.

Os produtos disponibilizados pela Companhia atualmente são: seguros de pessoas, seguros patrimoniais, seguros rurais, planos de previdência privada aberta e títulos de capitalização.

O portfólio de soluções é composto por 44 produtos, que atendem a diferentes necessidades, perfis e momento da vida do cliente.

02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia, considerando o pressuposto da continuidade, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

O Conselho de Administração da Banrisul Corretora de Seguros autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 06 de fevereiro de 2023.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as análises sobre a expectativa de perdas, as provisões para riscos cíveis, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

3.1. Moeda funcional e de apresentação - A presente demonstração financeira está apresentada em Reais (BRL), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado: As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência e em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, sendo a receita reconhecida a medida em que o serviço é efetivamente realizado.

3.3. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são classificados conforme modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado e; (iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: aplicações em fundos de investimento mensurados ao valor justo por meio do resultado e aplicações em letras financeiras e comissões a receber de seguradoras, classificados ao custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar e dividendos a pagar e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional.

b) Aplicações financeiras: Representam os recursos aplicados em Letras Financeiras e Fundos de Investimento.

c) Comissões a receber: Comissões a receber são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. São decorrentes dos serviços prestados às seguradoras que ainda não foram liquidados.

d) Ativos circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Passivos circulante: Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

3.4. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Relativo ao ICPC 22 “Incerteza sobre tratamento de Tributos sobre o Lucro”, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação que foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (acrescida do adicional de 10%, conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 9% para a contribuição social, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

Os ativos fiscais ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando a análise da Administração. Os saldos totais apresentam-se discriminados na Nota Explicativa nº 9.

3.6. Reconhecimento da receita: Para o reconhecimento da receita a Banrisul Corretora de Seguros utiliza-se do conceito de um modelo de cinco etapas para determinar quando reconhecer a receita: i) identificação do contrato; ii) identificação das obrigações de desempenho; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação e v) reconhecimento da receita.

As receitas de comissões são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de comissões são provenientes dos segmentos de seguro de vida, prestamista e patrimoniais, previdências e capitalização.

Em casos de devolução de prêmio aos segurados, a corretora restitui à seguradora a comissão (seguros anuais) recebida na proporção do valor devolvido ou não recebido pela seguradora em função do período restante da apólice. Para os seguros cujo fim da vigência não é objetivamente definido (seguros mensais), o pagamento mensal das contraprestações é determinante para a continuidade da vigência das apólices, não cabendo, em geral, devolução de comissões.

3.7. Comissões a apropriar: os valores recebidos das seguradoras de forma antecipada, relativos à receita cuja obrigação de desempenho não tenha sido cumprida são contabilizados em conta do passivo para apropriar como receita à medida que a obrigação de desempenho com a seguradora ocorra, ou seja, de acordo com a administração dos contratos de seguro intermediados entre o segurado e a seguradora.

3.8. Distribuição dos dividendos: A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

3.9. Lucro por ação: O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído ao controlador da Banrisul Corretora de Seguros pelo número de ações ordinárias em circulação em cada exercício.

04 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente revisados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

05 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a legislação, a Banrisul Corretora de Seguros S.A. aderiu ao Sistema de Controles Internos do controlador Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente.

Adicionalmente, a Banrisul Corretora de Seguros S.A. submete-se à Auditoria Interna do controlador Banrisul, objetivando estar em conformidade com a Regamentação vigente.

06 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Fundos de Investimento ¹	169.890	169.890	150.548	150.548
Letras Financeiras ²	103.370	104.126	-	-
Total aplicações financeiras	273.260	274.016	150.548	150.548
Circulante	169.890	169.890	150.548	150.548
Não circulante	103.370	104.126	-	-

(1) Saldo composto pelo fundo de investimento Banrisul Absoluto Fundo de Investimento Renda Fixa LP, cuja composição é em Letras Financeiras do Tesouro – LFT com opção de resgate imediato. Este ativo é classificado como valor justo por meio do resultado.

(2) Investimento em Letra Financeira emitida pelo Banrisul, classificada como custo amortizado.

07 - COMISSÕES A RECEBER

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros em geral ¹	3.170	18.848
Títulos de capitalização	2.622	1.023
Previdência privada	2	401
Total comissões a receber	5.794	20.272
Circulante	5.794	20.272

(1) Saldo composto, principalmente, por corretagem sobre intermediação de seguros vida e prestamistas.

08 - OUTROS ATIVOS

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a compensar ¹	8.764	-
Despesas antecipadas	18	4
Total outros ativos	8.782	4
Circulante	8.782	4

(1) O saldo de impostos a compensar até 31 de dezembro de 2022 está contabilizado no Ativo Circulante da Companhia sendo R\$ 4.956 relativo à Imposto de Renda, R\$ 1.784 de Contribuição Social, R\$ 361 de Pis e R\$ 1.663 de Cofins.

09 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos relativos aos ativos por impostos diferidos estão representados na tabela abaixo:

	31/12/2021	Constituição (Realização)	31/12/2022
Provisões passivas	1.770	(701)	1.069
Provisões cíveis	-	2	2
Total do ativo fiscal diferido	1.770	(699)	1.071
Não circulante	1.770	(699)	1.071

A expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Contribuição social	Imposto de renda	Total
2023	283	788	1.071
Total 31.12.2022	283	788	1.071
Total 31.12.2021	469	1.301	1.770

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 956, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa selic, projetada para o período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Banrisul Corretora de Seguros não apresentava saldo relativo a débito tributário.

10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
IR e CSLL	39.830	30.223
PIS e COFINS	2.604	322
INSS e FGTS	13	13
Total obrigações fiscais e sociais	42.447	30.558

11 - CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com partes relacionadas	3.097	10.105
Provisão de contas a pagar	2.787	3.624
Serviços a pagar	2	2
Total contas a pagar	5.886	13.731
Circulante	5.886	13.731

12 - COMISSÕES A APROPRIAR

	31/12/2022	31/12/2021
Seguros em geral ¹	32.487	19.582
Total comissões a apropriar	32.487	19.582
Circulante	8.900	4.522
Não circulante	23.587	15.060

(1) Saldo composto por comissões de corretagem sobre intermediação de seguros prestamistas cujo prêmio é liquidado em parcela única gerando receita a apropriar de acordo com a vigência das apólices contratadas, pois refere-se à prestação de serviço de administração que ocorre ao longo da vigência do contrato.

13 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A				
Disponibilidades	5	-	7	-
Letras Financeiras	103.370	3.370	-	-
Outros ativos	18	-	4	-
Convênio prestação de serviços - custos	(1.951)	(20.075)	(7.133)	(7.133)
Convênio prestação de serviços - despesas	(1.146)	(7.873)	(2.972)	(6.677)
Banrisul Absoluto Fundo de Investimento RF LP				
Aplicações financeiras	169.890	19.600	150.548	4.006
Banrisul Seguridade Participações S.A				
Dividendos a pagar	(35.796)	-	(51.365)	-
Empresas coligadas¹				
Comissões a receber	3.697	214.203	17.249	155.931

(1) Contrato com Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., seguradoras controladas pela holding Banrisul Icatu Participações S.A. – BIPAR que é coligada do controlador do grupo.

A Banrisul Corretora de Seguros não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Banrisul Corretora de Seguros por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 5 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

b) Remuneração da Administração

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	538	514
Benefícios	5	-
Encargos sociais	123	116
Total	666	630

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A Banrisul Corretora de Seguros remunerou seus administradores no ano de 2022 em R\$666 (2021 - R\$630).

Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação.

Adicionalmente, a Banrisul Corretora de Seguros não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022 foi realizado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), oriundos do saldo de Reserva de Expansão e da Reserva Estatutária.

O capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Distribuição de resultados

Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações conforme o Estatuto Social: (i) 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, até alcançar o limite previsto em Lei; (ii) Uma quota de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades, destinada ao pagamento de dividendos, não cumulativos, aos acionistas; (iii) 5% (cinco por cento) para a constituição de um fundo de reserva, destinado para o aumento do capital social, fundo esse que não poderá ultrapassar o limite do capital social da Companhia; (iv) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas de Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (v) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser retida com base no orçamento de capital, previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (vi) Eventuais excessos relativos à limitação legal dos saldos destinados à reservas de lucros deverão ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c) Dividendos

Os dividendos propostos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	<u>150.721</u>	<u>103.730</u>
Constituição de reserva legal	(7.536)	(1.000)
Base de cálculo de dividendos	<u>143.185</u>	<u>102.730</u>
Dividendos propostos ¹	<u>35.796</u>	<u>51.365</u>

(1) Distribuição de percentual equivalente à 50% em 2021 e 25% em 2022 devido à mudança na política de distribuição de dividendos definida no Estatuto Social.

15 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022	31/12/2021
Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	227.048	157.167
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	1.322	75
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	(2.055)	5.206
(=) Base do IRPJ	226.315	162.448
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	-	(11)
(=) Base da CSLL	226.315	162.437
Imposto de Renda - corrente	(56.555)	(40.588)
Contribuição Social - corrente	(20.368)	(14.619)
Incentivos Fiscais	1.295	-
Total IRPJ e CSLL - correntes	(75.628)	(55.207)
IRPJ e CSLL diferidos	(699)	1.770
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(76.327)	(53.437)

16 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de comissões bruta¹	266.630	196.285
Deduções das receitas de comissões ²	(33.049)	(24.635)
Receitas de comissões líquida	233.581	171.650

(1) Receita de comissões de corretagem sobre a comercialização e administração de seguros, previdência e capitalização.

(2) Deduções da receita composta pelos impostos e contribuições incidentes sobre a receita bruta: Pis 1,65%, Cofins 7,6% e ISS 3%.

17 - RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações em fundos de investimento	19.600	4.006
Rendimento de aplicações em letras financeiras	3.370	-
Atualização monetária	910	-
(-) Despesa tributária sobre receitas financeiras	(1.152)	(186)
Resultado financeiro	22.728	3.820

18 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	7.659	6.598
Processamento de dados	204	262
Serviços técnicos e especializados	40	17
Publicações	88	17
Patrocínios e doações	1.295	-
Outros	96	64
Total despesas gerais e administrativas	9.382	6.958

19 - PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 a Banrisul Corretora de Seguros não figurava como parte em processos judiciais de qualquer natureza.

Considerando que, no decorrer de 2022, a Banrisul Corretora de Seguros passou a figurar como parte em processos judiciais, a Administração da Companhia identificou riscos de natureza cível e passou a provisionar estes valores classificados como perda provável que em 31 de dezembro de 2022 somavam R\$ 6 mil. Não existiam processos classificados como perda possível em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Corretora de Seguros S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 02 de março de 2023.

Luiz Valdir Andres

Maria Ester Rodrigues Gazalle

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da
Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RS

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Banrisul Corretora de Seguros S.A.

Diretoria

Claise Muller Rauber
Diretora - Presidente

Agomar Aliatti
Diretor

Fernando Postal
Diretor

Conselho de Administração

Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Presidente

Carla Raquel da Rosa
Claise Muller Rauber
Elizabete Sodré Tavares
Fernando Postal
Giuseppe Lo Russo
Osvaldo Lobo Pires
Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza
Contadora CRCRS – 084401/O-6



36

PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022)

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Corretora de Seguros S.A. (Companhia), no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e conforme as disposições do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório emitido pelos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Por unanimidade, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 02 de março de 2023.

Luiz Valdir Andres, 2023 14:05

Maria Ester Rodrigues Gazalle, 2023 13:32

Thiago Josué Ben, 2023 12:46

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RS**

Certidão n.º: RS/2023/00000146
Nome: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA CPF: 981.280.190-15
CRC/UF n.º RS-084401/O Categoria: CONTADOR
Validade: 07.06.2023
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcrs.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 981.280.190-15 Controle : 8096.9665.1921.2176

**Centrais de Abastecimento
do RS S/A – CEASA/RS**



CEASA/RS

1

2019 — 2022

INVESTIMENTOS E REALIZAÇÕES NOS QUATRO ANOS DA GESTÃO DA DIRETORIA E DE SEUS COLABORADORES, À FRENTE DA CEASA.

O período administrativo iniciou-se no dia 11 de março de 2019 e se encerrará em 29 de abril de 2023.

Apesar da pandemia e de todas as dificuldades administrativas, humanas e materiais decorrentes dela, enfrentadas pela sociedade e por todos os segmentos da economia nos últimos três anos, conseguimos manter o nível de investimentos, com recursos próprios ou em parceria com as associações de produtores e de atacadistas, no complexo.

2

Quando o presidente Ailton dos Santos Machado assumiu em 2019, o saldo no caixa da Ceasa era de R\$ 4,5 milhões. No final de dezembro de 2022, a dois meses do final de sua gestão, o saldo é de R\$ 12,1 milhões. Segundo o presidente, esse valor ainda pode aumentar.

A travessia não foi fácil. Nos primeiros meses de 2020, em que os casos de infecção pelo coronavírus começaram a se disseminar, tivemos de fazer pequenas adaptações e alterações em nossas rotinas, sobretudo nos horários de funcionamento do Pavilhão dos Produtores, em virtude de medidas sanitárias adotadas para a segurança de todos.

Também adotamos medidas emergenciais de socorro aos permissionários. Por decisão administrativa, aprovada pelos conselheiros, adiamos a cobrança de parte das taxas de rateio, no percentual de 20%, durante os meses de abril, maio e junho de 2020, para as empresas atacadistas, e nas competências de maio, junho e julho, para os produtores rurais. Os valores serão cobrados em julho, agosto e setembro, das empresas atacadistas, e



nas competências de agosto, setembro e outubro, dos produtores rurais.; meses em que os valores das despesas de luz, água, limpeza e segurança são menores.

Nunca deixamos de funcionar. Por sermos considerada atividade essencial, seguimos trabalhando com os cuidados necessários para garantir o abastecimento da população. Veja abaixo o que foi possível fazer no período que compreende o ano em exercício (2022) e nos três anos anteriores: 2021, 2020 e 2019, nesta ordem.

2022

3

LICITAÇÕES — A Ceasa arrecadou R\$ 2,4 milhões com a venda de 57 espaços comerciais em três licitações realizadas este ano.

Primeiro certame do ano, realizado em maio, atraiu bom público





ASFALTO — Revitalização do piso nas vias laterais ao Pavilhão dos Produtores abrangerá 8.695 m², com investimento de R\$ 664.226,73, nesta nova fase.



No total, operação tapa-buracos cobrirá cerca de 19 mil m² de áreas de circulação e de estacionamentos.

4

ECONOMIA EM ENERGIA – A partir de março de 2023, a migração do mercado cativo para o mercado livre de energia proporcionará redução de até 30% na conta de luz.

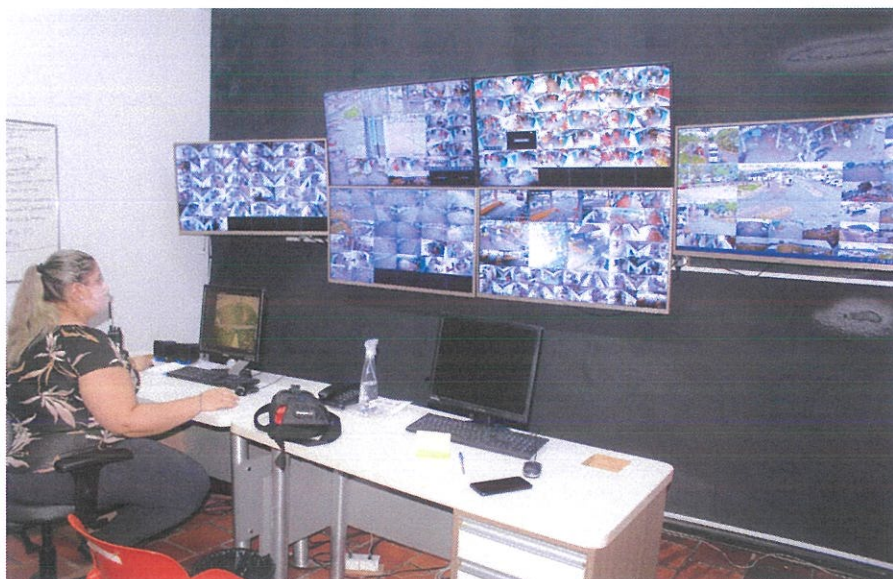
Reunião no auditório para estabelecer cronograma de ações





VIDEOMONITORAMENTO – Sistema de segurança atingiu a marca de 214 câmeras instaladas. Complexo de 42 hectares é monitorado 24 horas por dia, sete dias por semana.

Servidores monitoram em tempo real todos os setores do complexo



5

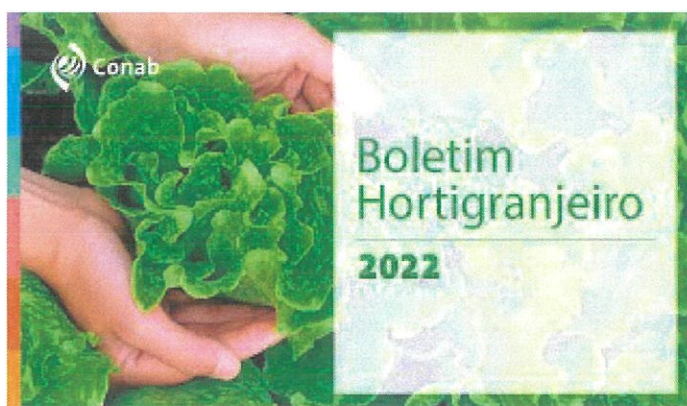
ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO — Ceasa entregou 40 alvarás provisórios de segurança contra incêndio e pânico para permissionários do Pavilhão A-2.

Certificado é válido até dezembro de 2023.





BOLETIM DA CONAB — Volume de hortifrúti comercializado mensalmente pelo entreposto passa a integrar o Boletim Hortigranjeiro da Companhia Nacional de Abastecimento.



AMPLIAÇÃO DAS ANÁLISES DE HORTIFRÚTIS – Renovação de convênio com o Sebrae/RS (em negociação) ampliará para 255 o número de análises laboratoriais de resíduos de agrotóxicos em hortifrúti.

6

Parceria permitirá que mais amostras sejam analisadas em benefício do consumidor





REFORMAS NO COMPLEXO – Realizadas obras de revitalização em box do pavilhão A4 e em parte da marquise lateral do Pavilhão dos Produtores.

Forro da cobertura da aba lateral do GNP foi restaurado.



LUCRO RECORDE – Venda de alimentos (**605 mil toneladas**) movimentou **R\$ 1,8 bilhão** em 2021, ano do maior lucro também. Segundo a administração, o balanço patrimonial e financeiro estabeleceu novo patamar para a Ceasa, que fechou o exercício com o maior lucro (**R\$ 1.109 milhão**) obtido por uma gestão desde a inauguração do entreposto em março de 1974.

Apesar dos desafios impostos pela pandemia, Ceasa superou expectativas



7

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



CADASTRO DIGITAL AVANÇA – No quinto mês do ano, mais de sete mil pessoas já haviam feito o cadastramento biométrico destinado a pedestres. Em dezembro, esse número chegou a **12.715 pessoas**. O sistema aumenta o controle e a segurança interna.

Acesso ao complexo por identificação digital aumenta o controle e a segurança internas



8

REDUÇÃO HISTÓRICA DE RESÍDUOS — Análises apontaram redução histórica de resíduos de agrotóxicos em hortigranjeiros. De 2018 a 2021, o percentual de laudos satisfatórios aumentou 20%. Passou de 61% para 81%. Já a incidência de resíduos em frutas, legumes e verduras teve importante redução. Baixou de 39% (2018) para 19% (2021). Índices de satisfação aumentaram. Percentuais de incidência dos resíduos aumentaram



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]



MELHORIAS NOS ESTACIONAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE BOXES — Pintura de 90 vagas para caminhões e utilitários organizou circulação de veículos nos pavilhões D-8, D-9 e D-10. Também foram instaladas divisórias de concreto no E2 para criação de quatro boxes na “Pedrinha”, como é conhecida parte do pavilhão E-2. Novos boxes foram construídos dentro da “Pedrinha”



9

Faixas delimitaram espaços e ajudaram a organizar vagas para veículos leves e pesados



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



IMIGRANTES NA CEASA, UMA QUESTÃO HUMANITÁRIA — Ceasa atrai venezuelanos em busca de oportunidades de trabalho. Antes da pandemia, entreposto chegou a empregar pessoas de sete países.

Trio de venezuelanos deixou currículos na Cooperativa de Trabalhadores Autônomos



10

OPERAÇÃO TAPA-BURACOS – Iniciada segunda fase da operação tapa-buracos para recuperação de 10.687 m². O investimento, em parceria com os permissionários, foi de R\$ 715,3 mil.

Área de cobertura da revitalização incluiu mais de 90 pontos.



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]



NOVOS FUNCIONÁRIOS – Administração começou a receber funcionários aprovados no concurso público de 2022. Dos oito profissionais, cinco já estão trabalhando. Certame teve 481 inscritos para as provas realizadas em janeiro e outubro. Direção e encarregada do RH receberam os colegas no Gabinete da Presidência



11

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PDV) — Homenagem aos funcionários, Álvaro Gonçalves, 38 anos de casa, Laura Lucas da Silva, 33 anos de Ceasa, e Ireneu Domingos Trucollo, 31 anos como servidor. Os três são os primeiros a deixar a empresa por meio do PDV. Até 2024, outros nove colegas deverão se afastar de suas atividades pelo mesmo motivo (cinco servidores em 2023 e quatro em 2024).

Na foto, diretores e funcionários. Da esquerda para a direita:
Airton Reinheimer (DTO) , Álvaro Carlos Gonçalves , Celso Pazuch (DAF), Laura Lucas da Silva ,
Irineu Domingos Trucollo e Ailton dos Santos Machado (Presidente)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



A diretoria da CEASA/RS em 2022 deu continuidade a todas as operações de melhoria no complexo, das ações que iniciaram em 2019, sempre com o atendimento a legislação pertinente, zelando pela transparência e economicidade , gerando desta forma, economia no bolso e segurança alimentar aos consumidores gaúchos.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2022.



Ailton dos Santos Machado
Diretor Presidente



Celso Pazuch
Diretor Adm./Financeiro



Airton Reinheimer
Diretor Téc./Operacional

12

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO		
	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
CIRCULANTE	15.465.962,85	12.326.141,59
DISPONIBILIDADES	9.686.875,05	7.369.920,84
Caixa	46.105,90	73.235,07
Bancos	940.630,60	912.052,16
Aplicações de Liquidez Imediata	8.700.138,55	6.384.633,61
DIREITOS REALIZÁVEIS	5.618.720,96	4.868.999,42
Permissionários	4.660.691,94	4.451.810,91
(-) Provisão Perdas no Recebimento de Créditos	0,00	0,00
Estoques	169.068,77	219.060,25
Impostos a Recuperar	120.393,13	193.514,72
Outros Direitos	668.567,12	4.613,54
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	160.366,84	87.221,33
Prêmios de Seguro	10.380,84	8.441,32
Despesas Administrativas	149.986,00	78.780,01
NÃO CIRCULANTE	11.588.415,26	12.616.949,29
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.633.909,47	2.927.228,23
Permissionários	2.649.454,97	2.646.963,28
(-) Provisão Perdas no Recebimento de Créditos	(3.164.664,05)	(2.881.649,75)
Outros Devedores	940.698,89	940.698,89
Depósitos Judiciais	2.208.419,66	2.221.215,81
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	8.930.962,64	9.666.177,91
Custo Histórico Corrigido	30.228.513,61	30.864.335,39
(-) Depreciações Acumuladas	(21.297.550,97)	(21.198.157,48)
TOTAL ATIVO	27.054.378,11	24.943.090,88

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL		
PASSIVO		
	31/12/2022	31/12/2021
	RS	RS
CIRCULANTE	5.561.149,92	5.605.503,73
Fornecedores	2.700.260,52	3.415.996,27
Ordenados e Salários a Pagar	162.603,99	157.247,59
Obrigações Sociais	756.187,23	797.999,14
Obrigações Tributárias	170.692,38	217.196,21
Provisões Constituídas	1.133.280,66	624.590,01
Programa Demissão Voluntária	352.323,76	0,00
Outras Exigibilidades	285.801,38	392.474,51
NÃO CIRCULANTE	3.517.566,33	1.587.267,36
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.517.566,33	1.587.267,36
Obrigações Sociais e Fiscais	216.773,90	451.496,60
Programa Demissão Voluntária	229.053,47	0,00
Provisões Constituídas Trabalhistas	870.476,19	730.737,79
Provisões Constituídas Cível	102.166,73	405.032,97
Provisões Constituídas Programa Demissão Voluntária	2.099.096,04	0,00
PATRIMONIO LÍQUIDO	17.975.661,86	17.750.319,79
CAPITAL SOCIAL	21.877.617,98	21.877.617,98
Capital Subscrito	21.877.617,98	21.877.617,98
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.271.130,60)	(7.496.472,67)
TOTAL PASSIVO	27.054.378,11	24.943.090,88

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2022	31/12/2021
	RS	RS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	18.319.333,35	16.362.779,47
Serviços Prestados	18.319.333,35	16.362.779,47
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.290.549,86)	(1.088.343,60)
Impostos Incidentes s/ receitas	1.290.549,86	1.088.343,60
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	17.028.783,49	15.274.435,87
LUCRO BRUTO	17.028.783,49	15.274.435,87
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	1.948.386,64	1.141.770,47
Financeiras	1.318.918,19	854.763,87
Outras Receitas	629.468,45	287.006,60
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(18.066.265,40)	(15.168.417,41)
Pessoal	6.190.165,80	6.200.184,36
Programa Demissão Voluntária	616.220,62	0,00
Gastos Gerais e Administrativos	2.603.255,01	1.459.322,48
Serviços e Seguros	29.047.255,97	28.929.481,93
Encargos, Impostos e Taxas	15.159,29	21.858,35
Depreciações e Amortizações	777.934,95	790.499,26
Financeiras	160.759,62	295.198,80
Provisões	119.886,46	12.266,85
Provisão Programa Demissão Voluntária	2.099.096,04	0,00
Convênios (Programa Social)	312.013,47	355.477,17
Indenizações Processos Judiciais Trabalhistas	419.839,26	205.862,47
Indenizações Processos Judiciais Cíveis	298.498,86	288.377,80
Outras Despesas	12.746,00	12.817,94
(-) Recuperação de Gastos	(24.606.565,95)	(23.402.930,00)
RESULTADO OPERACIONAL	910.904,73	1.247.788,93
(+/-) RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(38.156,24)	0,00
Baixa Bens Imobilizado	(38.156,24)	0,00
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	872.748,49	1.247.788,93
(-) Provisão para Imposto de Renda	466.488,52	94.636,17
(-) Provisão para Contribuição Social	180.917,90	43.759,24
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	225.342,07	1.109.393,52
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,010300119	0,050709064

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.20	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(8.605.866,19)	16.640.926,27
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				1.109.393,52	1.109.393,52
SALDO EM 31.12.21	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.496.472,67)	17.750.319,79
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				225.342,07	225.342,07
SALDO EM 31.12.22	21.877.617,98	0,00	3.369.174,48	(7.271.130,60)	17.975.661,86

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	31/12/2022	31/12/2021
	RS	RS
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	225.342,07	1.109.393,52
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	2.996.917,45	802.766,11
Depreciações e Amortizações	777.934,95	790.499,26
Provisão Contingências Trabalhistas	139.738,40	(555.652,43)
Provisão Contingências Cíveis	(302.866,24)	(50.403,94)
Provisão Programa Demissão Voluntária	2.099.096,04	0,00
Provisão Perdas no Recebimento de Créditos	283.014,30	618.323,22
VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Ativo Realizável a Curto Prazo	822.867,05	(434.771,10)
Permissionários	208.881,03	(474.094,71)
Estoques	(49.991,48)	16.570,03
Impostos a Recuperar	(73.121,59)	1.083,30
Outros Direitos	663.953,58	(20,10)
Despesas Pagas Antecipadamente	73.145,51	21.690,38
Ativo Realizável a Longo Prazo	(10.304,46)	1.249.569,26
Permissionários	2.491,69	1.407.628,97
Depósitos Judiciais	(12.796,15)	(158.059,71)
Outros Devedores	0,00	0,00
Passivo Circulante a Curto Prazo	(44.353,81)	1.262.497,29
Fornecedores	(715.735,75)	917.363,32
Ordenados e Salários a Pagar	5.356,40	(17.419,44)
Programa Demissão Voluntária	352.323,76	0,00
Obrigações Sociais	(41.811,91)	96.608,41
Obrigações Tributárias	(46.503,83)	(46.621,39)
Provisões Constituídas	508.690,65	232.966,74
Adiantamento de Clientes	(15.019,13)	13.525,34
Outras Exigibilidades	(91.654,00)	66.074,31
Passivo Circulante a Longo Prazo	(5.669,23)	(254.406,08)
Obrigações Sociais e Fiscais	(234.722,70)	(254.406,08)
Programa Demissão Voluntária	229.053,47	
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.359.673,89	2.105.452,68
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições Ativo Imobilizado	(80.875,92)	(209.708,93)
Baixas Ativo Imobilizado	38.156,24	0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(42.719,68)	(209.708,93)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	0,00	0,00
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	2.316.954,21	1.895.743,75
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	7.369.920,84	5.474.177,09
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	9.686.875,05	7.369.920,84

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da Lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre.

A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96 e Medida Provisória 656/2014.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas e Cíveis

A provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis foi constituída neste exercício com base no parecer da Assessoria Jurídica da Empresa. Os valores registrados correspondem aos processos em que a Ceasa/RS é parte e que estão classificados como “provável ou praticamente certo” de perda de acordo com NBC TG 25(R2).

e) Provisão Programa Demissão Voluntária

A provisão para PDV foi elaborada conforme disposição CPC33 (artigos 165 e 166) que embasam os lançamentos contábeis, sendo que uma vez assinados os termos e fixada a data desligamentos, os lançamentos devem ser elaborados desde a data de aceite da oferta.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo:

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança, e de usuários que firmaram acordo de pagamentos a longo prazo.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022****NOTAS EXPLICATIVAS**

Outros Devedores Realizável a Longo Prazo:

Esta conta é constituída com saldos de empresas fornecedoras de mão-de-obra terceirizada com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2022	2021
	%	R\$	R\$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	25.537.930,96	26.253.320,26
Instalações	10	1.356.093,31	1.356.093,31
Veículos e Acessórios	20	310.103,39	310.103,39
Máq.Equipam.e Ferramentas	10	635.913,49	590.462,39
Móveis e Utensílios	10	535.603,49	514.556,02
Equipamentos de Comunicação	10	26.429,19	25.809,19
Outras Imobilizações	10	6.735,00	6.735,00
Obras em Andamento	0	825.476,11	825.476,11
Direito Uso Software	5	225.317,95	225.317,95
Equipamentos de Informática	20	399.849,74	387.400,79
SOMA		30.228.513,61	30.864.335,39
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(21.297.550,97)	(21.198.157,48)
VALOR RESIDUAL		8.930.962,64	9.666.177,91

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se:

Contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Autorizado conforme estatuto é de R\$ 40.000.000,00. O Capital Social Integralizado está representado por 21.877.617 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	20.617.565,92	94,2405
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	5,2731
Outros	106.415,96	0,4864
TOTAL	21.877.617,98	100,00

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 9 - CONTINGÊNCIAS

Diversos processos judiciais envolvendo causas trabalhistas e cíveis estão sendo movidos contra a CEASA/RS. A Administração da Sociedade, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, procederam na avaliação daquelas consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não foram provisionadas. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda Provável: efetuada a provisão e mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Possível: não provisionada, mas mencionada em Nota Explicativa;
- Perda Remota: não provisionada e nem mencionada em Nota Explicativa.

Na presente Nota Explicativa, iremos discorrer sobre o quantitativo de ações movidas contra a CEASA/RS e o valor atualizado da perda possível, considerando a procedência das demandas e a base atual de processos:

a) Ações Trabalhistas: Atualmente, o passivo trabalhista da CEASA/RS é composto de 232 processos: sendo 138 das ações com risco possível, 48 com risco provável e 46 com risco remoto. Dentre as ações provisionadas, a esmagadora maioria (mais de 95%) referem-se ao inadimplemento de verbas rescisórias ou diferenças pleiteadas pelos prestadores de serviço terceirizados. Nestes casos, apoiado na Súmula 331 do TST, o Judiciário vem condenando a CEASA/RS, subsidiariamente, ao pagamento das diferenças supramencionadas. Quando a devedora principal, empregadora dos reclamantes, tem sua falência decretada ou entra em manifesto estado de insolvência, o cenário se agrava, haja vista que a CEASA/RS arca sozinha com todo o crédito pleiteado pelos terceirizados. Contudo, este entendimento vem sendo reformado pelo TST e, em muitos casos a CEASA/RS vem tendo excluída a sua responsabilidade sobre o pagamento de tais verbas.

Nos últimos exercícios a CEASA tem feito a retenção dos créditos das faturas das empresas terceirizadas e realizado, ela própria, a indenização aos terceirizados, diminuindo em até 90% das possíveis ações trabalhistas futuras. O MPT tem se mostrado muito favorável à este procedimento, inclusive tem nos elogiado na condução destes processos. Se, caso, haja alguma diferença de valores, a CEASA aciona o seguro garantia do contrato e em última instância a própria empresa terceirizada, que tem a responsabilidade de liquidação destes custos.

Sendo assim, as ações trabalhistas que foram enquadradas em um risco “possível”, poderão ocasionar o desembolso estimado de R\$ 8.096.239,49 pela Companhia, e as ações enquadradas como risco “provável”, representando um desembolso estimado R\$ 870.476,19.

b) Ações Cíveis e Tributárias: Atualmente, a base que envolve questões atinentes ao Direito Civil, Administrativo e Tributário, é composta de 171 processos: sendo 23 das ações com risco possível, 03 com risco provável e 145 com risco remoto. Os processos da base de cível que figuram no polo ativo são compostas de ações de cobrança, execuções de título executivo judicial e ações monitórias, todas movidas pela própria CEASA/RS e que não farão parte deste levantamento de valores, já que é relevante a necessidade de apontamento apenas de possível prejuízo, o que não se identifica nestas ações. A maioria das ações cíveis em que a CEASA/RS figura no polo passivo, são demandas que envolvem questões de responsabilidade civil, decorrentes de abaloamentos entre veículos no estacionamento, furtos e até mesmo desavenças entre trabalhadores ou usuários e vigilantes contratados pela CEASA/RS. Há ainda um pequeno passivo, decorrente dos mandados de segurança movidos por licitantes dos processos licitatórios lançados pela CEASA/RS, questionando cláusulas editalícias, critérios de julgamento das propostas, dentre outras irresignações.

Sendo assim, as ações cíveis que foram enquadradas em um risco “possível”, poderão ocasionar o desembolso estimado de R\$ 2.953.700,97 pela Companhia, e as ações enquadradas como risco “provável”, representando um desembolso estimado de R\$ 102.166,73.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67




DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

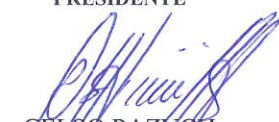
NOTAS EXPLICATIVAS

c) Programa Demissão Voluntária (PDV) – PI 063/2021: No Exercício de 2022 foi aprovado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e referendado no Conselho de Administração da CEASA/RS pela Ata 442, a Resolução de Diretoria nº 005/2022 onde se instituiu o PDV e seu Manual Operativo e publicado aprovação no DOE -Diário Oficial do Estado de 03/10/2022. Com essa definição, houveram adesões e a homologação ao PDV de 13 (treze) funcionários, gerando a obrigação de pagamento, tanto no Exercício de 2022, quanto nos próximos exercícios. Em 2022 registrou-se no Passivo Circulante o valor de R\$ 352.323,76 e o Passivo Exigível à Longo Prazo: R\$ 229.053,47 e R\$ 2.099.096,04 para fins de provisão deste item.

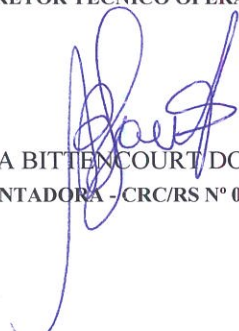
Por fim, sejam as ações cíveis ou trabalhistas, importante salientar que os valores aqui lançados tratam-se de mera estimativa, dependendo de uma série de fatores para que se concretizem (tempo de duração das demandas, (im)procedência dos pedidos, falência das empresas terceirizadas, etc.).

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2022.


AILTON DOS SANTOS MACHADO
PRESIDENTE


CELSONO PAZUCH
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO


AIRTON REINHEIMER
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL


NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7



**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
CEASA/RS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2022**

Aos

Acionista, Conselheiros e Administradores da

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA/RS

CNPJ(MF) 19.198.118/0001-02

Av. Fernando Ferrari, nº 1001 – Bairro Anchieta - CEP 92.200-041 - Porto Alegre – RS

1) Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - CEASA/RS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da **CEASA/RS**, em 31 de dezembro de 2022, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Teste de *Impairment* e Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

Apesar da realização do inventário referente aos saldos de 31/12/2022, a **CEASA/RS** não efetuou o teste de *impairment*, para avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim como não houve a realização de estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Anteriormente a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais as depreciações deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

3) Outros Assuntos

3.1 Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

3.2 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 18 de abril de 2022, com opinião modificada acerca dos saldos de ativo imobilizado.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CEASA/RS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CEASA/RS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CEASA/RS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CEASA/RS**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **CEASA/RS**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CEASA/RS** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 28 de fevereiro de 2023.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 0029 - Registro CVM nº12.327



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9“S”RS
CNAI nº 1592 - Sócio Sênior



Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2“S”RS
CNAI nº 4747 – Auditor Sênior



Thomaz de Aquino Pereira

Contador – CRC/PE 021100/O-8“S”RS
CNAI nº 4850 – Auditor Sênior





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br



CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL
S/A
CEASA/RS

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

Os Membros da Auditoria Interna da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no inciso III do artigo 9º da Lei 13.303/16, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, e ao disposto no Estatuto Social da Empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas de Notas Explicativas. Após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 17 de março de 2023.


Cláudia Teresinha dos Santos


Paulo Antônio Regla


Maria Cícera Nascimento


Rosa Marlene Laureano Fernandes



**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ENCERRAMENTO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2022.**

O Comitê de Auditoria Estatutário da CEASA/RS, no uso de suas atribuições, após efetuar o exame das Demonstrações Contábeis de Encerramento do Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, opina que o resultado expressa a situação econômica e financeira da companhia no período e, acompanhando o Parecer da Auditoria Independente, recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 17 de março de 2023.

Silvana Dalmás

Coordenadora do Comitê de Auditoria da CEASA/RS

Feres Augusto Frank Ueque

Membro do Comitê de Auditoria da CEASA/RS

Flávio Smaniotto


Membro do Comitê de Auditoria da CEASA/RS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

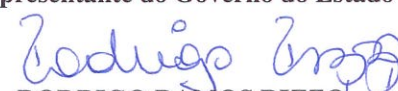
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no artigo 142 da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, com base nas notas explicativas da Diretoria, do Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da CEASA e do Conselho Fiscal **aprovam** as Demonstrações Contábeis de Encerramento do Exercício de 2022. Sendo assim, as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa e **estão aptas** a serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 17 de março de 2023.



PAULO ROBERTO DA SILVA
Representante do Governo do Estado



RODRIGO RAMOS RIZZO
Representante do Governo do Estado



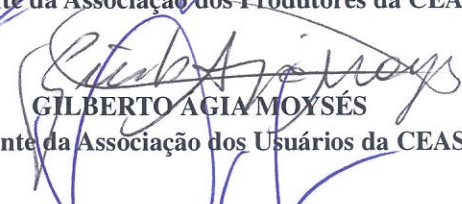
JOCIMAR RABAIOLI
Representante do Governo do Estado



LUIZ FERNANDO SCHNEINER MORAES
Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre



EVANDRO FINKLER
Representante da Associação dos Produtores da CEASA/RS



GILBERTO AGUIAR MOYSÉS
Representante da Associação dos Usuários da CEASA/RS



CLÁUDIA TERESINHA DOS SANTOS
Representante da Associação dos Funcionários da CEASA/RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas as demais práticas emanadas da legislação societária brasileira, examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2022, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, e estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas, ressalvado o apontamento realizado pela Auditoria Externa Independente, relativo ao Teste de Impairment e Estudo para Reavaliação de Vida Útil "C Resolução n. 1.177/2009, do Conselho Federal de Contabilidade.

Porto Alegre, 28 de março de 2023.


Maria Betânia Braun

Representante do Governo do Estado RS


Urbano Schmitt

Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre RS


Jairo dos Reis Oliveira

Representante do Governo do Estado do RS



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.550.030-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 16/03/2023 as 12:40:04.

Válido até: 14/06/2023.

Código de Controle: 648287.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Centro de Tecnologia da Informação
e Comunicação do Estado do RS S.A.
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em R\$ 1.000)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado		
<u>CIRCULANTE</u>		<u>234.511</u>	<u>89.593</u>	<u>89.593</u>
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.a	<u>140.106</u>	<u>24.001</u>	<u>24.001</u>
BANCOS E APLICAÇÃO FINANCEIRA		140.106	24.001	24.001
<u>CRÉDITOS</u>		<u>77.335</u>	<u>52.183</u>	<u>52.183</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	4.b	73.471	50.018	50.018
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	4.c	(2.063)	(1.377)	(1.377)
CRÉDITOS DE PESSOAL	4.d	1.852	1.246	1.246
IMPOSTOS E CONTRIB.A RECUPERAR E COMPENSAR	4.e	3.202	932	932
OUTROS CRÉDITOS	4.f	873	1.364	1.364
<u>ESTOQUES</u>		<u>2.712</u>	<u>1.059</u>	<u>1.059</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	4.g	39	39	39
MATERIAIS INDIRETOS	4.g	536	542	542
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	4.h	2.137	478	478
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>	4.i	<u>14.359</u>	<u>12.350</u>	<u>12.350</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>69.860</u>	<u>66.429</u>	<u>66.429</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>41.774</u>	<u>49.058</u>	<u>49.058</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	4.j	24.719	25.282	25.282
<u>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE</u>	4.i	<u>17.055</u>	<u>23.776</u>	<u>23.776</u>
<u>INVESTIMENTOS</u>	4.k	<u>151</u>	<u>151</u>	<u>151</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	4.l	<u>25.005</u>	<u>13.785</u>	<u>13.785</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	4.m	<u>2.930</u>	<u>3.435</u>	<u>3.435</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>304.371</u>	<u>156.022</u>	<u>156.022</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em R\$ 1.000)

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado		
<u>CIRCULANTE</u>		<u>122.169</u>	<u>118.039</u>	<u>107.581</u>
FORNECEDORES	4.n	22.398	20.894	20.894
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.o	21.028	15.669	15.669
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.p	24.878	21.141	10.683
ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	5	405	3.033	3.033
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	4.q	24.054	19.853	19.853
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	6	27.700	36.000	36.000
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.r	1.706	1.449	1.449
 <u>NÃO CIRCULANTE</u>		 <u>53.744</u>	 <u>62.008</u>	 <u>62.008</u>
FORNECEDORES	4.n	15.512	23.406	23.406
ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	5	0	21	21
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	6	38.232	38.581	38.581
 <u>TOTAL DO PASSIVO</u>		 <u>175.913</u>	 <u>180.047</u>	 <u>169.589</u>
 <u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
 <u>CAPITAL SOCIAL</u>		 <u>203.219</u>	 <u>115.319</u>	 <u>115.319</u>
CAPITAL SUBSCRITO	7.a	203.219	115.319	115.319
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>8</u>	<u>8</u>	<u>8</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		8	8	8
<u>PREJUÍZO ACUMULADO</u>	7.b	<u>(74.769)</u>	<u>(139.352)</u>	<u>(128.894)</u>
 <u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		 <u>128.458</u>	 <u>(24.025)</u>	 <u>(13.567)</u>
 <u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		 <u>304.371</u>	 <u>156.022</u>	 <u>156.022</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em R\$ 1.000)

	Nota	2022	2021
	Explicativa		Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.a	490.204	400.016
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(60.985)	(51.796)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		429.219	348.220
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	8.b	(251.333)	(224.003)
LUCRO BRUTO		177.886	124.217
DESPESAS OPERACIONAIS		(100.254)	(104.339)
DESPESAS COM VENDAS	8.c	(9.022)	(7.827)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	8.d	(100.871)	(97.805)
DESPESAS FINANCEIRAS		(1.378)	(728)
RECEITAS FINANCEIRAS		11.017	2.021
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		813	521
RESULTADO OPERACIONAL		78.445	20.399
OUTRAS RECEITAS		132	4
OUTRAS DESPESAS		(1)	(8)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		78.576	20.395
IMPOSTO DE RENDA	8.e	(10.205)	(1.648)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.e	(3.789)	(602)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		64.582	18.145
Lucro por lote de mil ações		0,09	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	2022	2021
		<i>Reapresentado</i>
1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	64.582	18.145
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	8.809	6.100
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-	524
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	(649)
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	73.391	24.120
VARIAÇÕES DO ATIVO		
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(22.766)	(2.240)
AUMENTO DOS ESTOQUES	(1.652)	5.549
AUMENTO DE IMPOSTOS A RECUPERAR	(2.269)	(129)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	(115)	(1.393)
REDUÇÃO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	4.712	(30.759)
REDUÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS	562	(1.465)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO SALÁRIOS E ENCARGOS	6.241	(832)
AUMENTO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	256	(972)
AUMENTO PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO DE RESULTADOS-PPR A PAGAR	1.698	10.458
AUMENTO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE	2.186	378
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	3.173	830
REDUÇÃO DE FORNECEDORES	(6.389)	17.994
REDUÇÃO ACORDOS TRABALHISTAS A PAGAR	(2.650)	(4.716)
REDUÇÃO CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	(8.649)	(1.897)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	47.729	14.926
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	1	8
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(18.366)	(6.689)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(1.159)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(19.524)	(6.681)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	87.900	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	87.900	-
VARIAÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	116.105	8.245
SALDO INÍCIO PERÍODO	2.022	2.021
BANCOS	24.001	15.756
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.576	1.661
SALDO FINAL PERÍODO	135.530	22.340
VARIAÇÃO	140.106	24.001
	116.105	8.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em R\$ 1.000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL RESERVA CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31/12/2020	115.319	8	(157.497)	(42.170)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO			18.145	18.145
SALDO EM 31/12/2021 (Reapresentado)	115.319	8	(139.352)	(24.025)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO			64.582	64.582
AUMENTO DE CAPITAL	87.900		-	87.900
SALDO EM 31/12/2022	203.219	8	(74.770)	128.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em R\$ 1.000)

	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	64.582	18.145
Outros Resultados Abrangentes	-	(649)
Resultado Abrangente do Exercício	64.582	17.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores em R\$ 1.000)

1. Contexto Operacional

A Procergs – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre. Suas atividades concentram-se na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

2. Regime Tributário

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e sua escrituração é mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos do Art. 177, da Lei n.º 6.404 de 15/12/1976 e alterações, e aos princípios de contabilidade. Observa critérios contábeis uniformes, registra as mutações patrimoniais segundo o regime de competência. Os direitos e obrigações estão em conformidade com seus efetivos valores reais e as provisões em estimativas razoáveis.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em R\$ 1.000 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária (Art.176 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007, pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009).

As políticas, estimativas e julgamentos contábeis são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais, sendo que em 2022 optou-se pela apresentação em R\$ 1.000 para dar mais agilidade à leitura das mesmas.

As demonstrações foram autorizadas pela Diretoria, para envio ao Conselho de Administração em 14/03/2023.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria para envio à Auditoria Independente em 16/03/2023.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre as Demonstrações, Relatório da Administração e contas da Diretoria em 15/03/2023.

4. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

(a) Caixa e Equivalente de Caixa

São compostas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Em 2022 o aumento expressivo do saldo do SIAC se dá pelo recebimento de aporte de capital para suportar os investimentos da Companhia.

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	13	10
Depósitos Bancários a Vista	4.563	1.651
Títulos de Aplicações Financeiras e SIAC	135.530	22.340
Total	140.106	24.001

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizados pelo regime de competência.

No encerramento de dezembro havia um saldo de inadimplência de clientes da administração pública direta e indireta do RS, até 30 dias, no valor de R\$ 6.219 mil, que foi saldada em sua maioria (80%) até a primeira quinzena de janeiro de 2023.

O saldo a receber de clientes no encerramento do exercício tem a seguinte composição:

Créditos em Aberto	2022		2021	
	Por Segmento de Mercado	Soma	Por Segmento de Mercado	Soma
Vencidos até 2018		536		890
- Administração Direta do RS	131		244	
- Administração Indireta do RS	121		301	
- Outros Mercados	240		252	
- Outros Poderes	44		93	
Vencidos em 2019		1.742		2.144
- Administração Direta do RS	389		678	
- Administração Indireta do RS	1.127		1.215	
- Outros Mercados	204		223	
- Outros Poderes	22		28	
Vencidos em 2020		1.924		2.204
- Administração Direta do RS	1.404		1.424	
- Administração Indireta do RS	144		296	
- Outros Mercados	336		418	
- Outros Poderes	40		66	
Vencidos em 2021		1.755		4.537
- Administração Direta do RS	1.028		2.506	
- Administração Indireta do RS	70		784	
- Outros Mercados	639		1.096	
- Outros Poderes	18		151	
Vencidos em 2022		12.939		40.243
- Administração Direta do RS	10.628		19.481	
- Administração Indireta do RS	868		18.700	
- Outros Mercados	1.209		966	
- Outros Poderes	234		1.096	
Vencidos em 2023		54.575		-
- Administração Direta do RS	24.262			
- Administração Indireta do RS	28.348			
- Outros Mercados	954			
- Outros Poderes	1.011			
Total		73.471		50.018

(c) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas não consideradas como Partes Relacionadas, ou seja, que a Procergs não tenha relacionamento de controladora, controlada, coligada ou interligada, com base no Art. 9º da Lei 9.430/1996 e na Política de Transações com Partes Relacionadas, denominadas de "Outros Mercados e Outros Poderes". O valor provisionado é de R\$ 2.063 mil e é considerado suficiente para expectativa de perdas prováveis na realização dos créditos, representando os valores vencidos a mais de 180 dias.

Vencidos	Administração Direta e Indireta do RS	Outros Mercados e Outros Poderes	31/12/2022	31/12/2021
Mais de 180 dias	5.212	2.063	7.275	6.466
Mais que 90 e inferior a 180 dias	1.681	292	1.973	740
Mais que 30 dias e inferior a 90 dias	2.800	310	3.110	1.085
Até 30 dias	6.219	319	6.538	1.484
Total	15.912	2.984	18.896	9.775

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens a funcionários aguardando a efetiva prestação de contas, antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento, assim como as solicitações de antecipações de 13º salário por ocasião de férias e outros.

(e) Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar, referentes a créditos de impostos permitidos em Lei ou retidos de fornecedores e as contribuições a compensar em pagamentos futuros.

Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	31/12/2022	31/12/2021
PASEP e COFINS a Compensar - LEI 10.637/02 E 10.833/03	1.101	649
IRPJ / CSLL a Recuperar	1.735	188
Impostos e Contribuições Retidos a Recuperar	148	95
ICMS a Compensar	218	0
Total	3.202	932

(f) Outros Créditos

São contabilizados créditos tais como: bloqueio judicial ainda não liberados pela justiça, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde parte de responsabilidade dos funcionários que serão descontados em folha de pagamento.

Outros Créditos	31/12/2022	31/12/2021
Bloqueio Judicial	89	932
Reembolso Funcionários Cedidos	518	384
Unimed/Soprevi	250	31
Outros Créditos	16	17
Total	873	1.364

(g) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia encontram-se classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo custo médio de aquisição.

(h) Estoques - Serviços em Andamento - Diferimento do Custo

Os custos diferidos serão levados a resultado, quando do reconhecimento da receita correspondente. O aumento entre o valor diferido em 2021 e 2022 se dá, pois novas Ordens de Serviços foram abertas em Novembro e Dezembro de 2022 e permaneceram em desenvolvimento até o encerramento do exercício. Acrescido a isso, foram diferidos também, custos de sistemas novos, criados em 2022.

Diferidos em Exercícios Anteriores		478
Valor Diferido em 2022	4.018	
Acréscimo ao Diferido, em 2022, de Exercícios Anteriores	1.525	
Total dos Valores Diferidos em 2022		5.543
Custo Levado a Resultado Diferido em Exercícios Anteriores	(1.073)	
Custo Levado a Resultado, Diferido no Próprio Exercício	(2.811)	
Total Apropriado como Custo em 2022		(3.884)
Valor Diferido para Exercícios Futuros		2.137

(i) Despesas do Exercício Seguinte

A Companhia, por força de contrato ou quando desembolsa valores, em que a despesa ainda não incorreu, apropria em seu Ativo Circulante e Não Circulante o valor total da operação e a medida em que a despesa se realize, apropria proporcionalmente no resultado, respeitando assim o princípio da Competência. Esta rubrica apresenta os seguintes saldos, considerando os valores a serem apropriados até 31/12/2023 (Curto Prazo) e os valores a partir de 01/01/2024 (Longo Prazo). A conta de Licenças de Uso de Software teve uma redução devido a contratos encerrados em 2022, levados a resultado.

Despesas do Exercício Seguinte	Curto Prazo 2022	Longo Prazo 2022	Curto Prazo 2021	Longo Prazo 2021
Prêmios de Seguros a Apropriar	84	0	75	0
Cartão Refeição/Alimentação/ Vale Rancho a Apropriar	1.561	0	1.255	0
Vale Transporte a Apropriar	31	0	16	0
Licença de Uso Software/Manutenção a Apropriar	12.668	17.055	10.938	23.776
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	15	0	66	0
Total	14.359	17.055	12.350	23.776

(j) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais referem-se a ações trabalhistas e são apresentados pelo valor atualizado monetariamente, utilizando-se os índices oficiais da Caixa Econômica Federal para depósitos judiciais da data do depósito até o encerramento do exercício. Para estas ações, existem provisões no Passivo Circulante e Não Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(k) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S/A, CeteL - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995.

(l) Imobilizado

Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, não foram identificadas perdas com os Ativos Imobilizados, não necessitando seu provisionamento.

Em 2022 foram feitos investimentos, parte do Plano de Investimentos, suportado pelo aporte de capital, visando garantir a sustentabilidade tecnológica da Companhia. Entre os principais estão aquisição de servidores e equipamentos de infraestrutura de redes.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Depreciação do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2022
Equipamentos de produção	7.109	17.978		(6.279)	18.808
Equipamentos de Apoio	381	105		(155)	331
Instalações/Móveis e Utensílios	984	53		(252)	785
Outros Bens Imobilizados	5.311	230	(1)	(459)	5.081
TOTAL	13.785	18.366	(1)	(7.145)	25.005

(m) Intangível

Os ativos intangíveis estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. Os bens registrados na conta de Software estão devidamente amortizados, calculados pelo método das quotas constantes, com base em taxa determinada em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária.

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de ativos "Teste de Impairment" conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (01 e 27-IT10) em seus imobilizados, com a finalidade de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Conforme Laudo apresentado pela empresa PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, não foram identificadas perdas com os Ativos Intangíveis, não necessitando provisionamento.

Item	Saldo Líquido Inicial em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Amortização do Período	Saldo Líquido Final em 31/12/2022
Software	3.435	1.159	0	(1.664)	2.930

(n) Fornecedores

O saldo de fornecedores está subdividido em Fornecedores de Curto Prazo e Fornecedores de Longo Prazo. O valor com vencimento em Curto Prazo é de R\$22.398 mil sendo que neste está incluído R\$3.329 mil lançados como provisão, utilizando-se o valor mensal da obrigação gerada no contrato de fornecimento de serviço, para obedecer o princípio da competência. Em Longo Prazo, o saldo de R\$15.512 mil refere-se aos contratos de fornecedores Unisys 5635-00 e Teletex 5657-00 em que os vencimentos ultrapassam 31/12/2023.

(o) Obrigações Tributárias

As Obrigações tributárias são compostas por Impostos e Contribuições apropriadas pela realização da receita operacional por competência e tributos retidos na fonte que são obrigações geradas pela retenção na prestação de serviço de fornecedores e também IRRF retido de funcionários na folha de pagamento.

Obrigações Tributárias	31/12/2022	31/12/2021
ISSQN	4	32
PASEP	1.354	1.020
COFINS	6.252	4.705
ICMS/FUST / FUNTEL	232	411
CPRB (LEI 12.546)	5.113	3.614
IR Retido na Fonte	7.423	5.464
Outros Tributos Retidos na Fonte	650	423
Total de Obrigações	21.028	15.669

(p) Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas referem-se aos valores apropriados pela competência, de valores advindos da folha de pagamento de funcionários, INSS e FGTS, Rescisões, PPR e obrigações sindicais a pagar mensalmente.

Obrigações Sociais e Trabalhistas	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	8.812	6.941
INSS	1.899	2.096
FGTS	1.737	1.371
Rescisões	203	210
PPR a Pagar	12.189	10.491
SINDPPD / Imposto Sindical / Dissídio	38	32
Total	24.878	21.141

(q) Provisões de Férias e Encargos

Neste item são registrados os valores de férias devida à funcionários e os respectivos encargos (INSS e FGTS), à fração de 1/12 avos ao mês, calculados pela folha de pagamento.

(r) Outras Obrigações

Neste item registramos como consignações os valores de empréstimos de funcionários com entidades financeiras (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além das Pensões Alimentícias, Asprocergs e Procius retido em folha de pagamento e repassado aos beneficiários.

Como Obrigações, são registradas as cauções de contratos recebidos, o valor a ser repassado ao Procius (parte empresa), os valores devidos a estagiários, além de outras obrigações de responsabilidade da Companhia.

Consignações	31/12/2022	31/12/2021
Asprocergs	71	86
Procius (Parte funcionários)	451	369
Pensões Alimentícias	151	129
Bancos Empréstimos em Consignação	372	315
Total Consignações	1.045	899
Obrigações		

Procius (Parte empresa)	506	401
Cauções de Contratos	97	67
Estagários	45	45
Outras Obrigações	13	37
Total Obrigações Procergs	661	550
Total do Grupo	1.706	1.449

5. Acordos Trabalhistas

Existem 3 acordos com parcelas a pagar, que totalizam R\$405 mil. Este saldo está representado pela rubrica "Acordos Trabalhistas a Pagar" no Passivo Circulante. Todos os processos em que ocorreu acordo entre as partes, foram lançados em contas específicas do Balanço, não fazendo mais parte de provisões e sim do Passivo Circulante.

6. Provisões para Contingências Ações Trabalhistas

A Companhia discute questões trabalhistas nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. Uma provisão para desembolsos futuros foi constituída a partir da análise da Administração, em conjunto com a Assessoria de Gestão Trabalhista. O valor provisionado nessa rubrica contempla as estimativas sobre contingências que possam resultar em perdas prováveis para a Companhia, conhecidas até o momento e não significa necessariamente, que foram obrigações constituídas neste exercício.

Após a análise jurídica, os valores foram atualizados e segregados em "Prováveis", "Possíveis" e "Remotos". A estimativa de perda com ações consideradas Prováveis, foram atualizadas, conforme determina a Norma Contábil - NBC TG 25 (R2) – "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":

Quadro dos valores estimados, atualizados até 31/12/2022:

Tipo Objeto	Qtd. Processos	Prováveis	Possíveis	Remotos	Total
Antiguidade	305	55.554	15.336	11.872	82.762
Carga	14	1.167	518	127	1.813
Desvio	17	897	81	3.750	4.728
Outros	66	7.743	6.524	11.760	26.027
Subsidiária	40	571	7.460	99	8.130
Periculosidade SINDPPD	1	-	505.399	-	505.399
TOTAL	443	65.932	535.318	27.608	628.858

Processos	Saldo 2021	Baixas*	DRE no período	Saldo Provisão
Trabalhistas	74.581	(26.942)	18.293	65.932

*As Baixas referem-se a pagamentos de execuções definitivas e liberações de saldos de depósitos judiciais aos reclamantes no período.

Curto Prazo	Longo Prazo	Total
27.700	38.232	65.932

Classificadas como "Prováveis" estão os pedidos de promoções por Antiguidade que são diferenças salariais, com reflexos, decorrente da não implementação das promoções por antiguidade, suspensa em 1995 e retomada para cumprir o estabelecido no novo plano de cargos e salários de junho/2014.

Classificado como "Possíveis" destaca-se o processo de número 0021506-62.2016.5.04.0025, que figura na listagem de ações, com o pedido ajuizado em 28/09/2016, pelo SINDPPD/RS, com valor estimado de R\$ 505.399 mil ao final de Dezembro de 2022. Nesta ação, o SINDPPD/RS reivindica o adicional de periculosidade, para os funcionários da sede da Procergs, em decorrência da existência de tanques de combustíveis que alimentam os geradores da Companhia. Tanto o laudo pericial, como a sentença de 1º grau, foram no sentido de improcedência do pedido de periculosidade, eis que os tanques de óleo diesel acoplados aos geradores estão dentro dos limites das NR's 16 e 20. A Procergs interpôs Recurso de Revista junto ao Tribunal Superior do Trabalho tendo a Procuradoria-Geral do Estado do RS assumido a defesa do processo, cujo recurso pende de julgamento. Sem novas movimentações em 2022.

Também estão classificadas como "Possíveis", ações recentes que abrangem pedidos relativos à antiguidade no plano PEF5 2014, por ainda não se ter uma quantidade razoável de decisões definitivas para nortear eventual provisionamento. Até dezembro são 45 ações nessa situação, estimadas pelo valor inicial pedido em cada processo.

7. Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social subscrito até dezembro de 2021 era de R\$115.319 mil. Em janeiro de 2022, passou a R\$203.219 mil através de aporte de capital no valor de R\$87.900 mil, totalmente integralizado pelo acionista Estado do Rio Grande do Sul, conforme Ata de Assembleia de Acionistas número 123 do dia 10/01/2022.

Com o aporte de capital, foram emitidas 204.418.605 novas ações, totalizando 728.596.845 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	726.425.908	99,59
OI S.A.	ON	1.366.594	0,26
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,08
IPE PREV – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,07
Total das Ações		728.596.845	100

(b) Prejuízo Acumulado

O prejuízo acumulado apresentado no Patrimônio Líquido tem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial de Prejuízo Acumulado	(139.352)	(157.497)
Lucro Líquido no Período	64.582	18.145
Saldo Final de Prejuízo Acumulado	(74.769)	(139.352)

(c) Ajustes de Exercícios Anteriores

Foi registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, o ajuste abaixo. Conforme a NBC TG 23, foi procedida a reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2021, demonstradas a seguir na Nota 10.

AJUSTE NEGATIVO	
Ajuste na conta "PPR a Pagar" referente ao PPR da competência de 2021, paga em 2022.	(10.458)

8. Resultado do Exercício

(a) Receita Operacional

A Receita Operacional Bruta foi de R\$490.204 mil apresentando um crescimento nominal de R\$90.187 mil (22,55%) em relação ao exercício de 2021. A Receita está dividida nos segmentos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Administração Direta RS	252.034	193.275
Administração Indireta RS	212.999	169.429
Outros Poderes	11.780	11.164
Outros Mercados	13.391	26.148
Total da Receita Operacional Bruta	490.204	400.016

(b) Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Próprio e Terceiros Ligados a Operação	211.230	194.063
Custos de Insumos ligados a Operação	57.324	46.739
Depreciação e Amortização	8.194	5.507
Outros Custos	464	464
(-) Lei do Bem	(212)	-
(-) Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	(25.667)	(22.770)
Total dos Custos de Serviços Prestados	251.333	224.003

(c) Despesas Com Vendas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal da Área Comercial	8.329	7.296
Despesas da Área Comercial	2	1
Depreciação e Amortização	5	6
PCLD (Valor acrescido ao Ativo Circulante NE. 4.c)	687	524
Total das Despesas com Vendas	9.022	7.827

(d) Despesas Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal Administrativo	45.687	50.455
Despesas Administrativas	10.614	10.033
Depreciação e Amortização	611	587
Provisão para Contingências	18.293	13.960
Custos Serviços Internos Transferidos para Despesas Administrativas	25.667	22.770
Total das Despesas Administrativas	100.871	97.805

(e) Tributos Sobre o Lucro

O regime de apuração adotado pela Procergs é o Lucro Real anual com recolhimento mensal por estimativa em conformidade com a legislação vigente. A partir do exercício de 2022, a Companhia passou a utilizar o benefício da Lei do Bem, com a finalidade de reduzir a base de cálculo dos tributos sobre o Lucro. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

Após o cálculo das adições e exclusões, demonstrado em livro próprio, apurou-se o Lucro Real de R\$60.134 mil. Foi descontado 30% do lucro real do exercício no valor de R\$18.040 mil, resultando uma base de cálculo no valor de R\$42.094 mil. O valor pago por estimativa no exercício de 2022 de R\$ 10.205 mil referente a IRPJ e R\$ 3.789 mil referente a CSLL está lançado na conta contábil própria de resultado e demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Dos valores recolhidos por estimativa restou um saldo a recuperar que foi transferido para o ativo circulante no grupo "Impostos a Recuperar e Compensar" no valor de R\$ 1.077 mil e R\$ 395 mil, respectivamente ao IRPJ e CSLL. Ainda resta R\$ 74.769 mil de prejuízos acumulados que poderão ser utilizados na redução da base fiscal do IRPJ e CSLL, limitado a 30% por exercício.

Alíquotas Efetivas	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	78.576	78.576	30.853	30.853
Alíquotas Vigentes	15%	9%	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	11.786	7.072	4.628	2.777
(+) Adições				
Lucro das Faturas recebidas no ano	330.235	330.235	261.040	261.040
Acréscimos à Provisão p/contingência trabalhista	23.189	23.189	21.626	21.626
Outras Adições	203	203	119	119
(-) Exclusões				
Lucro das Faturas não recebidas no ano	(340.089)	(340.089)	(280.236)	(280.236)
Baixas e Reversão da Provisão p/contingência trabalhista	(31.852)	(31.852)	(23.474)	(23.474)
Lei do Bem	(128)	(128)		

(=) Lucro Real	60.134	60.134	9.928	9.928
(-) Compensação Prejuízo Fiscal 30%	(18.040)	(18.040)	(2.978)	(2.978)
Base de Cálculo	42.094	42.094	6.950	6.950
IRPJ e CSLL a Pagar	6.314	3.789	1.043	625
Adicional de IRPJ de 10%	4.185		671	
Programa de Alimentação do Trabalhador (1)	(252)		(65)	
Prorrogação licença maternidade	(42)			
Valor Despesa de IRPJ e CSLL	10.205	3.789	1.648	625
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquota Efetiva	12,99%	4,82%	5,34%	2,03%

9. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e também sobre ativos de terceiros que estão em seu poder.

Objeto	Modalidade	Valor Segurado (R\$)
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios (ctt 5783-00)	Incêndio	227.371
Veículos (ctt 5688-00)	Colisão, incêndio e roubo	350
Seguro de Vida em Grupo (Apólices Asprocergs)	Morte e invalidez	25.286

(b) Bens de Terceiros

São bens recebidos de terceiros, que estão em poder da Companhia para uso em suas atividades, mas que deverão ser devolvidos aos seus respectivos proprietários, conforme contratos. Os bens incorporados nesta conta foram enviados, principalmente, pela Secretaria da Fazenda do Estado do RS, para compor o Data Center da Companhia. Para efeito de controle, utilizou-se o custo original de aquisição para contabilização no Ativo e Passivo Não Circulante, não sofrendo depreciação.

(c) Procius

A Companhia contribui mensalmente com o percentual de 3,5% sobre a folha de pagamento para o Procius - Instituto de Assistência da Procergs. O Procius tem por principal objetivo, firmar convênios com Associações de previdência privada para suplementar a previdência oficial em favor dos seus associados, através das contribuições individuais.

10. Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior

A Companhia está reapresentando os saldos das demonstrações contábeis de 2021, para fins de comparação, em razão da reclassificação de "Ajustes de Exercícios Anteriores" (NE 7.c) através de coluna específica "31/12/2021 Reapresentado", juntamente com as demonstrações de 2022, de acordo com a NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O ajuste se deu em função da correção da data de apropriação da despesa do PPR-Programa de Participação de Resultados, alocando a despesa dentro do próprio ano, observando o princípio da competência. Com a alteração, os valores ajustados são os seguintes:

(a) Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial, as rubricas que variaram, com o ajuste de exercício anterior realizado, foram as abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	Saldo em 31/12/2021 Reapresentado
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.683	10.458	21.141
Total Passivo Circulante	107.581	10.458	118.039
Prejuízo Acumulado	(128.894)	(10.458)	(139.352)
Total do Patrimônio Líquido	(13.567)	(10.458)	(24.025)

(b) Demonstração do Resultado do Exercício

Os reflexos no resultado do exercício, são os abaixo:

Exercício	2021	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado
Custos dos Serviços Prestados	(215.278)	(8.725)	(224.003)
Despesas com Vendas	(7.580)	(247)	(7.827)
Despesas Gerais e Administrativas	(96.319)	(1.486)	(97.805)
Resultado Líquido do Exercício	28.603	(10.458)	18.145

(c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, ocorreram os ajustes abaixo nos valores de 2021, mas não houve alteração na "Variação Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa".

Exercício	2021	31/12/2021 Reapresentado
Lucro Líquido do Exercício	28.603	18.145
Resultado Líquido Ajustado	34.578	24.120
Aumento Programa de Participação do Resultado - PPR a Pagar	-	10.458

(d) Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido

Exercício	Lucros/Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
	31/12/2021	31/12/2021 Reapresentado	31/12/2021	31/12/2021 Reapresentado
Prejuízo 2021 antes da reapresentação	(128.894)	(128.894)	(13.567)	(13.567)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(10.458)		(10.458)
Prejuízo 2021 após reconhecimento dos Ajustes de Exercícios Anteriores		(139.352)		(24.025)

11. Continuidade Operacional

A Companhia desde 2020, vem recuperando seus prejuízos acumulados, com sucessivos resultados positivos. Com isso, foi possível reverter o Patrimônio Líquido Negativo. Também, somando-se aos resultados, houve um aporte de capital no ano de 2022, visando a sustentabilidade operacional da Companhia através do Programa de Investimentos, que foi instituído para organizar e coordenar os projetos responsáveis pela execução dos investimentos decorrentes do aumento de capital realizado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

As demonstrações financeiras foram preparadas com a premissa de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas.

12. Eventos Subsequentes

A NBC TG 24 determina que os ajustes conhecidos em período subsequente, demandam ajustes em demonstrações contábeis, quando a situação em pauta estiver presente na data de levantamento das demonstrações, mas antes da aprovação e emissão dessas demonstrações. Eventos incorridos em datas subsequentes e conhecidos antes da emissão das demonstrações, se relevantes, devem ser divulgados em notas explicativas.

Em 08/02/2023 houve decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, determinando às empresas o pagamento retroativo da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, devida e suspensa por ordem judicial anterior. Esta decisão em nada afeta a Procergs, pois este tributo nunca foi discutido com o fisco, administrativa ou judicialmente.

Até o encerramento das Demonstrações não foram identificados outros eventos que pudessem influenciar ou alterar as demonstrações do exercício de 2022.

Diretoria
JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 849.483.377-49

JAIRO RENATO CAMINHA DE CASTILHOS FRANÇA
DIRETOR DE SISTEMAS TRANSACIONAIS
CPF: 221.432.030-04

KAREN MARIA GROSS LOPES
DIRETORA DE SOLUÇÕES DIGITAIS
DIRETORA DE INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES
CPF 533.611.990-34

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA
DIRETOR DE NEGÓCIOS E DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES
CPF 290.548.260-53

RODRIGO SCHNITZER
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 464.124.090-68

Contador
ANDRÉA GONÇALVES ALVES
CPF 658.564.810-20
CRC-RS nº 076011/O-6

Conselho de Administração
RICARDO NEVES PEREIRA
Presidente

DANIEL HIRAM FERREIRA RAMOS SANTORO
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO COSTA LEAL
Conselheiro

VICTOR HERZER DA SILVA
Conselheiro

AUGUSTO PANNEBECKER FERNANDES
Conselheiro

JORGE FERNANDO KRUG SANTOS
Conselheiro



Russell Bedford

taking you further

PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2022.**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Diretores, Conselheiros e aos Acionistas da
PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs. 7, “c” e 10, que divulgam a reapresentação das demonstrações contábeis de 2021, referente a reclassificação de apropriação de despesa do PPR- Programa de Participação

de Resultados relativa a 2021, pago em 2022. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 16 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2022. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária.”

Porto Alegre, 16 de março de 2023.

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro

Conselheiro Fiscal

Izabel Christina Cotta Matte

Conselheira Fiscal

Alsones Balestrin

Conselheiro Fiscal

PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado
do Rio Grande do Sul S.A.

C.N.P.J. 87.124.582/0001-04

NIRE 43300020100

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL N.º 2023/03

No décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às 11:30 horas, de forma remota via Teams, reuniu-se o Conselho Fiscal, com a presença dos conselheiros firmados abaixo, a fim de apreciar a seguinte pauta: **1) Apresentação do Encerramento do Exercício de 2022, das Demonstrações Financeiras, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas. 2) Assuntos Gerais. DELIBERAÇÕES:** A reunião foi aberta pelo Sr. Paulo Roberto Zborowsky, gerente da Divisão de Gestão Contábil-Financeira e Orçamentária (DCF) que saudou os conselheiros presentes. Em seguida a agenda de trabalho foi apresentada. **1.1)** A Sra. Andréa Gonçalves Alves, contadora da Companhia, apresentou as Demonstrações Contábeis e o Encerramento do Exercício de 2022, que apurou um Lucro Contábil de **R\$ 64.582.348,01** **1.2)** Após a apresentação, os conselheiros fizeram alguns questionamentos e solicitações em relação as demonstrações de 2022 que foram prontamente respondidos. **1.3)** A seguir, a Sra. Rosângela Peixoto, representante da auditoria independente, empresa Russell Bedford GM Auditores independentes S/S fez considerações sobre o Relatório da Auditoria Independente, com a opinião Sem Ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis de 2022; **1.4)** Após o exame das referidas Demonstrações e do Relatório da Auditoria Independente, foi emitido o seguinte parecer, o qual foi assinado por todos os conselheiros presentes: ***“Cumprindo determinações previstas nos itens II e VII, do art. 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e art. 42 do Estatuto Social; tendo acompanhado a situação econômica, financeira e fiscal da Companhia, através da análise, apresentada mensalmente pela Divisão Contábil Financeira, bem como examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração Dos Resultados Abrangentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e com base no Relatório sem ressalvas dos Auditores Independentes da Empresa RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, entendemos que as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S/A em 31 de dezembro de 2022. O Conselho Fiscal entende que os documentos estão aptos à apreciação pela Assembleia Geral***

Ordinária.” 2) Assuntos Gerais: Finalizando as apresentações, nada mais foi tratado, sendo lavrada a presente ata, a qual será submetida à aprovação pelos conselheiros presentes.

Eugenio Carlos dos Santos Ribeiro

Conselheiro Fiscal

Izabel Christina Cotta Matte

Conselheira Fiscal

Alsones Balestrin

Conselheiro Fiscal

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ANDREA ALVES RIBEIRO
REGISTRO.....	: RS-076011/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.564.810-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 15/03/2023 as 12:53:22.

Válido até: 13/06/2023.

Código de Controle: 644906.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**



CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.
COMPANHIA ABERTA
CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8
AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Atendendo disposições legais e estatutárias, apresentamos-lhes as Demonstrações Financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das suas, respectivas, Notas Explicativas, e do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal.

Constituída em 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade anônima, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, cujo objeto social é o de prestar serviços no sentido de auxiliar o Tesouro Estadual na administração da Dívida Pública do Estado, podendo para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, título e valores mobiliários.

Registrada na CVM como Companhia de capital aberto, na categoria B, a CADIP já realizou onze emissões de debêntures, em montante atualizado, monetariamente, da ordem de R\$ 8,5 bilhões, todas já encerradas e liquidadas financeiramente.

A política de Recursos Humanos está prevista no § único e caput do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600 de 26 de dezembro de 1995, o qual

dispõe que, para a consecução de seus negócios, a Companhia contará com servidores do Estado e da administração indireta, designados para tal fim.

A política interna de preservação do meio ambiente da Companhia está consubstanciada à política ambiental da Secretaria de Estado da Fazenda à qual é vinculada.

No plano econômico, apesar dos efeitos da pandemia a atividade econômica teve uma variação positiva de aproximadamente 3,68 % em 2022, abaixo dos 4,3 % de 2021, conforme o indicador IBC-Br do Banco Central do Brasil, que leva em conta o desempenho dos principais setores da economia, tais como, indústria, agropecuário e serviços.

O lançamento de novas emissões de debêntures registrado na Comissão de Valores Mobiliários em 2022 alcançou o montante de 14,5 bilhões de reais, o dobro das emissões em 2021, que totalizaram 6,8 bilhões.

Ao longo do exercício de 2022 a CADIP não realizou emissões de títulos e valores mobiliários, nem registrou operações ativas, entretanto a Companhia continua com sua estrutura técnica e operacional, em plenas condições, com vistas ao cumprimento de seu objeto social, especialmente construído para auxiliar Estado na administração da sua dívida pública.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

O Balanço Patrimonial da Companhia, levantado em 31 de dezembro de 2022, não apresenta variações relevantes em relação aos saldos do exercício imediatamente anterior.

Os Auditores Independentes contratados pela CADIP prestam, exclusivamente, serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras, à Companhia.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto nos incisos V e VI, do Art. nº 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2022.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro				
Em milhares de reais				
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022 2021
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	21.162	221.296	Fornecedores	4 4
	21.162	221.296	Não circulante	
Não circulante			Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	381 352
Tributos diferidos (Nota 3)	130	120		381 352
Depósitos judiciais	119	119	Patrimônio líquido (Nota 6)	
	249	239	Capital social	10.200 210.200
			Reservas de lucros	10.826 10.979
				21.026 221.179
Total do ativo	21.411	221.535	Total do passivo e do patrimônio líquido	21.411 221.535

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(153)	(149)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-
Atribuível a:		
Controladores	(152)	(148)
Não Controladores	(1)	(1)
Outros componentes do resultado abrangente:		
Resultado abrangente do período	(153)	(149)
Atribuível a:		
Controladores	(152)	(148)
Não Controladores	(1)	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2022	2021
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(134)	(145)
Ajuste tributos diferidos	10	-
Provisão para riscos fiscais	(29)	(4)
	(153)	-
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	-	(149)
Receitas financeiras	-	-
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(153)	(149)
Prejuízo líquido do exercício	(153)	(149)
Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R\$	(0,00221)	(0,00215)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(153)	(149)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:	-	3
Ajustes tributos diferidos	(10)	(4)
Provisão para riscos fiscais	29	4
	(134)	(146)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(134)	(146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital social	(200.000)	-
	(200.000)	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(200.134)	(146)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.162	221.296
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	221.296	221.442
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(200.134)	(146)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2022	2021
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	-	-
Valor adicionado a distribuir	-	-
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	134	145
Provisão para riscos fiscais	19	4
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-
Prejuízos absorvidos	(153)	(149)
Valor adicionado distribuído	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2021	210.200	2.040	9.088	-	221.328
Prejuízo líquido do exercício				(149)	(149)
Absorção do prejuízo				149	-
Em 31 de dezembro de 2021	210.200	2.040	8.939	-	221.179
Redução Capital Social	(200.000)				(200.000)
Prejuízo líquido do exercício				(153)	(153)
Absorção do prejuízo				153	-
Em 31 de dezembro de 2022	10.200	2.040	8.786	-	21.026

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021	
Em milhares de reais	
1. Informações gerais	
A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.	
As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 2 de janeiro de 2023.	
2. Resumo das principais políticas contábeis	
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.	
2.1. Base de preparação	
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.	



»»» Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de hedge, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008. Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.6. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.7. Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 23.361 (2021 - R\$ 23.227), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 23.361 R\$ (2021 - R\$ 22.227), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.943 (2021 - R\$ 7.897), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 19 (2021 - R\$ 4).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos - conta movimento	13	37
Aplicações financeiras	21.149	221.259
	21.162	221.296

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Fase aos interesses societários da Companhia, através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de julho de 2022, foi deliberado a redução do seu Capital Social, no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). A redução de Capital ocorreu, nos termos do art. nº 173 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, sem alteração no volume de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos Acionistas na Capital Social da Entidade. A liquidação financeira, total, da redução do Capital Social, juntos aos Acionistas, foi efetuada em 05 de outubro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas do-miilizados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

7. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de dezembro de 1995, como de serviço público relevante.

8. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos administrativos, perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, inscritos em Dívida Ativa, no valor de R\$ 188, em 31 de dezembro de 2022, (2021 - R\$ 167) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 193, em 31 de dezembro de 2022, (2021 - R\$ 185), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

9. Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2022	2021
Serviços de terceiros	41	41
Impostos taxas e emolumentos	22	51
Publicações	71	53
	134	145

10. Não ocorrência de eventos subsequentes

Após o encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2022, até a presente data, NÃO ocorreram eventos subsequentes, favoráveis ou desfavoráveis à Companhia, passíveis de registros ou de ajustes das suas Demonstrações Financeiras.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		PARECER DO CONSELHO FISCAL	
CARLOS EDUARDO PROVENZANO Presidente		Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da lei e do estatuto social, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2022 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2023, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Acionistas.	
CRISTIANE COSTA DA ROSA Diretora Técnica		Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2023.	
LUIS ANTÔNIO MEDINA GOMEZ Diretor de Relações com Investidores		Elói Astir Stertz Cristoferli Wingert Jorge Luis Tonetto	
PAULO CESAR SANTANA NUNES Contador - CRCRS 034346/0-4 CPF 139.198.490-00			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos acionistas da

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CADIP, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base de Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis. Assim, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. De acordo com o item 9 da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer essa determinação, o auditor deve levar em consideração: (a) as áreas avaliadas com de maior risco de distorção relevante ou com riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 - Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente; (b) os julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive as estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa; (c) o efeito sobre a auditoria de fatos ou de transações significativas ocorridas durante o período.

Contudo, conforme item A59 da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, em se tratando de entidade listada com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria, de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa. Esse foi o caso da CADIP, que no exercício de 2022 apresentou um número reduzido de operações.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 06 "a", sobre a efetivação da redução do Capital Social aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 5 de julho de 2022, em que foi deliberada a redução do Capital Social da entidade no montante de R\$ 200.000.000,00. A redução de Capital dar-se-á nos termos do art. nº 173 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, sem alteração no volume de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos Acionistas na Capital Social da Companhia. A liquidação financeira, total, da redução do Capital Social com os Acionistas foi efetuada em 5 de outubro de 2022. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da CADIP e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. De modo a formar uma opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma, e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração. Assim, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos o que relatar sobre o assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. A Segurança Razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de Janeiro de 2023.
RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-0 "T" SP
JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Contador 1 CRC RS 43679/O - Sócio Responsável Técnico

**Badesul Desenvolvimento S.A. -
Agência de Fomento/RS**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 de dezembro de 2022

A MENSAGEM DA PRESIDENTE

Ao encerrar-se 2022, dirijo-me mais uma vez aos empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais, trabalhadores e à comunidade rio-grandense em geral para transmitir-lhes os resultados do exercício findo e aos destaques do ciclo de gestão que ora se conclui do desempenho operacional, administrativo e financeiro do BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS. Assim, convindo-os a ler este relato e a conhecer os feitos desta Instituição, mas antes peço-lhes licença para registrar algumas notas pessoais.

Durante os últimos 47 anos comunguei, com a vontade de contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e pela melhoria da qualidade de vida de gaúchos e gaúchas, independentemente das dificuldades impostas. Encerro este ciclo de gestão com a absoluta convicção de que se conseguiu alcançar essa visão. Isto porque, ao longo dos anos, não houve projeto importante para a economia gaúcha que não tenha contado com o apoio, seja financeiro, seja institucional, desta Instituição.

Para tanto, os colaboradores e a diretoria do BADESUL, que tive a honra de presidir nos últimos 5 anos, trabalharam de forma coletiva e incansavelmente para cumprir a sua missão institucional e também para fortalecer as dimensões operacionais, financeiras e administrativas desta Agência de Fomento. Houve percalços, é claro, pois passamos por uma pandemia, mas podem estar certos de que não poupei esforços, nem energia e entregue um BADESUL muito melhor, com mais solidez aos processos decisórios e ao conhecimento coletivo da organização, tornando-a mais apta a enfrentar e a superar os desafios do seu futuro e dos seus públicos relevantes.

O BADESUL, ao longo de 2022, desembolsou o valor de R\$ 470,32 milhões para o financiamento de investimentos no Rio Grande do Sul. Lembra-se que esta Agência de Fomento aprovou, no referido exercício, o valor de R\$ 681,3 milhões, crescimento 52,2% superior do mesmo período de 2021, a título de apoio financeiro ao desenvolvimento da economia gaúcha, ao que se soma a integralização de R\$ 5,2 milhões em fundos de investimentos em participações. Em número de projetos, foram liberadas 1.220 operações diretas para o financiamento de investimentos e para a sustentação financeira de atividades produtivas no Rio Grande do Sul. Estes desembolsos corresponderam ao acréscimo de 11,6%, em relação ao valor total desembolsado em igual período de 2021.

Através do programa Juros Zero, foram apoiadas direta, ou através de parcerias o montante de R\$ 213,5 milhões em 10,2 mil novas operações de crédito. Temos muito orgulho do papel essencial desempenhado pelo BADESUL no crédito ao desenvolvimento gaúcho, em especial no que se refere ao apoio desta Agência de Fomento à sustentação de projetos do Estado do Rio Grande do Sul.

O Saldo de Operações Ativas desta Instituição alcançou R\$ 2,2 bilhões em dezembro de 2022, valor este 10,14% superior ao registrado ao final de 2021.

Neste sentido, tenho o dever e o prazer de anunciar-lhes que, com o renovado e decidido apoio recebido do controlador, houve o aumento de R\$ 5.347 milhões ao Patrimônio Líquido do BADESUL, mediante aumento de capital. Em decorrência, o Patrimônio Líquido de R\$ 826,7 milhões, com que esta Agência de Fomento encerrou 2022, foi 7,5% superior ao montante de R\$ 769 milhões, registrado no de 2021.

Desta forma, informo-lhes que esta Agência de Fomento, além de dispor de imagem institucional consolidada no cenário econômico rio-grandense, está com as suas operações e finanças ainda mais fortalecidas, portanto plenamente preparadas para sustentar, agora e no futuro, o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Esta Instituição de Fomento, seguirá pelos próximos anos com foco em duas perspectivas estratégicas: a) cumprir seu papel institucional de fomento ao desenvolvimento do RS, através de uma maior atuação com as micro e pequenas empresas; e b) atuar na diversificação de fontes de recursos para fomentar programas de apoio à inovação e à sustentabilidade no Rio Grande do Sul. Esta nova etapa de captação, elevará o BADESUL a um novo e maior patamar de relevância no mercado de crédito de longo prazo e na promoção do investimento na economia gaúcha

Renovo meus agradecimentos aos clientes, que são a razão da sua existência e cujas decisões de investimento sustentam a confiança dos rio-grandenses no seu futuro. Estendo a minha gratidão às fontes de recursos financeiros desta Instituição, em especial ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também à Caixa Econômica Federal (CEF), à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e ao Ministério do Turismo.

Transmito também os meus agradecimentos aos diretores, conselheiros e colaboradores do BADESUL, cuja dedicação funcional e sua ética pessoal são valores que estão na base do sucesso desta Instituição.

Jeanette Halmenschlager Lontra
Diretora-Presidente

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

O panorama mundial neste momento já não apresenta efeitos relevantes da pandemia, exceto na China, onde ocorreram novos surtos da doença, os quais levaram a movimentos de abertura e fechamento econômicos. No entanto, a guerra da Ucrânia, colocou novos desafios para todos os países. O conflito aumentou as pressões inflacionárias, especialmente sobre os preços dos combustíveis num primeiro momento, contudo, ao longo do segundo semestre de 2022, essas pressões foram sendo suavizadas. Esses dois fatores prosseguirão em 2023 como elementos de risco para economia mundial, que apresentou surpreendente robustez ao

longo de 2022, crescendo a taxas superiores a esperadas pelo FMI no seu relatório World Economic Outlook. Essa robustez foi atribuída a uma maior demanda doméstica, em cada país, tanto de consumo quanto de investimento. E pelo lado da oferta houve impulso advindo do fim de gargalos de produção que surgiram durante a pandemia e ao menor custo de transporte internacional. Devido a essa expansão para além do esperado, as projeções do FMI subiram cerca de 0,2% para o ano de 2022 e para o ano corrente, na comparação com a projeção de outubro. Atualmente, espera-se um crescimento de 3,4% para 2022 e 2,9% para 2023. As projeções do FMI trabalham com uma desinflação lenta e projetam para 2024 índices superiores ao período pré-pandêmico. Assim, não é crível esperar quedas nas taxas de juros internacionais ao longo de 2023. O aperto monetário ora vigente já está produzindo efeitos sobre a inflação mundial. Projeta-se que a inflação no mundo declinará de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024, níveis ainda acima das médias pré-pandemia. Cerca de 84% dos países devem ter uma elevação de preços em 2023 abaixo do esperado para o fechamento do ano de 2022. A inflação de fato atingiu seu pico em 2022 e começa a ceder marginalmente, tanto nos índices cheios (*headline inflation*) quanto no núcleo (*core inflation*). Além disso, o FMI coloca o balanço de riscos de suas projeções pendendo para negativo, listando vários fatores que poderiam adicionalmente prejudicar a economia mundial: uma recuperação mais lenta na China; escalada na Guerra da Ucrânia; problemas de solvência de dívidas (*debt distress*); inflação mais persistente; reaparecimento repentinos nos mercados financeiros; fragmentação geopolítica. Todos esses fatores poderiam puxar o crescimento econômico mais para baixo e a inflação mais para cima.

A economia nacional, seguindo o desempenho mundial, teve um desempenho bastante acima do inicialmente estimado. O PIB deve fechar o ano com expansão de 3% e a inflação fechou com 5,79%. Ambos os indicadores apresentaram números melhores do que as projeções feitas na primeira metade de 2022. A política fiscal expansionista adotada ao longo do ano contribuiu decisivamente para esse desempenho, com aumentos de auxílios emergenciais e cortes de impostos sobre energia e combustíveis. A dinâmica do mercado de trabalho, que já apresentava uma situação muito favorável, continuou a favorecer a expansão do PIB. No que tange ao ciclo de política monetária, este prossegue em terreno bastante contracionista e deve produzir todos os seus efeitos nesse ano que inicia. A perspectiva nesse momento é que não ocorra nenhum alívio proeminente de juros em 2023. Como consequência dessa política monetária, os índices de inadimplência do sistema financeiro já estão apresentando elevações relevantes, movimento que tenderá em 2023.

O Banco Central tem indicado que a política monetária ficará no terreno restritivo e em patamares próximos dos atuais por todo ano de 2023, pois os índices de inflação ainda estão fora do centro da meta e o alívio dos preços produzidos pela retirada de impostos sobre produtos não deve se repetir em 2023. Nesse contexto, a projeção para ano de 2023 aponta consensualmente para um cenário de desaquecimento.

Cabe destacar os efeitos da política monetária sobre o mercado de crédito. Espera-se que o alto custo imposto pelas taxas de juros médias atualmente gerem efeitos bastante negativos sobre a capacidade de pagamentos dos tomadores de crédito em geral. Nos primeiros dias de 2023 já ocorreram fatos relevantes de grandes empresas necessitando de reestruturação de suas dívidas. Esses casos ainda são mais proeminentes por se tratar de um segmento (grandes empresas) que tem os menores índices de inadimplência no sistema financeiro. Pelo tamanho, esses eventos têm potencial para provocarem um maior conservadorismo de todo o sistema financeiro, o que pode gerar um ciclo ainda mais negativo para o crédito. Efetivamente a inadimplência aumentou durante todo o ano de 2022 e aponta para continuar em elevação em 2023. Instituições de referência do sistema financeiro nacional já apresentaram balanços com elevados índices de inadimplência. Esse ciclo de crédito provocará certamente uma força negativa na atividade econômica ao longo do ano corrente. Como ponto positivo, o ano de 2022 foi especialmente bom para geração de empregos, terminando o período com o menor desemprego desde 2015 (8,1%). O contingente de pessoas ocupadas está nos níveis máximos dessa estatística de referência, o que deve ser um alicerce grande para a atividade econômica. Porém, quedas adicionais nos níveis de desocupação têm potencial para tornar o desafio de diminuição da inflação maior ainda, pois o desemprego já está se aproximando dos patamares mínimos que não pressionam os preços.

Em relação a economia gaúcha, esta foi impactada novamente por uma seca na atividade primária, a segunda nos últimos três anos. Por esse motivo, as estatísticas de PIB ficaram bastante abaixo do verificado nacionalmente: até setembro o produto nacional tinha crescido 3,2% e o estadual caído -6,6%. No entanto, na maioria dos demais segmentos o desempenho estadual foi igual ou melhor que o do país. Para 2023, o estado deve sentir os efeitos de uma nova estiagem, que mesmo não sendo da magnitude da verificada em 2022, será a terceira nos últimos quatro anos. Essa sequência de anos ruins no campo deve causar o esgotamento de reservas acumuladas nos anos sem intempéries climáticas. Contudo, cabe salientar que, apesar desse histórico negativo, ainda não se viu efeitos mais substanciais nos índices de inadimplência do setor, que persistem em níveis extremamente baixos. Pelo lado positivo, a indústria de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana apresentou um desempenho bastante robusto. Merece destaque também o crescimento da indústria de transformação no estado (4,2%), com uma dinâmica bem superior a nacional. A indústria de transformação tem alto multiplicador do PIB, ou seja, seus efeitos alavancam os demais segmentos.

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – MAPA ESTRATÉGICO

As diretrizes que orientaram as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2019-2022, encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é:

- Evolução sem ruptura, que supere o discurso da crise e recupere a esperança e a autoestima, que leve o RS para um novo

patamar de competitividade, tirando o estado da era analógica rumo à era digital para retomar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento social.

A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Estado Sustentável;
- Governança e Gestão;
- Desenvolvimento Empreendedor;
- Sociedade com Qualidade de Vida.

O Badesul, na qualidade de Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, é uma Instituição de apoio à execução das diretrizes estratégicas e das prioridades de desenvolvimento pautadas pelo Governo do Estado para a economia gaúcha.

Os instrumentos mobilizados pelo Badesul para tal fim são os produtos e serviços que definem as suas áreas de negócios.

O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas. O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828, de 02/04/2001, do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição. O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes.

- a) Crédito Empresarial:** Empresas Industriais e de Serviços.
- b) Crédito Público:** Prefeituras Municipais.
- c) Crédito Rural:** Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- d) Crédito à Inovação:** Empresas Inovadoras.
- e) Participações:** Fundos de Investimento Privados.
- f) Serviços:** Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal), do Ministério do Turismo e da FINEP – Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Desembolsadas

Os valores dos desembolsos de crédito e integralizações em fundos efetuados no exercício de 2022 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito e de participações da Instituição e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

Valor das Operações de Crédito Liberadas e de Participações Integralizadas pelo Badesul por Áreas de Negócios. Valores em R\$ mil nominais.

Badesul – Áreas de Negócios	Valor 2022	Valor 2021	Variação %
Rural e Agroindustrial	152.835	145.892	4,8
Empresarial	262.369	223.795	17,2
Fomento Público	55.116	51.667	6,7
Total Operações Crédito	470.320	421.354	11,6
Integralizações	5.168	2.259	128,8
Total Geral	475.488	423.613	12,2

Fonte: Badesul.

Desempenho Operacional

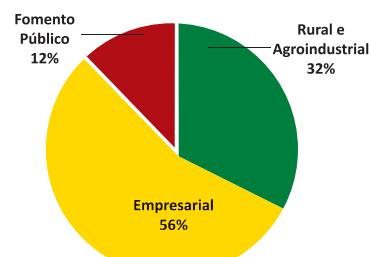
• **Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.** As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos em 2022 também atenderam ao propósito de apoiar as regiões da geografia rio-grandense, o que se comprova pela tabela que se segue, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

Desembolsos por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Apoiadas pelo Badesul.

Região do COREDE	Principal Município	Valores em R\$ mil	
		2022	2021
Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	68.608	21.695
Fronteira Oeste	Uruguiana	47.758	30.712
Vale do Rio dos Sinos	Novo Hamburgo	39.409	25.154
Hortênsias	Nova Petrópolis	33.310	39.808
Serra	Caxias do Sul	31.028	14.070
Missões	Santo Ângelo	27.744	52.897
Rio da Várzea	Palmeira das Missões	22.194	11.368
Jacuí Centro	Cachoeira do Sul	21.363	10.428
Noroeste Colonial	Ijuí	19.841	17.825
Vale do Taquari	Lajeado	19.461	8.870
Total Parcial		330.716	232.828
Total Geral		470.320	421.354

Fonte: Badesul.

Percentual de Liberações por Área



Faz-se também destaque às cidades apoiadas, mediante o desembolso de R\$ 55,1 milhões em 2022, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

• **Alavancagem da Infraestrutura Estadual.** O Badesul desembolsou R\$ 68,6 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou 2022 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2,2 bilhões, correspondente a 5.747 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 3.247 clientes.

Gestão de Riscos

Observa-se que 88,5% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL ao findar de 2022 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C.

Patrimônio Líquido e Liquidez Financeira

O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final de 2022, o valor de R\$ R\$ 826,7milhões. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 544,7 milhões ao final deste exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

Gestão de Fundos Estaduais e Capitalização pelo Fundopem/RS

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços, inclusive, estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 19,3milhões, valor afixado antes da promulgação da referida modificação de Lei.

Resultado

O resultado da Instituição apresentou-se neste período de 2022 em R\$ 49.504 mil.

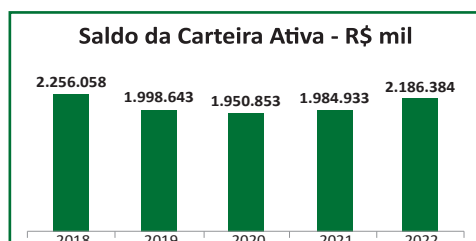
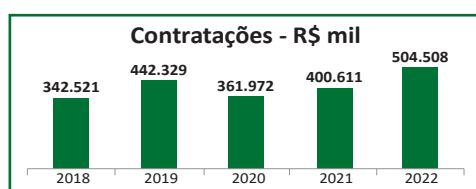
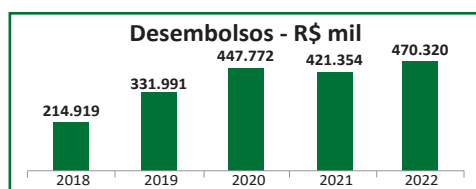
MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do BADESUL dirige-se à comunidade gaúcha para reafirmar aos rio-grandenses e a todos que se dedicam ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul a sua firme determinação quanto ao exercício da gestão desta Agência de Fomento de acordo com as estratégias e prioridades governamentais, conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e de acordo com os princípios de ética e transparência públicas.

Os dados e informações precedentes, que atestam o desempenho desta Instituição ao longo do exercício de 2022, ensejam o renovado agradecimento desta Diretoria aos clientes do BADESUL, os quais honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de criação de riqueza na economia e na sociedade gaúchas. Nossos agradecimentos estendem-se às fontes repassadoras de recursos financeiros ao BADESUL, em especial ao BNDES, mas também à CEF, ao Ministério do Turismo e à FINEP, pela confiança espelhada nos limites de crédito que alocaram, mediante esta Agência de Fomento, para o financiamento do desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul e da sua gente.

Finalmente, esta Diretoria renova o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do BADESUL, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

A Diretoria





BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOVAS FAÇANHAS

NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021* (Em Milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	Dez/2022	Dez/2021		Nota	Dez/2022	Dez/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.064	289	Instrumentos financeiros.....	12	1.642.990	1.587.028
Instrumentos Financeiros.....		2.802.063	2.585.808	Repasse do país		1.642.990	1.587.028
Títulos e Valores Mobiliários	5	615.679	600.875	Outras Obrigações	13	82.502	150.827
Operações de Crédito	6	2.186.384	1.984.933	Fundos de Desenvolvimento	13a	71.808	140.945
(-) Provisões por Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6d	(377.065)	(252.743)	Impostos e Contribuições Sociais e Estatutárias	13b	3.709	3.976
Outros Ativos		36.556	31.640	Outros Impostos e Contribuições.....	13c	2.265	2.345
Rendas a Receber	7	963	4.948	Outras Obrigações.....	13d	4.720	3.561
Devedores por Depósitos em Garantia	14d	18.246	19.175	Provisões		66.655	55.701
Outros créditos.....	8	17.347	7.517	Provisões para Contingências	14	59.072	51.213
Créditos Tributários	9	136.940	185.405	Provisões para Garantias Financeiras Prestadas.....		-	2
Outros Valores e Bens	10	764	761	Provisões para pagamentos a efetuar.....	15	7.583	4.486
Imobilizado.....	11a	24.373	24.719	Passivo Atuarial.....	16	8.956	13.557
Imobilizado de Uso		43.065	42.323	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	826.739	769.025
(-) Depreciação Acumulada		(18.692)	(17.604)	Capital Social		761.690	756.343
Intangível.....	11b	147	259	Reservas de Lucro.....		67.384	17.880
Ativos Intangíveis.....		559	559	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(2.335)	(5.198)
(-) Amortização Acumulada		(412)	(300)				
TOTAL DO ATIVO		2.627.842	2.576.138	TOTAL DO PASSIVO		2.627.842	2.576.138

*Valores de 2021 foram reclassificados

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores de 2021 foram reclassificados

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em Milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	2º Semestre 2021	Exercício 2021
Receitas da Intermediação financeira		353.064	560.484	187.569	337.342
Operações de crédito.....		317.443	497.475	166.690	300.655
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		35.621	63.009	20.879	36.687
Despesas da intermediação financeira		(225.225)	(330.595)	(148.011)	(227.212)
Operações de empréstimos e repasses		(52.489)	(102.952)	(41.534)	(73.528)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(172.736)	(227.643)	(106.477)	(153.684)
Resultado da Intermediação Financeira		127.839	229.889	39.558	110.130
Outras Receitas Operacionais.....		6.020	10.737	17.845	23.849
Receitas de prestação de serviços		816	1.463	769	1.918
Rendas de tarifas bancárias		1.355	2.694	1.036	1.442
Outras receitas operacionais	21	3.849	6.580	16.040	20.489
Despesas Operacionais		(86.726)	(116.163)	(31.155)	(58.506)
Despesas de pessoal.....		(19.976)	(35.413)	(17.060)	(32.561)
Outras despesas administrativas.....	20	(10.428)	(18.386)	(8.474)	(15.374)
Despesas tributárias		(20.364)	(25.070)	(3.841)	(6.920)
Outras despesas operacionais	22a	(35.958)	(37.294)	(1.780)	(3.651)
Despesas de Provisões.....	22b	(9.701)	(23.893)	(1.902)	(12.051)
Trabalhistas.....		(9.043)	(22.835)	(1.191)	(10.683)
Cíveis e Fiscais		(339)	(342)	(147)	(147)
Planos de benefícios pós-emprego		(319)	(716)	(564)	(1.090)
Garantias financeiras prestadas		-	-	-	(131)
Resultado operacional.....		37.432	100.570	24.346	63.422
Resultado não operacional.....		-	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações....		37.432	100.570	24.346	63.422
Imposto de renda e contribuição social.....	3i, 19	(11.130)	(46.123)	881	(38.327)
Provisão para imposto de renda		5.652	-	18.646	(37)
Provisão para contribuição social		4.644	-	15.073	(48)
Ativo fiscal diferido		(21.426)	(46.123)	(32.838)	(38.242)
Participações estatutárias no lucro.....		(4.943)	(4.943)	(3.976)	(3.976)
Lucro líquido do período		21.359	49.504	21.251	21.119
Nº de Ações (Em milhares)		756.343	756.343	756.343	756.343
Lucro por Ação - R\$.....		28,24	65,45	28,10	27,92

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em Milhares de Reais)

	Dez/22	Dez/2021
Resultado líquido do período	49.504	21.119
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ajustes de avaliação atuarial	2.863	4.874
Total do resultado abrangente	52.367	25.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2022	Exercício 2022	2º Semestre 2021	Exercício 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/(prejuízo) no período antes da tributação e das participações.....	37.432	100.570	24.345	63.422
Ajustes do lucro/(prejuízo) líquido do período	182.613	252.096	93.975	150.393
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	172.736	227.643	106.477	153.684
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-
Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres	(459)	(638)	(327)	1.060
Provisão/(Reversão de provisão) para planos de benefícios	319	716	563	1.090
Provisão/(Reversão de provisão) para passivos contingentes	9.383	23.177	(13.177)	(5.944)
Baixa de ativos	-	-	-	-
(Reversão de provisão) para garantias financeiras prestadas	-	(2)	(136)	(666)
Depreciação e amortização	634	1.200	575	1.169
Resultado do período ajustado	220.045	352.666	118.320	213.815
Variações nos ativos e obrigações	(223.119)	(353.494)	(118.429)	(214.773)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	47.242	(14.165)	(33.848)	(4.675)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(229.472)	(304.772)	(64.642)	(104.383)
(Aumento)/Redução em outros créditos	204	2.369	3.495	770
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(170)	(3)	(155)	9
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(77.527)	(80.658)	(16.248)	(48.527)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses.....	43.592	55.964	(1.700)	(49.329)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(6.988)	(12.229)	(5.331)	(8.638)
Fluxo de Caixa Líquido das atividades operacionais	(3.074)	(828)	(109)	(958)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição do imobilizado de uso.....	(742)	(742)	-	-
Baixa de imobilizado de uso	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das atividades de investimento	(742)	(742)	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital por subscrição	2.673	5.347	-	-
Caixa líquido/Aplicado nas Prov.ativ. De Financ.....	2.673	5.347	-	-
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	(1.143)	3.775	(109)	(958)
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	5.207	289	398	1.247
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.064	4.064	289	289
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.143)	3.775	(109)	(958)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

	Reservas de lucros					(Prejuízos)	Ajuste de	Total
	Capital Social	Legal	Dividendos Obrigatórios	Reservas retenção de lucros	Reservas especiais - Doação Prédio	Acumulados	avaliação patrimonial	
Saldos em 01 de janeiro de 2021	756.343	-	-	-	-	(3.239)	(10.072)	743.032
Lucro	-	-	-	-	-	21.119	-	21.119
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	4.874	4.874
Constituição de Reservas.....	-	894	-	-	-	(17.880)	-	-
Aumento de capital.....	2.673	-	-	-	-	-	-	2.673
Capital a Realizar	(2.673)	-	-	-	-	-	-	(2.673)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	756.343	894	-	-	16.986	-	(5.198)	769.025
Mutações do exercício.....	-	894	-	-	16.986	3.239	4.874	25.993
Saldos em 01 de janeiro de 2022	756.343	894	-	-	16.986	-	(5.198)	769.025
Lucro	-	-	-	-	-	49.504	-	49.504
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	2.863	2.863
Constituição de Reservas.....	-	2.475	1.874	29.362	15.793	(49.504)	-	-
Aumento de capital.....	5.347	-	-	-	-	-	-	5.347
Capital a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	761.690	3.369	1.874	29.362	32.779	-	(2.335)	826.739
Mutações do exercício.....	5.347	2.475	1.874	29.362	15.793	-	2.863	57.714
Saldos em 01 de julho de 2022.....	759.017	894	-	-	16.986	28.145	(5.198)	799.844
Lucro	-	-	-	-	-	21.359	-	21.359
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	2.863	2.863
Constituição de Reservas.....	-	2.475	1.874	29.362	15.793	(49.504)	-	-
Aumento de capital.....	2.673	-	-	-	-	-	-	2.673
Capital a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	761.690	3.369	1.874	29.362	32.779	-	(2.335)	826.739
Mutações do exercício.....	2.673	2.475	1.874	29.362	15.793	- 28.145	2.863	26.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional
O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual nº 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012. O Badesul é regido pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções CMN nº 3.757 de 01 de julho de 2009, nº 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e nº 4.023 de 27 de outubro de 2011. A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através da oferta de soluções financeiras e não financeiras ao desenvolvimento dos setores público e privado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil. Em 16 de fevereiro de 2023 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Instrumentos financeiros
A carteira está composta por títulos de renda fixa e cotas de fundos de investimento, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável. As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001.

d) Operações de crédito
Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000. A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando serão levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como *rating* "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial. Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating* "H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas conforme determinações das Resoluções CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000. É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução CMN nº 2.682/99. As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)
Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Imobilizado de uso
A Resolução CMN nº 4.535, publicada em 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, estabelece, entre outros procedimentos, a necessidade de revisão da vida útil dos ativos imobilizados de uso ao final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores. A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. Esta prática não substitui as regras vigentes para fins tributários, mantendo-se, portanto, controles para fins contábeis e fiscais de forma segregada. As depreciações para fins fiscais foram mantidas, calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 20% para veículo. Para fins contábeis a única diferença que se apurou refere-se à depreciação dos imóveis, cuja taxa anual é de 3,33% considerando que a vida útil desses bens fora avaliada em 30 anos.

h) Intangível
O ativo intangível é composto dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição, possuindo vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

i) Redução ao valor recuperável de ativo
O imobilizado e outros ativos não circulantes devem ser revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j) Ativos e passivos em moeda estrangeira
Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)
Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 20% para a contribuição social e imposto de renda o percentual de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e de contribuição social, é calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuariais, o qual é registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido. Quando há alteração na legislação tributária é adotado o procedimento previsto na Circular nº 4.842/2020, que determina que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

m) Passivo atuarial
A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações. Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.

n) Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam a NBC TG 25 (R2), recepcionado pelo Banco Central do Brasil por meio da edição da Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. Os principais critérios adotados são os seguintes:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

o) Estimativas contábeis
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

p) Lucro/(prejuízo) por ação
O lucro/prejuízo líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa
Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	Dez/2022	Dez/2021
Caixa	10	4
Depósitos bancários	4.054	285
Total	4.064	289

5. Instrumentos financeiros

a) Carteira própria - Composição
A carteira de aplicações em letras financeiras do tesouro e em fundos de renda fixa é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A (BANRISUL). Do total aplicado em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 71.808 mil (R\$ 9.003 mil em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 13 a). A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 26b).

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Letras Financeiras do Tesouro	524.753	465.923	-	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	63.692	108.792	-	-
Cotas de Fundos em Participações (i)	6.431	4.584	21.217	23.189
(-) Provisão para desvalorização de títulos livres	(414)	(1.613)	-	-
Total	594.462	577.686	21.217	23.189

(i) São fundos mútuos de investimento em empresas emergentes e inovadoras destinados à aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão dessas empresas, cujo prazo é de dez anos com período de maturação dos investimentos em torno de seis anos. Esses fundos são administrados por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do Balanço. Em 31 de dezembro de 2022 essas aplicações estavam assim compostas:

		Quantidade de Cotas Subscritas	Quantidade de Cotas Integralizadas	Saldo Contábil
Fundo	Instituição Administradora			
CRP	CRP Companhia de			
Empreendedor	Participações	10.000	5.667	1.435
CRIATEC II	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10.000	9.046	6.437
CRIATEC III	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10.000	7.754	9.950
FIP ANJO	BRL Trust Distribuidora S.A.	5.000	1.548	2.019
FIP INDICATOR 2 IOT	TMF Group	5.000	1.250	1.376
Total		40.000	25.265	21.217

b) Carteira própria - Valor de mercado

	Dez/2022		Dez/2021	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	524.339	524.478	464.310	464.473
Cotas de Fundos de Renda Fixa	70.123	70.123	113.376	113.376
Cotas de Fundos em Participações	21.217	21.217	23.189	23.189
Total	615.679	615.818	600.875	601.038

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

6. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Empréstimos	65.181	32.661	126.621	100.046
Financiamentos	146.441	151.142	929.056	695.909
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	148.906	168.835	546.096	588.734
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	78.087	72.889	145.996	174.717
Total	438.615	425.527	1.747.769	1.559.406

b) Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	Dez/2022		Dez/2021	
Vencidas	7.197		5.087	
Até 60 dias	4.461		3.631	
De 61 a 180 dias	2.319		1.296	
Acima de 180 dias	417		160	
Vincendas	2.179.187		1.979.846	
Até 180 dias	213.801		197.977	
De 181 a 360 dias	217.617		222.463	
Acima de 360 dias	1.747.769		1.559.406	
Total	2.186.384		1.984.933	

c) Composição da carteira por setor de atividade

	Dez/2022	Dez/2021
Setor Público Municipal	228.689	252.834
Administração direta	224.084	247.606
Outros serviços	4.605	5.228
Setor Privado	1.957.695	1.732.099
Pessoa Física	61.551	48.513
Indústria	615.791	463.481
Comércio	111.617	80.509
Outros serviços	473.734	382.027
Rurais	695.002	757.569
Total (Operações de crédito)	2.186.384	1.984.933

d) A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

	Dez/2022							
Classificação nível de risco	Total de Operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	329.626	15,07	-	-	1.401	0,43	1.401	0,43
A	621.812	28,44	3.109	0,5	2.176	0,35	5.285	0,85
B	471.829	21,58	4.718	1,0	7.314	1,55	12.032	2,55
C	394.754	18,06	11.843	3,0	21.711	5,50	33.554	8,50
D	33.010	1,51	3.301	10,0	5.117	15,50	8.418	25,50
E	23.966	1,10	7.190	30,0	2.995	12,50	10.185	42,50
F	5.745	0,26	2.873	50,0	545	9,50	3.418	59,49
G	19.134	0,88	13.394	70,0	2.870	15,00	16.264	85,00
H	286.508	13,10	286.508	100,0	-	-	286.508	100,00
Total	2.186.384	100,00	332.936	---	44.129	---	377.065	---

	Dez/2021							
Classificação nível de risco	Total de Operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	276.592	13,94	-	-	1.176	0,43	1.176	0,43
A	524.443	26,42	2.622	0,5	1.835	0,35	4.457	0,85
B	570.883	28,76	5.709	1,0	8.848	1,55	14.557	2,55
C	342.409	17,25	10.272	3,0	18.833	5,50	29.105	8,50
D	56.106	2,83	5.611	10,0	8.696	15,50	14.307	25,50
E	29.165	1,47	8.750	30,0	3.645	12,50	12.395	42,50
F	12.980	0,65	6.490	50,0	1.233	9,50	7.723	59,50
G	22.213	1,12	15.549	70,0	3.332	15,00	18.881	85,00
H	150.142	7,56	150.142	100,0	-	-	150.142	100,00
Total	1.984.933	100,00	205.145	---	47.598	---	252.743	---

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 e está constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o Badesul opera. No período, o aumento do saldo total em Provisão do risco de crédito foi ocasionado pelo retorno expressivo de operações antes em prejuízo para o nível H.



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOVAS FAÇANHAS
NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

e) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Dez/2022	Dez/2021
Saldo Inicial	252.743	169.362
Adições / (Reversões) líquidas do período	227.643	153.684
Baixa por transferência à prejuízo	(103.321)	(70.303)
Saldo final	377.065	252.743

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 17,25% (12,73% em 31 de dezembro de 2021).

f) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	Dez/2022		Dez/2021	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	61.536	2,81	41.544	2,09
10 maiores seguintes	338.796	15,50	275.345	13,87
20 maiores seguintes	324.755	14,85	257.456	12,97
Demais	1.461.297	66,84	1.410.588	71,07
Total	2.186.384	100,00	1.984.933	100,00

g) Garantias

O Badesul detém, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas-parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h) Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2022 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 103.321 mil (R\$ 70.303 mil em 2021), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

7. Rendas a receber

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança	-	3	-	-
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	963	4.945	-	-
Total	963	4.948	-	-

8. Outros créditos

	Dez/2022	Dez/2021
IRPJ não compensadas no próprio período	11.407	3.842
CSLL não compensadas no próprio período	4.649	2.560
Adiantamento a funcionários	207	137
Pagamentos a ressarcir	931	804
Devedores Diversos	153	174
Total	17.347	7.517

9. Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Estão reconhecidos créditos tributários decorrentes das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas decorrentes de garantias financeiras prestadas, todas passíveis de realização no período máximo de dez anos. O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente. Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.842/2020.

a) Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total	
	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Ativo fiscal diferido - IRPJ	19.956	44.256	56.122	58.747	76.078	103.003
Ativo fiscal diferido - CSLL	15.965	35.405	44.897	46.997	60.862	82.402
Total	35.921	79.661	101.019	105.744	136.940	185.405

Os créditos tributários diferidos, apresentados em 31 de dezembro de 2022 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre as diferenças temporárias da seguinte forma: 25% para o imposto de renda, e, para a contribuição social de 20%.

b) Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

	Dez/2022		
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	214.291	53.573	42.858
Rendas de atraso	39.183	9.796	7.837
Provisão para perdas com ações trabalhistas	44.021	11.005	8.804
Provisão para passivos atuariais	6.815	1.704	1.363
Total	304.310	76.078	60.862

	Dez/2021		
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	298.484	74.621	59.697
Rendas de atraso	64.000	16.000	12.800
Provisão para perdas com ações trabalhistas	38.651	9.663	7.730
Provisão para passivos atuariais	10.877	2.719	2.175
Total	412.012	103.003	82.402

c) Movimentação do saldo dos créditos tributários

	Dez/2022			Dez/2021	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL
Saldo inicial	103.003	82.402	185.405	103.003	82.402
Adições	-	-	-	-	-
- Resultado	17.764	14.211	31.975	17.764	14.211
- Patrimônio líquido	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
- Resultado	(43.388)	(34.710)	(78.098)	(43.388)	(34.710)
- Patrimônio líquido	(1.301)	(1.301)	(2.342)	(1.301)	(1.301)
Total	76.078	60.602	136.940	76.078	60.602

d) Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

	Dez/2022			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2022	-	-	-	-
2023	79.839	19.960	15.968	35.928
2024	66.015	16.504	13.203	29.707
2025	52.218	13.054	10.444	23.498
Acima de 2026	106.238	26.560	21.247	47.807
Total	304.310	76.078	60.862	136.940

	Dez/2021			
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2022	215.896	53.974	43.179	97.153
2023	78.226	19.556	15.645	35.201
2024	53.074	13.268	10.615	23.883
2025	25.954	6.489	5.191	11.680
Acima de 2026	137.722	34.430	27.544	61.974
Total	510.872	127.717	102.174	229.891

e) Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 2,34% a.a. em 31/12/2023, está representado por R\$ 69.225 (R\$ 87.542 em dezembro/2021) referentes ao imposto de renda e R\$ 55.403 (R\$ 70.034 em dezembro/2021) referentes à contribuição social.

f) Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2022, R\$ 28.650 (R\$ 23.612 em 2021) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 22.919 (R\$ 18.890 em 2021) relativos à Contribuição Social.

10. Outros Valores e Bens

	Dez/2022	Dez/2021
Material em estoque	131	128
Despesas antecipadas	232	232
Investimentos Temporários	401	401
Total	764	761

11. Imobilizado de uso

a) Composição

Em 31 de dezembro de 2022 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição, tendo sido adotada a prática contábil descrita na nota 3g:

	Dez/2022		Dez/2021	
	Taxa de depreciação % ao ano	Custo	Depreciação acumulada /Impairment	Valor líquido
Imóveis de uso	3,33	35.074	(11.392)	23.682
Instalações, móveis e equipamentos	10	1.149	(1.123)	26
Sistema de processamento de dados	20	3.596	(2.940)	656
Outros	10	3.246	(3.237)	9
Total	43.065	(18.692)	24.373	24.719

b) Intangível

	Dez/2022		Dez/2021	
	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo Inicial	Aquisição	Amortização/ Impairment
Intangível	20	259	-	(112)
Total	259	-	(112)	147

c) Seguros

O Badesul, busca no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações, contratadas por montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 31/12/2022, possui os seguintes contratos de seguros:

Um seguro predial do Edifício Negrinho do Pastoreio, contratado com a SOMPO SEGUROS contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$ 40.000; um contrato de seguro automotivo com a MAPFRE SEGUROS para um veículo Fiat Uno, ano 1998, Placa IHI3316, de uso de serviço, cuja cobertura monta 100% tabela FIPE, com cobertura a danos pessoais e materiais; um veículo de representação locado, para uso da Presidência, que já inclui no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros. Possuímos o seguro de responsabilidade Civil. Valor pago foi 306, incluindo o IOF, e o valor máximo de cobertura é de R\$ 5.000.

12. Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP, CEF e FUNGETUR).

Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que tem vencimentos semestrais e anuais. Taxa média de captação foi de 6,47% ao ano em 31 de dezembro de 2022.

Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses, na data base de 31/12/2022, são:

(a) nas operações pós-fixadas de 0,50% ao ano até 7,70% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, DÓLAR, CESTA DE MOEDAS, SELIC, TR, IPCA, IPCA-M e INPC), e,

(b) nas operações pré-fixadas de 0,10% ao ano até 13,48% ao ano.

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

	Dez/2022				
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total de Obrigações
BNDES	46.065	145.084	191.149	856.838	1.047.987
CEF	659	2.047	2.706	14.451	17.157
FINAME	25.409	84.685	110.094	295.232	405.326
FINEP	1.640	5.253	6.893	50.492	57.385
OUTRAS INSTITUIÇÕES	3.734	13.176	16.910	98.225	115.135
Total	77.507	250.245	327.752	1.315.238	1.642.990

	Dez/2021				
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Total de Obrigações
BNDES	37.133	122.722	159.855	822.390	982.245
CEF	604	1.879	2.483	16.881	19.364
FINAME	32.381	129.407	161.788	292.344	454.132
FINEP	1.961	5.116	7.077	28.463	35.540
OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.725	10.188	12.913	82.834	95.747
Total	74.804	269.312	344.116	1.242.912	1.587.028

13. Outras Obrigações

a) Fundos de Desenvolvimento

	Dez/2022	Dez/2021
Fundo Federal Fungetur	30.622	131.941
Fundos de Desenvolvidmentos Estaduais	41.186	9.003
Total	71.808	140.945

b) Impostos e Contribuições sobre o Lucro

	Dez/2022	Dez/2021
Participações nos Lucros e Resultados	3.709	3.976
Total	3.709	3.976

c) Outros Impostos e Contribuições

	Dez/2022	Dez/2021
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	95	94
Impostos e contribuições sobre salários	1.211	1.415
IOF	8	145
PIS, COFINS, ISSQN	951	691
Total	2.265	2.345

d) Outras Obrigações

	Dez/2022	Dez/2021
Fornecedores	842	1.360
Fundopem	-	152
Taxa Administrativa carteira TVM	254	229
Credores Diversos	3.624	1.820
Total	4.720	3.561

14. Provisão para passivos contingentes

	Dez/2022			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a)	48.176	22.835	(13.135)	57.876
Cível (b)	1.247	342	(961)	629
Provisão FGI	567	-	-	567
Outras	1.222	-	(1.222)	-
Total	51.212	23.177	(15.318)	59.072

	Dez/2021			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo Final
Trabalhista (a)	60.488	10.737	(23.047)	48.178
Cível (b)	1.499	148	(401)	1.246
Provisão FGI	567	-	-	567
Outras	1.222	-	-	1.222
Total	63.776	10.885	(23.448)	51.213

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

a) Ações trabalhistas

A apuração da provisão é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As contingências são, em geral, decorrentes de pedidos fundado em circunstâncias modificativas, impeditivas ou extintivas de obrigações financeiras decorrentes de operações de crédito, decorrentes de ações autônomas ajuizadas (Embargos à Execução, Ações Revisionais etc.) para arguição de matérias de defesa decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial de créditos do Badesul. Há, ainda, número residual de ações pleiteando matérias diversas, tais como ações de reparação por danos morais ou materiais.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis nas quais o Badesul figura como polo passivo ou que tenha sofrido decisão judicial condenatória, cuja probabilidade de perda é classificada como possível. Em dezembro 2022 existiam 177 ações cíveis em tal situação (150 em dezembro de 2021), sendo, desse total, 120 ações com parcelas com perda classificada como possível, e o valor do risco envolvido como sendo de R\$ 48.594 (R\$ 54.232 em dezembro de 2021).

b) Ações cíveis

A apuração da provisão é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda das ações nas quais o Badesul figura como polo passivo, sendo estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As contingências são, em geral, decorrentes de pedidos fundado em circunstâncias modificativas, impeditivas ou extintivas de obrigações financeiras decorrentes de operações de crédito, decorrentes de ações autônomas ajuizadas (Embargos à Execução, Ações Revisionais etc.) para arguição de matérias de defesa decorrentes da cobrança judicial e extrajudicial de créditos do Badesul. Há, ainda, número residual de ações pleiteando matérias diversas, tais como ações de reparação por danos morais ou materiais.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis nas quais o Badesul figura como polo passivo ou que tenha sofrido decisão judicial condenatória, cuja probabilidade de perda é classificada como possível. Em dezembro 2022 existiam 177 ações cíveis em tal situação (150 em dezembro de 2021), sendo, desse total, 120 ações com parcelas com perda classificada como possível, e o valor do risco envolvido como sendo de R\$ 48.594 (R\$ 54.232 em dezembro de 2021).

c) Ações fiscais

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 mil compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. No entendimento do fisco as agências de fomento, no caso o Badesul, não poderiam apurar o PIS e a COFINS por meio do método cumulativo e sim pelo não cumulativo. Vencidas as etapas de recursos no âmbito administrativo, em abril de 2017, o Badesul ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal, tombada sob o número 5018084-59.2017.4.04.7100, com probabilidade de perda possível e estimativa de perda atualizada para R\$ 112.663 mil em 31/12/2021. Avalia-se a perda como possível visto as evidências indicarem ser o Badesul equiparado à instituição financeira desde sua criação, ou seja, desde antes da vigência da Lei Federal nº 12.715/2012, que positivou expressamente a equiparação de agências de fomento a instituições financeiras/bancos de desenvolvimento, para fins de tributação federal, tendo, portanto, o direito de recolher PIS/COFINS na sistemática cumulativa da Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, justamente por ser equiparada a instituição financeira. Em setembro de 2017 sobreveio sentença de 1º grau, que julgou integralmente procedente pedido formulado na ação anulatória c/c declaratória, anulando-se integralmente o crédito tributário por entender que as agências de fomento devem ser equiparadas a instituições financeiras. A União apelou da decisão (reexame necessário, por se tratar de ente público) e o Badesul apresentou suas contrarrazões.

Na sessão de julgamento realizada em 06 de junho de 2019, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proveu parcialmente o recurso da Fazenda Nacional. Prevaleceu o voto médio do Des. Sebastião Ogê Muniz, que entendeu, como defendido pela RFB, que o Badesul estava sujeito ao regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS no período autuado, mas garantiu o direito à apuração de créditos calculados sobre despesas de obrigações por empréstimos e repasses. Em 24 de junho de 2019

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

de declaração até o dia 1º de julho de 2019. Após o desacolhimento dos referidos embargos de declaração, o Badesul interpôs recursos especial e extraordinário, ao passo que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial. Em 16 de outubro de 2020, foi prolatada decisão monocrática pelo Min. Relator Francisco Falcão, determinando a devolução dos autos à origem para o aguardo da publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia. Em 23 de outubro de 2020, o Badesul protocolizou pedido de distinção quanto à matéria, indeferido pelo mesmo Relator em 09 de junho de 2021. Contra tal decisão foi interposto Agravo de Instrumento, autuado em 01 de julho de 2021. Em 08 de dezembro de 2022, o Ministro Relator reviu sua decisão anterior pelo sobrestamento do feito para aguardo do julgamento do Tema 372 no Supremo Tribunal Federal, determinando o processamento do Recurso Especial. Em 22 de novembro de 2022, a Receita Federal do Brasil concluiu o processo de revisão do lançamento do crédito tributário discutido no Processo Administrativo nº 11080.733520/2013-07, para o fim de destacar a parcela que, considerado o referido voto médio, seria exigível de pronto pelo Fisco, considerando-se a inexistência, como regra, de efeito suspensivo em sede de Recurso Especial. Tal trabalho resultou na autuação do Processo Administrativo nº 11080.743.592/2022-45, para os quais foram transferidos os valores exigíveis, apurados em R\$ 50.958 e devidamente recolhidos em 22/12/2022, resultando no encerramento do Processo Administrativo nº 11080.743.592/2022-45, em 25/12/2022. Presentemente, o processo aguarda designação de pauta de julgamento para o Recurso Especial interposto.

d) Devedores por depósitos em garantia

	Dez/2022	Dez/2021
Ações cíveis	152	306
Ações trabalhistas	18.094	18.869
Total	18.246	19.175

15. Provisões para pagamentos a efetuar

	Dez/2022	Dez/2021
Provisões de funcionários	5.734	3.146
Obrigações Decorridas	868	526
Caução-S/ Contratos Prestação Serviços	981	814
Total	7.583	4.485

	Curto prazo		Longo prazo	
	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Passivo c/ plano de previdência complementar (b)	-	-	6.400	10.252
Passivo c/ planos de saúde (c)	-	-	1.322	2.053
Passivo c/ prêmio por aposentadoria (d) (*)	319	345	915	907
Total	319	345	8.637	13.212

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo considerando a elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS.

a) Composição do passivo atuarial líquido

As avaliações atuariais são realizadas anualmente, exceto quando ocorrem fatos relevantes que exijam esse procedimento em período intermediário. A seguir está demonstrada a composição do passivo atuarial líquido, cujas informações foram extraídas do laudo atuarial data base 31/12/2022 conforme citado anteriormente.

	Plano de Previdência Complementar						
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
Exercício de 2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Movimentação da Posição Líquida							
Obrigações atuariais apuradas	11.608	13.038	213	16.333	3.294	6.298	1.217
Valor justo dos ativos do plano	(8.450)	(11.834)	(566)	(14.703)	(2.885)	(4.976)	-
Efeitos do teto de ativos/ passivos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
VI. Presente das obrigações a descoberto	3.158	1.204	(353)	1.630	409	1.322	1.217
Passivo atuarial líquido	3.158	1.204	(353)	1.630	409	1.322	1.217

	Plano de Previdência Complementar						
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	Prêmio de aposenta-doria (e)
Exercício de 2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Movimentação da Posição Líquida							
Obrigações atuariais apuradas	14.256	14.204	259	18.678	3.351	6.653	1.274
Valor justo dos ativos do plano	(9.930)	(11.687)	(440)	(15.631)	(2.988)	(4.600)	-
Efeitos do teto de ativos/ passivos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
VI. Presente das obrigações a descoberto	4.326	2.517	(181)	3.047	363	2.053	1.274
Passivo atuarial líquido	4.326	2.517	(181)	3.047	363	2.053	1.274

b) Plano previdenciário complementar

O Badesul é copatrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

- (i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banriful de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea dos participantes e assistidos conforme esclarecido no item "a" dessa nota. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de Benefícios Saldado e Plano de benefícios FBPREV II). Permanecem neste Plano 3 participantes ativos, 19 aposentados e 3 assistidos pensionista, sendo que em 2019 foi efetivada uma segunda etapa dessa migração.
- (ii) Plano de Benefícios Saldado: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "benefício definido" e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano saldado, não há apuração de custos e, consequentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit. São beneficiários deste Plano 3 participantes ativos e 6 aposentados.
- (iii) Plano de Benefício FBPREV I: Este Plano é estruturado na modalidade "contribuição variável" e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banriful, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano, os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez; pensão por morte; benefício proporcional; auxílio doença; abono anual; auxílio funeral e benefício mínimo. São beneficiários deste Plano 64 participantes ativos e nenhum aposentado ou pensionista.
- (iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "contribuição variável" e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual e pensão por morte. São beneficiários deste Plano 30 participantes ativos, 31 aposentados e 1 pensionista.
- (v) Plano de Benefício FBPREV III: Esse plano é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós emprego com participantes na fase de inatividade e na cobertura dos benefícios de risco para os participantes em atividade. Os benefícios e institutos oferecidos são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, auxílio funeral, benefício mínimo, auto patrocínio, benefício proporcional diferido, resgate e portabilidade. São beneficiários desse plano 1 participante ativo, 7 aposentados e 3 pensionistas.

c) Plano de saúde

O plano de saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA e PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

d) Prêmio por aposentadoria

Prêmio concedido pelo Badesul aos empregados que se aposentarem em conformidade com o disposto no artigo 82 do regulamento de pessoal do BANRISUL, cujo direito foi mantido aos funcionários transferidos daquele Banco para o Badesul, por meio de sucessão trabalhista ocorrida em maio de 2002. O benefício equivale a uma remuneração para o empregado que se aposentar com 20 anos de empresa, duas remunerações para quem se aposentar com 25 anos de empresa e cinco remunerações para quem se aposentar com 30 anos de empresa.

e) Principais premissas

As principais premissas econômico-financeiras e demográficas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Premissas econômico-financeiras

- (i) Para planos de previdência complementar

Premissas/Planos	Plano PB1 (c.i)		Plano Saldado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III * (c.iv)	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Taxa real de desconto atuarial	6,11%	5,33%	6,14%	5,43%	6,06%	5,22%	6,13%	5,39%	6,10%	5,25%
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	6,11%	5,33%	6,14%	5,43%	6,06%	5,22%	6,13%	5,39%	6,10%	5,25%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	1,00%	1,00%	0,00%	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,30%	0,30%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidades sobre os benefícios	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Inflação esperada	5,23%	5,03%	5,23%	5,03%	5,23%	5,03%	5,23%	5,03%	5,23%	5,03%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (-10%) por sexo		AT-2000 (-40%) por sexo		AT-2000 (-30%) por sexo		AT-2000 (-40%) por sexo		AT-2000 Suavizada em 10% por sexo	
Tábua de mortalidade inválidos	RRB - 83 (-50%)		RRB - 83 (-50%)		RRB - 83 (-50%)		Winklevoss		RRB - 83 (-50%)	
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas (-70%)		Alvaro Vindas (-70%)		Alvaro Vindas (-70%)		Alvaro Vindas (-70%)		Alvaro Vindas	
Taxa anual de rotatividade	Experiência PBI FBPREV III 2015-2020		Experiência Saldado 2015-2020		Experiência FBPREV I 2015-2020		Experiência FBPREV II 2015-2020		Experiência FBPREV III 2015-2020	
Composição familiar participantes ativos	Bac: 74% casado e y=x-4 BC: Família Real		Bac: 74% casado e y=x-4 BC: Família Real		Família efetiva (cadastro)		Família efetiva (cadastro)		Família efetiva (cadastro)	

Duration	31/12/22	31/12/21
Plano PB1	9,09 anos	10,49 anos
Plano Saldado	10,32 anos	12,19 anos
Plano FBPREV I	6,18 anos	7,37 anos
Plano FBPREV II	9,76 anos	11,52 anos
Plano FBPREV III *	8,13 anos	8,92 anos

* Conforme informações contidas no relatório de avaliação atuarial, para definição das taxas, o relatório considerou o IMA-B com data de referência em 31/12/2021. A premissa de inflação adotada em todos os planos de 5,23% a.a. reflete a mediana da expectativa de IPCA para o ano de 2023, conforme relatório FOCUS publicado pelo BACEN em dezembro de 31/12/2022.

- (vi) Para planos de saúde e prêmio de aposentadoria

Premissas Econômica-Financeiras

- (ii) Para planos de saúde e prêmio aposentadoria

Premissas/Planos	Plano de Saúde (d)		Prêmio por aposentadoria (e)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa real de desconto atuarial	6,19%	5,43%	4,45%	2,99%
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos	6,19%	5,43%	4,45%	2,99%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,1% PAM e 1% PROMED	4,10%	-	-
Fator de capacidades sobre os benefícios	100,00%	100,00%	Não utilizado	Não utilizado
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inflação esperada	5,23%	5,03%	5,23%	5,03%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic (-30%) por sexo		AT-2000 Basic (-30%) por sexo	
Tábua de mortalidade inválidos	RRB-83 desagravada em 50%		Não Utilizado	
Entrada em invalidez	Alvaro Vindas desagravada em 70%		Alvaro Vindas (-70%)	
Taxa anual de rotatividade	Experiência FBPREV I 2015-2020		Experiência FBPREV I 2015-2020	
Composição familiar	Família Efetiva cadastro		Não Utilizado	
Duration	31/12/2022	31/12/2021		
Plano de saúde	14,20 anos	15,89 anos		
Prêmio por aposentadoria	0,27 anos	0,32 anos		

* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado

* * Conforme informações contidas no relatório de avaliação atuarial, a Duration do Prêmio Aposentadoria é calculada com base nos empregados com risco não iminente de aposentadoria. Para definição das taxas, o relatório considerou o IMA-B com data de referência em 31/12/2022.

- (iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregador vinculados a cada uma. Para cada exercício, os valores de despesas (receitas) esperados são calculados pelas projeções das variações das obrigações atuariais. Os valores são analisados ao encerramento de cada exercício, quando será apurado novamente se as projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais.

	Plano de Saúde (d)	
	31/12/2022	31/12/2021
Custo médio PAMES (PAM027)	6,46	5,77
Custo médio PAMPA (PAM019)	0,18	0,24
Custo FAR200: conforme tabela abaixo	-	-
* Valores em mil		

Faixa Etária	Custo Médio (Em Reais).	
	31/12/2022	31/12/2021
0 a 17 anos	0,00	0,00
18 a 29 anos	0,00	0,00
30 a 39 anos	0,16	0,13
40 a 49 anos	0,29	0,19
50 a 59 anos	0,40	0,47
60 a 69 anos	0,79	0,74
70 anos ou +	1,10	1,08
* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado		
** Valores em mil		

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o Capital Social da Instituição estava no valor de R\$ 761.690 (R\$ 756.343 em 31 de dezembro de 2021).



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOVAS FAÇANHAS

NO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

representado por 761.690.204 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no país.

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2021, foi realizado o aporte no montante de R\$ 2.673 referente aos valores a receber dos retornos do Fundopem (nota 26). Em 29 de abril de 2022, foi realizado outro aporte no montante de R\$ 2.674. O Badesul possui o montante de R\$ 3.119 no passivo cujo o aporte ocorrerá em abril de 2023.

b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 a reserva de incentivos fiscais foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente.

A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da assembleia geral de acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante na Resolução Bacen nº 4.872/2020, emitida pelo Banco Central do Brasil. Não houve registro de JSCP no período correspondente a essas demonstrações.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme dispõe a Carta-Circular do BACEN nº 3.729, de 08 de outubro de 2015, são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de remensurações atuariais e respectivos efeitos tributários.

18. Capital regulamentar

A Resolução CMN 4.958, que passou a vigorar a partir de 03/01/2022, consoante com as diretrizes do acordo de capital - Basileia III, estabelece índices mínimos de exigência de capital principal e adicional para a relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados pelo risco (RWA). Atualmente, o índice mínimo para capital principal é de 8,00%. Devem-se somar ao índice mínimo os adicionais de capital: ACP conservação 2,00% até março de 2022 e a partir de abril, 2,50%, conforme Resolução CMN 4.958. O ACP sistêmico não é exigido para instituições do segmento S4, logo não se aplica ao Badesul. O Comunicado 39.425 manteve como 0% o valor do ACCPBrasil, o que resulta em um ACP contracíclico de valor nulo.

	Dez/2022	Dez/2021
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco		
de crédito	2.191.769	2.119.847
de mercado	781	2.593
operacional	<u>237.440</u>	<u>213.309</u>
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.429.990	2.335.749
Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia	736.592	678.767
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	<u>194.399</u>	<u>186.860</u>
ACP conservação	60.750	46.715
ACP contracíclico	-	-
IRRBB	9.916	59.562
Margem	471.527	385.630
Índice de Basileia	<u>30,31%</u>	<u>29,06%</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

	Dez/2022	Dez/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	100.570	63.422
Participações nos lucros e resultados	(4.943)	(3.975)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	<u>(98.774)</u>	<u>(90.093)</u>
Diferenças temporárias	<u>(110.236)</u>	<u>(62.878)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.344)	11.048
Rendas a apropriar em atraso	(28.711)	(55.834)
Rendas decorrentes de ganhos em renegociações	346	(31.354)
Provisão para contingências	7.856	(14.451)
Depreciação	968	(357)
Outras provisões	(351)	756
Diferenças permanentes	11.462	99
Despesas não dedutíveis	11.462	99
Base de cálculo do IR e CS	<u>(3.147)</u>	<u>445.295</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 21% respectivamente (Nota 3k)	-	(135)
Incentivos fiscais	-	50
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos	-	(85)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9)	<u>(46.123)</u>	<u>(38.242)</u>
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	<u>(46.123)</u>	<u>(38.327)</u>

20. Outras despesas administrativas

	Dez/2022	Dez/2021
Água, energia e gás	772	756
Comunicação	163	214
Manutenção e conservação de bens	1.359	1.357
Processamento de dados	9.050	6.356
Publicidade e propaganda	1.075	1.036
Serviços do sistema financeiro	699	613
Serviços de terceiros	1.099	991
Serviços técnicos especializados	1.018	1.346
Transporte	36	14
Viagem	160	55
Emolumentos Cartoriais	186	653
Depreciação e amortização	1.200	782
Despesa de cobrança	429	159
Outras	1.140	1.042
Total	<u>18.386</u>	<u>15.374</u>

21. Outras receitas Operacionais

	Dez/2022	Dez/2021
Recuperação de encargos e despesas	409	485
Reversão de provisão de imposto de renda	85	328
Reversão de provisão de ações judiciais	875	17.113
Reversão de provisão para perda com coobrigações	1.224	797
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	1.455	612
Honorários de sucumbência	1.822	427
Outras	<u>710</u>	<u>727</u>
Total	<u>6.580</u>	<u>20.489</u>

22. Outras despesas operacionais e despesas de provisões

a) Outras despesas operacionais

	Dez/2022	Dez/2021
Juros e Multas	24.533	-
Multas De Ofício + Lalur	11.325	-
Plano de Demissão Incentivada	1.023	2.415
Outras	<u>413</u>	<u>1.236</u>
Total	<u>37.294</u>	<u>3.651</u>

b) Despesas de provisões

	Dez/2022	Dez/2021
Despesa com provisão para contingências trabalhistas	22.835	10.683
Despesa com provisão para contingências cíveis e fiscais	342	147
Despesa com provisão para planos de benefícios pós-emprego	716	1.090
Despesa com provisão para perda com coobrigações	-	131
Total	<u>23.893</u>	<u>12.051</u>

23. Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, alta gerência e assessores do Badesul.

	Dez/2022		
	(Direitos)/ Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de fundos (nota 26b)	(963)	631	-
Contratação de serviços especializados	229	-	255
Remuneração do pessoal chave de administração (*)	-	-	3.419
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(65)	-	-
Outros valores a ressarcir	(841)	-	-
Operações de crédito	(3.215)	-	-
	Dez/2021		
	(Direitos)/ Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de fundos (nota 26b)	(4.945)	1.469	-
Contratação de serviços especializados	229	-	446
Remuneração do pessoal chave de administração (*)	-	-	1.808
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(60)	-	-
Despesas de pessoal - funcionários adidos	-	-	-
Outros valores a ressarcir	(743)	-	-

(*) Refere-se ao total da remuneração acrescida dos benefícios oferecidos para o pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e, a partir de política interna instituída no primeiro semestre de 2018, são considerados também como pessoal chave da administração a alta gerência e assessores)

24. Gestão de riscos

A gestão de riscos do Badesul atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição em um processo contínuo de otimização da gestão que visa aos controles e à mitigação dos riscos.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 54, o Badesul divulga as informações referentes ao Relatório Pilar 3, com a visão geral do gerenciamento de riscos da Instituição, no sítio <https://www.badesul.com.br>.

A partir de fevereiro de 2018 a Resolução CMN nº 4.557 normatiza as estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento contínuo de capital, revogando as resoluções anteriores.

O Badesul identifica, avalia, monitora e controla a exposição aos riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e o acompanhamento.

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a) Risco de mercado

A política do Badesul é de manter seus ativos financeiros até o vencimento. Desse modo, o Badesul não tem uma carteira de negociação e o seu risco de mercado é significativamente reduzido.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

c) Risco operacional

A política de Gerenciamento Integrado de Riscos do Badesul, revisada periodicamente, contempla o risco operacional, a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e a avaliação dos riscos, o controle das atividades e a segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apurar a parcela dos requerimentos mínimos de capital referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAOPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

d) Gerenciamento de capital

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem, ou da insuficiência de margem para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nível I e Capital Principal, e IRRBB (risco da variação das taxas de juros dos instrumentos classificados na carteira bancária). No período reportado o Badesul cumpriu com os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

e) Risco de Liquidez

Internamente, as políticas de gerenciamento de riscos contemplam o plano de contingência de liquidez. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente.

Adicionalmente, a maioria das operações de crédito do Badesul tem taxas “casadas” no ativo e no passivo decorrentes de operações de repasses.

f) Risco Socioambiental

A Resolução CMN nº 4.327 estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma política de responsabilidade socioambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental. O Badesul classifica suas operações de crédito em diferentes níveis de risco socioambiental. A classificação é feita por metodologia própria, revisada periodicamente e aprovada por meio de políticas internas.

25. Compromissos e responsabilidades

a) Coobrigações por garantias prestadas

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é nulo (R\$ 269 em 31 de dezembro de 2021).

b) Gestão de recursos de fundos de desenvolvimento do Estado do RS

O Badesul, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2022, representam o montante de R\$ 2.093.145 (R\$ 1.850.716 em 31 de dezembro de 2021). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício R\$ 2.236 (R\$ 1.469 2021).

26. Outras Informações

a) FUNDOPEM

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Restava pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal) apurado antes da modificação e publicação da referida lei, que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015.O Badesul recebeu R\$ 8.466 do referido valor.

b) Plano de Implantação Res. CMN Nº 4.966/21

A Resolução CMN Nº 4.966/21 de 25/11/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Para atendimento ao previsto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir o plano de implementação em questão de forma sucinta:

- 1ª Fase (2022/2023): recepção e análise inicial do normativo.
- 2ª Fase (2022/2023): assimilação e disseminação mais aprofundadas de conhecimento.
- 3ª Fase (2022/2023): revisar o trabalho anteriormente já realizado durante as consultas públicas.
- 4ª Fase (2022/2023): produzir o diagnóstico da situação atual.
- 5ª Fase (2023/2024): pré-implantação para elaborar os documentos finais.
- 6ª Fase (2023/2024) iniciar e concluir a implementação das adequações.

c) Resultados recorrentes/não recorrentes

Na classificação de resultados recorrentes e não recorrentes, é observada a seguinte definição:

(i) recorrentes: os resultados obtidos no desempenho das atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações de créditos, de tesouraria, captações de recursos, prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das; e

(ii) não recorrentes: são oriundos das receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	2022	2021
Resultado de atividades recorrentes	124.419	15.791
Reversão/Provisão Contingências Passivas	(22.933)	5.329
Processo Fiscal anos anteriores Pis/Cofins	(50.959)	-
Plano de demissão incentivada	(1.023)	(2.415)
Resultado de atividades não recorrentes	<u>(74.915)</u>	<u>5.329</u>
Resultado líquido	<u>49.504</u>	<u>21.120</u>

27. Eventos Subsequentes

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 24, que versa sobre eventos ocorridos entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis. Informamos a inexistência de eventos subsequentes.

28. Análise de Sensibilidade

Conforme determina a Resolução BCB nº 02/2020, artigo 35 o Badesul realizou análise de sensibilidade através do Estresse de Variáveis, com o objetivo de avaliar o efeito no resultado da Instituição no exercício, das variações nas taxas de juros e na provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD), conforme cenários elencados:

Cenários	Cenário 1	Cenário2	Cenário 3
Item Sensibilizado	Qualidade da Carteira - variação na PCLD		
Premissa	Redução 5%	Aumento 5%	Aumento 10%
Efeito no Resultado	11.382	(11.382)	(22.764)
Item Sensibilizado	Mercado -Variação SELIC		
Premissa	Aumento 5%	Redução 5%	Redução 10%
Efeito no Resultado	3.150	(3.150)	(6.300)

DIRETORIA

Jeanette Halmenschlager Lontra
Diretora-PresidenteFlavio Luiz Lammel
Diretor Vice-Presidente, acumulando a Diretoria de Operações e InovaçãoKalil Sehbe Neto
Diretor Financeiro

CONTADOR RESPONSÁVEL

Renata Freire Pinto
CRC/RS 0831833-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2022 e exercício de 2022, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todos comparativos ao exercício de 2021. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período, das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

Ana Beatriz Maia Rodrigues de Barros,
Presidente.Claudia Redin Patel,
Vice-Presidente.Antônio Guido Classmann,
Conselheiro Fiscal Efetivo.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S – e nos esclarecimentos prestados pela equipe técnica e pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2022, todos comparativos ao segundo semestre e exercício de 2021.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

Ricardo Englert,
Presidente.Luiz Fernando Rodríguez Junior,
Vice-Presidente.César Martins da Cunha,
Conselheiro.Ernani José Althaus,
Conselheiro.Flávio Antônio Ferri,
Conselheiro.Hermenegildo Fração Junior,
Conselheiro.Marta Helena Kemel Zanella,
Conselheira.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do COMITÊ DE AUDITORIA do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S – e nos esclarecimentos prestados pela equipe técnica, analisaram as Demonstrações Financeiras compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2022, todos comparativos ao segundo semestre e exercício de 2021. Após discussões e esclarecimentos pertinentes, os membros do Comitê encaminharam seu parecer ao Conselho de Administração, recomendando a aprovação das referidas Demonstrações.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2023.

Jorge Steyer
Coordenador

Adriane Laste

João Paulo Mendonça Portinho

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e aos administradores do
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Badesul Desenvolvimento S.A – Agência de Fomento/RS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas; incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Badesul Desenvolvimento S.A – Agência de Fomento/RS**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Badesul Desenvolvimento S.A – Agência de Fomento/RS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 14 "c", que "em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 mil compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. No entendimento do fisco as agências de fomento, no caso o Badesul, não poderiam apurar o PIS e a COFINS por meio do método cumulativo e sim pelo não cumulativo. Vencidas as etapas de recursos no âmbito administrativo, em abril de 2017, o Badesul ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal, tombada sob o número 5018084-59.2017.4.04.7100, com probabilidade de perda possível e estimativa de perda atualizada para R\$ 112.663 mil em 31/12/2021. Avalia-se a perda como possível visto as evidências indicarem ser o Badesul equiparado à instituição financeira desde sua criação, ou seja, desde antes da vigência da Lei Federal nº 12.715/2012, que positivou expressamente a equiparação de agências de fomento a instituições financeiras/bancos de desenvolvimento, para fins de tributação federal, tendo, portanto, o direito de recolher PIS/COFINS na sistemática cumulativa da Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, justamente por ser equiparada a instituição financeira. Em setembro de 2017 sobreveio sentença de 1º grau, que julgou integralmente procedente pedido formulado na ação anulatória c/c declaratória, anulando-se integralmente o crédito tributário por entender que as agências de fomento devem ser equiparadas a instituições financeiras. A União apelou da decisão (reexame necessário, por se tratar de ente público) e o Badesul apresentou suas contrarrazões. Na sessão de julgamento realizada em 06 de junho de 2019, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proveu parcialmente o recurso da Fazenda Nacional. Prevaleceu o voto médio do Des. Sebastião Ogê Muniz, que entendeu, como defendido pela RFB, que o Badesul estava sujeito ao regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS no período autuado, mas garantiu o direito à apuração de créditos calculados sobre despesas de obrigações por empréstimos e repasses. Em 24 de junho de 2019, o Badesul foi intimado do acórdão proferido em face do julgamento acima notificado. Tendo em vista a necessidade de esclarecimento a respeito da interpretação conferida pelos julgadores sobre as receitas financeiras auferidas pelo Badesul, foram opostos embargos de declaração até o dia 1º de julho de 2019. Após o desacatamento dos referidos embargos de declaração, o Badesul interpôs recursos especial e extraordinário, ao passo que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial. Em 16 de outubro de 2020, foi prolatada decisão monocrática pelo Min. Relator Francisco Falcão, determinando a devolução dos autos à origem para o ajuízo da publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia. Em 23 de outubro de 2020, o Badesul protocolizou pedido de distinção quanto à matéria, indeferido pelo mesmo Relator em 09 de junho de 2021. Contra tal decisão foi interposto Agravo de Instrumento, autuado em 01 de julho de 2021. Em 08 de dezembro de 2022, o Ministro Relator reviu sua decisão anterior pelo sobrestamento do feito para aguardo do julgamento do Tema 372 no Supremo Tribunal Federal, determinando o processamento do Recurso Especial. Em 22 de novembro de 2022, a Receita Federal do Brasil concluiu o processo de revisão do lançamento do crédito tributário discutido no Processo Administrativo nº 11080.733520/2013-07, para o fim de destacar a parcela que, considerado o referido voto médio, seria exigível de pronto pelo Fisco, considerando-se a inexistência, como regra, de efeito suspensivo em sede de Recurso Especial. Tal trabalho resultou na atuação do Processo Administrativo nº 11080.743.592/2022-45, para os quais foram transferidos os valores exigíveis, apurados em R\$ 50.958 mil e devidamente recolhidos em 22/12/2022, resultando no encerramento do Processo Administrativo nº 11080.743.592/2022-45, em 25/12/2022. Presentemente, o processo aguarda designação de pauta de julgamento para o Recurso Especial interposto". Nossa opinião não contém ressalva a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis. Portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Conforme mencionado e demonstrado nas Notas Explicativas nº 3 ("d" e "e") e nº 6, as operações de crédito são classificadas em níveis de risco, de acordo com o julgamento da administração, consideradas a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação as operações, aos devedores e aos garantidores, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em virtude da relevância das operações de crédito e do grau de julgamento da definição dos níveis de risco de crédito e do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como a auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações quanto ao seu nível de risco. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela administração do Badesul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética desse cálculo. Avaliamos, com base em amostragem, se o Badesul atendeu os requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, relacionados à apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, resumidamente, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3 ("f") e nº 9, o Badesul possui ativos fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros, que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela administração e aprovados por seu Conselho de Administração. Para a elaboração da projeção de resultados, a administração adota premissas baseadas no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo, e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria conduziu esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário e do Banco Central do Brasil em vigor sobre a elaboração de estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável à matéria, bem como a contextualização, as análises, as premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, estando consubstanciadas na Resolução CMN nº 4.842/2020. Com base nas evidências obtidas nos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, que são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisão para Contingências – Ações Trabalhistas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3 ("n") e nº 14, "a", o Badesul possui provisão para contingências trabalhistas cuja apuração da provisão é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que por sua vez é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As baixas ocorridas no período foram, em sua maioria, decorrentes de processos encerrados. As adições ocorridas no exercício de 2022 decorreram de novas ações impetradas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, como, por exemplo, horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação dessa provisão, os quais poderiam influenciar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas jurídicos, foram realizados procedimentos de acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes; além de reuniões para o entendimento dos critérios de mensuração e classificação das causas trabalhistas, para que deem suporte ao registro contábil dessas contingências, conforme norma contábil mencionada. Com base nas evidências obtidas nos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a provisão reconhecida e as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Badesul é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e os controles internos que determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Badesul continuar operando; pela divulgação, quando aplicável, dos assuntos relacionados com a sua continuidade operacional; e pelo uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Badesul, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Badesul são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Badesul;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Badesul. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Badesul a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria; inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou o regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, pois as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 16 de fevereiro de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SPRoger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável TécnicoJorge Luiz Menezes Cereja
Contador CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

Porto Alegre, março de 2023 - A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") anuncia hoje os seus resultados referentes ao quarto trimestre de 2022 ("4T22") e ao exercício de 2022 ("2022"). As demonstrações ao longo deste relatório não são relativas ao quarto trimestre de 2021 ("4T21") e ao exercício de 2021 ("2021"), exceto quando especificadas de outra forma. Todas as informações são apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") e com métricas ajustadas nos auditores de EBITDA para possibilitar a adequada comparabilidade entre períodos, exceto quando especificadas de outra forma. Para as demonstrações contábeis auditadas, consulte os anexos deste documento. Todos os dados financeiros não contábeis ou derivados de números não contábeis não foram examinados pelos auditores independentes.

DESTAQUES FINANCEIROS	
RECEITA LÍQUIDA DE ÁGUA E ESGOTO	EBITDA AJUSTADO
2022 - R\$ 1.541,5 mil vs. 2021 - R\$ 1.541,5 mil	2022 - R\$ 1.132,3 mil vs. 2021 - R\$ 1.132,3 mil
4T22 - R\$ 367,7 mil vs. 4T21 - R\$ 367,7 mil	4T22 - R\$ 306,1 mil vs. 4T21 - R\$ 306,1 mil
CAPEX	ALAVANÇAGEM 4T22
2022 - R\$ 784 mil vs. 2021 - R\$ 784 mil	Financiária - 0,40x - Dívida Líq. / EBITDA Ajust. Total - 1,29x - Dívida Líq. e outras / EBITDA Ajust.
LUCRO LÍQUIDO	
2022 - R\$ 784 mil vs. 2021 - R\$ 784 mil	
4T22 - R\$ 241 mil vs. 4T21 - R\$ 241 mil	
DESTAQUES OPERACIONAIS	
NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO	NÚMERO DE ECONOMIAS
4T22 - 87,1% água, 80,7% esgoto	4T22 - 3,2 milhões água, 514 mil esgoto
PERDAS DE ÁGUA	VOLUME FATURADO
2022 - 13,1% (R\$ 324 milhões)	2022 - 317 milhões m³ água, 54 milhões m³ esgoto
EXTENSÃO DA REDE	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
4T22 - 29 mil km água, 5 mil km esgoto	2022 - 0,70 kWh/m³ água prod., 0,43 kWh/m³ esgoto trat.
ESTACIONES DE TRATAMENTO ATIVAS	AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS
4T22 - 166 Águas (ETAs), 85 esgoto (ETEs)	4T22 - 18 pontos 4.0, 1 ETA 4.0
IDADE DO PARQUE DE HIDRÔMETROS	% ECONOMIAS GEOREFERENCIADAS
4T22 - 2,8 anos	4T22 - 85%
OUTROS DESTAQUES	
VALIDAÇÃO DA BASE DE ATIVOS - ÁGERS	AVANÇO DO SOLTUAT
+ provisão de ativos + segurança regulatória	Início da cobrança por disponibilidade do serviço de solução individual em onze municípios
PIX COMO MEIO DE PAGAMENTO	100% DE CANAIS DIGITAIS
+ opções de cancelamento + custos de transação	17 empresas do saneamento do Brasil a digitalizar todos os serviços ao cliente
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	REVISÃO CADASTRAL
+ 50 mil pessoas impactadas em 2022	+ 44 mil economias em 2022
AVANÇO DO PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA	EXPANSÃO DO PROGRAMA ÁGUA, VIDA E CIDADANIA
+ segurança de abastecimento de água + expansão ao risco de eventos extremos	+ 3,5 mil ligações de água cadastradas em 2022 + qualidade de vida e segurança para a população + perda comunitária de água
PREMIAÇÃO RECORDE NO PNQS 2022	QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO EM 2022
6 Troféus Quim Quim 1 Troféu Quim Bronze 2 Cases premiados (Gestão de Ativos e Eficiência Operacional)	+ 45 Unidades Inteligentes + 254 telas de autogerenciamento - tempo médio de atendimento presencial: 0,6 dia

PANORAMA DA DESATILIZAÇÃO

- 12/01 - Anúncio da nova modelagem de desatilação: alteração integral de ações através de laudo
- 30/01 - Abertura da sala virtual de informações: início das diligências de interessados
- 01/02 - Realização da Audiência Pública do Laudo
- 20/02 - Realização da Sessão Pública de Laudo no B3: Consórcio Ágeas apresenta proposta vencedora no valor total de R\$ 4,1 bilhões
- 30/02 - Homologação do Resultado do Laudo

PNQS

- 23/01 - Aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
- TBC - Etapa final: Assinatura do contrato de compra e venda, liquidação financeira e transferência das ações

*Pendente do levantamento das medidas judiciais que impedem a assinatura do contrato

PANORAMA DOS CONTRATOS COM MUNICÍPIOS

317 municípios

6,4 milhões de pessoas atendidas

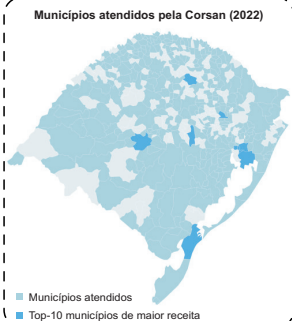
307 contratos válidos (97% receita 2022)

107 contratos expirados/roubo (2% receita 2022)

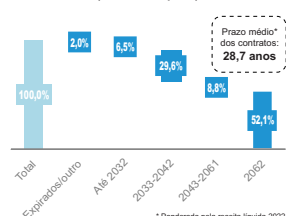
199 contratos aditivos (82% receita)

77 extensões de prazo até 2025 (51% receita 2022)

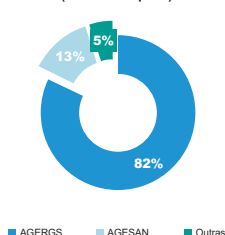
32 adequações às metas do NIS (11% receita 2022)



Vencimentos de contratos regulados (% receita líquida)



Agências reguladoras (% receita líquida)



Município	% Receita	Vencimento do Contrato	Agência Reguladora	NUA**	NUE**
Camões	6,1%	2062	AGERGS	100,0%	54,8%
Santa Maria	4,6%	2062	AGERGS	100,0%	66,3%
Passo Fundo	3,7%	2062	AGERGS	100,0%	43,3%
Gravataí	3,5%	2062	AGERGS	100,0%	45,1%
Rio Grande	3,2%	2062	AGERGS	100,0%	33,3%
Alvorada	2,7%	2062	AGERGS	100,0%	37,7%
Viamão	2,5%	2062	AGERGS	99,4%	7,1%
Cachoeirinha	2,4%	2062	AGERGS	100,0%	88,4%
Benito Gonçalves	2,0%	2062	AGERGS	100,0%	6,6%
Santa Cruz do Sul	2,0%	2054	AGERST	100,0%	25,2%
Top 10 municípios	32,3%				
Repetição do Sul	1,8%	2055	AGESAN	100,0%	18,1%
Capão da Canoa	1,6%	2031	AGESAN	100,0%	62,3%
Erechim	1,5%	Anulado	AGER	100,0%	0,0%
Itaí	1,4%	2062	AGERGS	100,0%	25,7%
Guaiíba	1,4%	2057	AGESAN	100,0%	31,1%
Santa Rosa	1,3%	2062	AGERGS	100,0%	40,8%
Ligação	1,3%	2033	AGERGS	100,0%	2,4%
Estão	1,3%	2062	AGERGS	100,0%	54,1%
Santo Ângelo	1,3%	2055	AGERGS	100,0%	32,1%
Cachoeira do Sul	1,3%	2038	AGERGS	100,0%	43,5%
11º ao 20º municípios	14,2%				
21º ao 100º municípios	38,2%				
Outros 217 municípios	13,1%				
Contratos não regulados	1,1%				

* Considera os efeitos dos aditivos contratuais assinados até 16 de dezembro de 2021.

** Nível de Universalização de Águas: população urbana atendida com sistema abastecimento de água dividido pelo total da população urbana residente segundo dados do IBGE.

** Nível de Universalização de Esgoto: população urbana atendida com sistema de esgotamento dividido pelo total da população urbana residente segundo dados do IBGE.

** Consórcio em 2 municípios com contratos em andamento para tratamento de efluentes industriais nos municípios gaúchos de Triunfo e Gravataí.

ENFATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 marcou o início de uma nova fase na história da Corsan, com destaque para o desfecho de sua desatilação. Criada desde 1880/2002, data em que se anunciou a decisão do Governo do RS pela alienação do seu controle acionário, a privatização foi definida em Sessão de Laudo realizada no B3, em 20/12/2022, com a vitória do Consórcio Ágeas pelo valor de R\$ 4,1 bilhões.

Esse também foi um ano de expressivos resultados para o negócio da Companhia, com a entrega de um EBITDA ajustado inédito, de R\$ 1,132 bilhão (+35,5% ante 2021), e lucro líquido também recorde, de R\$ 784 milhões (+125,5% ante 2021). Apesar dos avanços na agenda de otimização das operações, os números devem ser analisados com cautela. Em adição aos reajustes tarifários aplicados em julho de 2022 e do crescimento de 2,4% do volume faturado, fomos positivamente impactados pela economia de eventos externos pontuais. No lado dos custos e despesas, verificamos a redução dos gastos com energia elétrica, decorrente da renegociação da bandeira tarifária de escassez hídrica e da redução dos encargos incobertos. Observamos, ainda, um menor nível de indenizações pagas frente às providências preventivamente constituídas, com efeitos positivos relevantes sobre o resultado deste exercício.

Em relação às operações, crescemos em 5,6% o número de economias totais atendidas, alcançando 3,8 milhões em 2022. Ante o exercício anterior, foram 159 mil novas economias de água (+5,2%) e 40 mil novas economias de esgoto (+7,6%), fruto dos esforços da Companhia no recadastramento e regularização de usuários, bem como da expansão dos serviços de coleta e tratamento de esgoto.



O Presidente Roberto Barulho discursou na Sessão de Laudo da Companhia, na sede do B3. O Consórcio Ágeas fez a proposta vencedora e será o novo controlador da Companhia após a liquidação da operação, prevista para 2023. (Foto: Itamar Aguiar/Palácio Piratini)

Também houve avanço relevante na frente de obras, representado pela maior execução, em termos nominais, de investimentos (CAPEX) da história da Corsan. Nos últimos 12 meses, foram investidos um total de R\$ 643 milhões, sendo 40% em sistemas de água, 39% em sistemas de esgoto e 21% em outros investimentos. Tal investimento está expresso no avanço de obras estratégicas, como a duplicação das ETEs Lorena (Santa Maria) e Mato Grande (Camões), e a construção da nova ETA de Santa Cruz do Sul. Apesar dos resultados, reconhecemos que a expansão dos serviços que, até 2023, ainda constitui um desafio para a Corsan, diante da complexidade e do custo dos investimentos expressos no Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020). Em 31/12/2022, a cobertura de abastecimento de água da Corsan era de 87,1%, enquanto a cobertura de coleta e tratamento de esgoto registrava apenas 24,7%.

Com o objetivo de transformar essa realidade e cumprir com a legislação vigente é que o Governo do RS empreendeu ações pela desatilação da Corsan. O Consórcio Ágeas, futuro controlador da Corsan, é formado pela Ágeas Saneamento e Participações S.A., em associação com fundos de investimento geridos por Páris e Kinna. No momento desta divulgação de resultados, a Companhia aguarda a liquidação da operação, pendente de análises pelo Poder Judiciário e órgãos competentes de medidas de caráter liminar. A Ágeas opera em áreas de concessão relevantes a nível nacional, sendo a maior delas o Bloco 4 do Rio de Janeiro.

A nova composição acionária oferecerá melhores condições para que a Corsan siga evoluindo na prestação dos seus serviços. Com ela, avançaremos dos atuais 20% de cobertura de esgoto para pelo menos 90% até 2033, o que produzirá efeitos transformadores sobre os indicadores de saúde, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico e social em todo o RS. Como já analisaram os futuros acionistas, a decisão será manter o atual quadro da Companhia, cumprindo com os compromissos oriundos da Legislação, do acordo coletivo vigente e dos contratos de trabalho.

Nessa nova etapa, reforçamos nosso compromisso de buscar a evolução contínua, com respeito aos cidadãos gaúchos, aos consumidores, às partes interessadas e à sociedade em geral.

Administração

DESTAQUES FINANCEIROS

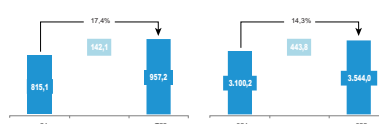
(R\$ mil)	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Receita Operacional Líquida, ex. construção	957.225	815.100	17,4%	3.541.960	3.100.188	14,3%
Receita da Água	1.509.337	862.481	17,0%	3.740.671	3.281.127	14,0%
Receita de Esgoto	86.967	69.170	25,7%	316.162	290.826	21,3%
Deduções da Receita	(139.069)	(116.551)	19,3%	(512.873)	(441.785)	16,1%
EBITDA	328.229	146.294	124,4%	1.113.847	676.939	64,5%
Margem EBITDA	34,0%	18,0%	14,0 p.p.	31,6%	22,2%	9,4 p.p.
EBITDA Ajustado	625.576	192.699	225,1%	2.118.937	825.717	158,5%
Margem EBITDA Ajustado	34,0%	23,6%	10,4 p.p.	31,6%	26,6%	5,0 p.p.
EBIT	277.741	83.038	234,5%	920.266	480.516	91,5%
Margem EBIT	23,7%	11,1%	12,6 p.p.	23,2%	14,1%	9,2 p.p.
Resultado financeiro	(20.949)	(44.956)	-53,4%	(69.379)	(162.268)	-57,2%
Lucro Líquido	240.869	36.390	561,7%	793.819	355.469	126,5%
Margem líquida	22,2%	4,0%	18,4 p.p.	20,1%	10,3%	9,8 p.p.

RECEITA LÍQUIDA
No 4T22, a Receita Operacional Líquida* atingiu R\$ 957,2 milhões, um aumento de 17,4% em relação ao 4T21. Justificam essa variação os reajustes tarifários aplicados a partir de 1º de julho de 2022, bem como a aplicação da parcela diferida em 2021 para os municípios regulados pela AGERGS.

Em 2022, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 3.544 milhões, um aumento de 14,3% em relação a 2021. Tal variação é explicada pelos mesmos reajustes tarifários que impactaram a variação trimestral.

* Receita operacional líquida, registrada nas Demonstrações Financeiras, Nota Explicativa nº 28, deduzidas as receitas de construção com margem inferior a 2% e sem efeito caixa, no montante de R\$ 310,5 milhões em 2021 e R\$ 404,2 milhões em 2022.

Evolução da Receita Líquida (R\$ milhões)

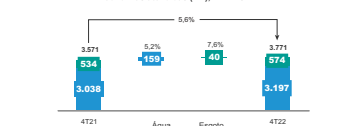


ECONOMIAS*

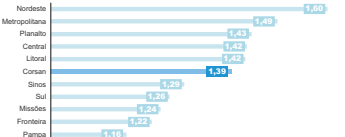
No 4T22, o número de economias atingiu 3,8 milhões, um aumento de 5,6% em relação ao 4T21. O número de economias atendidas com água apresentou um aumento de 5,2%, atingindo a marca de 3,2 milhões. As economias atendidas com coleta e tratamento de esgoto cresceram 7,6%, atingindo 574 mil - refletido no investimento e esforços para expansão da rede.

Em 4T22, a média de economias de água por ligação foi de 1,39. As regiões Nordeste, Metropolitana, Planalto, Central e Litoral apresentaram resultado acima da média geral da Corsan, refletindo um maior adensamento e uma maior presença de condomínios urbanos.

Economias atendidas (mil), 4T22 vs. 4T21



Média de economias por ligação (água), 4T22



Continua



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

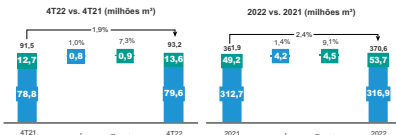
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

* Economias: imóvel cadastrado de uma única ocupação, ou subdivisão cadastrada de um imóvel, com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável e/ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação, dotado de instalação privativa ou comum, para uso dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. São consideradas economias ativas e suspensas.

VOLUME FATURADO

No 4T22, o volume faturado total registrou 93,2 milhões de m³, aumento de 1,9% em relação ao mesmo período de 2021. O volume faturado de água apresentou uma variação de +1,9%, enquanto o volume faturado de esgoto apresentou crescimento de 7,3% em comparação ao 4T21 – refletindo novamente a ampliação da cobertura nos municípios atendidos pela Corsan.

O volume faturado cresceu 2,4% em 2022, tendo o volume de água variado +1,4%, e o volume de esgoto +9,1%. Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto.



Volume faturado por categoria



SAZONALIDADE

A sazonalidade histórica do Volume Faturado Total da Corsan pode ser observada no quadro abaixo, no qual está demonstrada a distribuição do consumo dos serviços de água e esgoto pelos usuários ao longo dos trimestres. Como observado, os 1ºs trimestres têm maior representatividade no volume consumido anual.

Ano	1º	2º	3º	4º	12M
2020	27,5%	23,8%	23,3%	25,4%	100,0%
2021	26,8%	24,4%	23,6%	25,2%	100,0%
2022	27,4%	23,4%	24,1%	25,1%	100,0%
Média	27,2%	23,9%	23,7%	25,3%	100,0%

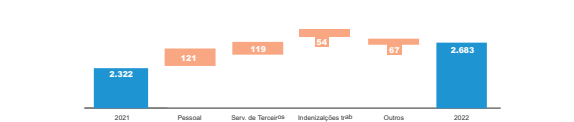
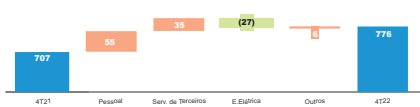
CUSTOS E DESPESAS

No 4T22, os custos e despesas, descontados as depreciações e amortizações, as provisões e os custos de construção, totalizaram R\$ 775,3 milhões, um crescimento de 9,7% na comparação com o 4T21. A variação total da comparação trimestral, no orden de R\$ 68,5 milhões, é explicada principalmente pelos aumentos nas linhas de custos e despesas com pessoal (+R\$ 54,8 milhões, +17,2%) e serviços de terceiros (+R\$ 34,7 milhões, +32,2%). Em contrapartida, houve redução nos gastos com energia elétrica da ordem de R\$ 26,8 milhões (-29,4%).

Em 2022, os custos e despesas, descontados as depreciações e amortizações, as provisões e os custos de construção, totalizaram R\$ 2.682,6 milhões, o que representa um aumento de 16,5% na comparação com o mesmo período de 2021. As principais linhas que justificam a variação anual total de R\$ 360,3 milhões são as de custos e despesas com pessoal (+R\$ 120,6 milhões, +11,3%), serviços de terceiros (+R\$ 118,5 milhões, +29,9%) e indenizações trabalhistas (+R\$ 53,8 milhões, +33,3%). Na tabela* a seguir estão detalhadas as variações das linhas de custos e despesas entre os trimestres e o exercício acumulado.

(R\$ mil)	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Pessoal	373.564	318.681	17,2%	1.186.587	1.066.033	11,3%
Serviços de terceiros	142.816	107.913	32,2%	516.489	396.944	29,9%
Energia elétrica	64.404	91.181	-29,4%	213.241	340.370	-36,2%
Indenizações trabalhistas	65.643	48.444	35,5%	215.570	161.770	33,3%
Gerais	58.822	76.400	-23,0%	161.862	153.602	5,4%
Materiais de tratamento	38.289	29.332	30,0%	122.553	77.879	57,4%
PPP - RPPA	18.332	12.744	43,8%	74.990	43.764	71,4%
Ouros materiais	14.771	16.433	-10,1%	65.643	56.562	16,1%
Ouros custos e despesas	9.446	6.264	50,8%	26.640	25.122	6,0%
Subtotal	775.867	707.292	9,7%	2.682.579	2.322.247	15,5%
Custos de construção	119.634	100.488	19,0%	397.423	305.363	29,8%
Depreciações e amortizações	50.488	63.257	-20,2%	193.641	196.423	-1,4%
Provisões (reversões de provisões)	(69.805)	(11.341)	515,0%	23.280	173.255	-86,6%
Total	876.264	859.796	1,9%	3.296.919	2.997.888	10,0%

* Refere-se às informações da Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras ("Custos, Despesas e Outras Receitas"). Nesta apresentação, optou-se por uma abertura mais analítica, e se excluiu os valores de Outras Receitas Operacionais.



Pessoal e indenizações trabalhistas:

No 4T22, os custos e despesas com pessoal, excluindo as indenizações trabalhistas, totalizaram R\$ 373,6 milhões – aumento de R\$ 54,9 milhões (+17,2%) ante o 4T21. Essa variação decorre principalmente das reversões dos acréscimos orçamentários em 2022, que produziram aumentos de remuneração e de benefícios aos empregados.

No exercício de 2022, os custos e despesas com pessoal foram de R\$ 1.186,6 milhões, excluindo as indenizações trabalhistas, o que representa um acréscimo de R\$ 120,6 milhões (+11,3%) em relação ao exercício de 2021. A variação é também explicada, em maior medida, pelos efeitos dos acordos coletivos na folha de pagamentos. A Companhia encerrou 2022 com 5.615 colaboradores, um decréscimo de 1,9% em relação a 2021.

As indenizações trabalhistas somaram R\$ 53,8 milhões no 4T22, ante R\$ 48,4 milhões no 4T21 (+14,9%). Esse aumento no período é atribuído principalmente à maior celeridade na conclusão de processos que tramitam na Justiça do Trabalho.

No exercício de 2022, as indenizações trabalhistas foram de R\$ 215,6 milhões – aumento de R\$ 53,8 milhões (+33,3%) em relação ao exercício de 2021, justificando principalmente pelo mesmo motivo exposto anteriormente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava no polo passivo em um total de 1.601 processos judiciais de natureza trabalhista (1.721 processos da mesma natureza em 31 de dezembro de 2021).

Serviços de Terceiros:

No 4T22, os custos e despesas com serviços de terceiros, excluindo os custos com a PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, totalizaram R\$ 142,8 milhões ante R\$ 107,9 milhões no 4T21 (+32,2%). A explicação para esse aumento reside nos maiores gastos com serviços técnicos profissionais, serviços de apoio operacional e serviços de conservação e manutenção.

Os custos e despesas com serviços de terceiros, excluindo os custos com a PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, foram de R\$ 515,5 milhões no exercício de 2022 e de R\$ 396,9 milhões em 2021 (+30,9%).

Essa variação anual contra ante o 4T21 pode ser explicada pelo aumento de gastos com serviços técnicos profissionais (R\$ 53,6 milhões, ou 75% vs. 2021) e se justifica por (1) ações comerciais e de fidelidade de redução de inadimplência, como cadastramento e cobrança ativa de clientes devedores, e melhorias dos canais de atendimento, inclusive call-center; (2) entregas estatísticas relacionadas à investigação e ao plano de otimização da Companhia; Verificou-se ainda aumento relevante nos serviços de apoio operacional (aumento de R\$ 42,0 milhões, ou +29%). Por fim, variação relevante também foi registrada nos gastos de cariminhos pipa, com crescimento de R\$ 7,3 milhões, ou +138% ante 2021, resultado da expansão técnica verificada, principalmente, em municípios da serra gaúcha.

Energia

Os gastos com energia elétrica totalizaram R\$ 64,4 milhões no 4T22, uma redução de 29,4% em relação ao 4T21. Isso é explicado, em parte, pelo retorno à bandeira tarifária "verde", em oposição à bandeira "vermelha" que vigorava em 4T21. Em adição, houve redução na cobrança de ICMS sobre energia – de 30% em 2021 para 17% a partir de julho/2022 com incidência em apenas 70% da tarifa total.

Em 2022, o total gasto com energia elétrica foi de R\$ 313,2 milhões ante R\$ 340,5 milhões registrados em 2021 – o que significa uma redução de 8% explicada pelos motivos expostos anteriormente.

Gerais

Os custos e despesas gerais totalizaram R\$ 58,8 milhões no 4T22 ante R\$ 76,4 milhões no 4T21 (-23,0%). Essa redução se justifica pelos Custos de Concessão de natureza não recorrente verificados no 4T21 relacionados aos ativos contratuais assinados com os municípios de Canoas e de Viçosa no valor total de R\$ 49,3 milhões.

No 4T22, foi contestada a perda de processo judicial que questionava a incidência da PFAEP e CDFIN sobre as receitas financeiras, impactando a linha de custos e despesas gerais em R\$ 22,8 milhões no 4T22. Esse processo judicial, que era considerado de perda provável, esteve suspenso por provisão, que foi revertida no 4T22. Portanto, o efeito líquido da perda no resultado do período é nulo.

Excluindo esses dois eventos citados, os custos e despesas gerais totalizaram R\$ 36,0 milhões no 4T22, aumento de 32,9% em relação ao 4T21. Esse aumento é justificado principalmente pelos maiores gastos com Fundo Municipal de Gestão Compartilhada (FMGC) a pelo maior nível de indenizações, de cunho não trabalhista, pagas a terceiros. Em 2022, os custos e despesas gerais totalizaram R\$ 161,8 milhões – aumento de 5,4% em relação a 2021, explicado principalmente pelos maiores gastos com FMGC e pelas baixas de títulos a receber incobráveis contidas em 2022.

Materiais de tratamento

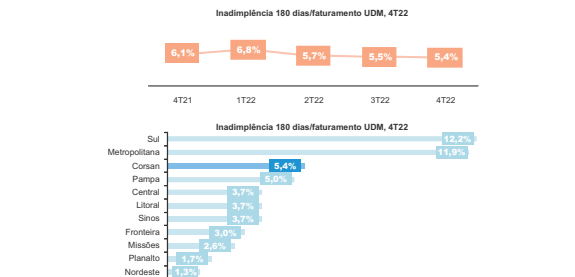
No 4T22, os gastos com materiais de tratamento de água e esgoto somaram R\$ 38,3 milhões, aumento de 30,9% na comparação com o 4T21. Esse aumento é explicado em larga medida pela elevação de preços no mercado utilizado para produção de sulfato de alumínio, principal produto empregado no tratamento de água e que é produzido pela Companhia. Balcou-se minimizar esse impacto com a adoção de outros materiais de tratamento de água, notadamente o polímero de alumínio (PAC).

Na comparação anual, observou-se aumento de 57,4%, totalizando R\$ 122,5 milhões em gastos com materiais de tratamento de água e esgoto, igualmente explicado pelos motivos expostos anteriormente.

INADIMPLÊNCIA

A Corsan acompanha, como principal indicador de inadimplência estrutural do negócio, a representatividade dos títulos com atraso acima de 180 dias após o vencimento, dividido pelo faturamento nos últimos 12 meses. Temos como objetivo a redução desse índice através da prestação de um serviço de qualidade, de uma comunicação clara e transparente com os clientes, e do oferecimento de formas diferenciadas para quitação de pendências.

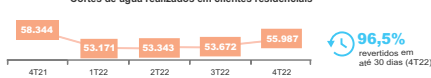
No 4T22, a inadimplência 180 dias foi de 5,4%, com maiores índices nas superintendências regionais Sul e Metropolitana. A redução se deve pela baixa taxa de títulos incobráveis e por ações de cobrança ativa de clientes inadimplentes.



SUSPENSÃO DO ABASTECIMENTO

O corte do abastecimento de água é um dos instrumentos utilizados para controle da inadimplência. No 4T22, o número de ligações cortadas foi de 55.987, queda de 4,0% em relação ao 4T21.

Cortes de água realizados em clientes residenciais



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

No 4T22, o EBITDA foi de R\$ 328,2 milhões, um aumento de 124,4% contra 4T21. Esse aumento é devido, principalmente ao: (i) aumento da receita líquida relacionada aos reajustes tarifários aplicados a partir de 01/07/2022, que conseguiu compensar a elevação dos custos e despesas; e (ii) menor impacto líquido resultante das indenizações pagas, provisões adicionais e reversões relacionadas ao passivo contingente. A Margem EBITDA, medida a partir da divisão do EBITDA pela receita líquida, atingiu 34,0% ante 26,0% no 4T21.

Em 2022, o EBITDA foi de R\$ 1.113,8 milhões, um aumento de 64,0% na comparação com 2021 – largamente explicado pelos motivos anteriormente elencados. A Margem EBITDA atingiu 28,2% em relação de 24,4 p.p. em 2021.

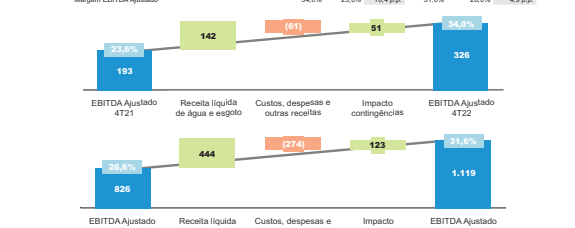
O EBITDA Ajustado foi consultado pela Companhia com a intenção de permitir uma melhor interpretação do desempenho operacional, modelo de negócio e conversão de caixa. A métrica busca eliminar efeitos de receitas e despesas não recorrentes, assim como ajustar o resultado da margem de construção (diferença entre as receitas e os custos de construção).

No 4T22, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 325,8 milhões, crescimento de 69,0% frente ao 4T21, explicada em larga medida pelos mesmos motivos que influenciaram o EBITDA. A Margem EBITDA Ajustada, obtida a partir da divisão do EBITDA ajustado pela receita líquida (excluando as receitas de construção), atingiu 34,0% – aumento de 10,4 p.p. em relação ao 4T21.

Em 2022, o EBITDA Ajustado registrou R\$ 1.118,8 milhões ante R\$ 825,7 milhões em 2021, aumento de 35,0%, o que é igualmente explicado pelos motivos expostos anteriormente. A Margem EBITDA Ajustada em 2022 foi de 21,0%, aumento de 4,9 p.p. na comparação com 2021.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, demonstrando quais os itens foram excluídos e adicionados.

(R\$ mil)	4T22	4T21	Δ (%)	2022	2021	Δ (%)
Lucro líquido do período	248.810	36.391	561,1%	793.819	359.469	120,6%
AJUSTES POR DEFINIÇÃO						
(+) Resultado financeiro líquido	20.949	44.955	-53,4%	69.379	162.268	-57,2%
(-) CBLL	15.984	1.692	844,1%	57.008	(32.221)	N/A
(-) Depreciações e amortizações	50.488	63.256	-20,2%	193.641	196.423	-1,4%
EBITDA	328.231	146.294	124,4%	1.113.847	676.939	64,0%
Margem EBITDA	33,4%	16,0%	10,6 p.p.	28,2%	13,6%	8,6 p.p.
AJUSTES DA ADMINISTRAÇÃO						
(+) Efeitos não recorrentes	(859)	47.902	N/A	11.771	153.311	-92,3%
Reversão de PDD	(1.547)	N/A	N/A	(13.170)	N/A	N/A
Baixa de contas a receber incobráveis	1.092	N/A	N/A	24.941	N/A	N/A
Provisões adicionais - passivo trabalhista	N/A	N/A	N/A	N/A	102.133	N/A
Variações da imutabilidade tributária	(1.399)	N/A	N/A	N/A	(8.945)	N/A
Espediente do precatório da União	N/A	N/A	N/A	N/A	10.822	N/A
Custos de concessão extraordinários	48.301	N/A	N/A	48.301	N/A	N/A
(-) Margem de construção	(1.809)	(7.497)	30,3%	(6.787)	(4.533)	40,9%
Receitas de construção	(121.434)	(101.865)	19,1%	(404.204)	(310.496)	30,2%
Custos de construção	119.634	100.488	19,0%	397.423	305.363	29,8%
EBITDA Ajustado	325.816	138.699	135,4%	1.118.837	825.717	35,0%
Margem EBITDA Ajustado	34,0%	23,6%	10,4 p.p.	31,6%	26,6%	4,9 p.p.



Ajustes realizados

As adições e exclusões, bem como os motivos que as justificam, são os seguintes:

Em 4T22, foi registrada uma baixa de títulos incobráveis de R\$ 1,1 milhão a partir da revisão nas contas a receber de clientes. A atualização do seu saldo ensejou uma reversão de PDD da ordem de R\$ 1,5 milhão com efeito positivo no resultado. Essa baixa reduziu extraordinária e não recorrente desse evento foi revertida, os efeitos foram excluídos. Em 2022, esses mesmos efeitos são, respectivamente, R\$ 24,9 milhões e R\$ 13,2 milhões.

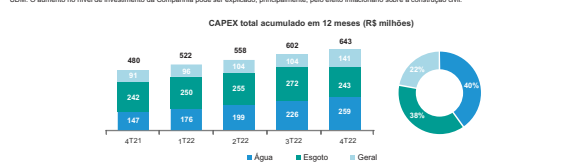
O valor considerado como "Provisões adicionais - passivo trabalhista" representa esforços internos para aprimoramento do provisionamento relacionado ao conteúdo trabalhista. Os trabalhos consistem em minuciosa revisão dos processos de natureza trabalhista e que a Companhia responde – não tendo havido alteração no critério de provisionamento. A revisão foi executada em 2021 com estabelecimento de um projeto específico da área jurídica, e, pela sua natureza extraordinária, a Companhia entende que os R\$ 102,1 milhões relacionados aos impactos desse projeto devem ser excluídos da análise de desempenho – a fim de se obter melhor comparabilidade entre os resultados dos exercícios.

As variações relacionadas ao orçário da imutabilidade tributária sobre impostos federais tiveram impacto negativo de R\$ 1,4 milhões no 4T21 e R\$ 8,9 milhões em 2021 – assim como a exploração de precatório da União impactando negativamente em R\$ 10,8 milhões em 2021. Por estarem relacionadas a eventos não recorrentes, esses efeitos foram excluídos.

Os custos de concessão extraordinários, que somaram R\$ 48,3 milhões no 4T21, estão relacionados a compromissos firmados com os municípios de Canoas e Viçosa previstos nos ativos contratuais assinados em dezembro de 2021. Pela natureza não recorrente, tal valor foi removido do 4T21 e 2021.

CAPEX

No período acumulado de 12 meses findos em 31/12/2022, a Companhia realizou R\$ 642,6 milhões em investimentos, um aumento de R\$ 162,3 milhões em comparação com 4T21 UDM. O aumento no nível de investimento da Companhia pode ser explicado, principalmente, pelo efeito inflacionário sobre a construção civil.



UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Lei Federal 14.026 de 15 de julho de 2020 (Novo Marco do Saneamento) introduziu novas regras para o setor com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso da população aos serviços de saneamento básico. Para tanto, a Lei determinou que municípios e Companhias de saneamento atingissem 99% de cobertura para o abastecimento de água e 90% para a coleta e tratamento de esgoto até 2030. Em 4T22, o nível de universalização de serviços da Corsan é de 90,0% para o abastecimento de água e 20,7% para a coleta e tratamento de esgoto.

Apesar do aumento constante no nível de investimentos, a Companhia ainda permanece distante do patamar requerido para assegurar a universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, em que se estima investimentos anuais superiores a R\$ 1,2 bilhão até 2033.

Nível de Universalização de Esgoto* - Corsan



* Nível de Universalização de Esgoto: população urbana atendida com sistema de esgotamento dividido pela total da população urbana residente segundo dados do IBGE.

Continua


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022
OBRAS DE EXPANSÃO

A Corsan realiza investimentos para a expansão dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Abaixo, algumas das obras estratégicas que avançaram ou foram concluídas no exercício de 2022.



Nova ETA de Santa Cruz do Sul

Projeto com vazão nominal de 800 L/s, reservatório de 3.000m³ e desaguamento mecanizado do todo. Previsto de conclusão: 2024.



Emissário de Esgoto Tratado (São Borja)

Finalização do EET da Estação de Tratamento de Esgoto de São Borja.



Tanque de Lodo da ETA Aceguá

Sistema de desaguamento de todo da Estação de Tratamento de Água no município de Aceguá.



Duplicação da ETE Lorenzetti (Santa Maria)

Projeto com vazão nominal para tratar outros 520L/s do esgoto coletado no município. Previsto de conclusão: 2023.



Nova ETE de Pedras Altas

Nova Estação de Tratamento de Esgoto foi entregue pela Diretoria de Expansão em setembro de 2022.

ENDIVIDAMENTO

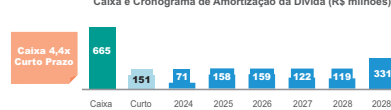
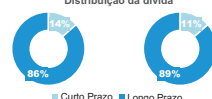
A Dívida Bruta Financeira, que soma os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, atingiu R\$ 1,1 bilhão no 4T22, praticamente sem variação em relação ao encerramento de 2021. O saldo de Caixa e Equivalentes sofreu, em 31/12/2022, R\$ 665,1 milhões, apresentando queda de R\$ 13,9 milhões ante 2021. A Dívida líquida, portanto, registrou R\$ 445,2 milhões em 31/12/2022 ante R\$ 479,4 milhões em 2021.

Por entendermos que a natureza do passivo da Companhia não é de origem meramente financeira, criamos o indicador Alavancagem Total, que inclui dívidas não financeiras e reflete de modo mais realista a situação das obrigações da Companhia. O indicador, medido pelo índice Dívida Líquida e Outras Dividas/EBITDA Ajustado UDM, registrou 1,20x em 31/12/2022, menor do que os 2,07x registrados em 2021 devido, principalmente, à elevação do EBITDA Ajustado e da redução das provisões para riscos tributários civis, ambientais e trabalhistas e da provisão para benefício pós-emprego: plano de benefício definido.

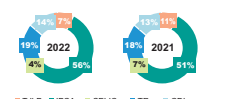
Por fim, a Alavancagem Financeira da Companhia, medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado UDM ficou em 0,40x em 31/12/2022, ante o registrado no fechamento do exercício anterior, de 0,57x. A diminuição no índice se deve, sobretudo, à elevação do EBITDA Ajustado UDM.

(R\$ mil)	2022	2021	(%)
Dívida líquida e outras dívidas	1.440.817	1.710.072	-15,7%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(665.124)	(678.979)	-2,0%
(+) Empréstimos e financiamentos - C	99.845	114.427	-16,4%
(+) Debêntures - C	99.380	13.889	208,4%
(+) Empréstimos e financiamentos - NC	347.787	406.719	-14,5%
(+) Debêntures - NC	611.524	617.350	-0,9%
(+) Dividendos e juros sobre o capital próprio	71.161	83.207	-14,5%
(-) Provisões a receber - C	-	(128.148)	N/A
(-) Provisões a receber - NC	(344.176)	(209.308)	64,4%
(+) Provisões para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas	619.565	718.801	-13,8%
(+) Provisão para benefício pós-emprego: plano de benefício definido	440.782	527.920	-16,5%
(+) Provisão para benefícios pós-emprego: sistema de assistência IPH-SAÚDE	208.273	222.042	-9,1%
(-) Encargamento de imposto e contribuições	15.140	N/A	N/A
EBITDA Ajustado UDM	1.118.837	825.717	35,6%
Dívida Líquida e Outras Dividas / EBITDA Ajustado UDM	1,20x	2,07x	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado UDM	0,40x	0,57x	

No período encerrado em 4T22, a dívida de curto prazo representou 13,6% da dívida total e 22,7% do saldo de caixa e equivalentes, como demonstramos a seguir:

Caixa e Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)

Distribuição da dívida


Atualmente, a dívida financeira da Corsan está atrelada majoritariamente ao IPCA. O aumento da participação do indexador é característico das linhas de financiamento das Debêntures e BNDES contratadas pela Companhia no período. Os gráficos a seguir apresentam a composição da dívida bruta por indexador:


Perfil do endividamento


A tabela a seguir apresenta as cláusulas mais restritivas a que a Companhia esteve submetida em 4T22. Neste trimestre, todos os covenants de contratos de empréstimo e financiamento foram cumpridos pela Corsan.

Cláusula restritiva (covenant)	Índice	Valor
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total (ICSD) = EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida	Índice	Índice
Dívida Líquida + Outras Dividas / EBITDA	Índice	Índice
Dívida Líquida / EBITDA	Índice	Índice
Dívida Financeira sobre EBITDA	Índice	Índice
Dívida Financeira Ajusta sobre EBITDA	Índice	Índice
Cobertura do Serviço da Dívida Prospectiva	Índice	Índice

RESULTADO FINANCEIRO

No 4T22, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 20,9 milhões ante uma despesa de R\$ 45,0 milhões em 4T21. A variação deveu-se pela redução das despesas financeiras, que por sua vez originou de um menor nível de variações monetárias passivas.

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 69,4 milhões, representando uma redução de 57,2% em relação à despesa registrada em 2021. No período, as receitas financeiras aumentaram 54,4%, impulsionadas pelo incremento de rendimento das aplicações financeiras – principal explicação para essa variação.

(R\$ mil)	4T22	4T21	(%)	2022	2021	(%)
Receitas financeiras	57.077	47.053	21,3%	239.335	154.479	24,5%
Despesas financeiras	(78.026)	(92.008)	-15,2%	(308.715)	(316.747)	-2,6%
Resultado financeiro líquido	(20.949)	(44.955)	-53,4%	(69.379)	(162.268)	-57,2%

PASSIVO JUDICIAL

No 4T22, o valor total bruto das provisões para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas, correspondente às ações com prognóstico de perda "provável", registrou R\$ 1.052,3 milhões, uma queda de 6,2% em relação a 31/12/2021. Esse resultado se deve, em parte, pelas saques e reversões relacionados a essas provisões, bem como da desaceleração de novas provisões. Deduzidos os depósitos judiciais, a provisão líquida em 4T22 registrou R\$ 619,6 milhões, representando queda de 13,8% em relação a 31/12/2021.

Provisão para riscos trabalhistas, civis, ambientais e tributários

Provisão para riscos trabalhistas, civis, ambientais e tributários				
	2022		2021	
	Valor (R\$ mil)	Qtd.	Valor (R\$ mil)	Qtd.
Trabalhista	876.092	4.377	917.216	4.422
Cível	151.311	506	151.167	576
Ambiental	12.535	18	11.554	19
Tributário	12.565	53	42.325	84
Total	1.052.503	4.954	1.122.262	5.101
Depósitos judiciais	(432.938)	-	(403.461)	-
Provisão líquida	619.565	-	718.801	-

Já o estoque da processos com prognóstico de perda "possível" (não provisionados) registrou R\$ 682,9 milhões, um aumento de 44,1% em relação ao verificado em 31/12/2021, justificado, principalmente, pelo aumento de R\$ 156 milhões dos processos de natureza civil. O número ações também cresceu, somando 10.865 (+22,7% em relação a 31/12/2021).

Prognóstico de perda possível

	2022		2021	
	Valor (R\$ mil)	Qtd.	Valor (R\$ mil)	Qtd.
Trabalhista	345.786	2.671	295.251	2.291
Civil	325.925	7.899	169.579	6.248
Ambiental	5.551	50	2.331	52
Tributário	5.661	45	6.784	99
Total	682.923	10.665	473.945	8.691

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS	PARTICIPAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS
SASB IF-WU-136a.1	2022 - 46,4%
ENERGIA CONSUMIDA	
2022 - 439.543 kWh, 50% ACL, 50% ACR	
SASB IF-WU-006E	
EXTENSÃO DE REDE	SUBSTITUIÇÃO DE REDES
4T22 - 29 mil km água, 5 mil km esgoto	2022 - 0,05%, 162,0 km
TARIFA SOCIAL	SASB IF-WU-249a.3
4T22 - 40 mil econ., 1,2% total, +8,4% vs. 4T21	CORTES DE ÁGUA
	2022 - 216,2 mil, 82,4% religadas em <30 dias
FUNCIONÁRIOS	IDADE DOS EMPREGADOS
4T22 - 5.915, 71% Homens 29% Mulheres	< 30 - 6%
	31-50 - 58%
	> 50 - 36%
CARGOS DE GESTÃO OCUP POR MULHERES	EMPREGADOS COBERTOS POR ACORDOS DE NEG. COLETIVA
4T22 - 31,7%	4T22 - 100%

Continua



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		2.722.636	2.721.228
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	665.124	678.979
Cópias a receber de clientes	6	531.899	484.169
Estoque	7	114.891	115.552
RPJ e CSLL a recuperar	8.c	1.397.210	1.299.397
Precatórios a receber	9	-	129.146
Outros créditos	11	14.802	14.038
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.763.857	5.121.833
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.959.296	2.583.930
Aplicações financeiras	5.b	61.940	54.133
Cópias a receber de terceiros	6	5.412	4.951
Créditos fiscais diferidos	8.a	113.546	126.226
Ativos financeiros contratuais	12	675.923	638.843
Indenização por desapropriação	10	53.999	46.561
RPJ e CSLL a recuperar	8.c	26.221	25.414
Ativos de contratos	13	1.652.239	1.463.138
Precatórios a receber	9	344.176	209.308
Outros créditos	11	26.532	15.356
INVESTIMENTOS		287	791
IMOBILIZADO		177.633	157.285
Imobilizado técnico	14	166.101	132.957
Ativos de direito de uso	15.a	11.532	24.328
INTANGÍVEL		2.625.841	2.379.857
TOTAL DO ATIVO		8.485.693	7.843.061
PASSIVO CIRCULANTE		2.116.650	1.968.429
Empréstimos e financiamentos	18	95.645	114.427
Debêntures	19	55.380	13.899
Fornecedores	20	164.414	140.159
Impostos e contribuições		53.852	31.847
Parcelamentos de impostos e contribuições		-	16.140
Salários e encargos a pagar	20	154.980	140.939
Participação nos resultados		64.757	53.557
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27.a	1.356.775	1.368.821
Passivos de arrendamento	16.b	9.869	20.668
Obrigações contratuais	21	34.479	56.522
Obrigações com acionistas	22.a	111.596	-
Outros débitos	27.b	8.903	11.430
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.426.790	2.652.337
Empréstimos e financiamentos	18	347.787	406.719
Debêntures	19	611.524	617.350
Contratos de repasse	23	101.641	86.370
Provisão para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas	24	619.880	718.891
Provisão para benefícios pós-emprego	25	690.344	760.099
Débitos fiscais diferidos	8.b	34.356	36.361
Patrimônio Público Privado - RPPA	17	99.255	22.423
Passivos de arrendamento	16.a	2.318	3.814
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.947.182	3.222.315
Capital social	26.a	1.878.540	1.878.540
Reservas de capital	26.b	17.148	17.148
Reservas de lucros	26.c	1.187.026	1.187.026
Outros resultados abrangentes	26.d	267.484	139.601
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.f	1.084	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		3.948.253	3.222.315
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.485.693	7.843.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	793.819	350.469
Outros resultados abrangentes	116.823	155.365
Realização da reserva de reavaliação	(1.504)	(1.781)
Ganhos atuariais - Fundação Corsan	131.349	216.644
Contribuição social diferida	(11.822)	(19.488)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	911.842	545.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes da contribuição social	850.827	318.248
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	193.641	196.423
Variação líquida de imobilizado, intangível e ativos de contratos	3.842	2.080
Provisão para perdas esperadas	5.913	5.913
Provisão para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas	(229.951)	55.084
Provisão para benefícios pós-emprego	21.584	32.454
Provisão para participação nos resultados	64.561	53.466
Juros e variações monetárias sobre financiamentos	32.119	47.430
Juros e variações monetárias sobre outros débitos	74.596	64.541
Apropriação de custos na captação de recursos de terceiros	2.983	2.116
Variações monetárias sobre contrapartidas	166.192	206.536
Variação líquida da indenização da inatividade tributária	13.793	(27.214)
Atualização monetária de precatórios	(44.641)	(15.768)
Outros ajustes de lucro	(844)	(69)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(87.760)	(25.933)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(469)	(651)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(40.552)	(20.994)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(6.781)	(4.532)
Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep)	(2.009)	(5.001)
Lucro líquido ajustado	1.011.118	912.454
Variações nos ativos:		
(Aumento) de contas a receber de clientes	(53.854)	(110.308)
(Redução) (aumento) de estoques	1.101	(12.474)
(Aumento) de depósitos judiciais	(29.476)	(9.994)
(Redução) de rendimentos de Caixa Único	6.370	-
(Aumento) de indenização por desapropriação	(7.438)	(4.370)
(Redução) (aumento) de precatórios	38.919	(102.532)
(Aumento) (redução) de tributos a recuperar	(98.408)	123.893
(Aumento) de outros créditos	(11.143)	(16.149)
Variações nos passivos:		
Aumento de fornecedores	24.255	21.171
Aumento (redução) de impostos e contribuições	22.005	(4.337)
(Redução) de impostos e contribuições - parcelamento	(116.966)	(16.023)
Aumento (redução) de férias e encargos a pagar	14.641	(1.171)
(Redução) de participação nos resultados	(53.351)	(45.493)
Aumento de Patrimônio Público Privado - RPPA	36.832	-
(Redução) aumento de obrigações contratuais	(21.844)	43.522
Aumento obrigações com acionistas	97.813	-
(Redução) aumento de outros débitos	2.527	3.574
Caixa proveniente das operações	951.315	806.076
Contribuição social paga	(55.499)	(66.809)
Empréstimos, financiamentos e arrendamento - pagamento de juros	(39.018)	(42.003)
Caixa líquido das atividades operacionais	856.848	717.263
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	79.944	48.244
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(64.089)	(30.217)
Aquisição de ativos de construção	(87.423)	(205.963)
Aquisição de ativos intangíveis	(157.236)	(139.875)
Caixa líquido das atividades de investimento	(558.754)	(327.811)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	27.991	44.728
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(115.847)	(116.486)
Debêntures - captação	-	600.000
Debêntures - custo de emissão	-	(3.989)
Debêntures - pagamento	(41.158)	(17.380)
Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA	15.655	32.875
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(208.589)	(345.200)
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.084	-
Amortização do passivo de arrendamento	(18.889)	(20.509)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(237.739)	(865.093)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(322.739)	(445.712)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	665.124	678.979
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	678.879	233.287
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(322.739)	(445.712)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	28	3.948.164	3.410.664
Custos das vendas, serviços e de construção	29	(2.562.314)	(2.273.988)
LUCRO BRUTO		1.385.850	1.136.676
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(465.644)	(656.160)
Despesas comerciais	29	(199.244)	(181.473)
Despesas administrativas	29	(112.721)	(937.154)
Outras receitas operacionais	29	268.961	67.740
Outras despesas operacionais	29	(26.640)	(25.123)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		920.206	480.516
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	30	(69.379)	(162.258)
Receitas financeiras		239.236	154.479
Despesas financeiras		(208.715)	(316.747)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		850.827	318.248
Contribuição social corrente	8	(55.649)	(46.809)
Contribuição social diferida	8	(1.359)	79.030
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		793.819	350.469
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
PN	26.g	1,31351	0,57991
ON	26.g	1,19410	0,52719
LUCRO DILUIDO POR AÇÃO			
PN	26.g	1,31351	0,57991
ON	26.g	1,19410	0,52719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas	4.543.606	3.733.947
Vendas de mercadorias e serviços	3.911.832	3.420.173
Receitas de construção	404.204	310.496
Provisão para perdas esperadas	(5.933)	(45.978)
Outras receitas	214.393	49.306
Insumos adquiridos de terceiros	(1.613.739)	(1.372.250)
Custos dos serviços	(1.330.080)	(1.151.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(206.123)	(215.293)
Outros	22.464	(5.079)
Valor adicionado bruto	2.529.867	2.361.682
Depreciação e amortização	(13.641)	(156.424)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.736.226	2.165.269
Valor adicionado recebido em transferência	255.345	169.274
Outras receitas financeiras	239.236	154.479
Doações e subvenções	16.009	14.795
Valor adicionado total e distribuído	2.991.511	2.334.542
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	1.263.284	1.198.047
Remuneração	264.657	266.612
FGTS	48.460	45.111
Benefícios	205.317	194.254
Fundo de previdência	164.540	162.050
Impostos, taxas e contribuições	695.705	458.087
Federal	583.098	437.159
Estadual	22.344	20.854
Municipal	263	74
Remuneração de capitais de terceiros	328.763	327.340
Despesas financeiras	368.715	316.747
Aluguéis	20.048	11.193
Remuneração de capitais próprios	793.819	350.469
Juros sobre o capital próprio	188.492	83.207
Lucros retidos	605.327	267.262
Total do valor adicionado distribuído	2.991.511	2.334.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.882.328	9.262	7.886	227.278	2.411	1.825.826	333.470	(55.764)	-	4.032.697
Integralização de Capital	26.a	196.212	-	-	-	-	(185.388)	-	-	10.824	(10.824)
Realização de reservas	26.c	-	-	-	-	-	-	1.781	1.781	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	197.146	197.146	-	197.146
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	350.469	350.469	-	350.469
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio atribuído ao dividendo	26.d	-	-	-	-	-	-	(83.207)	-	-	(83.207)
Dividendos	26.d	-	-	-	-	-	(862.144)	(333.470)	-	(1.285.614)	(1.285.614)
Constituição de reservas	26.e	-	-	17.523	117	251.493	-	(269.043)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.878.540	9.262	7.886	244.801	2.528	939.697	139.601	-	3.222.315	3.222.315
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.878.540	9.262	7.886	244.801	2.528	939.697	139.601	-	3.222.315	3.222.315
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.f	-	-	-	-	-	-	-	-	1.084	1.084
Realização de reservas	26.c	-	-	-	-	-	-	(1.504)	1.504	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	119.527	119.527	-	119.527
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	793.819	793.819	-	793.819
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio atribuído ao dividendo	26.d	-	-	-	-	-	-	(188.492)	(188.492)	-	(188.492)
Constituição de reservas	26.e	-	-	-	39.991	162	568.978	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.878.540	9.262	7.886	284.492	2.690	1.506.675	257.624	-	3.947.189	3.948.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.127, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.738, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários, a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas, em relação à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Ação em 317 Municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Bacharel) e 15 contratos de concessão e, concomitantemente, em 307 Municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. A situação atual das 317 concessões em operação pela Companhia segue abaixo:

Contratos de Concessão/Programa*	Quantidade de contratos*	Ativo Financeiro + Ativo de Contrato + Intangível*	% da Receita Total*
Vencimentos/lançados	10	72.404	1,95%
Vencimento entre 2023 e 2033	34	741.991	10,79%
Vencimentos após 2033	273	4.023.127	87,26%
Total	317	4.837.122	100%

* Informação não auditada pelos auditores independentes

Desestatização

Em julho de 2022, o acionista controlador demandou o início da reestruturação do projeto de desestatização, a partir da alienação integral das ações da Companhia de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Em novembro de 2022 ocorreu a Audiência Pública e em 20 de dezembro de 2022 ocorreu a sessão de Leilão das ações da Corsan, com a homologação do processo pelo Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 30 de dezembro de 2022. Segundo os atos do Leilão, o processo foi analisado e aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo a próxima etapa a assinatura do contrato de compra e venda, prevista para março de 2023.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020, que impõe metas de universalização do abastecimento de água potável (99%) e coleta e tratamento de esgoto (90%) até 31 de dezembro de 2033, com a necessidade da devolução comprovada da capacidade econômico-financeira para alinhamento de tais metas pelos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, regulamentou a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira.

Em março de 2022, quatro agências reguladoras atestaram a capacidade econômico-financeira da Companhia na modalidade presumida (nos termos do Art. 22 do Decreto nº 10.710). Adicionalmente, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) reconheceu ainda a capacidade econômico-financeira efetiva (nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 10.710).

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, ou seja, a Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultânea de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios que é a prestação de serviços de saneamento básico.

1.3) Impactos do Coronavirus (COVID-19)

Desde 2020, a Corsan vem acompanhando os impactos no cenário mundial decorrentes da pandemia do novo Coronavirus (COVID-19), adequando seus processos e serviços para melhor atender seu público interno e externo. A Companhia buscou minimizar os riscos sem deixar de atender aos seus usuários, uma vez que o setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao vírus.

Nessa sentida, a Corsan tem mantido as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde e diante das novas variantes, a Administração reforçou as medidas de enfrentamento à Covid, através de comunicados e visitas in loco.

No aspecto financeiro, um dos reflexos ocasionados pela pandemia foi o aumento no prazo médio de recebimento das faturas, que fez com que a Companhia adotasse o monitoramento da arrecadação diária e acompanhamento da inadimplência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a necessidade da devolução comprovada da capacidade econômico-financeira para alinhamento de tais metas pelos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Por fim, a Administração segue observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, em suas essências consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração ocorreram no dia 10 de março de 2023.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não havendo necessidade de operação de conversão.

2.3) Políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis com base nas normas e pronunciamentos vigentes, e todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, estando apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas.

2.3.1) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê Pronunciamentos Contábeis.

2.3.2) Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa Demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas, as quais afetam valores de ativos e passivos que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais. Essas estimativas e premissas são revistas de forma periódica, sendo que os efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

As principais estimativas e premissas, relativas a fontes de incerteza na data do balanço, que envolvem risco de causar um ajuste significativo (ou não) no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a futuro

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual porcentual anterior aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a futuro.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Quando necessário, a Administração pode discutir parâmetros de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram considerados os aspectos do ICPJ 22/IFRIC 23 e revisados os julgamentos efetuados na apuração da contribuição social e do crédito tributário divulgado na nota 8, concluindo não haver tratamento inequívoco utilizado nessas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o reconhecimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes jurídicos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indícios de que o valor contábil de um ativo ou da unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo do fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os reconhecimento de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizado para fins de extração.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de constabitação de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 31 (R1) IAS 19.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas essas obrigações são realizados tanto com base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atender sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis, ambientais e trabalhistas, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 24.

Avaliação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano, efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia observou as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Alteração do CPC 26 (R1)IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante

Excluído aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante.

Divulgação de políticas contábeis

Excluído aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis, especificamente quanto à materialidade.

Alteração CPC 23IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: excluído aspectos sobre a definição de estimativas contábeis e a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e políticas contábeis e correção de erros.

Alteração CPC 47IFRIC 15 - Receita de Contrato de Cliente: a alteração prevê a avaliação de promessas de transferência de bens e serviços da entidade para clientes.

Alteração CPC 32IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: excluído aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributárias e diferenças temporárias dedutíveis.

Alteração do CPC 50IFRS 17 - Contratos de seguro: a norma fornece um modelo contábil abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

As alterações e divulgações de novos pronunciamentos, bem como suas revisões, são efetivas para exercícios iniciando em 01 de janeiro de 2023, para os quais a Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Política Contábil:

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curto/médio prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários livres	642.142	241.195
Depósitos bancários vinculados	21.982	37.793
Total	664.124	278.978

Análise de depósitos bancários livres apresentada como Caixa e Equivalentes de Caixa inclui o saldo de R\$ 308.343 oriundo da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não convertíveis em ações, da espécie quinquenal, operação realizada em junho de 2021. Este recurso está aplicado em fundos de investimento líquidos imediatos e baixo risco.

A conta depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberação/desbolsos de recursos de recursos vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Fumasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos são aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

Banco	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Caixa Econômica Federal	2034	54.874	48.570
Banrisul Reserva PPP	2055	7.874	5.563
Total		62.748	54.133

As aplicações financeiras referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais destinadas à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água e implantação/implantações dos sistemas de esgotamento sanitário.

No caso de garantia denominada de Banrisul Reserva PPP é mantido o saldo correspondente a 120% da média do contraprestação mensal do trimestre anterior ao pagamento.

Durante o mês do pagamento da contraprestação mensal, são feitas as transferências da conta centralizadora em complemento ao resgate do saldo quanto necessário.

Os recursos estão aplicados em fundos de investimento no Banrisul e Caixa Econômica Federal, nos quais a remuneração é variável, definida por marcação a mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a rentabilidade das aplicações no Banrisul e Caixa Econômica Federal foi de 3,20% (4,48% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Inclui os serviços médicos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, com base no consumo médio de cada rateio de faturamento, aplicado ao período entre a data de última leitura e o final do mês.

Ativa a Valor Presente: os créditos de longo prazo de contas a receber de clientes são ajustados a valor presente utilizando uma taxa de 1% ao mês, que é a taxa de atualização dos créditos vigentes e parâmetros estabelecidos pela Companhia.

Provisão para perdas esperadas: a provisão para perdas esperadas foi calculada por meio de abordagem simplificada, de acordo com o histórico de perdas na realização de créditos de contas a receber de clientes do serviço de água e esgoto, projetando o cenário futuro. A política de recuperação da Companhia considera que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida, que é de dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos, e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber vinculadas		
Particular	261.736	227.735
Pública	10.961	8.335
Contas a receber vendidas		
Particular	335.066	311.874
Pública	7.246	33.494
Receitas a futuro	125.573	108.587
Total de contas a receber	740.582	689.105
Ajuste a valor presente	(5.499)	(3.060)
Provisão para perdas esperadas	(199.782)	(197.025)
Total	535.301	489.020
Circulante	531.888	484.146
Não circulante	5.412	4.951

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal.

A movimentação da provisão para perdas esperadas foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para perdas esperadas		
Saldo no início do exercício	(197.925)	(189.003)
Adições	(29.132)	(45.978)
Reversões/realização de perda	27.475	7.056
Saldo no final do exercício	(199.582)	(187.925)

7. ESTOQUES

Política Contábil:

Os materiais em armazém são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor realizável de mercado. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no ativo não circulante como ativos de contrato.

As estimativas de perda de estoque são calculadas com base no histórico de perdas dos últimos cinco anos, projetadas para um cenário futuro, e também com base nos saldos de materiais de baixo giro ou obsoletos (sem utilização em um período de seis anos).

Os saldos de estoque por tipo de material são assim representados:

	31/12/2022	31/12/2021
Tubulações de água e esgoto	80.753	79.216
Materiais de tratamento/laboratório	7.894	12.608
Materiais elétricos e mecânicos	6.742	7.410
Materiais de segurança e ambiental	5.906	9.719
Equipamentos de informática e telecomunicações	2.688	2.238
Materiais diversos	9.903	9.248
Estimativa de perda	(6.465)	(4.827)
Total	114.465	115.502

A movimentação da estimativa de perda de estoque foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para perdas de estoque		
Saldo no início do exercício	(4.937)	(1.906)
Adições	(4.999)	(3.031)
Reversões	47	97
Saldo no final do exercício	(9.889)	(4.940)

8. TRIBUTOS

Política Contábil:

Tributos correntes: ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Tributos diferidos: de acordo com o CPC 32IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias de caixa do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baseado na extensão em que não seja provável que custos tributários estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os bens de tributos diferidos não reconhecidos de acordo com a transação que os originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

	31/12/2022	31/12/2021
Conciliação alíquota efetiva		
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	850.827	318.248
Alíquota vigente	9%	9%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(76.574)	(28.642)
Elito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	16.964	7.489
Outras diferenças permanentes	2.602	53.374
Contribuição social no resultado	(57.008)	(22.221)
Correção	(55.445)	(46.899)
Diferido	(1.359)	79.000
Alíquota efetiva	6,70%	-10,12%

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o RE nº 1.063.187, decidindo a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre as atualizações à taxa SELIC sobre créditos decorrentes de repetição de indébito tributário. A Companhia reverteu o valor de R\$ 42.470 contabilizado como CSLL diferida sobre a atualização do ganho da imundade tributária, ocasionando uma alíquota efetiva negativa no período comparativo de 2021.

a) Créditos fiscais diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atual	650.344	760.099
Provisões para tributos com exigibilidade suspensa	3.463	21.570
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	1.052.503	1.122.262
Provisões para perda esperada	121.824	90.950
Provisões Provisões de Novo Hamburgo	(78.008)	(93.002)
Reserva de reavaliação	(99.483)	(58.664)
Elito da adoção do ICPJ01 - contratos de concessão	(185.841)	(200.713)
Encargos financeiros capitalizados	(281.033)	(281.033)
Atualização monetária precatórios	(967)	(960)
Outras provisões e diferenças temporárias	(46.743)	42.097
Total das diferenças temporárias	1.216.874	1.402.598
Alíquota vigente	9%	9%
Total de contribuição social diferida líquida	113.066	126.226

Continua



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Dívidas fiscais diferidas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Cofins	Pasp	Cofins	Pasp
Diferimento contábil imune	19.371	3.148	22.519	3.148
Diferimento receita de precatórios	5.163	974	6.137	6.357
RTT	4.683	1.917	5.709	5.054
Valor passivo	29.217	6.139	34.365	30.762

Os débitos fiscais diferidos se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal, ao diferimento de tributos incidentes sobre o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia e ao diferimento de tributos incidentes sobre o valor em discussão referente ao processo de imunidade tributária.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a recuperar	1.397.216	1.299.397	15.623	10.321
Contribuição social a recuperar	-	-	15.498	15.093
Total	1.397.216	1.299.397	26.021	25.414

O valor de R\$ 1.397.216 referente à imposto de renda a recuperar, corresponde ao processo em andamento referente à imunidade tributária e será distribuído como dividendo aos acionistas, conforme aprovado pelo Conselho de Administração e ratificado em Assembleia Geral.

O recebimento dos saldos registrados no ativo não circulante tem a seguinte previsão, por ano:

Ano	Imposto/Contribuição	Valor
2024	Contribuição Social	10.523
2025	Contribuição Social	12.336
2027	Contribuição Social	2.162
		25.021

Imunidade de tributos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de tributos federais à Companhia, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1998 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto Territorial Rural (ITR). O tributo em questão foi interpretado pela União após decisão que rejeitou a interpretação anteriormente apresentada. A União promoveu novo recurso ante o STJ, recurso esse denominado de embargos declaratórios, que em 14 de fevereiro de 2023 tiveram provimento negado pela 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.397.216, valor está registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo circulante, em função da destinação mencionada na nota 27.a.

A Companhia apresentou, em janeiro de 2021, petição de implementação da fase de cumprimento de sentença postulando a devolução, através de precatórios, da taxa de R\$ 1.408.327. A mesma envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. O índice utilizado para todo o período foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais.

Segundo regulamento a matéria processual, em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestada o valor apresentado pela Companhia, restando como devida a quantia de R\$ 128.587, para a qual foi arrolado precatório em 06 de maio de 2021 (atualizado para R\$ 149.264 em 31 de dezembro de 2022).

Tal impugnação foi respondida pela Companhia em 30 de abril de 2021, sustentando a manutenção do valor inicialmente pedido, excluindo R\$ 16.048 relativos aos pagamentos de 1997 e 1998 que já foram devidos à Companhia através do processo administrativo.

O processo segue tramitando regulamentado, tendo sido negado provimento ao agravo de instrumento interposto pela União junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esse recurso foi interpretado pela União após decisão que rejeitou a interpretação anteriormente apresentada. A União promoveu novo recurso ante o STJ, recurso esse denominado de embargos declaratórios, que em 14 de fevereiro de 2023 tiveram provimento negado pela 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.397.216, valor está registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo circulante, em função da destinação mencionada na nota 27.a.

Do valor contabilizado, R\$ 819.898 refere-se ao valor principal de impostos pagos e R\$ 577.351 à atualização monetária do valor principal.

Como impacto da contabilização do ativo, a Administração reconheceu o montante a pagar de R\$ 22.519 referente a Pasp e Cofins no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialistas tributários, entende que a tributação para fins de Pasp, Cofins e CSLL do ganho decorrente do tributo em questão deve ocorrer sobre o valor referente ao ITR. E sobre o valor da atualização monetária, apenas Pasp e Cofins quando da expiração do respectivo precatório, sendo que os tributos incidentes sobre o precatório já emitido foram recolhidos por meio de depósito judicial.

9. PRECATÓRIOS A RECEBER

Política Contábil:

A Companhia reconhece os valores a receber por todos os órgãos federais e processos judiciais para os quais é legitimamente credora e detentora de benefícios econômicos, sendo revisadas e ajustadas temporariamente. Para ativos contábeis, para os quais não se prevê a entrada de benefícios econômicos, não há reconhecimento contábil, sendo apenas divulgados em notas explicativas.

Os valores abaixo se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foram emitidos precatórios, e que resultaram em indenizações conforme a natureza dos processos.

Órgão	Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Novo Hamburgo	Serviço da dívida	-	12.434
Novo Hamburgo	Indenização ao patrimônio	155.256	161.465
Novo Hamburgo	Faturas de água	39.998	39.297
São Gabriel	Tributária	58	52
União	Tributária	149.264	129.145
		344.176	339.454
Circulante			
Não circulante		344.176	209.308

Novo Hamburgo:

Serviço da dívida: por força de decisão judicial exarada no processo nº 0011.15.016835-8, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a CORSAN pelo ressarcimento dos financiamentos contraiados para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O valor deste precatório já foi integralmente recebido.

Indenização ao patrimônio: a ação judicial nº 0011.05.0286812-4, discute a indenização relativa ao patrimônio que a CORSAN detinha no Município de Novo Hamburgo, atestado à prestação do respectivo serviço. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já recebeu a quantia de R\$ 26.791 referente a este precatório.

Faturas de água: por força de decisão judicial exarada no processo nº 0011.05.0286844-2, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à CORSAN faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016.

O município de Novo Hamburgo está em regime especial de pagamento de precatórios e deverá liquidar estes precatórios até o final de 2029.

União:

O tributo em questão foi interpretado pela União após decisão que rejeitou a interpretação anteriormente apresentada. A União promoveu novo recurso ante o STJ, recurso esse denominado de embargos declaratórios, que em 14 de fevereiro de 2023 tiveram provimento negado pela 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.397.216, valor está registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo circulante, em função da destinação mencionada na nota 27.a.

Outros precatórios a receber

A Companhia ainda possui outros precatórios a receber, conforme demonstrado abaixo, contudo, em função do grande volume credores aguardando os pagamentos por esses órgãos, estima-se um risco para o recebimento, por esse motivo nenhum ativo foi reconhecido.

Município	Natureza	Valor
Porto Alegre	Tributária	3.445
Uruguiana	Faturas de água	1.823
Dair	Taxa pelo uso do solo	1.390
Santa Maria	Faturas de água	4.249
Uruguiana	Tributária	1.296
Sapucaia do Sul	Indenização	887
Gravataí	Indenização	344

10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a CORSAN. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram imobilizadas 165 áreas patrimoniais no valor de R\$ 5.879 (sem item patrimonial imobilizado no valor de R\$ 128 em 31 de dezembro de 2021) e desdobrados R\$ 13.317 a título de indenizações (R\$ 4.495 em 31 de dezembro de 2021).

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos com prefeituras municipais	1.930	2.175
Antecipação FMGC - Estão	11.743	11.989
Pagamentos antecipados	16.845	6.641
Ajustamentos a empregados	2.894	4.297
Indenizações judiciais a receber	1.477	1.477
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.732	1.901
Prônios a compensar	209	209
Prônios de seguro	1.727	542
Créditos diversos	287	293
Ativo circulante	40.534	29.351
Circulante	14.002	14.035
Não circulante	26.532	15.356

Do saldo registrado na rubrica de pagamentos antecipados, R\$ 5.879 refere-se aos custos de captação de empréstimo junto ao FCF, conforme descrito na nota 18. No momento do efetivo recebimento dos recursos, o valor será transferido ao passivo circulante como conta rotativa para apropriação mensal ao longo do prazo do contrato.

Também na rubrica de pagamentos antecipados está registrado o valor de R\$ 10.587 referente à antecipação de recursos a Prefeitura Municipal de Rolante para conclusão de obras de esgotamento sanitário do município, conforme previsto no Contrato de Programa. Após a aplicação dos recursos, nos meses previstos no referido contrato, os valores passarão a compor o ativo intangível da Companhia.

O valor de R\$ 11.743 na rubrica de antecipação FMGC - Estão refere-se à antecipação dos aportes mensais realizados ao Fundo Municipal de Gestão da Companhia do município, conforme cláusula do Termo Aditivo ao Contrato de Programa assinado em novembro de 2021. Esses aportes mensais são realizados para alguns municípios e são destinados à realização de investimentos voltados ao meio ambiente e saneamento.

12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Política Contábil:

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (município) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos realizados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Ativo a Valor Presente, estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC).

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 675.923 a receber do poder concedente, referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 638.843 em 31 de dezembro de 2021). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros	1.523.412	1.385.460
(-) Ajuste a valor presente	(857.489)	(746.617)
Total	675.923	638.843

	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação do ativo financeiro		
Saldo no início do exercício	638.843	508.827
Constituição/realização de AUP	49.992	39.994
Adições	4.282	5.838
Baixas	(134)	(4)
Transferências líquidas	(7.579)	4.188
Saldo no final do exercício	675.923	638.843

Transferência de bens e serviços da CORSAN para o poder concedente

Atualmente a Companhia está planejando judicialmente indenizações pelos investimentos realizados nos municípios de Uruguiana, São Gabriel e Teutônia, com os quais os contratos foram encerrados:

a) Uruguiana: No ano de 2014 foi ajustada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totaliza R\$ 32.190.

b) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela CORSAN, foi ajustada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totaliza R\$ 3.808.

c) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela CORSAN, foi ajustada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totaliza R\$ 202.

Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 referem-se aos ativos constituintes nos municípios, mensurados pelo seu custo, durante o período da prestação de serviços. O valor da indenização desses bens será baseado em laudo de especialistas e reconhecido a partir do tributo em questão.

13. ATIVOS DE CONTRATOS

Política Contábil:

Conforme estabelecido pelo CPC 47/RFC 13 - Recolha de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP 01/RFC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão. São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa, e para o ativo financeiro, para os valores subsequentes.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as atividades mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo. Conforme o ICP 01/RFC 12 - Contratos de Concessão, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores são registrados no resultado do período em que ocorrem.

Custo	Obras em andamento	Estoque para obras	Total dos ativos de contratos
Saldo em 31/12/2021	1.437.389	25.749	1.463.138
Adições	444.800	17.163	461.963
Baixas e perdas	(1.641)	(193)	(1.834)
Transferências	(269.470)	(1.568)	(271.038)
Saldo em 31/12/2022	1.611.678	41.161	1.652.839

Custo	Obras em andamento	Estoque para obras	Total dos ativos de contratos
Saldo em 31/12/2020	1.144.938	29.222	1.174.160
Adições	346.209	21.326	367.535
Baixas e perdas	(1.162)	(605)	(1.677)
Transferências	(52.696)	(24.234)	(76.930)
Saldo em 31/12/2021	1.437.389	25.749	1.463.138

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as adições compreendem R\$ 206.374 (R\$ 115.805 em 31 de dezembro de 2021) para sistemas de água e R\$ 238.426 (R\$ 239.404 em 31 de dezembro de 2021) para sistemas de esgoto, dos quais R\$ 25.510 (R\$ 23.517 em 31 de dezembro de 2021) foram realizados pela empresa parceira PPPF.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 1299 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível o Ativo Financeiro. As principais obras imobilizadas no exercício correspondem a ampliação de sistema de esgotamento sanitário, novos coletores e ramais prediais de água quente e fria de transmissão em Estação de tratamento de água nos municípios de Eldorado do Sul, Erechim, Estero, Gravataí, Santa Cruz do Sul.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 17.141 (R\$ 14.465 em 31 de dezembro de 2021).

14. IMOBILIZADO

Política Contábil:

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgoto próprio e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção.

Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Vida útil do imobilizado
Edifícios	30 a 50 anos
Máquinas	10 a 20 anos
Veículos	5 a 12 anos
Demais bens móveis	5 a 12 anos
Sistema de esgoto próprio	50 anos

Um ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Sob a rubrica "sistemas de esgoto", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Movimentação dos ativos imobilizados:

	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldo em 31/12/2021	2.313	126.965	3.679	132.957
Adições	367	62.544	1.658	64.569
Baixas	(211)	-	-	(211)
Depreciações	(221)	(21.075)	-	(21.296)
Transferências	3.050	(9.838)	(2.535)	(8.318)
Saldo em 31/12/2022	5.298	158.786	2.807	166.941

	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldo em 31/12/2020	2.551	119.500	2.673	124.724
Adições	26.679	1.528	1.528	30.217
Baixas	-	(206)	(34)	(240)
Depreciações	(238)	(20.520)	-	(20.758)
Transferências	(458)	-	-	(458)
Saldo em 31/12/2021	2.313	126.965	3.679	132.957

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos, máquinas e outros bens móveis (incluindo móveis de escritório, equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos de oficina, de laboratório, equipamentos em geral) utilizados pela Companhia em processos indiretos necessários para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Imóveis e Terrenos	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	147.874	9.625	28.058	314.133	499.690
(-) Depreciação acumulada	(119.080)	(7.782)	(21.625)	(193.433)	(341.900)
Saldo líquido em 31/12/2022	28.794	1.843	6.433	120.700	157.769

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 13.312 (R\$ 12.255 em 31 de dezembro de 2021), R\$ 313 (R\$ 945 em 31 de dezembro de 2021), como despesa comercial e R\$ 7.871 (R\$ 7.558 em 31 de dezembro de 2021) como despesa administrativa.

15. INTANGÍVEL

Política Contábil:

Concessões: a Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela agência reguladora dos serviços públicos delegados. Durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICP 01 (R1)/RFC 12 - Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bilancado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível e outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo inicial quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear pela vida útil dos mesmos.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	50 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 anos	25 anos
Bens de uso geral	5 a 30 anos	25 anos

Licenças de uso de software: as licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Enterprise Resource Planning - ERP) em julho de 2019. A amortização ocorrerá a partir do início da operação, com previsão para julho de 2023. O prazo de amortização será de 5 anos de forma linear.

Impairment de ativos não financeiros: os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de indicadores de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Continua

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de custos cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, a qual faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Movimentação dos ativos intangíveis:

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Direitos de uso	Total do Intangível
Saldo em 31/12/2021	1.015.572	1.140.365	201.079	22.811	2.379.827
Adições	50.290	3.815	39.913	18.318	112.336
Baixas	(952)	(742)	(13)	-	(1.707)
Amortizações	(84.600)	(48.940)	(19.374)	(319)	(153.233)
Transferências	168.386	99.167	19.731	1.334	288.618
Saldo em 31/12/2022	1.148.696	1.193.665	241.336	42.144	2.625.841

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Direitos de uso	Total do Intangível
Saldo em 31/12/2020	1.031.010	1.153.752	185.838	13.919	2.384.519
Adições	25.875	7.825	27.195	8.335	69.230
Baixas	(149)	-	(64)	-	(213)
Amortizações	(84.096)	(55.531)	(15.451)	-	(155.078)
Transferências	42.932	34.312	4.118	-	81.360
Saldo em 31/12/2021	1.015.572	1.140.365	201.036	22.254	2.379.827

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 153.233 (R\$ 155.078 em 31 de dezembro de 2021).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados a concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Na data do balanço, não foram identificados fatores internos ou externos que indicassem a necessidade de realização do teste de recuperabilidade, nem reconhecimento de estimativa de perda do valor recuperável de ativos.

16. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS**Política Contábil:**

A Companhia analisa os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identifica impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos e imóveis locados de terceiros. A mensuração dos ativos de direito de uso é igual ao valor do passivo de arrendamento no momento do reconhecimento, sendo realizada conforme os prazos dos contratos.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06 (R2)/IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor. Foram desconsideradas também as locações de áreas de postos periféricos e marítimos pela empresa, bem como áreas de acesso a recursos naturais, utilizadas para a captação de água bruta. Para estes, as despesas são contabilizadas em base linear ao longo do período de arrendamento.

A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda nem transações de leaseback de ativos.

Ativo e Valor Presente: os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI, praticada na data da sua contratação, cotada de acordo com o prazo final de seus vencimentos, taxa essa observada para os contratos futuros negociados em bolsa.

a) Ativos de direito de uso

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2021	7.489	16.899	24.328
Novos contratos	3.711	17.260	20.871
(i) Baixas	(216)	(14.439)	(14.655)
(i) Depreciação acumulada	(4.492)	(14.620)	(19.112)
Saldo em 31/12/2022	6.492	5.060	11.552

	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 31/12/2020	6.057	33.047	4.677	43.781
Ajuste de remensuração	439	16	-	455
Novos contratos	4.619	-	-	4.619
(i) Escrituras	(275)	(3.665)	(2.840)	(6.780)
(i) Depreciação acumulada	(3.371)	(16.204)	(1.012)	(20.587)
Saldo em 31/12/2021	7.469	16.859	1.865	26.193

b) Passivos de arrendamento

	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31/12/2021	7.623	16.899	24.462
Novos contratos	3.711	17.260	20.871
(i) Baixas	(221)	(14.439)	(14.660)
(i) Pagamentos	(4.951)	(15.570)	(20.521)
Realização do AUP	532	1.182	1.715
Saldo em 31/12/2022	6.694	5.293	11.987

	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 31/12/2020	6.133	33.049	4.678	43.860
Ajuste de remensuração	439	15	-	454
Novos contratos	4.619	-	-	4.619
(i) Escrituras	(275)	(3.665)	(2.840)	(6.780)
(i) Pagamentos	(3.696)	(16.240)	(1.052)	(20.988)
Realização do AUP	313	35	41	389
Saldo em 31/12/2021	7.623	16.859	1.865	26.468

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Ano de vencimento	Imóveis	Veículos	Total
2023	4.845	5.445	10.090
2024	1.572	-	1.572
2025	761	-	761
2026	249	-	249
Saldo em 31/12/2022	7.227	5.445	12.672

2025	761	-	761
2026	249	-	249
	<u>7.227</u>	<u>5.445</u>	<u>12.672</u>

d) Direito potencial de Pasp e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasp e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldo nominal e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação de arrendamento	9.703	8.928
Pasp/Cofins (9,25%)	897	826

e) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Na mensuração e remuneração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias desconsideradas:

	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento				
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	2.424	1.018	268	-
Fluxo com projeção da inflação	2.572	1.076	282	-
Varição	6,10%	5,70%	5,60%	-

	2.251	927	242	-
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	2.391	984	257	-
Fluxo com projeção da inflação	6,22%	6,15%	6,20%	-

	(527)	(113)	(47)	(12)
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	(560)	(120)	(50)	(13)
Fluxo com projeção da inflação	6,26%	6,19%	6,38%	8,33%

	(9.281)	(1.464)	(742)	(257)
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16	(9.863)	(1.555)	(788)	(273)
Fluxo com projeção da inflação	6,27%	6,22%	6,20%	6,23%

17. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, a Corsan assinou contrato para operação e realização de investimentos que serão ressarcidos à empresa parceira ao longo do contrato. Abaixo a movimentação ocorrida no exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação		
Saldo no início do exercício	22.423	-
Ressarcimento de obras	25.948	23.517
Troca de hidrômetros	15.407	-
Pagamentos	(1.192)	(1.094)
Transferências para passivo circulante (nota 22)	(2.472)	-
Saldo no final do exercício	99.255	22.423

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**Política Contábil:**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos é assim representado:

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Taxa de adm/risco	Último vencimento	Circulante	Não circulante
BNDES	TLP	2,81%	-	15/07/29	24.149	48.026
BNDES - FINEM	IPCA	2,78%	2,03%	15/08/38	13.502	12.026
BNDES - CG	SELIC	2,50%	-	15/11/23	39.951	36.670
BNDES - Avançar Cidades	IPCA	3,00%	2,42%	15/10/38	204	205
Caixa Econômica Federal	TR	6,00%	2,50%	15/07/38	14.905	12.929
Prefeitura Municipal de Encantado	TR	6,00%	2,70%	06/05/30	98	92
Prefeitura Municipal de Osório	TR	6,00%	2,30%	04/08/30	1.897	1.811
Prefeitura Municipal de Sapiranga	TR	6,00%	2,70%	15/09/21	537	328
Prefeitura Municipal de Torres	TR	6,00%	3,00%	05/04/28	392	340
Total					95.645	114.427

As taxas de juros, taxas de administração e risco de crédito podem sofrer diferenciação nos contratos de empréstimos e financiamentos, principalmente pelo objeto contratado (realização de obras de água e/ou esgoto, aquisição de equipamentos, entre outros). Na tabela acima, apresentamos as taxas máximas aplicadas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2024	34.376
2025	35.729
2026	37.199
2027	36.203
2028	33.871
Após 2028	170.609
Total	347.787

Os detalhes da movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BNDES Avançar Cidades	CEF	Prefeituras	Total
Saldo em 31/12/2021	125.511	108.314	74.346	3.228	189.133	20.614	521.146
Captação	-	-	5.700	-	19.280	52	27.991
Pagamento de principal	(48.902)	(10.643)	(40.939)	(127)	(12.852)	(2.484)	(115.947)
Pagamento de juros	(7.987)	(12.039)	(1.467)	(422)	(15.765)	(1.338)	(38.018)
Provisão de juros	8.579	11.121	8.011	358	18.891	2.300	49.260
Saldo em 31/12/2022	81.189	105.452	39.851	3.037	197.661	19.144	445.433

	BNDES	BNDES FINEM	BNDES CG	BNDES Avançar Cidades	CEF	Prefeituras	Total
Saldo em 31/12/2020	177.812	91.777	108.392	-	187.154	22.342	587.477
Captação	3.041	24.768	-	3.150	13.355	414	44.728
Pagamento de principal	(55.241)	(8.647)	(37.699)	-	(11.483)	(3.416)	(116.486)
Pagamento de juros	(10.062)	(12.925)	(2.268)	-	(15.676)	(1.072)	(42.803)
Provisão de juros	9.951	13.341	5.921	78	15.783	2.366	47.430
Saldo em 31/12/2021	125.511	108.314	74.346	3.228	189.133	20.614	521.146

Com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Corsan firmou sete Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES - CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos marítimos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos e financiamentos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia é agente do Intersetorial Avançar - Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia assinou contrato de R\$ 300.000, para financiar investimentos na redução das perdas de água e em melhorias na eficiência energética, junto à International Finance Corporation - IFC. O prazo para amortização será de oito anos, com dois anos de carência e pagamentos trimestrais. A taxa de juro é resultante de uma combinação de CDI + 2,58 % (R\$ 123.000) e CDI + 3,33% (R\$ 177.000).

Cláusulas contratuais restritivas - Covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos e financiamentos com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos.

Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.

As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 todos os covenants vigentes foram atendidos.

19. DEBÊNTURES**Política Contábil:**

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentadas pelo custo amortizado.

Em 19 de março de 2021 a Companhia finalizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quinquenal, em três séries, para distribuição pública com endosso restrito. As debêntures da terceira e quarta séries foram caracterizadas como "Debêntures Verdes" com base em parecer de consultoria especializada, elaborado com base nas diretrizes do Guidelines of Green Bond Principles (GBP).

A segunda série possui prazo de cinco anos, com primeira amortização iniciado em 15 de fevereiro de 2023. A terceira e quarta séries possuem prazo de sete e dez anos, respectivamente, com as amortizações iniciando em 15 de fevereiro de 2023. As três séries serão amortizadas em pagamentos anuais.

Os saldos dos contratos de debêntures são:

Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CDI	2,25%	46.239	5.064	168.930	145.303
IPCA	4,380%	2.173	2.106	128.678	120.733
IPCA	4,833%	6.968	6.729	373.916	351.314
		55.380	13.899	671.524	617.350

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2024	36.310
2025	121.896
2026	121.896
2027	85.586
2028	85.586
Após 2028	160.220
Total	611.604

Os detalhes da movimentação das debêntures emitidas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

	4ª Emissão 2ª série	4ª Emissão 3ª série	4ª Emissão 4ª série	Total
Saldo em 31/12/2021	102.859	122.839	358.043	611.604
Pagamento	(17.835)	(5.544)	(17.779)	(41.158)
Provisão de juros/custos	22.637	13.556	40.620	76.813
Saldo em 31/12/2022	107.661	130.851	380.884	619.396

	3ª Emissão 1ª série	3ª Emissão 2ª série	4ª Emissão 2ª série	4ª Emissão 3ª série	Total
Saldo em 31/12/2020	197	4.367	247	-	4.811
Captação	-	-	144.503	110.785	322.723
Pagamento	(198)	(4.397)	(248)	(3.566)	(6.810)
Provisão de juros	-	20	9.430	14.181	42.139
Saldo em 31/12/2021	197	4.390	190.367	111.399	306.353

*Os valores de captação referentes à quarta emissão estão apresentados líquidos dos custos de emissão.

Continua



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

• Não ocorrência da declaração de vencimento antecipado de quaisquer instrumentos de dívida ou financiamentos da Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000 (ou seu equivalente em outras moedas);

• Não ocorrência de intervenção do poder concedente, desapropriação, confisco, arresto, sequestro/pignor de bens, término, rescisão antecipada, caducidade ou transferência compulsória ou de ato de autoridade competente, dos Contratos de Serviços, ou qualquer outro evento que implique na suspensão das atividades da Emissora e que correspondam a 10% ou mais do seu faturamento médio médio dos últimos doze meses, conforme Demonstrações Financeiras mais recentes disponíveis, desde que tal suspensão não seja revertida em um prazo de até três dias;

• Não observância dos índices financeiros citados abaixo, no período de seis meses findo em 30 de junho de cada ano, e também nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora em 31 de dezembro de cada ano:

a) Relação entre a Dívida Líquida Financeira + Outras Dívidas e o EBITDA da Emissora deverá ser igual ou inferior a 4,0 (quatro) vezes;

b) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida deverá ser igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes.

Non exercício findo em 31 de dezembro de 2022 todos os covenants vigentes foram atendidos.

20. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A Companhia possuía, até 31 de dezembro de 2022, parcelamento de impostos e contribuições, o qual foi finalizado com o pagamento da última parcela em dezembro.

Os detalhes da movimentação referente aos parcelamentos de impostos e contribuições dos quais a Companhia é parte estão demonstrados a seguir:

	Cofins	Pasep	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2021	7.861	1.728	627	5.524	15.140
Pagamento	(8.338)	(1.810)	(866)	(5.891)	(16.905)
Provisão de juros	377	82	39	267	765
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-	-

	Cofins	Pasep	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2020	15.432	3.350	1.604	10.302	31.288
Pagamento	(7.817)	(1.697)	(812)	(5.897)	(16.823)
Provisão de juros	346	75	35	419	875
Saldo em 31/12/2021	7.961	1.728	827	5.524	15.140

21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Alvorada	-	4.267
Canoa	34.679	41.000
Guaiaba	-	1.030
Ijuí	-	4.000
Viamão	-	6.225
Total	34.679	95.522

Nos contratos de programa desses municípios há cláusulas específicas definindo que a Companhia realizará aportes extraordinários, os quais têm data ou condicionantes estabelecidas e parcelas pré-fixadas.

O valor previsto para o município de Canoas foi repactuado no Termo Aditivo ao Contrato de Programa assinado em dezembro de 2021, que ajustou a destinação desse recurso a importantes obras de saneamento básico e preservação do meio ambiente, como o projeto de implantação do Parque Nacional Fazenda Guaiabas, obras em redes de drenagem pluvial e obras na central de tratamento de esgoto do município e serem executadas pela Prefeitura Municipal.

22. OUTROS DÉBITOS

A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Convênio Sesi	111	60
Depósitos e retenções contratuais	2.794	7.123
Parceria Público-Privada - RPPN (nota 17)	3.566	1.084
Outras contas a pagar	2.432	3.163
Total	6.903	11.430

23. CONTRATOS DE REPASSE

A composição apresenta os seguintes valores:

	31/12/2022	31/12/2021
Orçamento Geral da União - OGU	97.988	82.333
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	-	784
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	3.654	892
Total	101.646	83.909

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Desde a assinatura dos contratos até 31 de dezembro de 2022, foi liberado um total de R\$ 408.295, referente a 4 contratos junto ao Ministério das Cidades e 12 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde - Funasa, sendo que o montante findo em 31 de dezembro de 2022, foi liberado a valor de R\$ 16.729.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$ 313.313 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015, 2020 e 2022. Desta forma constam R\$ 4.090 recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para obras de implantação do Sistema de Abastecimento de Água na área industrial de Guaiaba.

O valor de R\$ 97.988 inscrito no passivo não circulante refere-se a obras em andamento de um fase de conclusão e R\$ 1.084 transferidos para AFAC derivam de contratos de repasse que já foram prestações de contas aprovadas.

b) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2013, a carta-convênio referente a Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATNOC-16407-BR e ATNOC-16408-BR Apoio à Preparação do Programa de Ampliação e Melhorias dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul - PROSAGUA, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSAGUA, a gerir condições para sua execução eficiente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizada prestação de contas e respectiva baixa de obrigação.

c) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - Focem

Foi assinada, em 06 de novembro de 2013, o Convênio Focem 04113 – “Saneamento Urbano Integrado Acogal/Brasil e Acogal/Uruguai” para a implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Aqueçá, com o objetivo de elevar o Índice de tratamento de esgoto do município para 100%. Sob responsabilidade da Corsan está a construção de sistema coletor (12km), quatro estações de bombeamento e a estação de tratamento de esgoto, a serem realizados no local brasileiro da fronteira.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

Política Contábil:

As provisões para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação, sendo também possível avaliar uma estimativa razoável do seu valor. A probabilidade de perda é avaliada a partir das evidências disponíveis, da hierarquia das leis, das jurisprudências disponíveis, das decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como da avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões das inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas, líquida dos depósitos judiciais vinculados é composta como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ativos tributários, civis e ambientais	176.411	(66.591)	115.893	205.046	(43.663)	161.383
Ativos trabalhistas	876.092	(372.377)	503.715	917.216	(389.798)	527.418
Total	1.052.503	(438.968)	613.556	1.122.262	(433.461)	718.801
Circulante	275.212	(175.212)	-	231.703	(231.703)	-
Não circulante	777.291	(263.756)	613.556	890.559	(201.758)	718.801

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2021	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saque e reversões	31/12/2022
Ativos tributários, civis e ambientais	205.046	23.219	23.319	(75.173)	176.411
Ativos trabalhistas	917.216	120.624	136.873	(208.621)	876.092
Subtotal	1.122.262	143.843	160.192	(373.794)	1.052.503
Depósitos judiciais vinculados	(402.889)	(287.147)	-	268.279	(421.756)
Total	718.801	(153.964)	160.192	(105.515)	613.556

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2021	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saque e reversões	31/12/2022
Ações tributárias, civis e ambientais	205.046	23.219	23.319	(17.173)	176.411
Ações trabalhistas	917.216	120.624	136.873	(208.421)	876.082
Subtotal	1.122.262	143.843	160.192	(1.085.594)	1.052.493
Depósitos judiciais vinculados	(403.461)	(297.747)		265.270	(432.938)
Total	718.801	(153.904)	160.192	(105.324)	613.585

	31/12/2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saque e reversões	31/12/2021
Ações tributárias, civis e ambientais	155.672	12.965	37.324	(10.196)	205.046
Ações trabalhistas	694.980	274.366	169.212	(221.351)	917.216
Subtotal	850.651	287.332	206.536	(232.267)	1.122.262
Depósitos judiciais vinculados	(138.467)	(216.174)		205.180	(149.461)
Total	467.194	71.158	206.536	(26.087)	718.801

	31/12/2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saque e reversões	31/12/2021
Ativos tributários, civis e ambientais	205.046	(75.173)	(75.173)	176.411	
Ativos trabalhistas	917.216	120.624	136.873	(268.621)	876.082
Subtotal	1.122.262	144.843	160.192	(373.794)	1.052.503
Depósitos judiciais vinculados	(403.461)	(297.747)	-	268.270	(433.938)
Total	718.801	(152.904)	160.192	(105.524)	618.565

	31/12/2020	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Saque e reversões	31/12/2021
Ativos tributários, civis e ambientais	165.672	12.866	97.304	(10.916)	205.046
Ativos trabalhistas	694.980	274.360	169.212	(221.351)	917.216
Subtotal	860.652	287.232	266.516	(232.267)	1.122.262
Depósitos judiciais vinculados	(292.467)	(215.170)	-	292.165	(403.461)
Total	568.185	72.062	266.516	(32.102)	718.801

Provisões

Ativos trabalhistas

a) Processo nº 0000072-15.2.014.021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul – SINTEC. Refere-se a diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de percentualidade. A implantação em folha de pagamento das parcelas vincendas foi comprovada nos autos e aguarda-se apresentação do cálculo complementar. O processo encontra-se em fase de discussão dos cálculos complementares. Esta provisão líquida, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 13.544 (R\$ 6.186 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processo nº 0190000-40.2004.5.04.021 ajuizado pelo Sindicato. Refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferença de horas extras em razão do rompimento da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como as diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. O presente processo encontra-se gerido através de aplicação de seguro garantia. Após recurso de agravo de petição parcialmente provido, foi apresentado cálculo reafirmado pelo Juízo. Aguarda-se julgamento do Agravo de Petição Interposto pelo Reclamante, em face do provimento das Embargos à Execução da Reclamação, quanto ao índice de correção e juros. Esta provisão, após o cálculo reafirmado, totaliza, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 9.039 (R\$ 17.719 em 31 de dezembro de 2021).

c) Outras reclamatórias trabalhistas – Se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviço terceirizados da Companhia e totalizam 3.841 ações. Em 31 de dezembro de 2022, as providências referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R\$ 853.509 (R\$ 893.811 em 31 de dezembro de 2021).

Ativos civis, ambientais e tributários

a) Processo nº 5020917-34.2016.8.21.001 ajuizado por empresa terceirizada, em 27/05/2016, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de instalação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário no região de Estão e Sapucaia do Sul. Foi profereida sentença de procedência e ambas as partes apelaram. Está aguardando o julgamento da apelação. A Companhia constitui provido para perda em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 43.461 (R\$ 38.402 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processo nº 5000735-27.2016.8.21.001 ajuizado por empresa terceirizada, em 19/09/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nas localidades de Estão e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A pericia está concluída e foi desfavorável para a Corsan. A Companhia constitui provido para perda em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 22.672 (R\$ 20.025 em 31 de dezembro de 2021).

c) Processo nº 500486-76.2016.8.21.001 ajuizado por empresa terceirizada, em 11/08/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obra de nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirma que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constitui provido para perda em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 21.926 (R\$ 19.374 em 31 de dezembro de 2021).

d) 500797-78.2016.4.04.7100 – trata-se de ACP ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Município de Capão da Canoa objetivando a cessação de dano ecológico causado pela insuficiência do sistema de esgotamento sanitário de Capão da Canoa. A Corsan está no polo passivo do processo devido ao contrato de concessão do sistema de água e esgoto firmado com o Município. O processo está em tramitação na Justiça Federal. Existe hoje tratativa para assinatura de TAC. A Companhia constitui provido para perda em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no montante de R\$ 2.450.

e) Outras reclamatórias – As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e tramitam tanto no Juizado Especial Cível – JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao consumidor, após de desapropriação, ações civis públicas, ações contratuais, ações populares, entre outras. Ao todo, a Companhia é parte em 349 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 85.902 (R\$ 124.795 em 31 de dezembro de 2021).

Causas Possíveis

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos trabalhistas	345.786	295.251
Ativos civis	325.925	169.979
Ativos ambientais	1.551	2.331
Ativos tributários	6.595	6.724
Total	680.923	474.345

Ativos trabalhistas

a) Processo nº 00011-16.014-0202-02 trata-se de ação de cobrança, ajuizada pela Funcorsan, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de R\$ 37.867 em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, acrescido de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, para fins de regularizar o equacionamento do Plano de Benefícios Funcorsan BDO01, ocorrido em dezembro de 2008. O processo encontra-se em fase instrutória, de produção de provas, tendo sido impugnado o laudo pericial atual por ser inconduzido.

b) Outras reclamatórias trabalhistas para as quais a Companhia não constitui provido, no valor de R\$ 307.919 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 257.384 em 31 de dezembro de 2021).

Ativos civis, ambientais e tributários

a) Processo nº 5008109-08.2022.8.21.0026. Execução judicial para cobrança de multa decorrente de acordo judicial nos autos da ação civil pública para realização das obras em bacias e sub-bacias relacionadas no município de Santa Cruz do Sul. A ação foi ajuizada em junho de 2022 e, em 31 de dezembro de 2022 possui um valor estimado de R\$ 48.176.

b) Processo nº 5000023-86.2020.8.21.011 trata-se de Ação Civil Coletiva ajuizada em razão de desabastecimento por longos períodos em Gramado/RS. O pedido é de indenização pelos danos morais coletivos, com fulcro no artigo 170, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor. O processo encontra-se em fase de instrução e o valor estimado é de R\$ 5.960 (R\$ 1.148 em 31 de dezembro de 2021).

c) 5081748-25.2014.4.04.7100 – Trata-se de ACP ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Município de Xangri-lá, Xangri-lá, Xangri-lá e Faguen com objetivo de fazer cessar o dano ambiental decorrente do extravasamento de efluentes da ETE II em Xangri-lá, solucionar o problema da saturação do SES, buscar a preservação do meio ambiente e saúde da população; recuperar as áreas degradadas; condenar os infratores a repararem os danos patrimoniais e extrapatrimoniais decorrentes ao meio ambiente. Essa ação possui um TAC firmado com medidas para solução dos problemas. Essa TAC vem sendo cumprida de forma mensal pelo MPF e MPE e internamente pela EUCORP. O processo está tramitando somente em relação à apuração de eventual dano ambiental coletivo. A provisão está em risco possível e leva em consideração o valor de apuração disponível no inicial. O valor estimado é de R\$ 120 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2021).

d) Outras reclamatórias civis, ambientais e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, no valor de R\$ 270.789, R\$ 4.311 e R\$ 5.661, em 31 de dezembro de 2022, respectivamente (R\$ 164.430, R\$ 2.230 e R\$ 6.784 em 31 de dezembro de 2021).

25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política Contábil:

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cujo principal objetivo é manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan e o tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33 (R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O custo ou passivo da benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em fluxos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano mantidos pela Fundação Corsan.

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, uma variação líquida de R\$ 21.594 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefícios pós-emprego, “IPE SAUDE” e “POV”. Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
Composição do passivo atuarial		
Plano de benefício definido	440.782	527.920
Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE	208.273	229.042
Incentivo à demissão voluntária	1.289	3.137
Total	650.344	760.099

Plano de benefício definido – BD 001

O plano de benefício “BD nº 001” é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício apurado pelo regulamento à previdência social (pela Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo índice atuarial do plano (INPC).

O resultado da avaliação atuarial aprovada em 31 de dezembro de 2021, do Plano de Benefícios BD nº 001, demonstrou que o plano apresenta um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 820.143. Em dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a proposta de equacionamento do Equilíbrio Técnico-Ajustado (ETA), no montante aprovado de R\$ 840.593, cuja parcela de responsabilidade da patrocinadora corresponde ao valor de R\$ 318.884. O equacionamento poderá ser pactuado pela Companhia em contrato de confissão de dívida com a Fundação Corsan, com prazo máximo de 203 meses (1,5 vezes o tempo de serviço do Plano). O acionista controlador da Companhia manifestou-se favoravelmente à proposta de equacionamento nos referidos termos. Obtendo-se as aprovações junto à Fundação Corsan e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o início do equacionamento deverá ocorrer a partir de abril de 2023.

Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora Corsan e o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS).

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,4% incidente sobre o salário de contribuição dos empregados vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, foi garantido que 50% desses mesmo percentual seriam destinados aos empregados que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**Movimentação do passivo atuarial**

Plano BD 001	Plano IPE-SAÚDE		PDV	
	2022	2021	2022	2021
Passivo atuarial líquido no início do ano	527.520	677.425	229.042	251.876
Despesa reconhecida na demonstração do resultado	72.325	73.749	32.609	28.724
Contribuições do empregador verificadas no ano	(72.442)	(54.443)	(9.584)	(8.683)
Outros resultados abrangentes	(87.021)	(168.811)	(43.794)	(42.874)
Passivo atuarial líquido no final do ano	440.182	527.520	208.273	229.042

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	Plano BD 001		Plano IPE-SAÚDE		PDV	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Taxa real de desconto atuarial	6,35%	6,45%	6,37%	6,47%	0,00%	0,00%
Retorno real esperado sobre os ativos	6,35%	6,45%	6,37%	6,47%	0,00%	0,00%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,85%	2,85%	Não aplicável	Não aplicável	2,85%	2,85%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	Não aplicável	Não aplicável	4,10%	4,10%	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%	Não aplicável	Não aplicável	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%	Não aplicável	Não aplicável	98,00%	98,00%
Inflação esperada	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%
Taxa de desconto nominal	12,00%	10,75%	12,02%	10,73%	5,31%	5,03%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	12,00%	10,75%	12,02%	10,73%	5,31%	5,03%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	8,31%	8,02%	Não aplicável	Não aplicável	8,31%	8,02%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%	5,31%	5,03%

Demográficas	Plano BD 001		Plano IPE-SAÚDE		PDV	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Mortalidade geral	AT-1983 (MAF) (04%)	AT-1983 (MAF) (04%)	AT-1983 (MAF) (04%)	AT-1983 (MAF) (04%)	AT-1983 (MAF) (04%)	AT-1983 (MAF) (04%)
Mortalidade de invalidez	MI 2006 (MAF)	MI 2006 (MAF)	MI 2006 (MAF)	MI 2006 (MAF)	MI 2006 (MAF)	MI 2006 (MAF)
Entrada em invalidez	ALVARO VINDAS (A20%)	ALVARO VINDAS (A20%)	ALVARO VINDAS (A20%)	ALVARO VINDAS (A20%)	ALVARO VINDAS (A20%)	ALVARO VINDAS (A20%)
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Não aplicável
Aging Factor	Não aplicável	Presquisia Unidas 2018	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Análise de sensibilidade das premissas significativas

Premissa	Plano BD 001	Plano IPE-SAÚDE	PDV
Taxa de desconto			
Aumento de 1%	(9,06%)	(14,74%)	-
Redução de 1%	10,84%	19,04%	-
Expectativa de vida			
Aumento de 1 ano	1,92%	4,81%	0,05%
Redução de 1 ano	(1,96%)	(4,54%)	(0,04%)
Crescimento Real de Salários			
Aumento de 1%	1,95%	-	0,48%
Redução de 1%	(1,37%)	-	(0,30%)
HCCTR			
Aumento de 1%	-	18,73%	-
Redução de 1%	-	(14,74%)	-

Despesa a ser reconhecida na Demonstração do Resultado

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2022, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2023 são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado	Plano BD 001		Plano IPE-SAÚDE		PDV	
	2022	2022	2022	2022	2023	2022
Custo do serviço corrente líquido	15.465	18.742	7.038	8.668	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	187.188	184.998	24.248	23.941	45	112
Recebimento esperado dos ativos financeiros do plano	(117.885)	(101.372)	-	-	-	-
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	64.772	72.325	31.284	32.609	45	112

Retorno dos investimentos

O retorno dos investimentos do plano da Fundação Corsan em 2022 foi de R\$ 199.453 (R\$ 58.862 em 2021).

Segmento	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação da Resolução nº 4.994/2022 percentagem ou faixa de percentagem	
	2022	2021	2021	2021	Limite	
Renda fixa	76,31%	73,01%	73,01%	73,01%	100%	
Renda variável	7,39%	8,12%	8,12%	8,12%	70%	
Investimentos no exterior	1,24%	1,86%	1,86%	1,86%	10%	
Investimentos estruturados	10,45%	10,74%	10,74%	10,74%	20%	
Carteira de Imóveis	3,76%	4,17%	4,17%	4,17%	20%	
Empréstimos	0,86%	1,30%	1,30%	1,30%	15%	
Disponível	0,01%	-	-	-	-	
Fundo Garantidor	100%	100%	100%	100%	-	

Fundação Corsan**Estrutura jurídica**

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, parte da gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores, e parte é realizada através da gestão própria. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada da forma terceirizada e a gestão da carteira própria, dos imóveis e de empréstimos realizada pela própria Fundação.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4.994 de 24 de março de 2022, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- a) contribuição de participantes ativos e assistidos;
- b) contribuição mensal dos patrocinadores, principalmente da Corsan;
- c) receitas de aplicações do patrimônio.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, taxa de carregamento de 7% (até março de 2022) e 6,86% (de abril a dezembro de 2022) sobre as contribuições verificadas no Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da taxa administrativa do fundo de investimento na base percentual de 0,20% (até março de 2022) e de 0,27% (de abril a dezembro de 2022) dos recursos gerenciais das reservas técnicas e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Política Contábil**

Dividendos e juros sobre capital próprio: a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido quando aprovado pelo Conselho de Administração. O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultados.

Lucro por ação: o cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período de acordo com o CPC 41/IAS 33.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuídos às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 1.878.540, estando assim representado:

Ações	ordinárias	preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	317.830.873	315.592.505	633.223.378	99,9999336311	99,9999336311	99,9999336311
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000157922	0,00000157415	0,00000158432
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000094753	0,00000094449	0,00000095059
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000036189	0,00000036296	0,00000036093
Prefeitura Municipal de Magum	2	2	4	0,00000036189	0,00000036296	0,00000036093
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000036189	0,00000036296	0,00000036093
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000036189	0,00000036296	0,00000036093
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000036189	0,00000036296	0,00000036093
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000036189	0,00000036296	0,00000036093
Total	317.830.883	315.592.515	633.223.418	100,0000000000	100,0000000000	100,0000000000

Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/06.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.938/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício e após transferirem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 52.429 (R\$ 83.933 em 31 de dezembro de 2021), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do CPC 01 (R1) - Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes". Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou amortizados no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados do exercício tributário R\$ 1.004, líquido dos efeitos tributários (R\$ 1.791 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado um ganho atuarial de R\$ 175.195, líquido dos seus efeitos tributários (R\$ 55.668 em 31 de dezembro de 2021).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo mínimo, respeitada a vantagem atribuída às ações preferenciais.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	793.819	350.469
(-) Reserva legal (5%)	(39.691)	(17.523)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(162)	(117)
Base de cálculo para dividendos	753.966	332.829
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	188.492	83.207
Total dos juros e dividendos distribuídos	188.492	83.207

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos, pelo menos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias.

Os dividendos calculados por tipo de ação são apresentados a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	JSCP atribuídos a dividendos
Ações ordinárias	95.081
Ações preferenciais	98.431
Total	188.492

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração dos acionistas por ação:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Quantidade	Remuneração total	Remuneração por ação
Ações ordinárias	317.830.883	90.061	0,28354
Ações preferenciais	315.592.505	98.431	0,31189
Total	633.223.418	188.492	0,29543

A Companhia efetuou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 188.492 (R\$ 83.207 em 31 de dezembro de 2021), utilizado como base a taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Do valor registrado no exercício de 2022, R\$ 117.331 foram pagos em 26 de dezembro de 2022 na forma de dividendos antecipados, após aprovação pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2022 e deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 23 de dezembro de 2022.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/01, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do exercício foi reduzida em R\$ 16.964 (R\$ 7.489 em 31 de dezembro de 2021) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros**Reserva legal**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída a base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Com base no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, aditada após a promulgação da Lei Complementar nº 160, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucros ou dividendos aos acionistas. A adoção deste procedimento é fundamento para não tributação da subvenção para investimentos no âmbito da CSLL.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais, dividendos e reserva de lucros a realizar, acessados das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em convênio firmado com o Governo do Estado, a Companhia, após a finalização das obras e a devida comprovação e aprovação dos gastos, registra os saldos oriundos de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União - OGU como adiantamento para futuro aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o saldo registrado no Patrimônio Líquido é de R\$ 1.094.

g) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado básico e diluído por ação		
Numeração		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	414.535	183.016
Ações preferenciais	379.284	167.403
Ações ordinárias	-	-
Denominador		
Média ponderada de número de ações preferenciais	315.592.525	315.592.525
Média ponderada de número de ações ordinárias	317.830.893	317.830.893
Resultado básico e diluído		
Por ação preferencial	1,31501	0,57991
Por ação ordinária	1,19410	0,52719

27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com o CPC 05 (R1)/IAS 24. Em 31 de dezembro de 2022 as partes relacionadas são: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - Procegs e Instituto de Previdência do Estado - IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas de água e esgoto - saldo a receber	10.209	36.365
Juros sobre o capital próprio a pagar	(71.161)	(83.207)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(1.285.614)	(1.285.614)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi R\$ 69.093 (R\$ 55.725 em 31 de dezembro de 2021).

O valor de R\$ 1.285.614 refere-se ao dividendo extraordinário distribuído à conta de reservas de lucros no exercício de 2022, correspondente ao ativo reconhecido a partir do trânsito em julgado do Processo nº 93.0015146-0 (imunitária tributária) que será efetivado quando da transferência do direito processual pela Companhia. Na mesma distribuição, foi deliberado que o valor distribuído como dividendos será o valor atualizado na época da efetivação da desestatização, motivo pelo qual consta registrada na rubrica de "Obrigações com acionistas" a provisão no valor de R\$ 111.596.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi R\$ 558 (R\$ 484 em 31 de dezembro de 2021).

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e distritos passivos no

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**d) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPE**

Os valores devidos ao IPE referem-se ao contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 51.578 (R\$ 47.634 em 31 de dezembro de 2021). O saio a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.193 (R\$ 5.522 em 31 de dezembro de 2021).

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração e benefícios	4.079	4.979
Bônus sociais	883	679
Total	4.962	5.658

28. RECEITA LÍQUIDA**Política Contábil:**

Receita de serviços, é receita compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que vão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a Faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Clientes de construção, é receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custos dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contadas ou estimadas (1,71% em 31 de dezembro de 2022 e 1,48% em 31 de dezembro de 2021).

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de abastecimento de água	3.740.671	3.281.127
Serviços de esgoto	316.162	260.826
Receitas de construção	404.204	310.496
Deduções de receitas de serviços	(512.873)	(441.785)
	3.948.164	3.410.664

Em 31 de dezembro de 2022, o valor referente aos descontos incondicionais foi contabilizado na rubrica de deduções de receitas de serviços e corresponde a R\$ 145.801, sendo R\$ 84.205 o título de subsídio da tarifa social (R\$ 121.830 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 72.558 referente à tarifa social).

29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26 (R)IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	146.022,157	1.227,803
Materiais de tratamento	122,553	77,879
Outros materiais	65,643	56,562
Energia elétrica	313,241	340,570
Serviços de terceiros	590,479	440,708
Locais	161,862	153,802
Depreciações e amortizações	193,641	198,423
Provisões	23,280	173,255
Custos de construção	397,423	305,963
Custos (receitas) despesas operacionais, líquidas	(242,321)	(42,617)
	<u>3.027,958</u>	<u>2.930,148</u>

Classificados como:		
Custos dos serviços	2.562.314	2.273.988
Despesas comerciais	195.244	161.673
Despesas administrativas	512.721	537.104
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(242.321)	(42.617)
	<u>3.027.958</u>	<u>2.930.148</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais	268.961	67.740
Doações e subvenções	16.069	14.796
Reversão de provisões para perdas esperadas	13.179	-
Variação da indenização da iminente tributária	-	8.945
Reversão de provisões para causas judiciais	229.951	40.208
Outras receitas operacionais	9.821	3.791
Outras despesas operacionais	(26.649)	(25.123)
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(21.098)	(19.167)
Baixa de ativos	(6.489)	(3.638)
Tributos e taxas	(92)	(2.318)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	242.321	42.617

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**Política Contábil:**

Receita financeira, é receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida da receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	239.336	154.479
Rendimentos de aplicação financeira	87.760	25.833
Juros ativos	42.032	38.446
Variações monetárias ativas	21.982	4.502
Receitas financeiras pela realização de A/P	46.502	39.994
Atualização de precatórios	44.641	15.708
Atualização indenização iminente tributária	-	26.472
Outras receitas financeiras	2.409	3.414
Despesas financeiras	(368.715)	(315.747)
Juros e taxas sobre financiamentos	(32.119)	(32.565)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(97.562)	(66.949)
Variações monetárias passivas	(166.192)	(205.536)
Despesas financeiras pela realização de A/P	(17.159)	(389)
Variação da indenização da iminente tributária	(12.383)	(6.169)
Outras despesas financeiras	(14.744)	(1.742)
Resultado financeiro líquido	(69.379)	(162.268)

31. SEGUROS

A Corsan vem adotando soluções para transferência de seus riscos, avaliando as alternativas no mercado de seguros em conexão com suas atividades, a partir dos parâmetros estabelecidos pela Administração.

A Companhia possui contrato para cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil para Conselheiros e Administradores (D&O - Directors and Officers), com limite máximo de garantia de R\$ 45 milhões.

A Corsan também dispõe de contratação vigente com Seguradora objetivando a cobertura e emissão de apólices de seguro garantia com a finalidade de garantir valores que seriam depositados em favor do titular ou valores já depositados em favor do titular em processos judiciais de ações trabalhistas, civis, tributárias e ambientais. A contratação contempla, também, cobertura para demais modalidades de garantias como licitações, contratos, comercialização de energia, entre outras. O contrato estabelece limites de garantia de R\$ 40 milhões para o Setor Público (amo 0775) e R\$ 10 milhões para o Setor Privado (amo 0776).

Adicionalmente, a Companhia contratou a cobertura securitária na modalidade Riscos Nomeados dos principais ativos situados em diversas localidades do Estado do Rio Grande do Sul, além de seguro na modalidade Transporte Nacional.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**Política Contábil:**

Ativos Financeiros, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependentes do opção irreversível no reconhecimento inicial, por constatarem o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos Financeiros, os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo. Líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado utilizando o método da taxa de juros efetiva. As despesas de juros, ganhos e perdas são reconhecidas no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo. Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações.

Reconhecimento e desreconhecimento, os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração, no reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Impairment, a Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, se aplica o abate simplificado conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionadas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	5.b	61.948	54.133
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes	5.a	665.124	678.979
Contas a receber de clientes	6	537.311	489.120
Ativos financeiros	12	675.923	638.843
Tributos a recuperar	8.c	28.021	25.414
Precatórios	9	344.175	338.454
Total		2.310.503	2.224.943

Descrição	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores		164.414	140.159
Empréstimos e financiamentos	18	443.432	521.146
Debitantes	19	666.904	631.249
Passivos de arrendamento	16.b	11.987	24.482
Obrigações contratuais	21	34.979	58.522
Contratos de repasse	23	101.641	86.770
Parceria Público Privada - RMPA	17	61.687	39.514
Total		1.484.744	1.499.842

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendamento, opções Reversíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as Monitorias de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está potencialmente sujeita se refere ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. A exposição máxima em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos saldos contábeis demonstrados nas notas 5.a, 5.b e 6.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito destes ativos financeiros é considerado baixo em virtude de a Companhia manter os valores em aplicações de liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor, e fundos de investimento, respectivamente, caracterizados como conservadores.

Contas a receber

A exposição relacionada aos clientes é considerada de baixo risco em virtude de base pulverizada que contempla boa parte do Estado, onde a Companhia presta serviços de saneamento básico. A política de recuperação prevê que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida (dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos) e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes entre 45 e 55 dias de atraso.

O nível de perdas na realização de créditos é considerado normal para o setor e está adequadamente coberto pela provisão. A política de reconhecimento das perdas de crédito esperada e a movimentação da provisão estão descritas na nota 6.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o encolhimento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para a receber e a pagar, a Companhia tem políticas de serviços prestados; implementação do gerenciamento material de despesas - GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e liquidez clientelares; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - Siger; dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos
Empréstimos e financiamentos	132.366	189.471	424.790
Debêntures	73.260	262.218	576.096
Fornecedores	164.414	-	-
Passivo de arrendamento	11.662	1.010	-
	381.702	452.699	1.000.886

iii) Risco de mercado

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxa de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indicador em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022 não há ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade com os empréstimos e financiamentos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

Com base na utilização do indicador de taxa de juros para o ano de 2022 (cenário provável), sendo que a partir desse foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais operações. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

A manutenção da análise de sensibilidade com a utilização dos parâmetros de variação para cenários de 25% e 50% mostram-se adequados, a partir de referências em benchmarkings do setor, bem como publicações de expectativas de mercado do BACEN.

		Impactos no resultado				
	Risco	2023	Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%
Financiamento	TR	(216.811)	(2.651)	(1.767)	(3.534)	(4.416)
Financiamento	TALP	(81.180)	(4.487)	(2.991)	(5.983)	(7.479)
Financiamento	IPCA	(165.490)	(4.581)	(3.054)	(6.108)	(7.835)
Emprestimo	SELIC	(39.845)	(4.120)	(2.747)	(5.405)	(6.867)
Debitantes	CDI	(155.169)	(15.885)	(10.590)	(21.181)	(26.476)
Debitantes	IPCA	(161.735)	(22.222)	(14.815)	(29.629)	(37.037)
		(1.110.335)	(53.946)	(35.964)	(71.928)	(89.812)

Indexador	TR	1,22	0,82	1,63
TALP	5,53	3,69	7,37	9,21
IPCA	4,34	2,90	5,79	7,24
SELIC	10,31	6,88	13,75	17,19
CDI	10,34	6,83	13,65	17,06

Fonte: TR - Portal Brasil / TALP - BNDES / IPCA - Relatório Focus / SELIC - BACEN / CDI - B3

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos nos contratos de financiamentos e debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros passivos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	18	443.432	521.146
Debitantes	19	666.904	631.249
Fornecedores		164.414	140.129
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	16.140
(i) Caixa e equivalentes de caixa	5.a	(665.124)	(678.979)
(ii) Aplicações financeiras	5.b	(61.948)	(54.133)
Dívida líquida		547.678	575.582
Patrimônio e adiantamentos		3.948.233	3.222.315
Capital social e dívida líquida		4.495.911	3.797.897
Quociente de alavancagem		12,18%	15,16%

33. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma contrária, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Diante do tal decisão, a Administração efetuou um levantamento dos seus processos, a baseados no opóio de seus advogados, informa que, neste momento, não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras.

Continua



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria
ROBERTO CORREA BARBUTI
Diretor-Presidente

ANDRÉ GUTTERES BORGES
Diretor de Expansão

MILTON NÁCIO CORDEIRO
Diretor de Operações

DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

JEAN CARLO FLORES BORDIN
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

LILIAN ADAMI CAFRINI
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Conselho de Administração
MARIO ENGLER PINTO JUNIOR
Presidente

GIOVANNI FIORESE
Conselheiro

GUILHERME DE SOUZA FALLAVEA
Conselheiro

HENRIQUE ZANDONÁ
Conselheiro

JULIANO HEINEN
Conselheiro

ROBERTO CORREA BARBUTI
Conselheiro

SAMANTA POPOW TAKIMI
Conselheira

Conselho Fiscal
ALSONES BALESTRIN
Conselheiro

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheira

PAULO ROBERTO DIAS PEREIRA
Conselheiro

Contadora
GRAZIELA LEON FLORES
CRC/RJ nº 07280/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Às Administradoras e Acionistas
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PA?

Reconhecimento de receita não faturada (Notas 3 e 28)

O reconhecimento da receita inclui uma estimativa referente aos serviços prestados, com base na média de volume consumido, mas ainda não faturados aos consumidores, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o final de cada período de reporte.

Em função do grau de julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas para a mensuração dessa estimativa, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita não faturada, com foco no entendimento da metodologia utilizada para o cálculo da estimativa dessa receita.

Efetuamos o recálculo, em base de testes, da estimativa de faturamento e confronto com os registros contábeis no encerramento do exercício. Avaliamos a coerência e consistência das principais premissas utilizadas pela administração no cálculo da estimativa de faturamento, e também efetuamos comparação das estimativas apuradas durante os meses com a receita efetivamente faturada no mês subsequente.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na mensuração da estimativa da receita não faturada são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Ativos financeiros contratuais, ativos de contrato e intangível (Notas 12, 13 e 15)

A Companhia tem saldos relevantes registrados como Ativos Financeiros Contratuais, Ativos de Contrato e Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2022, relacionados a investimentos realizados em consonância com os contratos de concessão de serviços de saneamento.

Os valores registrados como Ativos de Contrato referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção que, após sua conclusão, são transferidos para a operação. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados que não serão completamente amortizados ao final do prazo da concessão e serão indenizados pelo Poder Concedente. Os valores registrados no Ativo Intangível representam os investimentos que possuem expectativa de recuperação ao longo das concessões, baseado no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários.

Em virtude da relevância dos valores envolvidos, da complexidade envolvida na bifurcação e no cálculo do valor presente dos ativos financeiros, consideramos os ativos da concessão como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados com a classificação e mensuração dos contratos de concessão.

Inspecionamos, em bases amostrais, os documentos-suporte das adições ocorridas durante o exercício na conta Ativos de Contrato, bem como recalculamos e analisamos a razoabilidade das taxas de capitalização de juros e as margens de construção utilizadas. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência de ativos em construção para a operação.

Efetuamos o recálculo do ajuste a valor presente dos Ativos Financeiros Contratuais e das amortizações do ativo intangível reconhecidas no exercício, comparando-os com os saldos contábeis, e efetuamos leituras das divulgações efetuadas sobre o assunto em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na contabilização dos contratos de concessão são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da

Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de março de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 259001/6010-5

Rafael Biedermann Marante
Contador CRC 15P243373/O-0

Porto Alegre, 08 de março de 2023.

MARIA BETÂNIA BRAUN
Membro do CAE

NILTON DOS SANTOS
Membro do CAE

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Ào Conselho de Administração da Corsan

1. OBJETIVOS

O objetivo deste relatório é de apresentar as principais conclusões, recomendações e atividades do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) no período compreendido entre 15/03/2022 e 08/03/2023, ou seja, equivalente ao intervalo de tempo entre a emissão e aprovação da divulgação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Corsan para os exercícios 2021 e 2022 (período deste relatório).

O objetivo da atuação do CAE é assessorar o Conselho de Administração, dentro das suas atribuições regulamentares.

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

2.1 Elaboração das demonstrações financeiras:

O Comitê avaliou o processo de elaboração das demonstrações financeiras e suas notas explicativas da Corsan no exercício de 2022 e concluiu que o mesmo é suficientemente adequado, e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da divulgação destas demonstrações.

2.2 Práticas de governança, de conformidade, de gestão de riscos:

2.3 Tratamento de denúncia

2.4 Auditoria Interna

2.5 Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

2.6 Parceria Público Privada (PPP)

2.7 Controles Gerais de Tecnologia da Informação - TI

3. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DESTES RELATÓRIOS

Especificamente ao processo de elaboração das demonstrações financeiras, o Comitê recomenda que a Companhia persevere na melhoria dos controles e dos procedimentos como o percebido desde o exercício 2018, em especial aqueles aplicáveis ao conjunto de obras em andamento, os de formalização e análise de transações não usuais e os das transações que demandam interpretação e julgamento profissional.

4. EMISSÃO DESTES RELATÓRIOS

O presente relatório é emitido e assinado pelos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Corsan e é destinado ao conhecimento e análise do Conselho de Administração da Companhia, podendo ser divulgado ou compartilhado ou ter seu acesso restringido por autorização do Conselho, de acordo com as regras de Segurança de Informação da Corsan.

MARCO ANTÔNIO MAYER FOLETTO
Coordenador do CAE

LUIZ JOSÉ NOGUEIRA LIMA
Membro do CAE

NILTON DOS SANTOS
Membro do CAE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Pricewaterhouse e Coopers Auditores

Independentes, datado de 10 de março de 2023, concluímos que os referidos documentos foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

ALSONES BALESTRIN
Conselheiro

Porto Alegre, 10 de março de 2023.

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheira

PAULO ROBERTO DIAS PEREIRA
Conselheiro

Protocolo das Assinaturas do Documento

Este documento acima foi assinado em formato eletrônico no Portal de Assinaturas RRSIGN pelas PARTES abaixo relacionadas, tendo sua validade jurídica nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001 e artigos 104 e 107 do Código Civil Brasileiro. O documento foi certificado pelo Portal de Assinaturas RRSIGN e incorporado um carimbo de tempo no momento da finalização das assinaturas.

Informações do Documento

Título do Documento: **081220210361/2023**

Hash do Documento: **4d5766ea26d3ec3cfad6076572fd691d**

Data do Envio para Assinatura: **16/03/2023 - 17:13:19**

Data da Finalização das Assinaturas: **16/03/2023 - 17:16:38**

Termo de Concordância

Para que fosse realizada a assinatura do documento, todos os Signatários declararam estar "De Acordo" com esta forma de assinatura.

Termo de Concordância: Declaro estar ciente e de acordo com o "Termo de Concordância com Assinatura de Documento por Meio Eletrônico", reconhecendo a validade jurídica desta modalidade de assinatura para todos os fins de direito.

Acesse o Termo em: <https://rrsign.com.br/termo-de-concordancia/>

Validação do Documento

Para validar o documento assinado no RRSIGN | Portal de Assinaturas, acesse o validador no link abaixo, utilizando a chave do documento, ou leia o QR Code.

Validador: <https://correiodopovo.rrsign.com.br/validador>

Chave do Documento: 4d5766ea26d3ec3cfad6076572fd691d617



Para validar as assinaturas dos certificados digitais dos signatários, acesse o Verificador de Conformidade do ITI no link <https://verificador.iti.gov.br> e insira seu arquivo .P7S. Após isso, marque DESTACADO e insira o seu documento original em PDF conforme imagem abaixo:

≡

VALIDAR

Serviço de validação de assinaturas eletrônicas

gov.br

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

📁

Escolher arquivo

📁

Assinatura Destacada arquivo

☒

Assinatura Destacada

☐

Estou de acordo com os [termos de uso do serviço](#)

↩

Insira o documento **original em PDF**

↩

Para documentos assinados com certificados digitais, insira o **arquivo .p7s**.

↩

Para documentos assinados com certificados digitais, **marque esta opção**.

⬆

Validar

Relação dos Signatários e Evidências Coletadas

Nome: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JUNIOR LTDA

CNPJ/Nº do Documento: 92757798000139

Posição: **Signatário**

Tipo de Assinatura: Assinatura Digital Qualificada

Data/Hora Assinatura: 16/03/2023 17:16:38

Certificado Emitido Por: AC Certisign RFB G5

Nº do Certificado: 65804976130868553397189562720656923063

Validade do Certificado: 13/06/2023 16:21:20

